



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
– PPGEDUC
LINHA DE PESQUISA 3 – EDUCAÇÃO, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Um estudo sobre a vida da comunidade de marisqueiras e pescadores de
Cação, município de Madre de Deus - Bahia, na Baía de Todos os Santos

ROSANA UILDES FERREIRA BENICIO DA SILVA

SALVADOR

2016

ROSANA UILDES FERREIRA BENICIO DA SILVA

EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

**Um estudo sobre a vida da comunidade de marisqueiras e pescadores de
Cação, município de Madre de Deus - Bahia, na Baía de Todos os Santos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador (BA), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento

SALVADOR

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Bibliotecária : Ivonilda Brito Silva Peixoto – CRB: 5/626

Silva, Rosana Uildes Ferreira Benicio da

Educação, meio ambiente e participação social : um estudo sobre a vida da comunidade de marisqueiras e pescadores de Cação, município de Madre de Deus- Bahia, na Baía de Todos os Santos / Rosana Uildes Ferreira Benicio da Silva. – Salvador, 2016.

191f.

Orientador : Antônio Dias Nascimento

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc, 2016.

Contém referências e apêndices

1. Educação ambiental. 2. Pescadores. 3. Marisqueiras. 4. Participação social. 5. Petrobras. I. Nascimento, Antônio Dias. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I.

CDD : 577.2

FOLHA DE APROVAÇÃO

**EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO
SOBRE A VIDA DA COMUNIDADE DE MARISQUEIRAS E PESCADORES
DE CAÇÃO, MUNICÍPIO DE MADRE DE DEUS – BAHIA, NA BAÍA DE
TODOS OS SANTOS**

ROSANA UILDES FERREIRA BENICIO DA SILVA

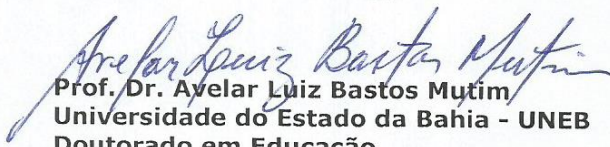
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 03 de maio de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Sociologia
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra



Profa. Dra. Rita Raílda Soares Lourenço
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Brasil



Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus, pela graça de chegar até aqui e por ter escrito essa conquista em seus propósitos para minha vida; a minha mãe, Maria José de Santana, ao meu esposo amado, Rotiles Benício da Silva; a minha irmã, Wilma Conceição de Santana Ferreira; ao meu sobrinho querido, João Vitor, (por ser a alegria da vida em nossa casa); aos meus tios: Tonho, Célia, Inês, Banha, Chica, José, Rodrigues, Dudu e a minha vovó, Angélica (*in memoriam*), agradeço os valores de família que aprendi, nunca os esquecerei – a estes todo o meu amor. Dedico também à comunidade de marisqueiras e pescadores de Cação, por não desistirem da luta, aos meus filhos e filhas do coração, os jovens, que passaram por minha vida e são fonte de minha inspiração. E a todos que, de um modo ou de outro, oraram e torceram pela minha vitória.

AGRADECIMENTOS

*Essa ciranda não é minha só
É de todos nós
A melodia principal quem tira
É a primeira voz
Pra se dançar ciranda
Juntamos mão com mão
Fazendo uma roda
Cantando essa canção
(Lui Coimbra – Minha Ciranda)*

Agradeço a Deus, pelo simples fato de ajudar-me a chegar até aqui, superando com fé os obstáculos que surgiram. A minha mãe, Maria José de Santana, que demonstra força, ao lutar pela vida, me ensinando a levantar todos os dias e a esquecer o que não é relevante, recordando apenas do que verdadeiramente importa, aqueles que amamos. A minha irmã Wilma, pelo apoio nos dias de estudo e nos cuidados com nossa mãe, pelo presente, muito útil (gravador digital), na atividade de campo, pela compreensão dos momentos de estudo.

Aqui registro o meu agradecimento especial, ao meu esposo Rótilos Benício da Silva, por todo o apoio na realização desta pesquisa; ele foi muito mais do que meu companheiro, aprendeu a ser pesquisador, a ser transcritor e cursou comigo esse mestrado, compreendendo minhas ausências, nos eventos familiares e religiosos, entendendo o meu cansaço e compartilhando comigo todos os achados, surpresas, frustrações e alegrias, desta caminhada, a ele o meu amor.

Às marisqueiras e aos pescadores da comunidade de Cação, verdadeiras joias que encontrei nesse caminho, em especial, a líder da APEMAC (associação pesquisada), Maria Zilda, pelo carinho, acolhida em sua casa e no seio de sua família, pelas informações, indicações de entrevistados, peça fundamental para a realização desta pesquisa.

Aos amigos, colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, todos meus apoiadores, em especial Anita dos R. de Almeida, Luís Geraldo Guimarães, Tarsis de Carvalho, que me ajudaram com muito apoio e carinho.

Agradeço a minhas companheiras do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo e Contemporaneidade – GPECC, pelo carinho, orientações e apoio direto neste projeto. Em especial Renata Ramos, Edite Faria e Rita Railda, que me apoiaram com sua experiência e espírito de equipe.

Ao meu orientador, Antônio Dias Nascimento, talvez palavras não sejam suficientes para explicar os muitos aprendizados, alguém que me fez repensar o meu estar no mundo e me entender nessa caminhada, que caminhou comigo neste percurso. Sua experiência, sua história

de vida e seu jeito simples de nos transmitir os mais difíceis conceitos acadêmicos, fazem-me compreender a magnitude do conhecimento a serviço da vida e dos outros, principalmente àqueles que são tidos como invisíveis na sociedade, na incansável luta para encontrar alternativas que lhes deem esperança de um mundo mais humano e mais digno.

Ao meus colegas e amigos do SENAI, da área de meio ambiente, que me ajudaram a iniciar esta caminhada. A minha nova equipe da Área de Inovações e Tecnologias Educacionais - ITED, pelos conselhos dos líderes (Ricardo Lima e Marcelle Minho), apoio e compreensão, em minhas ausências nas etapas de estudo. Em especial aos meus amigos: Leonardo Silveira, pelos cafés educativos e metodológicos, de orientação, que me ajudaram, com sua objetividade, a organizar o trabalho, primeiro em minha mente e depois no papel; e a minha amiga, quase uma coorientadora, Alexandra Carla Cruz, que me incentivou, me cedeu sua casa, para que pudesse estudar, me orientou em tudo o que foi possível; uma amiga de coração, guerreira e hoje mãe; ambos educadores; a eles, todo o meu carinho e gratidão.

Aos meus amigos e irmãos, em Cristo, amados pastores e familiares, que torceram por essa conquista. A todos que desejam uma transformação social, que acreditam que podem encontrar nas comunidades alternativas de mudança, conhecimento, força e motivação para a construção de um novo projeto de sociedade, igualitária, de direitos, justa e sem desigualdades.

SILVA, Rosana Uildes Ferreira Benicio da. *EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: Um estudo sobre a vida da comunidade de marisqueiras e pescadores de Cação, município de Madre de Deus – Bahia, na Baía de Todos os Santos*. Salvador, 2016. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia- UNEB.

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender os conhecimentos aprendidos por marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação, em sua relação com o meio ambiente, antes e depois da implantação dos empreendimentos petrolíferos, na região de Madre de Deus, Bahia (Baía de Todos os Santos), analisando em que medida a comunidade utiliza tais conhecimentos para ampliar a consciência de si, sua cultura e sua sobrevivência, como marisqueiras e pescadores. A base epistemológica deste estudo está fundamentada no diálogo com diversos autores, dentre os quais citamos: Giddens (1991), Batistela e Boneti (2008); Miller (2012); Silva (2005); Santos (2005); Nogueira (2003); Gohn (2011); Goergen (2010); Nunes et al (2007); Freire (2002; 1987); Mutim (2007); Nascimento (2014); Lourenço (2008); Carvalho e Farias (2011); Fonseca (1958); Cattani (2009); Espinheira e Pereira (2010); Freire J. (2011); Brandão (1985;1995;2015); Freire e Nogueira (2011); Ramos (2015); e Portela (2012). Estes autores, dentre outros, contribuíram de modo significativo para as discussões sobre as temáticas da Educação, Meio Ambiente e Participação Social, além da subcategoria que estudou a Petrobras, em seus aspectos históricos, e os riscos de segurança e acidentes. O percurso metodológico é de natureza qualitativa e exploratória, tendo como base o estudo de caso da comunidade de Cação. Cação é uma comunidade-bairro, na entrada do município de Madre de Deus, que se caracteriza como um pequeno vilarejo de marisqueiras e pescadores, *locus* de nossa pesquisa. O processo de análise das informações foi feito com base nas entrevistas, em grupo e individuais, realizadas com nove sujeitos (marisqueiras e pescadores), além da observação participante, em visitas ao campo empírico. Os resultados obtidos evidenciaram que a implantação dos empreendimentos petrolíferos na região causou diversos impactos ambientais, ocorridos pelos vazamentos de óleo no mar, explosões e riscos à saúde da população. Estes, por sua vez, vêm sendo percebidos pela comunidade, paulatinamente, pela escassez dos peixes e frutos do mar. Contudo, a comunidade encontrou, na própria cultura e ação coletiva, alternativas para superar os desafios cotidianos. Compreendemos que o processo educativo é caracterizado pela oralidade e que o trabalho é a base da construção da própria existência dos indivíduos. Assim, é na relação com a natureza, com a família e através do trabalho, na pesca artesanal, com os pais, avós, tios e a comunidade, que esse processo formativo se concretiza, através das histórias, dos relatos e da experiência de vida.

Palavras-chave: Marisqueiras. Pescadores. Petrobras. Educação. Meio Ambiente. Participação Social.

SILVA, Rosana Ferreira Uildes Benicio's. *EDUCATION, ENVIRONMENT AND SOCIAL PARTICIPATION: A study of the life of the seafood community and Dogfish fishing, municipality of Madre de Deus - Bahia, the Bay of All Saints*. Salvador, 2016. Dissertation (Masters). Graduate Program in Education and Contemporaneity of the State University of Bahia- UNEB.

ABSTRACT

This research has as objective to understand the knowledge learned by seafood restaurants and fishermen of cation in its relationship with the environment before and after implantation of petroleum ventures in the region of Mother of God, Bahia (All Saints Bay), analyzing the extent to which the community uses this knowledge to enlarge the awareness of themselves, their culture and their survival, as seafood restaurants and fishermen. The epistemological base of this study is grounded in dialog with several authors among which we cite Giddens (1991), Batistela and Boneti (2008), Miller (2012), Silva (2005), Santos (2005), Nogueira (2003); Gohn (2011); Goergen (2010); Nunes et al (2007); Freire (2002; 1987); Mutim (2007); Nascimento (2014), Lourenço (2008), Carvalho and Farias (2011), Fonseca (1958), Cattani (2009), Espinheira and Pereira (2010), Freire J. (2011), Brandão (1985;1995;2015), Freire and Nogueira (2011), Ramos (2015) and Portela (2012), who have contributed significantly to the discussions on the themes of education, the environment and social participation, besides the subcategory that studied the Petrobras through historical aspects, security risks and accidents. The methodology is qualitative and exploratory, taking as a basis the case study of the community of cation. Cation is a community-district, at the entrance of the municipality of Mother of God and is characterized as a small village of shellfish and fishermen, *locus* of our research. The process of analysis of the information was based on individual and group interviews conducted with nine subjects (seafood restaurants and fishermen), as well as participant observation, through visits to the empirical field. The results obtained in the survey showed that the deployment of the ventures petroleum products in the region, has caused several environmental impacts occurring by oil leaks at sea, explosions and risks to the health of the population. These, in turn, is being perceived by the Community gradually, by scarcity of fish and seafood. However, the Community found in their own culture and collective action alternatives to overcome the challenges endure. We understand that the educational process is characterized by orality and that work is the basis of the construction of the very existence of individuals. And it is in the relationship with nature, with the family and through the work on artisanal fisheries, with parents, grandparents, uncles and with the community that this formative process is actualized through the stories, of reports and the experience of life.

Keywords: Seafood. Fisherman. Petrobras. Education. Environment. Social Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura do capítulo 1.....	16
Figura 2 – Estrutura da Dissertação.....	29
Figura 3 – Estrutura do capítulo 2.....	31
Figura 4 – A presidente da associação mostrando o mangue em frente a sua casa.....	51
Figura 5 – Ostra reservada na caixa de armazenamento.....	52
Figura 6 – Marisco samba – tipos amarelo, vermelho e roxo.....	52
Figura 7 – A caminho da embarcação.....	53
Figura 8 – Montando e empurrando a embarcação.....	54
Figura 9 – Modelo de embarcação utilizada.....	54
Figura 10 – A presidente dirigindo a embarcação, ao seu lado, um dos seus filhos.....	55
Figura 11 – Meia-nau, a pesquisadora e a jovem marisqueira e integrante da APEMAC.....	55
Figura 12 – Cenário do manguezal e o diálogo com os informantes.....	56
Figura 13 – Atividades de mariscagem e pescaria realizadas.....	57
Figura 14 – Composição dos instrumentos utilizados na atividade.....	58
Figura 15 – Resultado da mariscagem (caranguejo, tapu, mariscos)	58
Figura 16 – Retorno das atividades de pesca e mariscagem artesanal.....	59
Figura 17 – Estrutura do capítulo 3.....	67
Figura 18 – Dados da população e situação dos ecossistemas no mundo I.....	84
Figura 19 – Dados dos ecossistemas, danos ambientais e projeções no mundo.....	87
Figura 20 – Mapa dos biomas brasileiros.....	89
Figura 21 – Moradores que vivem em palafitas, na região dos Alagados (Salvador/BA).....	90
Figura 22 – Estrutura do capítulo 4.....	93
Figura 23 – Mapa da Baía de Todos os Santos datado de 1640.....	94
Figura 24 – Mapa do Território de Identidade 26 – Região Metropolitana de Salvador BAHIA, 2007.....	97
Figura 25 – Localização de Madre de Deus.....	98
Figura 26 – IDHM de Madre de Deus.....	99
Figura 27 – Evolução do IDHM – Madre de Deus/BA.....	101
Figura 28 – Pirâmide etária – Madre de Deus/BA.....	102

Figura 29 – Poluição no perímetro urbano de São Francisco do Conde.....	103
Figura 30 – Caminhões de combustível dentro das instalações da Petrobras.....	104
Figura 31 – Dutovia na entrada, pela ponte, da comunidade de Cação.....	104
Figura 32 – Praça na entrada da comunidade de Cação.....	105
Figura 33 – Vista da entrada da comunidade-bairro de Cação.....	106
Figura 34 – Embarcações dos pescadores.....	107
Figura 35 – Igreja de São Pedro situada na comunidade de Cação.....	107
Figura 36 – Espaço de lazer e convivência da comunidade.....	108
Figura 37 – Composição das atividades de pesca artesanal.....	108
Figura 38 – Estrutura do capítulo 5.....	117
Figura 39 – Foto de Madre de Deus em 1976.....	121
Figura 40 – Foto de Madre de Deus em 1989.....	122
Figura 41 – Foto de Madre de Deus em 1999.....	123
Figura 42 – Mapa do PIB <i>per capita</i> em relação a outros municípios.....	126
Figura 43 – Estrutura do capítulo 6.....	143
Figura 44 – Marisqueiras e pescadores catam e limpam os frutos do mar.....	157
Figura 45 – Peças de vestuário fabricados pelos pescadores com linha de rede.....	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Unidades da Federação com Secretaria de Meio Ambiente, que destinaram recursos financeiros para o meio ambiente, com Conselho Estadual de Meio Ambiente, com Fundo Estadual de Meio Ambiente e que possuem legislação de ICMS Ecológico (dados percentuais - %)	85
Gráfico 2 – PIB <i>per capita</i> de Madre de Deus	125
Gráfico 3 – Percentual do grau de escolaridade	134
Gráfico 4 – Naturalidade dos entrevistados	135
Gráfico 5 – Faixa etária dos entrevistados	136
Gráfico 6 – Contagem de entrevistados por atividade que desempenha	137
Gráfico 7 – Associados à APEMAC	141
Gráfico 8 – Atividades complementares realizadas pelos entrevistados	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das atividades desenvolvidas na pesquisa e seus desdobramentos	37
Quadro 2 – Informações e perfil dos sujeitos da pesquisa	42
Quadro 3 – Situações, avanços, percalços e lições aprendidas	60
Quadro 4 – Caracterização do Território	98
Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Madre de Deus/BA	100
Quadro 6 – Resumo dos indicadores dos setores censitários definidos	110
Quadro 7 – Levantamento de algumas ocorrências de acidentes industriais na RMS e no Recôncavo baiano de 1967 a 2015	129
Quadro 8 – Grau de escolaridade dos entrevistados	133
Quadro 9 – Declarações sobre os problemas ambientais causados pelas empresas	159
Quadro 10 – Problemas ambientais denunciados pelos pescadores e ações socioambientais	161
Quadro 11 – A associação na visão das marisqueiras e dos pescadores, sua visão sobre a Petrobras e seus desafios com o poder público	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhos de Educação Ambiental apresentados por região no período de 2001 a 2009.....	88
Tabela 2 – Síntese das informações “PIB per capita a preços correntes – 2013” comparação entre os municípios: Bahia.....	125
Tabela 3 – Atividades complementares que os entrevistados desempenham para compor sua renda	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APEMAC – Associação de Pescadores e Marisqueiras de Cação
- CNBB – Defensoria da Água, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ESTADIC – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- RLAM – Refinaria Landulpho Alves
- RMS – Região Metropolitana de Salvador
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- TEMADRE – Terminal Almirante Alves Câmara
- TRBA – Terminal de Regaseificação da Bahia
- WWF – *World Wildlife Fund* ou Fundo Mundial da Natureza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Quem sou eu: breve memorial sobre a vida e o percurso acadêmico.....	16
1.2	Fundamentos da pesquisa.....	22
1.2.1	A problemática da pesquisa.....	22
1.2.2	Objetivos.....	26
1.2.3	Justificativa e relevância.....	27
1.3	Organização da dissertação.....	28
2	CAMINHO METODOLÓGICO – AVANÇOS E PERCALÇOS NA TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	30
2.1	Abordagem metodológica.....	32
2.1.1	Trajetoária detalhada.....	36
2.2	No campo empírico com os sujeitos.....	43
2.2.1	A APEMAC e os sujeitos da pesquisa.....	44
2.2.2	Relato da pesquisa exploratória.....	48
2.2.3	Aprendizados, avanços e percalços da pesquisa.....	60
2.3	Instrumentos de coleta de dados.....	63
3	EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	66
3.1	História da relação entre o homem e o meio ambiente.....	68
3.1.1	Primeiras discussões sobre as questões ambientais.....	71
3.2	Educação e participação social para a emancipação e o desenvolvimento local.....	73
3.2.1	Educação, participação e novas tecnologias.....	74
3.3	Participação e gestão dos saberes para o desenvolvimento local..	78
3.4	Cenário brasileiro e educação ambiental.....	81
3.4.1	Estudos científicos sobre educação ambiental na realidade brasileira	88
3.4.2	A questão do desmatamento no Brasil.....	89
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DO <i>LOCUS</i> DA PESQUISA.....	92

4.1	Situando Madre de Deus – breve história e memória.....	93
4.1.1	Madre de Deus – contornos e alcances do território.....	96
4.2	A caminho de Cação: viagem, limites, encontros e desencontros com a comunidade sede da pesquisa.....	103
4.2.1	Vida de pescador, vida de marisqueira.....	111
4.2.2	Vida guiada pelos ventos – recordações significativas.....	113
5	PETROBRAS: RIQUEZA E/OU AMEAÇA.....	115
5.1	Aspectos históricos da chegada da Petrobras na região do Recôncavo e sua extensão para a Região Metropolitana de Salvador.....	118
5.2	Riscos e acidentes – ameaça vivida diariamente pelas famílias.....	128
5.2.1	Estratégias de defesa – ações coletivas de Cação: enlaces camponeses e ribeirinhos.....	132
6	COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	142
6.1	Filho de peixe, peixinho é! A vida, o trabalho, os conflitos: as experiências na infância, na juventude e na fase adulta numa relação integrada com a natureza.....	143
6.2	Resultados da análise de dados.....	169
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

[...] a socialização globalizante da Educação Popular aparece através de seres humanos cidadãos que buscam instituir e manter COMO RESPEITO À QUALIDADE DE VIDA: a esfera pública, a escola pública, a saúde pública-preventiva, o espaço cultural público e diversificado, o orçamento público-participativo, a produtividade equilibrada entre demandas sociais e demandas ecossistêmicas. São saberes (às vezes) ilógicos, repito, principalmente quando molhados de utopias; eles abordam questões fundamentais da vida em sociedade.
(FREIRE, 2011, p. 28)

Quando nos deparamos com as necessidades da vida, entendemos o seu valor e rompemos barreiras para preservá-la. Reprimir, desprezar, oprimir, subjugar, subestimar o outro caracterizam-se como uma afronta à vida. Tirar a condição de sobrevivência do outro, suas possibilidades de se desenvolver, com decência e dignidade, mesmo na simplicidade, atinge o estado de natureza de qualquer ser vivo. Tanto os animais acuados, resistem, quanto o bicho homem também resistirá, para garantir a manutenção da vida.

A Educação, nesse contexto, deve estar a serviço da vida, sendo eminentemente humana. Esta educação, que nasce das bases, da necessidade de sobrevivência, traz consigo o campo da resistência, da força humana e de sua própria exigência de organização, através de movimentos coletivos, associações e diversas expressões sociais de planejamento da vida. É importante refletir que, para consolidar o aspecto político e educativo da resistência, se faz indispensável despertar a consciência, o senso crítico deste sujeito, que precisa se enxergar na sua condição de oprimido, para que ele mesmo identifique aqueles que o oprimem, e daí, então, possa desenvolver estratégias e alternativas para sua própria sobrevivência, pela resistência, construindo para si um projeto de manutenção da vida em sociedade. Para tanto, cada um faz sua escolha, nas condições em que vive, e se suas decisões, nesse contexto, estão certas ou erradas, não estamos aqui para julgá-las, apenas para entendê-las.

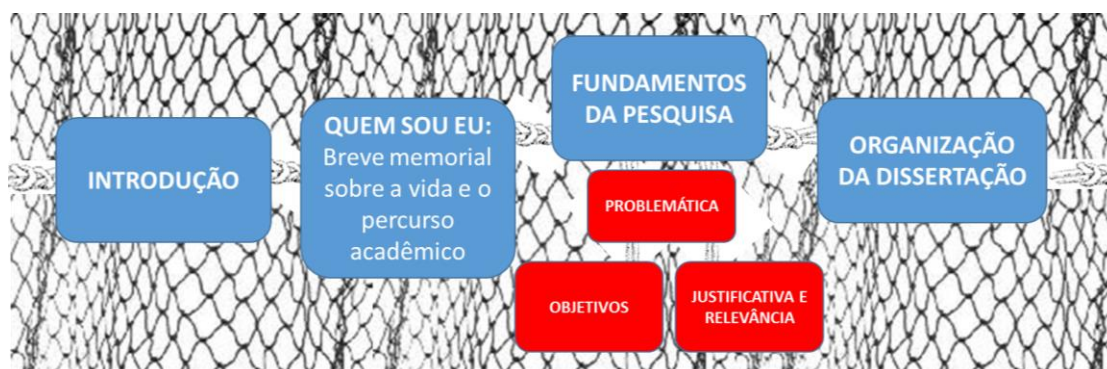
Este aqui é o lugar da educação que liberta, educação esta que contribui para que os sujeitos possam fazer suas escolhas, a partir da compreensão sobre e do ambiente que os rodeia, entendendo seu ser e estar no mundo, percebendo os impactos de suas ações sobre o mundo, e do mundo sobre suas ações, cientes de que estas os atingem, direta ou indiretamente.

Assim, o objetivo deste estudo é revelar o olhar desses oprimidos, sobre todos os aspectos supracitados, e dialogar com a educação originada no seio de suas ações. O

desencadeamento e a construção desse conhecimento se darão a partir da fundamentação teórica e do percurso metodológico apresentados nesta dissertação, tecidos como uma rede de pesca miúda, atenta ao que se fora desvelando nos contatos com os sujeitos da pesquisa, muito embora saibamos que os nós e anzóis deste percurso talvez não tenham sido suficientes para atingir toda a complexidade dessas relações, e que fomos deixados na “beirada”¹, diante de um mar de conhecimentos ainda a serem observados e apreendidos.

Neste capítulo introdutório, apresentamos um breve memorial sobre a vida e o percurso acadêmico da pesquisadora, os fundamentos da pesquisa, e, por fim, a organização da dissertação, conforme sua estrutura demonstrada na figura a seguir.

Figura 1 – Estrutura do capítulo 1



Fonte: Elaboração própria.

1.1 Quem sou eu: breve memorial sobre a vida e o percurso acadêmico

Autorretrato

*Minha vida é andar
Por esse país
Pra ver se um dia
Descanso feliz.
Guardando as recordações
Das terras por onde passei.
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei.*

(A vida do viajante, composição de Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil)

¹ Beirada – termo comumente utilizado na comunidade de marisqueiras e pescadores, que significa à margem.

Refletir sobre minha vida e formação leva-me a recordar, inevitavelmente, da herança arraigada de valores que obtive, junto a meus pais e familiares, na relação entre o campo e a cidade e na vivência comunitária. Sou a filha caçula de Antônio e Maria José, uma família de duas crianças (eu e minha irmã Wilma), e mais três irmãos, apenas por parte de pai, gerados antes do seu casamento com minha mãe. Estes irmãos, por parte de pai, viveram conosco, em períodos diferenciados de nossa infância, quando aprendemos a respeitar as diferenças e a compartilhar. A alegria sempre envolveu a minha infância, simples e saudável, com meus pais e irmãos, nas muitas viagens para o interior de Mata de São João/BA, terra de minha mãe, para visitar familiares, nos feriados, fins de semana, e para comemorar as festas juninas.

Vivi uma infância feliz, sempre rodeada de familiares, vizinhos, animais e plantas, na cidade e no interior. Tais aspectos ensinaram-me a olhar a existência humana, em sua simplicidade, a rir das pequenas coisas e, sobretudo, a aprender com os sábios e prontos a ensinar, tendo uma relação próxima, de cuidado e amor, pelas pessoas, plantas e animais.

Os valores e princípios cristãos foram adquiridos no seio da minha família, que, desde a mais tenra idade, levava-nos à igreja. Tais valores, morais e espirituais, consolidaram em mim a fé, o amor, a verdade, o respeito aos seres vivos, a honestidade, a alegria pela vida, o espírito voluntário, a organização, a disciplina e a esperança de que, mesmo nos momentos mais difíceis, se estivermos juntos, iremos superar toda e qualquer dificuldade.

Mesmo em uma família simples (originária do interior do Estado, meu pai de Esplanada/BA e minha mãe de Mata de São João/BA), morando em Salvador, numa casa modesta, meus pais sempre foram exemplos de determinação, fraternidade e alegria, para nós. Ambos influenciaram positivamente a minha vida, em especial a vida acadêmica, estimada por minha mãe, que sempre priorizou os nossos estudos e nos acompanhou em todas as etapas de nossa formação escolar. Do jardim de infância até a 1ª série, estudamos numa escola particular do bairro; a partir da 2ª série, fomos para escola pública, escolhida por minha mãe, com muito rigor. Da 2ª até a 4ª série, estudamos na Escola Vila Vicentina, uma escola pública da comunidade da Lapinha, próxima de casa, que era liderada por freiras e padres. E, a partir da 5ª até a 8ª série, fomos estudar no Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), no Barbalho, uma escola de maior porte, que possuía uma estrutura educacional completa de apoio aos estudantes. O Ensino Médio, por sua vez, realizamos no Colégio Estadual Anfrísia Santiago, onde cursamos a formação profissional para Técnico em Contabilidade.

Hoje é possível reconhecer, com maior clareza, o significado da base familiar constituída por meus pais e familiares, refletido nas escolhas que realizamos, sejam elas pessoais ou profissionais, na profundidade das relações comunitárias e na formação de qualidade que recebemos dos grandes educadores que contribuíram com nossa formação para a vida.

Trajetória pessoal e profissional ligada às Juventudes

Antes de percorrer a trajetória acadêmica, houve situações significativas que apoiaram a formação de nossa identidade e subsidiaram as nossas escolhas, na atuação profissional e na formação educativa. Aqui trataremos dessas experiências que teceram a trajetória social e profissional.

Recordando os movimentos de participação juvenil e a atuação como integrante do grupo de adolescentes voluntários “OXÊNTE”

Na oportunidade de formação no Ensino Médio, passei, em 1996, na seleção do Programa de Aprendizes do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, para a formação na Oficina de Vídeo, instituição que contribuía para a formação de jovens, através de programas de educação profissional e social. Nessa instituição, conheci os princípios da formação para a “Cidadania através do Trabalho” e tive experiências únicas de atuação social e voluntária. Fui aprendiz por um ano e meio, e, além de desenvolver habilidades ligadas à comunicação e à administração, descobri o potencial que tinha, como adolescente, na atuação comunitária.

Em 1997, ainda no programa, fui selecionada para representar o Liceu no 7º Encontro Nacional de Adolescentes, em Uberlândia/MG, onde conheci a experiência de outros adolescentes e jovens voluntários, que faziam a diferença, em suas comunidades, com o apoio das instituições locais, o que transformou a minha forma de pensar e agir no mundo. Nesse contexto, montamos um grupo de adolescentes chamado OXÊNTE – Grupo de Adolescentes Voluntários, e desenvolvemos diversas ações nas escolas públicas de Salvador, com foco em Adolescência, Direitos e Cidadania. Em 2001, ganhamos o Prêmio Jovens Voluntários e apoiamos as ações das instituições locais, com foco nas políticas públicas para a juventude de

Salvador, integrados à Rede de Protagonismo Juvenil e a movimentos locais e nacionais, como o Movimento de Intercâmbio Artístico e Cultural pela Cidadania (MIAC) e o Movimento de Adolescentes Brasileiros (MAB). Em 2003, encerramos a atuação do OXÊNTE e o nosso olhar voltou-se para a continuidade da formação acadêmica, o que me possibilitou ser assertiva na escolha do Curso de Graduação em Pedagogia, e ingressei na UNEB, neste mesmo ano.

Experiências profissionais no desenvolvimento do Protagonismo Juvenil na zona urbana

Em paralelo à atuação profissional, continuei a desenvolver ações voluntárias através do OXÊNTE, o que me possibilitou conhecer a rede de instituições sociais que atuavam na cidade de Salvador. Fui estagiária em empresas e instituições não-governamentais, na área administrativa, durante e após a conclusão do Ensino Médio.

De 2001 a 2004, trabalhei na Artilharia Futebol Society, um campo de Futebol, onde desenvolvi, por quatro anos, habilidades de secretariado, além de ser voluntária no Projeto Pequeno Artilheiro, que ajudei a construir, com vistas à formação de crianças e adolescentes, no Esporte para a Cidadania. Ali, mantive as ações sociais e voluntárias e, no ano de 2003, ingressei na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), para o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Cursei Pedagogia no período de 2003 a 2007, na UNEB. A escolha deste curso teve a influência dos movimentos sociais de que participava e a compreensão de que, através da Educação, poderia transformar realidades.

Em 2005, estagiei no Instituto Aliança com o Adolescente, no apoio às ações administrativas e pedagógicas. Em 2006, fui contratada pela Fundação Luiz Eduardo Magalhães, para atuar como facilitadora, no Programa Jovens baianos, que visava a formação de jovens para atuar nas comunidades do entorno escolar, como Agentes de Desenvolvimento Comunitário. Essa experiência foi muito valiosa para mim, pois associava a formação em Pedagogia à formação de jovens para atuação e mobilização comunitária, vivência que tive ao longo da minha história de participação social e protagonismo juvenil.

No período compreendido entre 2007 a 2012, fui contratada pela Fundação Odebrecht, para atuar nos programas educativos desenvolvidos no Baixo Sul da Bahia. Essa experiência me foi singular, pois convivi com comunidades que vivem no campo e em pequenos

municípios, como Ibirapitanga, Ituberá e Igrapiúna. Nesse período, atuei em casas familiares, em escolas públicas, no campo e da cidade, e em comunidades eminentemente rurais e quilombolas, na perspectiva de formação de jovens para a vida através do trabalho.

E, por fim, no período de 2012 até os dias atuais, atuo no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI/BA, sendo que, de 2012 a 2015, fui colaboradora na Área de Meio Ambiente, vivenciando experiências que deram origem a este projeto de pesquisa, e migrando, de meados de 2015 até o presente momento, para a Área de Inovações e Tecnologias Educacionais – ITED, onde contribuo no desenvolvimento de cursos técnicos e de qualificação na modalidade de Educação à Distância (EAD).

Um breve histórico sobre a vida acadêmica

A graduação em pedagogia plena na UNEB

Minha vida, em todas as suas facetas, pessoal, profissional, comunitária e acadêmica, sempre caminhou de forma integrada. As vivências junto aos movimentos de juventude levaram-me a entender que a Educação é um dos instrumentos mais eficazes de transformação da realidade. Vi que os estudos na área da contabilidade não eram suficientes para a realização dos meus sonhos. Desejava mais, pois sempre fui movida por desafios. E foi no aprendizado acadêmico, no curso de Graduação em Pedagogia, noturno, cursado na UNEB (de 2003 a 2007), que pude me encontrar na reflexão e na ação sistematizada. Iniciou-se, assim, um processo de descobertas e de grandes aprendizados.

Foi na sala de aula, durante o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, nas discussões com os meus colegas e professores, que encontrei o espaço propício para expor e discutir as inquietações que vivia no âmbito profissional e que, de alguma forma, me levariam a buscar alternativas de ação e solução para os desafios encontrados no caminho percorrido.

A Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica e Gestão Educacional

No curso de Pós-Graduação realizado na Fundação Visconde de Cairu (período de 2011 a 2012), aprofundi os estudos sobre a escola e gestão, focalizando a importância da atuação do coordenador pedagógico no suporte aos professores e no papel do gestor, como um

mobilizador e gerador de novas realidades, dentro e fora da escola. Assim, pude compreender, numa visão mais ampliada e crítica, o fenômeno educativo, percebendo a relevância da cooperação e da compreensão política das esferas institucionais da escola, como os grêmios, o conselho de pais e professores, na complexidade de suas interações sociais, para a definição e a execução do seu papel de ensino.

Mestrado em Educação

O pleito ao curso de Mestrado foi gerado a partir do estímulo de educadores da Pós-Graduação e de colegas de profissão na área ambiental, que me ajudaram a refletir e a compreender que a experiência vivida no campo e na zona urbana, com as juventudes, eram bagagens que me preparavam para uma nova fase de aprendizados, em busca de respostas para tantas inquietações sobre a vida, a militância pelas juventudes (no campo e na cidade), a escola e a comunidade.

A escolha da Linha de Pesquisa 3, que desenvolve estudos sobre Educação, Gestão e Desenvolvimento Local e Sustentável, deu-se em função de tudo que aqui foi registrado, para o avanço dos estudos que se aproximam da temática de desenvolvimento comunitário, das políticas públicas para as juventudes, foco de minha trajetória e inquietações, na articulação de saberes, para a prática de intervenção social.

E por fim...

Esse breve memorial buscou apresentar, de forma descritiva, o meu percurso acadêmico, com um olhar sobre a trajetória de minha vida. Trata-se de um conjunto de reflexões, experiências, vivências, conhecimentos adquiridos com vistas à análise de meu processo de formação educativa, de produção de conhecimento e da trajetória percorrida até hoje. A aproximação com a pesquisa, desde a graduação até este momento, faz-se latente na percepção de que a formação se dá na busca de conhecimentos, através da pesquisa, no processo de reflexão-ação-reflexão, associado à produção de conhecimento científico que contribua na mudança de realidades.

1.2 Fundamentos da pesquisa

1.2.1 A problemática da pesquisa

Diante dos avanços das políticas públicas que envolvem as questões ambientais, percebemos o caminho que tem sido traçado pela sociedade civil, com vistas à gestão ambiental compartilhada dos territórios, onde se potencializam as comunidades que são diretamente afetadas pelos impactos advindos do uso abusivo dos espaços e recursos naturais, os quais, por sua vez, são geradores de conflitos.

Cada vez mais, os órgãos ambientais têm sido provocados a monitorar a implantação dos grandes empreendimentos e a exigir das empresas/organizações a realização de programas e projetos de educação ambiental, no entorno de suas bases operacionais. Segundo confirmam Serrão e Loureiro (2011):

A legislação ambiental que rege o licenciamento ambiental determina que as empresas devam realizar projetos de educação ambiental (PEAs) com o objetivo de minimizar e/ou compensar os riscos e os impactos da atividade sobre os grupos sociais por ela afetados. (SERRÃO; LOUREIRO, 2011, p. 3)

Nessa perspectiva, as discussões giram em torno da legitimidade dessas ações, voltadas, inicialmente, apenas para o cumprimento das condicionantes aplicadas pela legislação. É possível pensar também que se o Estado tem deixado de assumir o seu papel, no que diz respeito à possibilidade de consolidação de propostas educativas, obrigatórias, as empresas, através do que conhecemos como “Responsabilidade Social”, atuam nas comunidades, através de outras instituições e Organizações Não Governamentais (ONG), realizando o papel do Estado, muitas vezes silenciando a comunidade, outras vezes, de fato, assumindo o compromisso de desenvolvê-la, o que se torna um desafio para o licenciamento ambiental e as organizações envolvidas no processo.

Em outro desafio está a distinção e clareza do que é direito, do que é assistencialismo e do que é responsabilidade social, principalmente no olhar da comunidade sobre os programas que a ela são apresentados e, conseqüentemente, desenvolvidos. É comum observar que a relação mantida entre empresa e comunidade assume um caráter assistencialista, uma vez que a empresa disponibiliza recursos para a manutenção das associações locais, promove programas para que elas desenvolvam projetos e concorram aos seus próprios editais, financiam equipamentos e disponibilizam serviços como se estivessem, de algum modo,

pagando pelo silenciamento da comunidade, ou, de alguma forma, ressarcindo-a pelos impactos ambientais provocados na região.

Despertar o senso crítico, a autonomia, fortalecer a atuação transformadora e emancipatória da realidade local, fortalecendo as redes de cooperação, torna-se, então, fundamental a esse processo formativo, para a manutenção do desenvolvimento local. Nesse sentido, Jacobi (2003) destaca a importância da produção de conhecimento, incluindo o papel dos diversos atores envolvidos e suas formas de organização social, para um desenvolvimento alternativo, que priorize esse novo perfil, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

Para Mutim (2007), é preciso **operar pedagogicamente**, o que significa pensar e acreditar que é possível trabalhar sistematicamente para aliar a melhoria tecnológica a novos padrões de comportamento, ao aperfeiçoamento das políticas públicas e à garantia de direitos; ao fortalecimento das instituições e à capacidade de articulação, com o estabelecimento de parcerias, intercâmbios, cooperação e solidariedade. Esses elementos são fundamentais para a relação entre educação, gestão e desenvolvimento local.

Nesse contexto, é retomada a discussão sobre a importância de participar de processos de transformação social, mas é importante ponderar: até que ponto se tem consciência crítica sobre os processos de participação em prol de uma causa justa? Como escapar de intenções que não sejam legítimas? A participação contribui ou não para o desenvolvimento da consciência para a emancipação? Que aprendizados podemos obter de experiências como esta? É possível ter esperança diante do colapso do sistema, do descrédito na gestão política do Brasil? Qual seria esse novo horizonte?

Segundo Nascimento (2013):

[...] foram recolhendo aqui e acolá, entre escombros deixados pela racionalidade moderna, fragmentos de esperança entre os movimentos sociais, na volta da intervenção de cotidianos das vidas desperdiçadas, e, como estetizado em *A volta da Asa Branca*, passam a anunciar a possibilidade de um novo tempo. [...] Esses novos horizontes, por sua vez, deveriam ser marcados pela solidariedade entre os homens, pelo reconhecimento e respeito pelas diferenças, pela retomada de um sentido ético a partir dos indivíduos. (NASCIMENTO, 2013, p. 26)

Entende-se assim, que é necessário encontrar caminhos de reflexão que contribuam para o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos e dos contextos locais. Caminhos estes que valorizem a vida, que enxerguem para além da crise e mobilizem pessoas conscientes, para o bem, para a ética, para o respeito à diversidade e para o diálogo.

Como expressa Nascimento (2013):

[...] a educação vem sendo entendida como um amplo processo de intenso envolvimento social [que pode nascer da participação], de diálogo permanente entre os sujeitos da educação, assim como de sua interação com o mundo por onde possam emergir novas sociabilidades que possam resultar em recomposição do tecido humano e da harmonia sociais. (NASCIMENTO, 2013, p. 27)

Este processo, então, pode ou não estar associado a sistemas educacionais escolares. Nesse contexto, compreende-se que a educação pode ser desenvolvida através do diálogo e das experiências no mundo, e a participação pode contribuir de maneira efetiva nessa construção.

A Educação tem, em si, as dimensões: do movimento, da interação, da relação, do diálogo, da participação, do bom senso, da afetividade, do subjetivo, dos valores, da ciência, da solidariedade, da justiça social, da ética, da criatividade, da aprendizagem, da alteridade e, sobretudo, da vida. Ela nos conduz a uma dimensão espiritual e por isso não deve ser carregada como um fardo; não deve possuir amarras, mas deve promover o amor, a responsabilidade pelo outro, a paz e a liberdade. Para Freire (1996, p. 30), “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”. Portanto, para estar no mundo e com o mundo, é preciso envolver-se, inserir-se, o que implica decidir, escolher e intervir na realidade.

É preciso ver, perceber, sentir, reconhecer, conviver com o mundo, resistir para preservar a vida, compreender qual futuro nos espera, o que é possível realizar para modificá-lo, nos opondo a qualquer ofensa que destrua o nosso ser. É necessário reaprender a viver. Para Boaventura (2001):

A educação planetária deve ser entendida como aquela que favorece nas pessoas a compreensão das múltiplas dimensões do mundo atual e futuro, que associa com a comunicação, tecnologia e transações econômicas, suscitando a educação para a paz, direitos humanos, meio ambiente, sustentabilidade [grifo nosso] e compreensão internacional. (BOAVENTURA, 2001, p. 27)

Compreender o mundo é também reconhecer a importância das pessoas, dos outros seres vivos, estabelecendo uma relação de equilíbrio. É válido, assim, recordar que os impactos da atuação do homem no mundo agrediram e continuam a agredir a natureza e todos os seres vivos, havendo um evidente desequilíbrio, que tem provocado o colapso planetário e ameaçado a vida na Terra. Ponderar, então, sobre a busca de alternativas de mudança, nessa relação com o mundo e com o outro, se faz necessário e a educação, mais do que nunca, tem o papel de contribuir para o respeito à vida – este me parece ser o grande desafio.

Compreende-se, assim, que o mundo construído deixou para trás a essência do ser e do estar no mundo. Para Levinas (1982, p. 92), “a humanidade do humano – a verdadeira vida

– está ausente. [...] Ser humano significa viver como se não se fosse um ser entre os seres. Como se, pela espiritualidade humana, se invertesse as categorias do ser, num *de outro modo que ser*”.

Nesse contexto, este ser humano se dissociou dos outros seres, desinteressou-se e perdeu sua própria identidade. Ainda segundo Levinas (1982), é preciso:

[...] afirmar a própria identidade do eu humano a partir da responsabilidade, isto é, a partir da posição ou da deposição do eu soberano na consciência de si, deposição que é precisamente a sua responsabilidade por outrem. A responsabilidade é o que exclusivamente me incumbe e que, *humanamente*, não posso recusar. Este encargo é uma suprema dignidade do único. Eu, não intercambiável, sou eu apenas na medida que sou responsável. (LEVINAS, 1982, p. 92-93)

Este é o desafio de ser responsável por outrem, isto é, pensar na contramão do que está posto na sociedade contemporânea. Educar, assim, na perspectiva da responsabilidade com o outro, é requerer uma transformação social e coletiva, de cultura e pensamento. Para Morin (2000, p. 74), “[...] a verdadeira transformação só poderia ocorrer com a intertransformação de todos, operando assim uma transformação global, que retroagiria sobre as transformações individuais”.

Os movimentos sociais, as associações e cooperativas, nos trazem aprendizados dessa relação do sujeito envolvido na busca por melhoria da vida e de transformação social, através da coletividade, e certamente são searas férteis para os estudos aqui propostos, com vistas à compreensão do *locus* e dos sujeitos da pesquisa, seu envolvimento consigo mesmos, com o coletivo e o meio ambiente.

Assim nasce o estudo sobre as marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação,² que objetiva compreender os caminhos percorridos pelas comunidades locais, impactadas pelos interesses do capital, em busca por alternativas de sobrevivência. Como lidam cotidianamente com os efeitos da contaminação de seus rios e do meio ambiente, em seu entorno, gerados pela instalação da Petrobras; como aprendem a se organizar e a lutar coletivamente, e como ensinam, aos mais jovens, a importância de seus saberes para a manutenção da vida, de sua cultura e seu conhecimento sobre o meio ambiente.

² Cação é apenas o nome comercial do tubarão, dependendo da cultura do local. Em algumas regiões, os tubarões pequenos são chamados de cação. Culturas pesqueiras regionais podem usar este nome para identificar algumas espécies de tubarão. Mas cação-anjo é o mesmo que tubarão-anjo e cação-martelo é o mesmo que tubarão-martelo. “Não existe norma alguma para essas denominações. Cientificamente, não há nada que distingue um do outro”. (Revista Superinteressante, edição 104, 1996). Disponível em: <<http://super.abril.com.br/ciencia/cacao-e-tubarao-sao-o-mesmo-peixe>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

- Um novo olhar, de descoberta:

Quantos estudos não haveria ali, como ficavam todos bonitos fazendo ali suas tarefas, agora também ela ia ser pescadora! Até pouquinho, estivera meio convencida, porque ia ser professora e, portanto, sabia muito mais coisas do que todos eles juntos, mas se via que não era assim. Tinha gente que pescava o peixe, gente que plantava a verdura, gente que fiava o pano, gente que trabalhava a madeira, gente de toda espécie, e tudo isso requeria grande conhecimento e muitas coisas por dentro e por trás desse conhecimento — talvez fosse isto a vida, como ensinava vô Leléu, quanta coisa existia na vida! Que beleza era a vida, cada objeto um mundão com tantas outras coisas ligadas a ele e até um pedaço de pano teve alguém para prestar atenção só nele um dia, até tecê-lo e acabá-lo e cortá-lo, alguém que tinha conhecimentos tão grandes como esses pescadores e navegadores, mas já se viu coisa mais bonita neste mundo do nosso Deus? (RIBEIRO, 2011, p. 206)

Obtendo, por fim, como desfecho, a caracterização da comunidade estudada, seus conhecimentos na relação com ao meio ambiente, sua cultura, sua forma de organização para a superação das dificuldades relacionadas aos impactos ambientais que os atinge diretamente.

1.2.2 Objetivos

O **objetivo geral** é compreender os conhecimentos aprendidos por marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação, em sua relação com o meio ambiente, antes e depois da implantação dos empreendimentos petrolíferos, na região de Madre de Deus, Bahia (Baía de Todos os Santos), analisando em que medida a comunidade utiliza esses conhecimentos para ampliar a consciência de si, sua cultura e sua sobrevivência, como marisqueiras e pescadores.

Para atingir o objetivo geral, refletimos sobre alguns aspectos relevantes, definidos nos seguintes **objetivos específicos**:

- Descrever o processo de implementação das refinarias de petróleo no Recôncavo baiano e os impactos ambientais desse processo na região de Madre de Deus;
- Compreender como a comunidade local organiza-se para superar as dificuldades relacionadas aos impactos ambientais que a atingem diretamente, na forma de riscos permanentes;
- Identificar programas formativos, promovidos por instituições educacionais ou empresas, na comunidade de Cação, e suas influências na formação da mentalidade dos líderes comunitários em relação às mudanças da realidade local.

1.2.3 Justificativa e relevância

Refletir sobre os conceitos da educação ambiental, educação do campo, políticas públicas e participação social, torna-se oportuno diante das diversas frentes de mobilização social, da discussão e de ações educativas em prol da vida e do desenvolvimento local.

É preciso reconhecer que o Estado, por si só, não dá conta de realizar sua missão na instituição de políticas públicas, sua implementação e fiscalização, no atendimento das necessidades da sociedade de modo geral. Deve-se considerar, ainda, que, na maioria dos casos, sua ineficiência no acompanhamento desses processos que visam à garantia dos direitos de bem-estar social promovem o descrédito e o desinteresse pelas ações de mudança coletiva, trazendo para o foco os interesses individuais (CONTRERAS, 2001). Nesse contexto, o papel do Estado é paulatinamente assumido por organizações e empresas, com e sem fins lucrativos, que, através de parcerias e convênios, atuam como braços do Estado, no contexto local, e ganham força e visibilidade nas relações com a comunidade, muitas vezes sendo confundidas com a mesma, pois passam a ser agentes promotores da qualidade de vida da sociedade. Contudo, é importante considerar a fragilidade desse processo de mudança de papéis, suas contradições e antagonismos (LOUREIRO, 2009).

O paradoxo que é possível considerar, nesse aspecto, nos leva a refletir sobre a percepção e o olhar da comunidade sobre os programas de cunho socioambiental desenvolvidos por empresas, em parceria com organizações educacionais e sociais, para o atendimento às condicionantes exigidas pelos órgãos ambientais, e sua relação com os princípios da responsabilidade social.

Com vistas à compreensão de como a comunidade enxerga sua relação com essas organizações, os impactos oriundos da atuação das empresas na região em que vivem, a importância da preservação do meio ambiente e do fortalecimento de ações educativas eficazes que visam um desenvolvimento local, crítico e transformador da realidade socioambiental, faz-se necessário entender em que medida a comunidade tem consciência ou não da exploração a que é submetida, das perdas provocadas pelos impactos ambientais, e de que modo ela se organiza para tratar dessas questões, com vistas à manutenção da vida, de sua cultura e da garantia de sua sobrevivência.

É sabido que a implantação de empreendimentos de grande porte, como refinarias, provoca efeitos adversos e impactos no seu entorno, gerando uma relação eventualmente tensa

com a população de sua área de influência. Por esse motivo, muitos programas são implantados por essas empresas, para atendimento à comunidade no entorno desses empreendimentos, com vistas ao cumprimento das condicionantes ambientais, muitas vezes, também, com propósitos de desmobilizar a comunidade e cooptar seus líderes comunitários para que estes os apoiem nas negociações junto às famílias. Contudo, que relação se mantém com a comunidade envolvida nessas ações? Será que esses programas contribuem com a transformação da realidade dessas comunidades? Essas discussões sobre as questões socioambientais fazem sentido para esses sujeitos e tornam viáveis novas perspectivas de crescimento do seu potencial, para contribuir no enfrentamento de outros problemas de interesse local? Será que estes líderes comunitários são realmente cooptados e fazem o elo entre a comunidade e os interesses do capital?

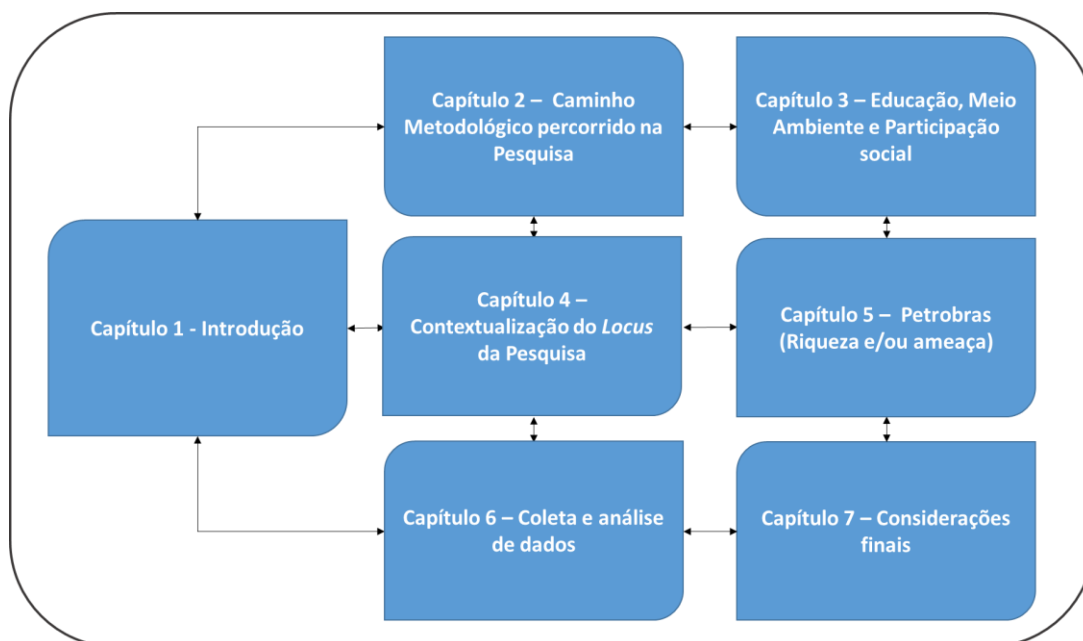
Nesta perspectiva, a proposta dessa investigação se torna relevante para a análise do processo de educação dessas comunidades, o que elas têm a nos ensinar sobre sua vida e sua relação com o meio ambiente, compreendendo em que medida possuem consciência ou não da exploração que sofrem e como se articulam para superar esse desafio, diante da relação que mantêm com as empresas que modificaram seu cenário e modo de vida. Desse modo, contribuir para o estreitamento da relação da universidade com as comunidades dessa região, aprofundando o conhecimento sobre sua vida, cultura e sua interação com todo o ambiente natural e modificado pelo homem, além de contribuir para a sensibilização dos envolvidos, para uma atuação crítica e política junto às esferas estaduais, empresariais, sociais, atua na promoção da cidadania e do desenvolvimento local.

O estudo sobre o olhar e a vida das marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação contribuirá, de maneira diferenciada, para a reflexão sobre o conhecimento cultural dos povos do mar e sua relação com o ambiente modificado, desvelando um novo universo de pesquisa social, para futuras discussões e o aprofundamento das temáticas aqui abordadas.

1.3 Organização da dissertação

Os estudos aqui propostos, foram sendo desenhados no percurso da pesquisa exploratória, sendo assim, para os fins desta dissertação, estruturou-se sete capítulos, incluindo esta introdução, conforme mapa conceitual, apresentado na figura a seguir:

Figura 2 – Estrutura da Dissertação



Fonte: Elaboração própria.

No primeiro capítulo, **INTRODUÇÃO**, apresentamos um breve memorial da pesquisadora, fundamentos da pesquisa e a organização da dissertação.

No capítulo 2, **CAMINHO METODOLÓGICO** são elucidados os avanços e percalços da trajetória da pesquisa.

No capítulo 3, por sua vez, **EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**, são discutidos estes temas.

No capítulo 4, **CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCUS DA PESQUISA**, são apresentados os estudos sobre Madre de Deus e a comunidade de Cação.

No capítulo 5, **PETROBRAS: RIQUEZA E/OU AMEAÇA**, são discutidos a história da Petrobras, sua importância na região e envolvimento nas tensões e conflitos locais, após sua implantação.

No capítulo 6, **COLETA E ANÁLISE DE DADOS**, é apresentada a coleta e análise dos achados da pesquisa sobre a vida das marisqueiras e dos pescadores da comunidade de Cação.

E por fim, o capítulo 7, abordará as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, obtidas na pesquisa, seus aspectos relevantes (pontos fortes) e caminhos a percorrer (limites desta pesquisa), trazendo para o foco da discussão a análise de tudo o que foi produzido nos capítulos supracitados desta pesquisa.

2 CAMINHO METODOLÓGICO – AVANÇOS E PERCALÇOS NA TRAJETÓRIA DA PESQUISA

*Minha vida se divide em três fases.
Na primeira, meu mundo era do tamanho do universo
E era habitado por deuses, verdadeiros e absolutos.
Na segunda fase meu mundo encolheu,
ficou mais modesto e passou a ser habitado
por heróis revolucionários que portavam armas
e cantavam canções de transformar o mundo.
Na terceira fase, mortos os deuses,
mortos os heróis, mortas as verdades e os absolutos,
meu mundo se encolheu ainda mais
e chegou não à sua verdade final
mas a sua beleza final:
ficou belo e efêmero como uma jabuticabeira florida.*

(Rubem Alves, 2010, p. 8)

Em concordância com Rubem Alves (2010), é o sentimento que fica depois de percorrida a trajetória da pesquisa. O caminho nos desnuda, a cada passo dado, ao tempo que se revelam em nós outras formas de compreensão da realidade, laços são desatados por dentro e outros são constituídos. A morte das certezas, a ressurreição das dúvidas, o isolamento reflexivo na caverna, e, enfim, a luz, o estranhamento, os percalços do caminho que levaram um pedaço de nós mesmos, as muitas pedras retiradas e, no fim, a revelação das flores, ainda não em sua plenitude, mas lindas, o aquecer do sol e da vida pela vida, agora as falas são de alma para alma, almas que se encontram e evidenciam o seu achado, o conhecimento, a sabedoria.

A definição do percurso metodológico traçado nesta pesquisa possibilitou alcançar o questionamento posto: compreender os conhecimentos aprendidos por marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação, em sua relação com o meio ambiente, antes e depois da implantação dos empreendimentos petrolíferos, na região de Madre de Deus, Bahia (Baía de Todos os Santos), analisando em que medida a comunidade utiliza esses conhecimentos para ampliar a consciência de si, sua cultura e sua sobrevivência, como marisqueiras e pescadores. Nesse contexto algumas etapas foram realizadas, sendo elas: 1) Pesquisa Bibliográfica e Documental; 2) Contato com o campo empírico e pesquisa exploratória; 3) Elaboração dos

instrumentos utilizados na pesquisa; 4) Coleta de dados e transcrição das entrevistas realizadas; 5) Sistematização e análise dos dados coletados.

Nesse contexto, atrelados à experiência vivida no campo empírico, definimos a estrutura deste capítulo da forma a seguir.

Figura 3 – Estrutura do capítulo 2



Fonte: Elaboração própria.

No caminho percorrido neste estudo, o método se molda a partir do objeto em estudo e as posturas dos sujeitos pesquisados.

Assim, esta pesquisa caracteriza-se por ser de natureza eminentemente qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tendo como referência o estudo de caso, e parte inicialmente de um cuidadoso levantamento bibliográfico, que incluiu conteúdos de ordem teórico-metodológica e socio-histórica e a pesquisa documental, que se prolongou até mesmo aos períodos de observação do contexto local – *modus* de vida e análise do conteúdo obtido com a transcrição e a organização dos dados obtidos nas entrevistas, além da análise dos registros fotográficos e da observação participante.

Nesse contexto, a proposta de desenvolvimento desta pesquisa se baseia em um estudo de caso na comunidade de Cação, especificamente no que diz respeito às marisqueiras e aos pescadores, em sua maioria, vinculados à Associação de Marisqueiras e Pescadores de Cação – APEMAC. Sobre o estudo de caso, Martins (2008) assevera que ele, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, possibilita a penetração em uma realidade social, não conseguida plenamente por um levantamento amostral e uma avaliação exclusivamente quantitativa.

Assim, compreende-se que este método possibilita, nos seus diversos desdobramentos, utilizar mecanismos mais amplos para uma maior apreensão do fenômeno, em estudo, e para uma melhor compreensão dos seus aspectos e dimensões. Para tanto, o estudo de caso utiliza-se de protocolos de aproximação com o caso e de um planejamento que possibilite uma ampliação da realidade social, com vistas à garantia de resultados mais legítimos sobre a realidade estudada.

Para que essa pesquisa se tornasse mais abrangente não poderia ficar restrita a um campo delimitado de análise de dados, mas a cada momento em campo, sendo assim, o objeto revelava-se de formas diferentes e complementares, que traziam reflexões, significados e provocavam novas inquietudes. Para Yin (2001, p. 32), o estudo de caso é aconselhável, quando o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo, no contexto da vida real, o que nos levou a tentar compreender e explicar os sujeitos da pesquisa, em seu cotidiano, e tentando perceber o seu olhar, diante dos impactos promovidos pela implementação dos empreendimentos petrolíferos na região de Madre de Deus.

Assim, construímos esta pesquisa com o apoio e o diálogo constante com os autores que refletem sobre a temática *ambiental*, como Boaventura (2001); Giddens, (1991); Lourenço (2008); Miller (2012); Loureiro (2009); Serrão e Loureiro (2011); Nunes e Mutim (2014) e Mutim (2007); que revelam estudos históricos sobre a *Petrobras*, a exemplo de Espinheira e Pereira (2010), além daqueles que expressam o significado e a relevância da *Educação Popular*, tais como Freire e Nogueira (2011) e Brandão (1995); e da *Educação Comunitária, Economia Popular e Participação*: Gadotti e Gutiérrez (2001); e a *Educação do Campo*, como Nascimento (2013); Ramos (2015) e Frigotto et al (2012), dentre outros autores e abordagens que discutem a contemporaneidade.

2.1 Abordagem metodológica

O estudo apresentado é exploratório e descritivo, baseado numa abordagem qualitativa, tendo como referência o estudo de caso. Nesse contexto, consideramos o cotidiano e o depoimentos dos sujeitos da pesquisa, sem a preocupação com dados estatísticos e numéricos. Contudo, nada impede que o estudo de caso apresente dados quantitativos, com vistas a dar maior clareza aos aspectos investigados, mas seu uso não terá tanto enfoque e o tratamento estatístico não terá tanta sofisticação (GODOY, 1995).

Compreendemos do mesmo modo que Boaventura (2007), salientando que, as ciências sociais, especialmente a educação, caracterizam a investigação qualitativa como fonte direta de dados, no ambiente natural, constituindo-se o pesquisador no instrumento principal. Boaventura (2007, p. 47-51) ao citar Bogdan e Biklen (1994), ainda assevera que, “É uma pesquisa descritiva em que os investigadores, interessando-se mais pelo processo do que pelos resultados, examinam os dados de maneira indutiva e privilegiam o significado.

No estudo do fenômeno, subsidiaram a pesquisa, a observação da vida dos sujeitos em momentos de conversação, a aplicação de questionários e entrevistas, além de registros fotográficos.

Para tanto, Dalfovo e outros (2008) ressaltam:

Foco na interpretação [que os próprios participantes têm da situação sob estudo], ênfase na subjetividade, flexibilidade do processo de conduzir a pesquisa, orientação para o processo e não para o resultado, preocupação como o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência, reconhecimento do impacto do processo de pesquisa sobre a situação de pesquisa: admite-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciada. (p. 10)

Sendo assim, a pesquisa foi-se desdobrando mediante a relação estabelecida entre os sujeitos, pesquisador e comunidade, a cada passo, experiência e interação com a comunidade as interpretações foram construídas no cotidiano. Segundo André (1998, p. 17-18), a pesquisa qualitativa de caráter fenomenológico enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano, o mundo do sujeito, suas experiências cotidianas, suas interações sociais e os significados que dá a essas experiências e interações. É por meio das interações sociais que vão sendo construídas as interpretações, os significados e a visão da realidade pelo sujeito.

Segundo Demo (1995), a avaliação qualitativa centra-se especificamente no tratamento metodológico da dimensão qualitativa da realidade social. Nessa perspectiva, o desafio é como realizar metodologicamente a qualidade política. Para tanto, segundo este autor, existem alguns passos necessários, após construída a problemática da pesquisa:

a) é preciso pelo menos **conviver** com o fenômeno, no sentido de buscar familiaridade, ultrapassando o limiar do visitante; b) é preciso **vivenciar** o fenômeno, passando da familiaridade à intimidade, tornando-se já parte aceita dele; c) por fim, o estágio mais alto é a **identificação ideológica prática**, através da qual se assume como próprio projeto político da comunidade. (DEMO, 1995, p. 243)

Neste estudo, nos atemos ao primeiro passo – conviver, nos aproximando do segundo passo (vivenciar), através de algumas experiências vivenciadas na etapa exploratória.

Demo (1995) enfatiza, ainda, que talvez se possa dizer que o ponto qualitativo dessa abordagem está precisamente na produção de conhecimento através do método de diálogo. Busca-se um dado dialogado, muito diverso do dado empírico clássico, que aparece como produto do processo de discussão, um dado discutido, curtido, construído em consórcio, discutível por definição e por isso científico. “Diálogo é uma fala contrária, um confronto dialético, na unidade de contrários” (1995, p. 244). Assim, a pesquisa se apropria dos depoimentos dos sujeitos e dos seus testemunhos, para validar as hipóteses ou não, situando o olhar das marisqueiras e dos pescadores, ou seja, dos sujeitos da pesquisa, como avaliação curtida comunitariamente, com vistas à conclusão teórico-prática.

Buscamos nos envolver com os sujeitos, sem interromper suas atividades, observando e participando do seu cotidiano, inserindo-nos na dinâmica histórica do fenômeno participativo. Implicar-se, participar, adquirir familiaridade, observar, ouvir ativamente os sujeitos, estes são alguns dos aspectos que se tornaram características fundamentais para a obtenção da avaliação qualitativa dos estudos aqui apresentados.

Essas características exigem um olhar diferenciado e a adoção de uma estratégia que possibilite a apreensão e o tratamento da multiplicidade de dimensões, e nessa percepção, a abordagem qualitativa dispõe de vários tipos de estratégias, dentre as quais encontra-se o **Estudo de Caso**. Martins (2008) assevera que o objetivo desse tipo de pesquisa é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente. E continua a assinalar:

[...] Trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de seu contexto real (pesquisa naturalista), onde o pesquisador não tem controle sobre os eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto. Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado – problema da pesquisa –, o Estudo de Caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela avaliação quantitativa. (MARTINS, 2008, p. 9)

Para Ventura (2007), o estudo de caso tem origem na pesquisa médica e na pesquisa psicológica, mas se tornou uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Nessa perspectiva, Yin (1994, p. 13 apud SARMENTO, 2011, p. 1) define o estudo de caso, como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real de vida, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são absolutamente evidentes”.

Para Chizzotti (2006 apud VENTURA, 2007), o estudo de caso, como modalidade de pesquisa, origina-se nos estudos antropológicos de Malinowski e na Escola de Chicago e, posteriormente, tem seu uso ampliado para o estudo de eventos, processos, organizações, grupos e comunidades.

Já, para Nisbet e Watt (1984 apud SARMENTO, 2011), a “**marca de origem**” revela-se frequentemente nos estudos de caso de inspiração etnográfica. Estes, incidindo nos aspectos simbólicos e culturais da ação social, procuram usualmente introduzir na investigação a “realidade tridimensional” que resulta do relato do vivido, visando à apropriação dos aspectos existenciais que se revelam fundamentais na interpretação do modo de funcionamento das organizações e de outros contextos singulares de ação.

Alguns aspectos desses estudos tiveram inspiração etnográfica associadas à experiência de Miller³ (2012), que desenvolveu estudos de base antropológica, etnográfica e no campo da etnobiologia, nas comunidades de coletoras e pescadores do Rio Grande do Norte.

Sobre o enfoque exploratório e descritivo desta pesquisa, Godoy (1995, p. 25) salienta “que o pesquisador que pretende desenvolver um estudo de caso deve estar aberto às descobertas, [...] e alerta aos novos elementos ou dimensões que poderão surgir no decorrer do trabalho”. Para o autor, o estudo de caso caracteriza-se como um tipo de pesquisa, cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado do ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular, e proporciona a vivência da realidade por meio da discussão, da análise e da tentativa de solução de um problema extraído da vida real. Muito embora sem o objetivo de resolver, em nossos estudos, uma questão local, foi necessário compreender o cotidiano dos sujeitos, conviver com seus conflitos humanos e institucionais, e, de alguma forma, contribuir através de reflexões e discussões, no instante em que fomos questionados pelos sujeitos, sobre algum evento novo e imprevisível que surgiu na trajetória da pesquisa.

Desta forma, Godoy (1995) nos orienta que,

Para uma apreensão mais completa do fenômeno em estudo, é preciso enfatizar as várias dimensões em que ele se apresenta, assim como o contexto em que se situa. As divergências e os conflitos, tão característicos da situação social, devem estar presentes no estudo (GODOY, 1995, p. 25-26).

³ Francisca de Souza Miller – Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (1993) e doutora em Ciências Sociais (Antropologia), pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente, é professora adjunto II da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autora do Livro *Pescadores e coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2012.

Para Godoy (1995), o estudo de caso tornou-se a estratégia dos pesquisadores que procuram responder às questões “como” e “por quê” certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e o foco de interesse está em fenômenos atuais, que só poderão ser analisados em algum contexto da vida real.

Utilizamos uma variedade de dados, desde a investigação pautada na pesquisa bibliográfica e documental, como no levantamento de dados secundários, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), na etapa de visitas técnicas para a delimitação e o reconhecimento do campo de estudo, até a realização da etapa exploratória da investigação dos sujeitos, via entrevistas e observação de sua vida na prática. Nesse contexto, Godoy (1995) enfatiza que o estudo de caso possui, como técnicas fundamentais de pesquisa, a observação e a entrevista, técnicas estas de grande relevância no estudo que ora apresentamos.

Segundo Bonoma (1985 apud BRESSAN, 2000), o método do estudo de caso é útil [...] quando um fenômeno é amplo e complexo, onde o corpo de conhecimentos existente é insuficiente para permitir a proposição de questões causais e quando um fenômeno não pode ser estudado fora do contexto no qual ele naturalmente ocorre. (BRESSAN, 2000, p. 2)

Uma vez discutidas e apresentadas as características gerais da pesquisa qualitativa, com foco em seu aspecto exploratório e descritivo, e por compreender que este estudo trata de sujeitos específicos e suas interações numa realidade característica e particular, na qual consideraremos aspectos de sua subjetividade e cultura, esta pesquisa se apresenta como um estudo exploratório, na modalidade qualitativa, do tipo estudo de caso.

2.1.1 Trajetória detalhada

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com desafios que nos exigiram ampliar o escopo das fontes de estudo, para compreender as dimensões e categorias definidas no projeto de pesquisa. Deste modo, apresentamos, a seguir, um quadro-resumo das principais atividades realizadas, pertinentes à trajetória desta pesquisa. Sinalizamos que, descrevemos algumas etapas apresentadas no Quadro a seguir, de modo sistematizado, para melhor compreensão dos aspectos estabelecidos.

Quadro 1 – Resumo das atividades desenvolvidas na pesquisa e seus desdobramentos

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADES	DESDOBRAMENTOS
Levantamento de documentos, relatórios institucionais com empresas sobre o desenvolvimento de ações em Madre de Deus	Dados primários e secundários, relatórios institucionais, pesquisa em periódicos e artigos científicos.
Levantamento de instituições locais	Contato telefônico e agendamento de visitas técnicas.
Visitas técnicas	Contato e apresentação do projeto de pesquisa.
Identificação, agendamento com instituição – APEMAC ⁴ e permissão para iniciar a pesquisa	Autorização verbal e formal da instituição; aplicação do questionário de dados relevantes dos informantes.
Visitas para assinatura de documentos da pesquisa	– Leitura, interpretação e assinatura dos termos institucionais que formalizaram a liberação para início da pesquisa; identificação dos primeiros informantes.
Cadastro na Plataforma Brasil	– Lançamento do projeto e dos primeiros documentos institucionais para submissão ao comitê de ética.
Construção da Plataforma Teórica - Levantamento do referencial teórico para atividade de campo	Visita a Bibliotecas, para estudos preliminares e seleção de referências, textos, periódicos, livros, além de levantamento de teses e dissertações elaboradas sobre o tema e sobre a região, que orientem a abordagem e a aproximação com o fenômeno.
Definição e elaboração dos protocolos de pesquisa	Orientações, elaboração e revisão dos instrumentos de pesquisa (Protocolos).
Agendamento das Entrevistas ⁵	Entrevistas: – Grupo A: 3 informantes; Grupo B: 2 informantes – Individuais (1, 2, 3, 4)
Visita técnica ao Centro de Integração Social/CRAS, situado na comunidade de Cação	Conversa com a Assistente social responsável pelo Centro de Integração Social/CRAS.
Visita ao projeto Portas Abertas – Transpetro	A convite da APEMAC, fui acompanhá-los na visita ao Projeto da Transpetro, Portas Abertas, e conhecer a empresa de logística e transporte da Petrobras.
Visita à MAPOTECA da CONDER (base de dados de Madre de Deus)	Solicitação de mapa da Região Metropolitana de Salvador e levantamento de fotografias históricas e mapas da região, outros documentos e perfil da região de Madre de Deus.
Visita ao IBGE	Levantamentos de dados secundários da região de Madre de Deus e dos setores censitários específicos do nosso estudo.
Visita ao Ministério da Pesca	Objetivando levantar informações sobre o cadastro de pescadores nessa instituição, mas sem sucesso no contato estabelecido
Coleta de dados	Em dias combinados com os sujeitos da pesquisa, nos dirigimos à região para a realização das entrevistas e a observação participante.
Sistematização dos documentos e informações	Realização das transcrições, sistematização e organização dos arquivos, documentos e pastas.
Análise os dados e elaboração do Relatório da Pesquisa	Análise do conteúdo contido nas transcrições, triangulações e elaboração preliminar do relatório da pesquisa.
Revisão e ajustes no Relatório da Pesquisa	Orientações e ajustes no relatório. Elaboração da apresentação. Agendamento da Defesa e encaminhamento para a Banca.
Defesa da Dissertação	Apresentação da dissertação para a Banca do Mestrado em Educação e Contemporaneidade.

Fonte: Elaboração própria.

⁴ APEMAC – Associação de Pescadores e Marisqueiras de Cação.

⁵ As entrevistas aqui, foram condensadas, mas ocorreram ao longo da pesquisa.

O planejamento do protocolo das atividades supracitadas foi sendo gerado, a partir da relação com os sujeitos e os desdobramentos do universo destes. À medida que nos aproximávamos, novas questões surgiam, desde o processo de conhecimento do local, até o histórico de origem do bairro e da chegada dos empreendimentos na região, até mesmo na relação atual da associação (*locus* da pesquisa) com os seus membros e com as empresas petrolíferas, tendo como pano de fundo a vida das marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação.

Nessa perspectiva, a trajetória dessa pesquisa foi realizada em seis etapas: pesquisa bibliográfica e documental; levantamento das instituições locais e definição do recorte do campo empírico; pesquisa exploratória; identificação dos sujeitos da pesquisa e elaboração dos instrumentos de coleta de dados; entrevistas e transcrições; sistematização e análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

A **primeira etapa** configurou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, um levantamento dos autores, teorias e instrumentos legais que fundamentassem as categorias estudadas na pesquisa: Educação e Meio Ambiente, como categorias principais, e Participação Social, como uma subcategoria, todas definidas como capítulos. Além da busca por documentos históricos da região estudada, através de visitas técnicas à CONDER, no setor INFORMS, que reúne uma mapoteca da Região Metropolitana de Salvador. Ali foi possível ter acesso a mapas e fotografias antigas, que demonstraram o processo de implantação dos empreendimentos petrolíferos, numa breve linha do tempo, e as mudanças geográficas ocorridas na região de Madre de Deus. A partir daí, houve o levantamento de dados primários e secundários, obtidos no IBGE, que revelaram aspectos demográficos, socioeconômicos e de estilo de vida da região e dos sujeitos pesquisados. Com os dados censitários levantados no IBGE, caracterizamos a comunidade pesquisada, Cação, e realizamos o cruzamento das informações obtidas; todo esse procedimento visou compreender as dimensões de estudo propostas na pesquisa.

Para Boaventura (2007),

A pesquisa bibliográfica atua sempre como uma primeira fase da investigação. Nesta pesquisa [...] o pesquisador não é um simples consulente de livros e revistas na biblioteca, é um operador decidido em busca de fontes. Ele irá buscá-las e classificá-las segundo os propósitos do seu problema de pesquisa. (BOAVENTURA, 2007, p. 69)

A pesquisa documental, por sua vez, foi relevante neste estudo, por caracterizar-se pelo levantamento de documentos, registros do passado, que são, por sua vez, utilizados como

fontes de pesquisa, podendo ser escritos e/ou visuais, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. São fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões, servindo de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007 apud SÁ-SILVA, 2009).

Para CELLARD (2008 apud SÁ-SILVA, 2009), “tudo que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou fonte” (2009, p. 7).

Severino (2007), por sua vez, assevera, em concordância com Figueiredo (2007 apud SÁ-SILVA, 2009) que:

A pesquisa documental tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos [...]. Nesse caso, os conteúdos dos textos ainda não tiveram tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (SEVERINO, 2007, p. 161)

Nesse contexto, incorporamos os fichamentos de diversas obras, sinais de leitura, relatórios e documentos institucionais dos programas já realizados na região, os depoimentos de outros pesquisadores disponíveis na internet e resenhas que possibilitassem um maior aprofundamento sobre a discussão proposta na pesquisa. Este foi um exercício de reflexão que contribuiu para a leitura, a releitura e a interpretação dos textos que subsidiaram os estudos.

Na **segunda etapa**, realizamos o levantamento das instituições locais, seus telefones e responsáveis. Em seguida, realizamos o contato prévio com as associações locais identificadas como possíveis campos de pesquisa de interesse do projeto. Ao realizar os contatos, algumas associações demonstraram interesse em participar da pesquisa, mas apenas uma delas, nos recebeu com abertura para o aprofundamento da proposta, sendo localizada na comunidade de Cação e conhecida como APEMAC (Associação de Marisqueiras e Pescadores de Cação).

Partindo para um primeiro reconhecimento da área de estudo, agendamos uma visita técnica; a presidente da APEMAC nos recebeu na casa-sede da instituição, para a apresentação da proposta da pesquisa e os objetivos. Solicitamos seu apoio e a permissão para conhecer o trabalho desenvolvido pela associação e realizar o estudo com os associados, além de pessoas daquela comunidade. Ela ouviu o objetivo da nossa proposta e permitiu o início do projeto de pesquisa, constituindo-se em nossa principal informante e mediadora junto às marisqueiras e aos pescadores, que fazem ou não parte da associação. Assim, definimos o recorte do campo empírico a ser pesquisado. Nessa segunda etapa, realizamos uma aproximação exploratória com o universo a ser estudado, conhecemos a comunidade, alguns integrantes da

associação, aplicamos um primeiro questionário de levantamento de dados, e fomos convidados a realizar uma visita à realidade profissional desses sujeitos, iniciando, assim, a terceira etapa da pesquisa, o estudo exploratório.

Como mencionado, a **terceira etapa** da pesquisa deu-se com a realização do estudo exploratório, na segunda visita técnica a Madre de Deus. Na oportunidade, realizamos uma viagem de barco, junto com os integrantes da associação e familiares da presidente da APEMAC, com vistas a realizar o reconhecimento do campo empírico da pesquisa, através de uma imersão no cotidiano dos sujeitos. Para Husserl (apud CERBONE, 2012, p. 23) *sou consciente de um mundo [...], quando isso significa, sobretudo, que intuitivamente eu o encontro, imediatamente, que eu o experiencio*. E nessa experiência como viajante foi possível utilizarmos alguns instrumentos preliminares, sendo eles a observação participante, segundo a definição de Brandão (1985, p. 252) sobre “*o papel do intelectual (o educador, o cientista social, o agente de mudança) é o de ser ouvinte atento das decisões dos movimentos populares, ou de necessidades comunitárias efetivas*”.

Nesse contexto, tivemos a oportunidade ali, ao longo da viagem mar a dentro, de conversar com os sujeitos, anotar suas impressões, perceber seus comportamentos diante da realidade cotidiana, perceber seus diálogos com o vento, com o mar; conhecer seus instrumentos de trabalho e perceber os laços que os unia através do trabalho. Essa primeira possibilidade de encontro com o campo empírico possibilitou-me estabelecer laços de confiança entre pesquisador e sujeitos da pesquisa. Nesse contexto, é relevante citar a compreensão de Brandão (1985) sobre a pesquisa participante e sua relação com a observação participante:

A pesquisa participante se preocupa sobretudo com o papel dentro da situação investigada e chegou a problematizar a relação pesquisador/pesquisado no sentido de estabelecer a confiança e outras condições favoráveis a uma melhor captação de informação. Diversos autores concebem a pesquisa participante, como uma técnica de ‘observação participante’, que foi elaborada no contexto da pesquisa antropológica ou etnográfica. Trata-se de estabelecer uma adequada participação dos pesquisadores dentro dos grupos observados e modo a reduzir estranheza recíproca. Os pesquisadores são levados a compartilhar, pelo menos superficialmente, os papéis e os hábitos dos grupos observados para estarem em condição de observar os fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos. A sua preocupação {grifo nosso} está centrada no polo pesquisador. (BRANDÃO, 1985, p. 83)

Este processo de aprofundamento, junto aos sujeitos da pesquisa, possibilitou também um momento de aprendizado, pois eles nos revelaram o funcionamento do seu processo produtivo, de como mariscar, quais os instrumentos utilizados, como essa educação é passada

para os mais novos e, por fim, o resultado deste processo exploratório foi a partilha coletiva dos frutos coletados e o estabelecimento inicial dos vínculos de confiança.

O outro instrumento utilizado nessa etapa foi um questionário, que levantou dados preliminares dos sujeitos da pesquisa (nome, data de nascimento, idade, escolaridade, naturalidade, instituição de que faz parte, contato, e-mail e se havia interesse em participar da pesquisa). Por fim, o caderno de registros ou diário de campo, onde registramos, ao longo da viagem e em seu encerramento, as impressões e os aspectos relevantes da experiência adquirida.

A **quarta etapa** foi a de identificação dos sujeitos da pesquisa, mediação feita pela presidente da APEMAC, considerada como informante e sujeito, ao longo da trajetória da pesquisa. Em seguida, elaboramos os instrumentos de coleta de dados, os Questionários Perfil das Marisqueiras e Pescadores(as) – Apêndice A; os roteiros das entrevistas semiestruturadas – Apêndice B, que possuem em sua composição questões para a identificação do perfil dos sujeitos, suas atividades desenvolvidas, o sistema de pesca e extração dos frutos do mar, os tipos de embarcações utilizadas, aspectos relativos ao processo produtivo (armazenamento, escoamento e comercialização da produção) e sobre o seu cotidiano, cultura, saberes e como lidam com os impactos gerados pelos vazamentos de óleo, ao longo da vida.

Na **quinta etapa**, realizamos as entrevistas com os sujeitos, que foram compostas de momentos em grupo e individuais, todas gravadas⁶ e realizadas na comunidade de Cação, algumas na casa e sede da APEMAC, outras na frente da sede ou próximo ao rio. As entrevistas em grupo, foram realizadas com as características de roda de conversa, com os grupos A e B, compostos, o Grupo A por três pessoas e, o grupo B, por duas pessoas; nos intervalos desses encontros também foram realizadas as entrevistas individuais. Em um segundo momento, realizamos as transcrições das entrevistas coletadas.

O Quadro 2 (Informações e perfil dos sujeitos da pesquisa), que será apresentado a seguir, mostra a característica da entrevista (individual ou em grupo), o perfil dos sujeitos entrevistados (código de identificação numérica, naturalidade, estado civil, quantidade de filhos que possui, idade, escolaridade, se é associado da APEMAC e as atividades que desempenha – principal e complementares).

⁶ As entrevistas foram realizadas com o uso de gravador digital.

Quadro 2 – Informações e perfil dos sujeitos da pesquisa

Característica da Entrevista	Sujeitos Entrevistados(Nº)	Natural de	Estado Civil	Qtd. Filhos	Idade	Escolaridade	Associado da APEMAC	Atividade principal que desempenha	Atividades complementares e cursos
Grupo A	1.	Salvador	Viúva	13, mas 3 morreram, ficou com 10	77	Lê e escreve - Ensino Fundamental Incompleto	Não	Marisqueira e pescadora, aposentada (não pode mais mariscar)	Bordado e costura
	2.	Madre de Deus	Casada	5	44	3ª série - Ensino Fund. Incompleto	Sim	Marisqueira	
	3.	Madre de Deus	Solteiro	-	25	Ensino Médio Completo	Não	Pescador e Marisqueiro	Montador de andaime, lixador, montador de ferragem, armador de ferragem
Individual	4.	Madre de Deus	Solteiro	-	26	5ª série - Ensino Fundamental Incompleto	Sim	Pescador e Marisqueiro	Mecânico de bicicletas, pedreiro, lixador, montador de andaime, Carpinteiro, marceneiro, artesão
Grupo B	5.	Madre de Deus	Casada	14, sendo que 4 morreram e um sumiu (drogas), ficou com 9	58	Ensino Médio Incompleto	Sim (pres.)	Presidente da APEMAC e Marisqueira pescadora	Faz Colcha de fuxico
	6.	Madre de Deus	Casada	2	35	2ª série - Ensino Fundamental incompleto	Sim	Marisqueira e pescadora	
Individual	7.	Madre de Deus	Casado	5	40	Ensino Fundamental Incompleto	Sim	Pescador	Artesão
Individual	8.	Salinas das Margaridas	Casado	1	22	5ª série - Ensino Fundamental Incompleto	Não	Pescador	Soldador, faz embarcações de parafina
Individual	9.	Santo Amaro	Solteira	-	23	Ensino Médio Completo	Sim	Marisqueira e pescadora	Trabalha no restaurante da mãe e vende as roupas do pai, feitas com rede de pesca

Fonte: Elaboração própria.

A etapa final, a **sexta etapa**, foi determinante para a sistematização e a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, com base nas etapas anteriores, na revisão bibliográfica e na escrita do texto final da dissertação.

2.2 No campo empírico com os sujeitos

De uma cultura a outra, a vocação do afeto, sua direção interpessoal e sua extensão podem variar muito, pois os princípios de atribuição de identidade, associados às regras de relacionamento entre as categorias de pessoas são muito variáveis. Mas não se conhece sociedade cuja substância mais original dos relacionamentos não contenham uma gratuita e voluntária carga afetiva. (BRANDÃO, 2015, p. 104)

O campo empírico é um lugar de aprendizados e afetos, um lugar de desafios e superações. O exercício da pesquisa nos trouxe uma experiência de afetividade profunda, desde a chegada na comunidade e a convivência com os sujeitos, os laços foram sendo construídos como uma rede de pesca. No primeiro momento, o estranhamento, as pessoas a observar quando você passava pela rua principal da comunidade de Cação e os pontos de convergência com os sujeitos; a religião que nos aproximou; os princípios na relação familiar, descobertos durante as viagens da pesquisa exploratória; o diálogo permanente com os associados; o cotidiano com os vizinhos; os almoços oferecidos durante as visitas; a participação nas atividades da associação, observando, emitindo opiniões sobre alguns assuntos; o apoio, no diálogo com os associados, para o esclarecimento de dúvidas sobre aspectos legais; a observação de situações de discordância; os problemas jurídicos; o carinho dos filhos, ao nos acompanharem até o ponto de ônibus; a prosa diária na porta e o caminhar pelas avenidas do bairro. Estas foram algumas das experiências que trouxeram um significado importante e ampliaram o caráter participativo, ao longo da pesquisa.

A partir das categorias levantadas na relação com os sujeitos da pesquisa, usar a observação do fenômeno e a escuta ativa, associada a questões que surgiram ao longo das conversas, foi uma das importantes preocupações, além de estabelecer um caminho confortável e de confiança com eles, permitindo-me participar da sua rotina diária, com bate-papos informais, visitas domiciliares, conversas pelas redes sociais e pelo whatsapp, por telefone, momentos de refeição, a convite dos informantes, e aprendizados sobre o processo de mariscagem e pescaria. Conviver com os sujeitos, analisando o momento oportuno para a

realização das entrevistas, possibilitou o estreitamento dos laços e convites para outros eventos vividos no contexto rotineiro da associação.

A comunidade de Cação, pequeno vilarejo onde vivem as marisqueiras e os pescadores, local da sede da Associação de Marisqueiras e Pescadores de Cação – APEMAC, passou a ser parte da rotina da pesquisa. Nesse contexto, acreditamos ser relevante apresentar a associação, os sujeitos da pesquisa, relatando a experiência desse mergulho vivido na pesquisa exploratória e, por fim, evidenciar alguns aspectos considerados como aprendizados, avanços e percalços vividos no campo empírico.

2.2.1 A APEMAC e os sujeitos da pesquisa

Associação de Marisqueiras e Pescadores de Cação – APEMAC

A Associação de Marisqueiras e Pescadores de Cação – APEMAC, é uma associação privada, fundada em 5 de novembro de 2009, a pedido das marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação, que viam na presidente uma pessoa do bem e em condições de conhecimento para representá-los diante de outras organizações, fossem elas públicas ou privadas. Hoje, conta com 150 associados, em média, tendo como seu objetivo principal trabalhar pelo bem coletivo deste grupo de pessoas que, sem recursos, sobrevive da pesca e da coleta de mariscos.

Na oportunidade da criação da APEMAC, a presidente relatou que havia abandonado a outra associação, por questões de desentendimento. Segundo sua presidente, a associação está pautada nos princípios da transparência, da sinceridade e do compromisso, e suas atividades giram em torno do apoio às marisqueiras e aos pescadores para cadastro junto a órgãos públicos para o recebimento do Defeso⁷ e encaminhamento da retirada de habilitação para dirigir embarcações. Tais aspectos foram observados em algumas visitas realizadas durante a pesquisa, em que acompanhamos a entrega de documentos por parte dos associados, para que a presidente encaminhasse o processo para Salvador, no Ministério da Pesca e Aquicultura, que fica no Bairro do Comércio.

⁷ Defeso: período do ano em que é proibido pescar determinadas espécies, para garantir a preservação das mesmas.

Estivemos no escritório do Ministério da Pesca e Aquicultura, na tentativa de compreender como funciona esse cadastramento; vimos uma seção de protocolo, onde os pescadores e marisqueiras entregam seus documentos e esperam ser chamados para o preenchimento dos formulários de cadastro. Ali haviam líderes de associações e pescadores individuais, que aguardavam atendimento. O horário é restrito, normalmente pela manhã, mas nessa visita não conseguimos falar com nenhum funcionário; para obter maiores informações, era necessário agendar um outro horário, fora do expediente de atendimento ao público. Assim, a maior parte das informações e dados secundários foi obtida em pesquisas na internet.

Outras atividades desenvolvidas pela associação são a realização de projetos, como o mutirão de limpeza dos manguezais, o plantio de mudas para o reflorestamento do mangue, e a distribuição de alimentos, que são doados pela prefeitura, para os associados e a comunidade mais carente. Além da participação ativa nos fóruns locais e nas reuniões com os órgãos públicos, Prefeitura, INEMA, Bahia Pesca, Petrobras, Superintendência da Pesca, dentre outros, com vistas ao alcance de políticas que beneficiem os pescadores e marisqueiras, apetrechos de pesca (redes de arrasto e de emalhar, tarrafas, linhas de mão e outros materiais) e apoio jurídico para a abertura de processos contra as empresas petrolíferas, com o objetivo de obter indenizações por danos causados às atividades dos pescadores e marisqueiras, pelos impactos ambientais produzidos na região (vazamentos de óleo, dentre outros).

Atualmente, a APEMAC está sediada no endereço residencial de sua presidente, por falta de regularidade nos pagamentos dos associados, hoje uma das maiores dificuldades da associação, que deseja conquistar um local mais adequado para atender aos associados. Segundo relatos da presidente, foi necessário devolver a antiga sede, devido a irregularidades no pagamento da mensalidade, no valor correspondente a R\$ 20,00, feita pelos associados, pois quem vive da maré, geralmente tem dificuldade de reunir mensalmente, em data fixa, o valor que será disponibilizado à associação. Esta se configura uma das grandes necessidades demonstradas por ela, que mantém, em sua casa, os arquivos, documentos, equipamentos eletrônicos (computador, impressora, telefone) e apetrechos de pesca, distribuídos em sua humilde residência, dividindo, com dificuldade, o espaço, com os poucos móveis e sua família. A associação também mantém-se com doações e parcerias junto a outras entidades, através do desenvolvimento de projetos, que, normalmente, trazem como retorno cursos e capacitação para os associados, materiais para as atividades de pesca e/ou mudas para o reflorestamento do mangue. A exemplo citamos:

- Projeto de Revitalização do manguezal de Madre de Deus/BA, com cultura e plantio de mudas, realizado no período de setembro a dezembro de 2012, em parceria com professores do IFBA, ainda não concluído;
- Projeto Conviver, da Petrobras, em parceria com o SENAI (realizado no período de 2010-2014);
- Programa de Educação Ambiental, em parceria com a Transpetro (realizado no ano de 2002);
- Programa de Educação Ambiental do Terminal de Regaseificação da Bahia – TRBA;
- Projeto praia limpa (realizado no ano de 2007).

A associação possui quatro (4) barcos doados por empresas, sendo um deles coberto. Essas embarcações são fruto de parcerias com as empresas locais (como a Mataripe) e são utilizados pelos associados, habilitados a dirigir, para a realização de suas atividades de pesca artesanal, não sendo permitido liberar para associados sem a carteira, devido a fiscalizações recorrentes nos locais de pesca.

Nos últimos anos, a associação registrou algumas conquistas para os associados, como a indenização por danos ambientais ocorrida em 2009.

APEMAC na luta pelo direito dos povos do mar

Atualmente, a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Cação é considerada pela Prefeitura Municipal de Madre de Deus como de utilidade pública municipal, através da Lei nº 548, de 23 de novembro de 2012, que dispõe que a referida entidade terá o direito de celebrar convênios e contratos com órgãos públicos, municipais e privados, de acordo com a legislação vigente.

Nesse contexto, ela atua em diversas ações que beneficiam as marisqueiras e os pescadores da comunidade de Cação, desde a luta por direitos, através das reivindicações contra os prejuízos causados pelos derramamentos de óleo na região, que tenham atingido diretamente as marisqueiras e os pescadores associados, com o pagamento das devidas indenizações, indo até o cadastro dos pescadores e marisqueiras e a regularização de seus

documentos junto aos órgãos públicos, como garantia do recebimento do Defeso, da habilitação para dirigir embarcações, dentre outros benefícios provenientes de políticas públicas. Existem ainda, ações de cunho formativo, como cursos de capacitação em educação ambiental, culinária, beneficiamento do pescado, dentre outras atividades correlatas, como as ações sociais em parceria com órgãos do município. A APEMAC administra, ainda, as embarcações doadas para uso dos associados que possuem habilitação e estão regularmente em dia com as mensalidades previstas.

A credibilidade da associação foi sendo ampliada e, hoje, além de haver outras duas associações locais, que competem entre si, a APEMAC se destaca por sua inserção em diversas frentes de cunho educativo-científico, produtivo e social.

Os sujeitos da pesquisa

O ser humano não é o centro da criação, e apenas em generosa interação com todos os outros seres com quem compartilhamos a Terra, ele realiza o ponto axial da vida. Porque em nós, um processo de transformações da matéria-come-vida-e-consciência prossegue uma rota de convergência ascendente passo a passo, conduzindo esferas de consciência reflexa – já nossa conhecida – em direção a uma consciência reflexiva. (BRANDÃO, 2015, p. 203)

Em concordância com Brandão (2015), compreendemos que os sujeitos que integram o escopo da pesquisa, muitas vezes entendidos como objetos, são aqui considerados como o ápice da realização da vida, pois, para Brandão, *através do Ser Humano, a matéria-energia e a vida ascendem a uma dimensão de consciência reflexiva. E ainda, pela primeira vez em-nós a vida torna-se plenamente consciente de si-mesma* (BRANDÃO, 2015, p. 203).

Nesse contexto, a pesquisa se propôs a ser o olhar desses sujeitos e através dele analisar a compreensão do mundo a sua volta, sua cultura, a consciência de si e a superação dos desafios para a manutenção da vida, diante dos impactos ambientais gerados pelos empreendimentos petrolíferos na região. Sendo assim, os participantes definidos como entrevistados foram indicados com a mediação da presidente da associação, além de identificados ao longo das visitas à comunidade.

Deste modo, foram nove pessoas convidadas a participar deste processo, podendo ser ou não associadas da APEMAC. A escolha desses sujeitos pressupõe sua inserção na atividade de mariscagem e de pescaria, ou seja, são marisqueiras e pescadores, e fazem parte,

em sua maioria, da associação e/ou convivem com os seus integrantes, familiares. Todos estão imbricados à cultura ribeirinha e vivenciam os impactos gerados pelos empreendimentos petrolíferos, direta ou indiretamente, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos propostos.

2.2.2 Relato da pesquisa exploratória

*Quem me ensinou a nadar
 Quem me ensinou a nadar
 Foi, foi marinheiro
 Foi os peixinhos do mar
 Ei nós, que viemos
 De outras terras, de outro mar
 Temos pólvora, chumbo e bala
 Nós queremos é guerrear*
 (Peixinhos do mar, Milton Nascimento)

Este momento foi reservado para o relato das experiências vivenciadas no campo empírico, na etapa da pesquisa exploratória, quando realizamos duas viagens a Madre de Deus, com objetivos distintos, mas complementares, tendo em vista o reconhecimento e a delimitação dos sujeitos da pesquisa.

RELATO DA 1ª VIAGEM PARA MADRE DE DEUS

21.03.2015: Visita técnica a casa e sede da Associação – APEMAC
 Contato: Presidente e associada

Em 21.03.2015, saímos de Salvador às 7h da manhã, seguimos viagem para Madre de Deus, em busca da comunidade de Cação. Este vilarejo fica na entrada de Madre de Deus/BA.

Ainda no percurso, já próximo de Madre de Deus, a poeira dos caminhões na entrada da cidade de São Francisco do Conde/BA, nos chamou a atenção, além das diversas empresas petrolíferas, que hoje fazem parte da geografia da cidade. Solicitamos o apoio do

motorista que nos deixou no lugar exato, na entrada da comunidade de Cação, antes de Suape, após o “Morcego da Polícia Militar”⁸ como nos foi indicado pela presidente da associação.

Ao chegarmos à entrada do vilarejo de Cação, viramos à direita, subimos uma ponte e observamos, por debaixo da ponte, que havia uma grande estrutura de tubulações instalada pelas empresas de petróleo, bem na entrada da comunidade, e que percorre toda a cidade.

Aguardamos, na praça, na entrada do vilarejo, ligamos para a presidente que, logo em seguida, veio ao meu encontro. Ela nos convidou a ir até sua casa, que também é a sede da Associação. A presidente nos deu de imediato algumas recomendações, para que não observasse a simplicidade de sua casa, que era humilde. Aqui compreendemos o cuidado que era necessário ter, ao me aproximar dos sujeitos pesquisa, de modo a não provocar constrangimentos, em sua condição de necessidade, afinal, nos abririam uma porta para sua casa e sua privacidade, como fazia naquele momento a presidente da associação. Já acomodadas, ela ouviu atentamente a apresentação do nosso Projeto da Pesquisa e o objetivo da nossa visita, falamos do nosso interesse em conhecer a associação, o que faziam e conhecer, também a realidade daquela comunidade. Imediatamente, ela demonstrou seu interesse na proposta, e disponível para ajudar. Mas antes de avançarmos na conversa, fui questionada sobre o que eles iriam ganhar com essa proposta; nesse momento, recordamos da base teórica estudada, dias antes, e atentamos para a experiência de Miller (2012),

De acordo com ela, esses moradores queriam saber quanto iriam ganhar para fornecer os dados e os guiar durante a pesquisa. Na hora que o informante comentou, não respondemos, mas a ideia de ter que pagar pelas informações passou a ser um problema. Nossa experiência de pesquisa de campo em áreas indígenas [...] havia nos ensinado que não é aconselhável pagar o informante, porque, em vez de estabelecer uma relação de amizade, estabelece-se uma relação comercial, o que não é aconselhável por causa das implicações negativas que pode acarretar. (MILLER, 2012, p. 62-63)

Diante da situação, informamos que a pesquisa é científica, sem objetivo comercial, financiada pela própria pesquisadora e que também buscava apresentar essa comunidade para o universo acadêmico, ampliar o conhecimento sobre as marisqueiras e os pescadores, aproximando os saberes que eles possuíam do conhecimento científico, e que eles teriam, ao final da pesquisa, uma cópia da dissertação, que seria entregue à associação, como um registro

⁸ Morcego é uma atribuição dada pela comunidade à estrutura da sede da Polícia Militar, que é semelhante a um morcego, logo na entrada da cidade de Madre de Deus.

dessa experiência. Ao ouvir as minhas palavras, percebemos que a presidente da associação refletiu um pouco e concordou com a realização da pesquisa, mas com algumas restrições, principalmente, não fotografar dentro de sua casa, somente os espaços indicados por ela, pois ela era pobre e já havia passado vergonha em outras experiências, junto a outros pesquisadores, que ela acompanhou e que, num dado momento, registraram a sua casa sem a sua permissão. Posteriormente, ela soube que eles utilizaram as fotos para um artigo, revelando o lado de sua pobreza e não as riquezas daquela experiência, o que a deixou muito triste. Assim, me comprometi em fotografar apenas o que ela me aconselhasse a fazê-lo, e evitei fotografar em sua residência.

Perguntei pela sua formação, se ela já havia feito cursos para a melhoria de suas atividades e, rapidamente, a presidente buscou, em seus muitos arquivos, uma pasta cheia de certificados de cursos, que já havia realizado, nas áreas de educação ambiental e culinária, dentre outros, alguns listados a seguir:

- Curso de culinária para produção de peixe defumado – EMBRAPA;
- Curso de multiplicadores em gestão de resíduos – SENAI (2013);
- Oficina de gestão ambiental ecologia e práticas sustentáveis – APMC (2010);
- Curso de capacitação do programa amigo verde (2004);
- Programa de educação previdenciária.

Segundo ela, esses cursos a ajudaram a refletir sobre as questões ambientais vividas na região e a atuar em projetos. Além dos cursos, a presidente nos mostrou fotos impressas em papel ofício, das ações realizadas pela APEMAC, assembleias, projetos etc. Ao falar da história da associação, mencionou que antes participava de outra associação, mas houve um desentendimento com o antigo presidente, por falta de transparência financeira aos associados, e, deste modo, decidiu se afastar, sendo motivada pela comunidade e com seu apoio a abrir outra associação, a APEMAC, que nasceu em 2009.

Ao longo de nossa conversa, identificamos o objetivo da APEMAC, de lutar pelos direitos dos pescadores e das marisqueiras. Percebemos que eles recebem doações e benefícios, e, recentemente, haviam recebido quatro barcos doados por empresas. A presidente mencionou que hoje, para dirigir embarcações, é necessário ter a carta de habilitação, e me mostrou que já tem habilitação para dirigir.

Uma marisqueira contou-me que teve 14 filhos, mas só 10 vingaram, mencionou, inclusive, que um dos seus filhos havia se envolvido com pessoas ruins, que tinha ido embora de moto e nunca mais voltou, mas ainda tinha esperança de encontrá-lo. Ela mora com três de seus filhos, que também são pescadores. Conta com 58 anos e busca a melhoria da comunidade. Ela nos levou até o mangue, que recebe os seus cuidados, em frente a sua casa, às margens do rio. Mencionou, de forma indignada, que o mangue está contaminado, e que os caranguejos não crescem mais, por causa dos derramamentos de produtos químicos, que saem da boca de lobo, próxima dali, isso também devido ao descuido de alguns moradores e de outras associações. Ela nos mostrou os destroços da uma estrada ecológica, projeto de outra associação, que estava destruído e abandonado, trazendo ratos para todo o mangue. Conserva, ainda, algumas mudas de mangue, projeto iniciado pelo IFBA, desde 2012, mas que não teve conclusão, e, por isso, aguarda pelo retorno do professor que iniciou aquela pesquisa.

Figura 4 – A presidente da associação mostrando o mangue em frente a sua casa



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ao final desta primeira visita, recebemos o convite para ir mariscar com eles, no final de semana.

RELATO DA 2ª VIAGEM PARA MADRE DE DEUS**Dia 23.03.2015: 2ª Visita Técnica – Estudo Exploratório**

Nessa segunda oportunidade, chegamos bem cedo e, sob a orientação da presidente, fomos de camisa de mangas longas, levamos botas e pudemos observar, desde a chegada a sua casa, o conhecimento popular que eles guardavam em algumas espécies de frutos do mar, coletados recentemente, por seus familiares, e que estavam armazenados em sua casa:

- A ostra (ainda na caixa em que foi coletada, embaixo de uma mesa de ferro, aguardando tratamento):

Figura 5 – Ostra reservada na caixa de armazenamento

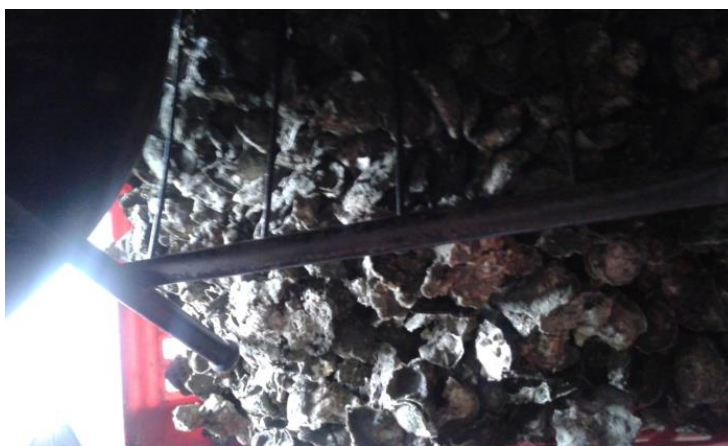


Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

- E o marisco “samba”, como é conhecido, dos tipos amarelo, vermelho e roxo:

Figura 6 – Marisco samba – tipos amarelo, vermelho e roxo



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ali trocamos algumas ideias de receitas, até o momento em que a marisqueira e presidente da associação se organizou (levou roupas de proteção para o sol, camisa de manga longa, calça e boné e os instrumentos para mariscar), reuniu dois dos seus filhos e convidou uma outra jovem marisqueira (integrante da associação e posterior entrevistada) para irmos mariscar. Então, percebemos que muito conhecimento havia naquele lugar, no caso da pesca, é algo coletivo.

O dia estava nublado, mas a presidente, antes de mais nada, foi até a beira do mar e olhou de um lado a outro, por alguns segundos (era preciso saber com qual embarcação iríamos, se fechada ou aberta), no seu retorno para onde estávamos, disse: – Não vai chover, podemos ir mariscar com a embarcação aberta mesmo. – Como ela descobriu que não ia chover? Ficamos intrigados, mas ali descobrimos sua relação com os ventos, e só observamos.

Pegamos o material e seguimos, após o mangue, para uma das embarcações abertas da associação, que tinha motor. Fomos com um ajudante (de boné branco), que participou das atividades e auxiliou no momento de colocar o material de trabalho e empurrar a embarcação, com os filhos da presidente da APEMAC.

Figura 7 – A caminho da embarcação



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

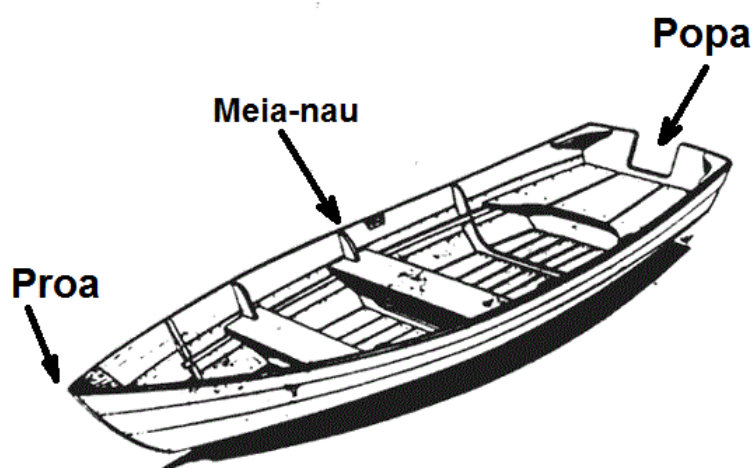
Figura 8 – Montando e empurrando a embarcação



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

A embarcação era maior que uma canoa, semelhante à figura a seguir.

Figura 9 – Modelo de embarcação utilizada



Fonte: Catálogo FLEXBOAT, 2015.

Ao todo, fomos em seis (6) passageiros. Na popa, a presidente dirigia a embarcação, acompanhada pelo seu filho (já havia nos mostrado sua habilitação para dirigir), os demais

acomodados a meia-nau. Seguimos no rio, enquanto coletávamos dados da viagem, do lugar e dos informantes.

Figura 10 – A presidente dirigindo a embarcação, ao seu lado, um dos seus filhos



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Figura 11 – Meia-nau, a pesquisadora e a jovem marisqueira e integrante da APEMAC



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Nos distanciamos cada vez mais das margens e navegamos por mais de 40 minutos, duas pessoas na popa da embarcação e quatro no centro, conversando e admirando o cenário do manguezal, a presidente sabia exatamente aonde nos levaria. Perguntei porque viajamos para tão longe de casa e ela explicou que, na beirada, já não havia mais mariscos, como antes, e cada vez eles tinham que ir para mais longe, para procurar marisco nas coroas.

Figura 12 – Cenário do manguezal e o diálogo com os informantes



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ao chegar no local definido para mariscar, nos dividimos, os homens foram catar ostra e dirigiram ao mangue, enquanto as mulheres ficaram ali na beirada, mariscando numa ilha privada. Perguntei-lhe se não iriam tirar a gente dali, em algum momento, mas ela nos afirmou que eles sempre mariscavam por ali, antes mesmo daquela ilha ser comprada por um empresário, e que eles nunca invadiram a propriedade, ficavam por ali mesmo, nunca foram abordados, pois não eram estranhos.

Figura 13 – Atividades de mariscagem e pescaria realizadas



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Nesse contexto, alguns instrumentos, ainda rudimentares, foram utilizados nas atividades (pá de pedreiro, garfo torto⁹, sacos de linhagem, embarcação, baldes, martelo e ponteira de pedreiro).

⁹ As marisqueiras comumente entortam o garfo para facilitar a retirada da areia e assim encontrar, mais rapidamente, os mariscos submersos.

Figura 14 – Composição dos instrumentos utilizados na atividade



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ao final das atividades de mariscar (coleta de frutos do mar), tivemos como resultado os frutos do mar compartilhados entre todos.

Figura 15 – Resultado da mariscagem (caranguejo, tapu, mariscos)



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Figura 16 – Retorno das atividades de pesca e mariscagem artesanal



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ainda na viagem de retorno, os lanches foram compartilhados e alguns dos sentimentos vividos. Ao chegar, foi dada continuidade ao trabalho, desembarcar os frutos do mar, levar para a terra. Nesse instante, um acidente ocorre, o ajudante cortou o pé em algumas ostras que estavam num pneu, a beira do rio, e recebeu os cuidados dos participantes da viagem. Depois de um banho rápido, na residência-sede da associação, nos despedimos e levamos conosco, além dos frutos compartilhados, as muitas lembranças e novas questões que surgiram no caminho.

Ali definimos o recorte que faríamos na pesquisa, a comunidade de Cação, como *locus*, a APEMAC, como instituição mediadora junto aos sujeitos e alguns dos possíveis entrevistados que comporiam as ações deste estudo de caso. Da experiência vivida no reconhecimento da região nasceram algumas questões norteadoras, que subsidiaram essa investigação: essa comunidade possui um conhecimento específico sobre o mar, que não está nos livros? Como aprenderam? Como ensinam os seus filhos? Como se dá o processo de formação dos sujeitos, em contato direto com o meio ambiente, e como convivem com os

empreendimentos de seu entorno? Qual é o olhar da comunidade local sobre a intervenção dos projetos sociais promovido por organizações empresariais? A comunidade tem consciência de si e dos seus direitos para a manutenção da sua vida na região? As pessoas envolvidas nos cursos e programas tornaram-se vinculadas a uma cultura de dependência dessas organizações? Por que o trabalho desenvolvido por essas organizações e empresas não contribuiu para uma mudança efetiva na realidade local? Essas e algumas outras inquietações fazem parte da elaboração desta pesquisa, não querendo assim dizer que todas serão respondidas, mas a garantia é de que serão o pano de fundo de nossas investigações presentes, podendo nortear futuras pesquisas.

2.2.3 Aprendizados, avanços e percalços da pesquisa

Isso é o mesmo que dizer que, ao mesmo tempo em que produzimos materialmente as condições naturais de nossa sobrevivência como pessoas, comunidades e espécie, recriamos, a cada momento, as condições sociais e simbólicas do exercício da experiência interativa de tornar a sobrevivência uma vivência. E o tornar a vivência uma convivência dotada de valores, de símbolos, de saberes, sentidos e de significados. (BRANDÃO, 2015, p. 97-98)

Nesse contexto, algumas lições foram aprendidas, ao logo da trajetória da pesquisa, no campo empírico, lições que demonstram os avanços e percalços do caminho, dentre os quais há significativas experiências a serem compartilhadas. Citaremos, no quadro a seguir, algumas situações, avanços, percalços e lições aprendidas.

Quadro 3 – Situações, avanços, percalços e lições aprendidas

Situação 1 – O questionamento inicial da marisqueira e pescadora, presidente da associação e entrevistada 5, que se interessou pela pesquisa, contudo, gostaria de saber quanto a associação e/ou seus membros ganhariam com isso. Nesse momento, é importante ter clareza da sua atuação como pesquisadora e do objetivo de estabelecer relações de confiança, não relações comerciais com os sujeitos da pesquisa. Estes devem conhecer os verdadeiros objetivos da pesquisa e participar ativamente das ações, sentindo-se confortáveis para revelar o que considerarem importante.

Lição 1 – A escuta ativa, a observação, a clareza das informações e o diálogo, nesse momento, são as maiores ferramentas. Nesse sentido, a intenção não era apenas colher dados e ir embora, mas estabelecer a janela do diálogo comunitário e arar a terra, para que o desenvolvimento da pesquisa pudesse ocorrer e todos se sentissem engajados nesse processo. Por isso, nesse primeiro momento, toda a atenção era necessária.

Situação 2 – Houve um dado momento, em que entrevistávamos um dos grupos, neste, a maioria dos integrantes fazia parte de uma mesma família. Após algum tempo de conversa, apareceu outra pessoa, também um familiar, que se sentou e aos poucos começou a participar da conversa. Então, ele se entusiasmou e foi contando várias informações relevantes. No mesmo instante, paramos a conversa e retomamos o objetivo do encontro para ele, que não tinha as informações, apresentando a pesquisa novamente e deixando-o confortável para permanecer ou não. Contudo, ele se sentiu constrangido, ao saber que a conversa estava sendo gravada, e se mostrou preocupado com o que havia dito, inclusive informações da empresa em que trabalhava. Ao concluirmos a conversa, lhe asseguramos que não iríamos publicar nada que não contasse com sua autorização, inclusive por escrito, como de todas as pessoas que ali estavam. Entretanto, o convidamos a fazer parte da pesquisa, mas ele ficou de verificar com a esposa. Seguimos para o almoço, e, ao sair, percebi que sua mãe, que fez parte da pesquisa, tocou no assunto, pedindo que não publicasse a fala de seu filho. Ele, que ainda se encontrava ali, propôs que fôssemos a casa dele, pois tinha um programa que cortava gravações. Como trabalhamos com o objetivo de estabelecer a confiança com a comunidade local, resolvemos ir à sua casa, imediatamente. Com o coração apertado, entregamos a ele o gravador. Vimos o procedimento que ele fez para cortar a parte de sua fala, e permanecemos ali até o final, para garantir que nada mais seria perdido. Nos despedimos, e ele colocou-se, inclusive, à disposição para contribuir com as entrevistas.

Lição 2 – Nosso aprendizado, ao longo das entrevistas, foi observar que é importante anunciar o objetivo da pesquisa, sempre que necessário. Assim, se algo semelhante à situação descrita ocorrer, o melhor caminho é o diálogo e a compreensão, para que se estabeleça a relação de confiança entre todos. Isso facilitará, e muito, o acesso a outros informantes e à comunidade, *locus* da pesquisa. O pesquisador precisa estar atento a

suas ações e decisões, para que não prejudique ninguém, além de buscar ser abraçado pela comunidade e manter uma postura ética e de respeito a todos.

Situação 3 – Fomos convidados a participar, de um projeto na Transpetro – Petrobras junto com a associação, pois a presidente não poderia participar devido a uma agenda no Ministério da Pesca e Aquicultura, em Salvador/BA, assim, ela contava com a nossa participação e tivemos que decidir sobre a relevância desse evento e de que modo contribuiria para a pesquisa, confirmando nossa participação.

Lição 3 – O pesquisador deve integrar-se à comunidade, inclusive, participar de suas atividades, valorizando o apoio dado por informantes e mediadores.

Outras lições aprendidas:

- Na primeira etapa da pesquisa e de contato com a associação, compreendemos o cuidado que era necessário ter, ao se aproximar dos sujeitos pesquisa, de modo a evitar constrangimentos, afinal nos haviam aberto uma porta para sua casa e sua privacidade.

- É necessário ficarmos atentos aos relatos e não cometer os mesmos erros de outros pesquisadores, que ultrapassaram o limite da ética e invadem, sem permissão, a vida dos outros, dos sujeitos, deixando-os com marcas difíceis de apagar, sobretudo em relação a outros futuros pesquisadores.

- A comunidade possui, mesmo diante de situações de grande necessidade, potenciais a serem revelados, dentre eles a solidariedade, a afetividade, a crença e a comunhão entre os pares. Eles não querem ser vistos como miseráveis, mas como uma cultura cheia de riquezas.

- É importante ter a presença de um mediador, na etapa de conhecimento do *locus* e dos sujeitos da pesquisa, pois este exerce um papel de extrema relevância no processo, por conhecer a realidade local e poder indicar novos participantes na pesquisa, podendo também ser um dos entrevistados. Contudo, é preciso estabelecer limites nessa mediação, pois este mediador não participará de todos os momentos. Principalmente, no momento das entrevistas individuais, para que os entrevistados se sintam confortáveis para dialogar com a pesquisadora, sem interrupções e intervenções diretas em sua fala. Além de ser relevante que o pesquisador tenha acesso a todos os

envolvidos na pesquisa, podendo ter liberdade de acessá-los, independente da ação do mediador.

- Os ribeirinhos reconhecem o mar pelo olhar, aprenderam a conviver com os sinais da natureza, a interpretá-los, veem a direção dos ventos, brincam com o mangue, como num quintal de casa, conhecem os níveis da maré e os utilizam como um relógio diário. Sabem o que precisam levar em cada atividade de pescaria e mariscagem: os tipos de instrumentos (ainda rudimentares, no caso da mariscagem), de rede, de balde, iscas etc. Criam novas formas de se adaptar e melhorar o processo produtivo. Dos pequenos aos grandes sinais da natureza, estão atentos a todos e convivem de maneira harmoniosa com o ambiente.

- O aspecto assistencialista pode estar presente na realidade dos sujeitos, contudo, também pode ser uma característica construída na relação com os seus opressores. Isso não significa que os sujeitos não reagirão, sempre que forem submetidos à violência, que atinge também a seus familiares, amigos e vizinhos, pois saberão como se mobilizar para o enfrentamento e a luta.

Fonte: Elaboração própria.

Estes foram alguns dos aprendizados, dentre outros, sendo constituídos na relação com os sujeitos e no seu cotidiano, ao longo da pesquisa.

2.3 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos, por sua vez, são norteadores, mas não delimitadores do processo de pesquisa, muitas vezes deixados de lado para dar vazão à escuta ativa dos sujeitos e a sua observação, deixando-os livres para expressar sentimentos, opiniões e inquietações. Para Martins (2008, p. 13), “a observação direta do comportamento dos fenômenos e dos fatos também é uma fonte inspiradora de ideias. [...]. Assim, podem surgir hipóteses imprevistas, proposições a serem testadas, dúvidas de entendimento, descoberta de falhas, subjetividades em teorias, e tantas outras questões relevantes”. Tudo isso dá origem ao reconhecimento da realidade a ser pesquisada e à pesquisa exploratória.

Definimos o roteiro da pesquisa em capítulos que tratassem da **educação**, no desenvolvimento do seu modo de vida, e dos aprendizados, ao longo da vida; do **meio ambiente**, no modo como interpretam e se relacionam com a natureza, no desenvolvimento do seu processo produtivo e nos aspectos de manutenção da vida, diante dos impactos ambientais; e, por fim, pela **participação**, na relação com a associação, como expressão de luta, e nas práticas socioambientais coletivas.

Instrumentos utilizados:

- Questionário de levantamento preliminar de dados;
- APÊNDICE A – Questionário Perfil das Marisqueiras e Pescadores(as)
- APÊNDICE B – Entrevista semidirigida (Marisqueiras e Pescadores)

Entendemos, segundo Yin (2001), que:

Realizar estudos de caso envolve uma situação totalmente diferente. Ao entrevistar pessoas-chave, você deve trabalhar em conformidade com o horário e a disponibilidade do entrevistado, e não com o seu horário e disponibilidade. A natureza da entrevista é muito mais aberta, e o entrevistado pode não cooperar integralmente ao responder às questões. De forma similar, ao fazer observações das atividades da vida real, você está entrando no mundo do indivíduo que está sendo estudado, e não o contrário; nessas condições, você pode precisar fazer preparativos especiais para poder agir como um observador (ou mesmo como um observador participante), e o seu comportamento – e não o do sujeito ou do respondente. (YIN, 2001, p. 94)

Geralmente, nos deparávamos com o contexto mencionado por Yin (2001), pois, ao chegar na comunidade, ficávamos aguardando a disponibilidade dos sujeitos para a realização da pesquisa. Enquanto isso, utilizávamos o tempo para observar suas atividades e comportamentos, suas relações sociais, para conhecer o bairro, a vizinhança e as instituições locais. Foi numa dessas situações que conhecemos o Centro de Integração Social/CRAS, que funciona num espaço de convivência já no Suape.

O planejamento das questões contidas na entrevista semiestruturada possibilitava a abertura para a escuta dos sujeitos, inicialmente, com perguntas de caráter mais objetivo, contudo, as questões mais relevantes eram de caráter aberto. Para Yin (2001), o objetivo principal dessas questões, no entanto, é manter o pesquisador na pista certa, à medida que a coleta avança. Trata-se do caráter focal da entrevista, levando em média uma a duas horas, que possibilita uma conversa mais informal, espontânea, acompanhada pelas perguntas presentes nos protocolos elaborados. O gravador digital foi utilizado, em todas as entrevistas, e apresentado de modo mais leve e tranquilo aos entrevistados. De um modo geral, não houve

resistência quanto ao uso dessa ferramenta. Yin (2001, p. 114) assevera que utilizar ou não os aparelhos de gravação é, em parte, uma escolha pessoal. As fitas certamente fornecem uma expressão mais acurada de qualquer entrevista do que qualquer outro método.

Esses instrumentos nortearam as atividades, contudo, além destes, utilizamos o diário de bordo, a câmera fotográfica, realizamos registros em vídeo e a observação participante, como ferramentas que contribuíram na coleta de dados e informações, ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

3 EDUCAÇÃO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

[...] viver no mundo moderno é mais semelhante a estar a bordo de um carro de Jagrená em disparada do que estar num automóvel a motor cuidadosamente controlado e bem dirigido. A apropriação reflexiva do conhecimento, que é intrinsecamente energizante, mas também necessariamente instável, se amplia para incorporar grandes extensões de tempo-espço. Os mecanismos de desençaixe fornecem os meios desta extensão retirando as relações sociais de sua 'situacionalidade' em locais específicos. (GIDDENS, 1991, p. 51)

No cenário contemporâneo, as transformações nos campos da ciência e da técnica, bem como seus reflexos na produção e nos serviços, atingem diretamente o meio ambiente e as relações sociais. Para Giddens (1991):

O conhecimento novo (conceitos, teorias, descobertas) não torna simplesmente o mundo social mais transparente, mas altera sua natureza, projetando-a para novas direções. O impacto deste fenômeno é fundamental para a qualidade do carro de Jagrená da modernidade e afeta a natureza socializada bem como as próprias instituições sociais. Pois embora o conhecimento sobre o mundo natural não afeie o mundo de uma maneira direta, a circularidade do conhecimento social incorpora elementos da natureza via os componentes tecnológicos dos sistemas abstratos. (GIDDENS, 1991, p. 135-136)

Nesse contexto, o mundo pós-moderno é considerado pelo autor como um carro desgovernado, impossível de ser controlado e que não se sabe que futuro nos espera. Giddens (1991) ainda assinala que:

Na medida em que a maior parte das questões ecológicas consequentes é tão obviamente global, as formas de intervenção para minimizar os riscos ambientais terão necessariamente uma base planetária. Um sistema geral de cuidado planetário pode ser criado, tendo como meta a preservação do bem-estar ecológico do mundo como um todo. (GIDDENS, 1991, p. 150)

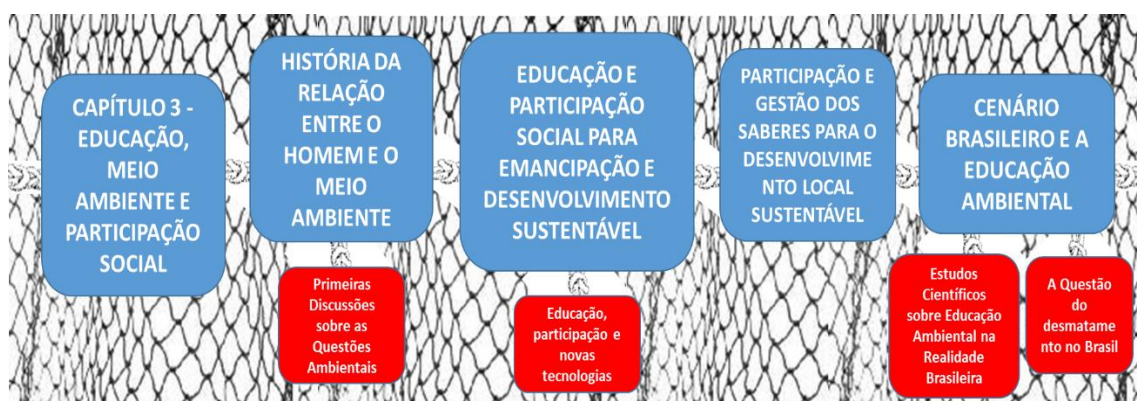
Os problemas e impactos ambientais, característicos da sociedade contemporânea, gerados por empresas de grande porte, principalmente químicas e petroquímicas, exigem destas uma postura e uma atuação que minimizem tais impactos, com vistas à preservação dos recursos naturais e da vida no planeta para as futuras gerações. Contudo, as comunidades que mais são atingidas por esses desastres também precisam se

organizar e se posicionar diante dessas empresas, já que os órgãos de controle e fiscalização não dão conta de todos dos processos internos de uma organização, ficando restritos apenas à aplicação de condicionantes ambientais, para um mínimo de garantia da preservação dos recursos naturais e de redução dos impactos destes empreendimentos.

Sendo assim, é pertinente o aprofundamento das questões relacionadas à educação, ao meio ambiente e à participação social para a manutenção da sociedade. Em assim sendo, contribuir com a formação educativa dos sujeitos que fazem parte, tanto das empresas quanto das comunidades locais que são diretamente atingidas pelos impactos ambientais provocados pelos empreendimentos.

Para tanto, neste capítulo, apresentamos o histórico das relações entre o homem e o meio ambiente, aprofundando as discussões ambientais, além de tratar da educação e da participação social dos sujeitos, observando a importância da gestão de saberes para o desenvolvimento local e, por fim, visando conhecer uma parcela da realidade brasileira, nessa perspectiva, conforme a estrutura a seguir.

Figura 17 – Estrutura do capítulo 3



Fonte: Elaboração própria.

Para abordar os aspectos ambientais, a educação para a participação social, a gestão de saberes, o cenário brasileiro e os desdobramentos deste capítulo, dialogamos com autores como Almeida (2009), Thomas (2010), Miller (2012), Batistela e Boneti (2008), Capra (2006), Silva (2005), Santos (2005), Nogueira (2003), Martín-Barbero (2000), Goergen (2010), Nunes et al (2007), Freire (1987), Mutim (2007), Leonardo Boff (1999), Nunes e Mutim (2014), Lourenço (2008) e Gonçalves (2011). Sem deixar de trazer os reflexos da pós-modernidade e

da contemporaneidade, como pano de fundo das nossas discussões, através de autores como Giddens (1991), Berman (1986), Gohn (2011) e Nascimento (2014).

3.1 História da relação entre o homem e o meio ambiente

Desde a antiguidade, há discussões que remontam à relação do homem com o meio ambiente. Ao longo dos séculos, compreendeu-se que tudo deveria servir de auxílio e ao uso do homem, ou seja, tudo estava destinado à sobrevivência e à convivência do gênero humano. Por muito tempo, o mundo entendeu que todas as coisas deveriam ser subordinadas aos desejos e necessidades do homem e que, por isso, havia a liberdade deste para usufruir, explorar e tomar posse do que havia disponível na natureza (animais, plantas etc.), em seu próprio benefício. Relatos da Bíblia fundamentaram por séculos e justificaram a utilização dos recursos naturais pelo homem. Na relação entre os homens e Deus, foi delegado ao homem o domínio sobre todas as coisas, ainda que de maneira pacífica. Nos escritos reunidos na Bíblia, capítulo de Gênesis, que trata da criação, Almeida (2009, p. 6) apresenta o seguinte trecho: “E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a; e dominai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus, e sobre todo o animal que se move sobre a terra”. (Gênesis 1:28)

Nesse contexto, cabia ao homem dominar todas as coisas e utilizá-las para o seu próprio bem. Contudo, a Bíblia retrata momentos em que o homem quebrou sua relação com Deus, e por causa de sua desobediência, seria necessário muito esforço e trabalho para retomar esse domínio sobre a natureza. Para Thomas (2010), a partir daí a terra se degenerou, e essa relação passou a ter como base o trabalho árduo.

Mas com o pecado e a Queda a relação se modificou. Ao rebelar-se contra Deus, o homem perdeu o direito de exercer o domínio fácil e incontestado sobre as outras espécies. A terra degenerou. Espinhos e cardos nasceram onde antes existiam apenas frutos e flores. O solo fez-se pedregoso e árido, tornando necessário o trabalho árduo para o seu cultivo. Apareceram pulgas, mosquitos e outras pestes odiosas. Vários animais livraram-se da canga, passando a ser ferozes, guerreando uns com os outros e atacando o homem. Até mesmo os animais domésticos deviam agora ser forçados à submissão. (THOMAS, 2010, p.22)

Após a retomada da relação do homem com Deus, os homens adquiriram legitimidade para abater os animais e utilizar de todos os recursos necessários a sua sobrevivência e benefício.

Os estudiosos e teólogos, em determinados momentos da história humana, tinham uma visão antropocêntrica da relação entre homem-meio ambiente, que se refletia em sua interpretação da história bíblica. Para estes, o homem estava no centro do plano divino e era a razão de todas as coisas terem sido criadas, sendo assim, ele teria direitos sobre todas as coisas.

Segundo Thomas (1988 apud Miller 2012, p. 21),

À tarefa do homem, nas palavras do Gênesis (1, vers.28), era se multiplicar; ‘encher a terra e sujeitá-la’: derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, drenar pântanos. A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Transformava natureza em cultura. Terra não cultivada significava homens incultos. Assim, a teologia da época fornecia a base moral para esse domínio do homem sobre a natureza. (MILLER, 2012, p. 21)

Na transição da Idade Média para a Idade Moderna, o Iluminismo mudou a forma de ver e agir no mundo, distanciando o ser humano do controle teológico, na passagem para um novo modelo de sociedade, pautada na razão e nas ciências, com a afirmação do pensamento moderno. Assim, as discussões sobre o modelo desenvolvimentista e tecnológico foram ampliadas, durante a modernidade.

Para Batistela e Boneti (2008),

A modernidade se instaura, portanto, sobre o desvelamento dessa indeterminação existencial no humano; quer dizer, sobre a perspectiva de que nada parece prescrever, deterministicamente, nosso devir histórico. Não precisamos estar, então, necessariamente, atrelados à dinâmica natural; podemos transbordá-la, subvertê-la, subjugar-la: eis o ideário liberal da modernidade, vivenciado pelo liberalismo, que rompeu com a visão da providência divina, dando ao homem um caráter histórico e livre. (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1101)

Nesse contexto, o homem é recolocado no centro da realidade, a modernidade se instaura, portanto, sobre o desvelamento dessa (in)determinação existencial no humano e a ciência passa a ser o elemento central que valida toda uma era. Das concepções geradas pelo desenvolvimento das ciências edifica-se a ideia de evolução, de progresso, de crescimento, de desenvolvimento etc. Segundo tais concepções, o traçado da evolução histórica humana depende, fundamentalmente, do empreendimento do *des-envolvimento* através da necessária

intervenção humana. Sendo assim, “[...] a inteligibilidade mecânica (como já pregava Galileu e como ‘comprovará’ Newton) é que perpassa a realidade natural, e então, a natureza não sofre, não pensa, não tem sensibilidade e sentimentos e não se manifesta” (BATISTELA; BONETI, 2008, p. 1102). Sendo assim, a natureza estaria à disposição para atender a todas as necessidades humanas, sem cobrar nada em troca por este serviço.

Em outras partes do mundo, a exemplo do Oriente e de suas religiões, desenvolvia-se uma visão diferente a respeito da relação homem-natureza, pautada em veneração e respeito, mas, para o mundo Moderno, essa visão era criticada e não valorizada. Não tinha nenhuma relevância para os europeus, a relação de respeito que outros povos e nações mantinham com a natureza, por estes serem considerados povos atrasados. Nesse contexto, todo o conhecimento dessas nações sobre sua relação com a natureza não tinha valor científico e não era, por isso, considerado pelo mundo moderno. Para Capra (1997 apud MILLER, 2012, p. 23):

A não aceitação de que o conhecimento das populações tradicionais, acumulados através de milênios em contato com a natureza, seja tão válido quanto o conhecimento científico intelectualizado tem sua origem num paradigma iluminista ora em transformação. A concepção cartesiana da natureza de que a mente é a força motora do Universo faz com que nos desliguemos do nosso meio ambiente natural. A separação entre mente e matéria levou a concepção do ‘universo mecânico’, que consiste em objetos separados, os quais, por sua vez, foram reduzidos a seus componentes materiais fundamentais, cujas propriedades e interações, acredita, determinam completamente todos os fenômenos naturais. Tal concepção mecanicista do mundo ainda está na base de nossas ciências e a bem conhecida fragmentação em nossas disciplinas acadêmicas e nas entidades governamentais também tem uma função social, a saber, o fundamento lógico para o tratamento do meio natural como se ele fosse formado de peças separadas a serem exploradas por diferentes grupos de interesses. (MILLER, 2012, p. 23)

No livro *O ponto de mutação*, Capra (2006) nos alerta dos riscos iminentes da Modernidade, como a guerra nuclear, a contradição humana à época, em que se investia em armas para alimentar a guerra, ao tempo em que crianças morriam de fome, dentre outros colapsos políticos, econômicos e sociais. Mencionava as crises culturais e sociais e requeria das instituições a resolução dos problemas e não a transferência destes numa complexa rede de relações sociais e ecológicas. Para ele, *vivemos hoje num mundo globalmente interligado, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes* (2006, p. 14). Portanto se faz necessário uma mudança de paradigma, uma nova visão holística da realidade, para que possamos conviver nesse mundo numa perspectiva ecológica.

Além desse aspecto, Capra (2006) enfatiza que, em muitos países, se recorre aos intelectuais e à academia para o enfrentamento das questões ecológicas, contudo, estes, por sua vez, são incapazes de resolver os mais urgentes e tão complexos problemas. Para o autor, a ciência por si só, fragmentada, não consegue solução para os desafios interdependentes e de caráter sistêmico.

Assim, a relação de submissão da natureza em prol da existência humana levou séculos para ser repensada, pois existia, na base do conhecimento, a fragmentação, o estudo especializado, das partes e, por conseguinte, a exploração e o uso deliberado dos recursos disponíveis na natureza. Somente após as grandes catástrofes, devido ao uso exagerado e sem limites dos recursos naturais, na modernidade, é que foi possível ao homem preocupar-se e iniciar suas reflexões sobre os impactos da relação humana com o meio ambiente, já bastante modificado.

Para Capra (2006),

Os anos 60 e 70 geraram uma série de movimentos sociais que parecem caminhar, todos, na mesma direção, enfatizando diferentes aspectos da nova visão da realidade. Até agora, a maioria desses movimentos ainda opera separadamente, eles ainda não reconheceram que suas intenções se inter-relacionam. (CAPRA, 2006, p. 14)

Serão estes sujeitos vinculados aos movimentos sociais, em toda parte do mundo, que sinalizarão para os efeitos do colapso social e ambiental provocado pelo avanço da modernidade e contribuirão para uma mudança de paradigma, provocando um repensar sobre a vida e a sobrevivência do planeta.

3.1.1 Primeiras discussões sobre as questões ambientais

No período entre os anos de 1960 e 1980, vários ambientalistas, políticos e cientistas, denunciaram os problemas ambientais e sociais decorrentes da Revolução Industrial. Dentre os principais estudos produzidos, destacam-se os trabalhos da bióloga Rachel Carson, que publicou o livro “Primavera Silenciosa” (*Silent spring*), onde relata os perigos do uso de pesticidas como DDT, para animais, plantas e pessoas, revelando que uma tecnologia antes tida como inofensiva e benéfica poderia causar grandes impactos no meio ambiente e para o ser humano (SILVA, 2005).

As principais discussões relativas às questões ambientais datam de 1972, quando ocorreu a **Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano**, realizada em Estocolmo, na Suécia, conhecida como “**Conferência de Estocolmo**”. Este evento teve como principal foco as preocupações com os problemas ambientais, e grandes discussões sobre o crescimento econômico e meio ambiente. Desde então, vários eventos (congressos e conferências) têm sido realizados e as preocupações ligadas aos impactos da ação do homem no meio ambiente têm se intensificado, especialmente diante da exploração e da redução dos recursos naturais no mundo.

O Brasil integra essas discussões e tem ampliado os espaços para o diálogo sobre as temáticas ambientais e a construção de políticas públicas com este fim. Dentre os principais eventos sobre o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro, debateu amplamente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, e, a partir da elaboração de vários documentos, gerou o acordo conhecido como a Agenda 21, que inclui a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Declaração de Florestas e a Declaração do Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 27 de abril de 1999, é promulgada a Lei nº 9795, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, conforme disposto a seguir:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.
[...] Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:
[...] V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. (BRASIL, 1999, p. 1)

Nesse contexto, percebemos a importância da educação e seu aprofundamento na relação com as questões ambientais para o processo de formação do indivíduo, tendo como propósito a extensão à coletividade. Sendo assim, é preciso compartilhar esse conhecimento, aprofundar essa temática e sensibilizar a sociedade para o cuidado com o meio ambiente, tendo em vista não comprometer a vida e as futuras gerações. Seus princípios e valores devem ser semeados em todo o mundo, mas, para tanto, cada um deve dar sua contribuição.

Sabemos que a inserção desta temática no âmbito educacional não é simples, e muitas vezes tem se resumido às questões de reciclagem, de reaproveitamento de materiais e

do respeito aos seres vivos. No entanto, faz-se necessária a ampliação e o aprofundamento das discussões vinculadas à mobilização local e ao aprimoramento dos mecanismos de participação social (SANTOS, 2005), para que se deem passos mais concretos para o desenvolvimento local, em seus contextos sociais, econômicos, profissionais, políticos e culturais.

3.2 Educação e participação social para a emancipação e o desenvolvimento local

Ficamos numa situação estranha e paradoxal. Nossas vidas são controladas por uma classe dominante de interesses bem definidos não só na mudança, mas na crise e no caos. 'Ininterrupta perturbação, interminável incerteza e agitação', em vez de subverter essa sociedade, resultam de fato no seu fortalecimento.

Catástrofes são transformadas em lucrativas oportunidades para o redensenvolvimento e a renovação; a desintegração trabalha como força mobilizadora e, portanto, integradora. (BERMAN, 1986, p. 93)

Refletir sobre possibilidades de educação e os processos participativos para a emancipação, num contexto, como citado por Berman (1986), marcado pelos interesses da classe dominante, pela corrupção, a degradação humana e a destruição ao meio ambiente, levam-nos à necessária reflexão sobre as propostas que deem sentido a uma educação transformadora. A dimensão humana configura-se como uma questão política, de tomada de consciência crítica sobre a realidade em que os indivíduos estão imersos, e diz respeito a uma diversidade de sujeitos sociais, potencializando a participação de vários segmentos da sociedade, a educação formal e informal, a família, a comunidade, a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e o poder público. O desafio que se apresenta está em formular uma nova perspectiva de formação humana, com vistas à emancipação, pautada no senso crítico, que dialogue com o senso comum, em seus vários níveis, sociais e culturais, e se articule às esferas promotoras das políticas públicas e da gestão para o desenvolvimento local.

Aprofundar os estudos sobre os conceitos que definem Educação e Participação para o desenvolvimento e a emancipação social se faz oportuno, tendo em vista a perspectiva de reconhecer as mudanças significativas no contexto da cidadania brasileira, a partir do recente cenário de manifestações instalado no país, desde junho de 2013, promovidas pelo Movimento do Passe Livre (São Paulo), e a recente conjuntura de crise política instalada, que o Brasil está vivenciando, junto aos escândalos expostos pela operação "Lava Jato", as denúncias de

corrupção (delação premiada que envolve o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva) e as reviravoltas sobre o impeachment (ou não) da atual presidente Dilma Rousseff. Este cenário de insatisfações, que mobilizou as pessoas a lutar por direitos, indo para as ruas, tomando uma atitude política, vinculadas ou não a sindicatos e/ou partidos políticos, tem se tornado uma grande revolução da população, e não parece que este movimento será contido, antes que ocorra uma verdadeira mudança social, política e econômica no Brasil. Ao mesmo tempo que nos leva a ponderar que muitas mudanças já estão acontecendo, dentro de cada indivíduo, em seus diversos espaços de aprendizagem e de diálogo, pois acompanha os noticiários e, de um modo ou de outro, participa, discute e legitima as manifestações que ocorrem em todo o país. Trata-se, entretanto, de um panorama ainda prematuro para se demarcar qualquer conceito ou percepção, mas que não nos impede de refletir e caminhar por estudos que nos possibilitem encontrar alternativas e mecanismos que, de modo integrado e sistêmico, aprimorem a participação e o controle social sobre as políticas públicas pela sociedade brasileira.

Para Santos (2005, p. 97) “as ações concebidas no sentido de ampliar, reforçar, radicalizar a democracia pressupõem uma postura ativa do ser humano diante da realidade”. Nessa percepção, o ser humano é visto como um agente promotor do desenvolvimento, mas, para isso, ele deve estar imbuído de uma visão crítica da realidade e de um espírito de coletividade, nas ações que visem à melhoria e à mudança social. Nosso objetivo não é aprofundar os aspectos que giram em torno das manifestações e/ou da crise política, mas sim, refletir sobre como a integração dos saberes (individuais e coletivos, formais, informais e não formais) e a participação social e comunitária podem contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica da realidade e uma atuação efetiva nos espaços coletivos de transformação social.

3.2.1 Educação, participação e novas tecnologias

Pensar em propostas de Educação que visem à emancipação é reconhecer que algo precisa ser feito para a mudança estrutural da realidade que nos é imposta diariamente, quando enxergamos a visão cultural negativa que existe em torno do que é público (de todos): dos espaços públicos, das escolas públicas, dos hospitais etc. É notório que o sistema capitalista e neoliberal predominante produziu uma sociedade consumista, individualista, desarticulada, sem consciência crítica, desvinculada e descomprometida com a preservação do que é de todos e da

natureza, e também desinteressada dos espaços de participação social. O político limitou-se ao partidário insignificante, indigesto e recusável, por muito tempo. E a atitude cidadã, que vemos com frequência, diz respeito apenas à luta individual por direitos e pelos próprios interesses.

Para Nogueira (2003):

Com a força adquirida pelo projeto neoliberal e o aprisionamento dos Estados nacionais (e de seus governos) na jaula da globalização, o modo predominante de produção de consenso acabou por travar a formação e o desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência, em benefício de formas econômico-corporativas e da expansão de atitudes mentais consumistas, individualistas, medíocres, indiferentes à vida comum. (NOGUEIRA, 2003, p. 188)

E assim, o descrédito na capacidade e no compromisso do Estado em gerenciar o país, em função da corrupção, da burocracia e da ineficiência no presente, havia gerado, até aqui, a imobilidade política e social, o descaso e o individualismo na sociedade brasileira.

No entanto, com o advento das novas tecnologias conhecidas como TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), a informação e o conhecimento ficaram acessíveis e disponíveis a todos os indivíduos. Além disso, o acesso às redes sociais possibilitou a comunicação sem fronteiras e a realidade não se limita mais ao cenário local, mas avança para outras realidades, regionais, nacionais e globais. Nesse sentido, configura-se uma nova cultura, que exige novos processos formativos e uma nova forma de ser e atuar no mundo.

Martín-Barbero (2000) destaca que a experiência cultural da América Latina inserida nesse contexto global tem questões particulares, uma vez que muitas dessas novas formas de ver e significar o mundo têm relação com as mudanças de caráter social nas quais a região se defronta. O fim de ditaduras militares, a migração, o desenvolvimento das cidades e a maneira de lidar com o espaço urbano, o aumento da criminalidade e a necessidade de novos mecanismos de controle, todos estes elementos se alinham às maneiras locais de usar os instrumentos tecnológicos, maneiras que contribuem para uma reinvenção do uso das TIC, gerando novas possibilidades tanto no âmbito comunicacional quanto da educação. Nesse contexto, as redes sociais instauram, a partir de sua própria lógica, novas figuras de intercâmbio – TV, tablet, laptop, facebook, youtube etc. Tais elementos compõem, segundo Martín-Barbero (2004), o problema de fundo que está no desafio proposto por um ecossistema comunicativo, no qual o que emerge é outra cultura, outro modo de ver e de ler, de aprender e conhecer.

Segundo Gohn (2011):

[...] a educação não se resume à educação escolar, realizada na escola propriamente dita. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços. [...] trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. (GOHN, 2011, p. 333)

Nesse contexto, a aprendizagem não se limita apenas aos espaços formais de ensino, mas extrapola os ambientes formais, atinge os não formais e continua a avançar por todos os lugares em que é possível acessar a internet e se conectar. Este novo cenário, também é promotor de articulações sociais, ambiente de exposição de pensamentos, sentimentos, de inter-relações e formação de identidades. Conseqüentemente, é um espaço favorável à construção de uma consciência crítica e política, além de possibilitar, pela participação, a mobilização social.

Percebemos, assim, que o cenário de imobilidade social tem se modificado e os indivíduos “conectados” têm promovido espaços de discussão, participação e articulação política, no campo virtual, em uma dimensão global. Citamos, como exemplo, o uso das redes sociais na discussão, articulação e mobilização da sociedade para a realização das manifestações populares que têm ocorrido em todo o país, e que repercutem em outras partes do mundo.

Para Goergen (2010):

Não é exagerado dizer que a educação se encontra num momento de profundas transformações cujos rumos ainda não podemos prever. Um dos aspectos marcantes dessas mudanças é o fato de elas terem origem externa, ou seja, de serem estimuladas por inovações e movimentos vindos de outros contextos e ambientes, como a economia, a política, a mídia. (GOERGEN, 2010, p. 14)

Entendemos assim, nessa conjuntura de mudanças, que reconstruir a educação formal tem ficado a reboque de outros espaços de aprendizagem, e para que se consolide uma proposta de Educação transformadora dos sujeitos, é necessária a integração das tecnologias à nova gestão dos saberes e dos espaços possíveis de aprendizagem. No campo da integração das tecnologias e da gestão dos saberes, faz-se necessário o diálogo permanente entre os aspectos culturais, sociais, familiares e educacionais, que conforma os contextos em que os sujeitos estão inseridos, sua formação e visão de mundo, perspectivas que, por sua vez, também integram o tecido dessa transformação. No campo da gestão dos espaços de aprendizagem, é importante aliar as forças dos espaços formais, não formais, informais, virtuais, comunitários, locais e

globais, em que os indivíduos estejam envolvidos, ensejando formas de diálogo, integração e organização, para a produção e a sistematização de conhecimento.

Percebe-se que não é suficiente, para a elaboração de uma nova proposta educativa, pensar apenas no contexto formal da educação, mas compreender que existem outros espaços de aprendizagem e que se faz necessário dialogar e construir um planejamento social, educativo e participativo. Esse exercício não é novo, mas se torna cada vez mais necessário.

Nunes et al (2007) menciona que:

Na década de 1990, propostas de planejamento social participativo são formuladas, sobretudo com as discussões de um novo modelo de desenvolvimento e da elaboração de uma Agenda para o século XXI em âmbito global, nacional e local. Na atualidade, buscam-se modelos participativos de intervenção que possam responder a essa intrigante equação do mundo pós-moderno de integrar crescimento, equidade e meio ambiente (HALL, 1998 apud NUNES, 2007). O fundamento básico dessa nova perspectiva é a participação das pessoas no processo de planejamento. (NUNES, 2007, p. 60)

O modelo participativo de intervenção na realidade social, mencionado por Nunes (2007) na construção da Agenda 21, como alternativa de participação social, envolvendo a diversidade cultural e ambiental, em um projeto de escala planetária, prevê a gestão de equipes de múltiplos saberes, que se articulam, nesse caso, equipe técnica (universitária) e a comunidade com vistas ao desenvolvimento de ações para a resolução dos problemas encontrados nas comunidades que participaram de sua elaboração. Essa prática pode, sim, ser reconhecida como prática educativa e social, que visa o desenvolvimento local através de uma proposta concreta de interação e aprendizagem.

Para Santos (2005, p. 99) por sua vez, “a mobilização de conhecimentos se dá por meio de um processo reflexivo, cíclico, que vai das partes para o todo e do todo para as partes e tem potencial revelador, emancipatório”. Nesse contexto, para ele, “o indivíduo necessita decompor a realidade, analisá-la em cada uma das suas partes, [e perceber que relações e interações existem entre ele e o mundo], o mundo da vida (esfera privada) e os sistemas político e econômico”.

Nessa mobilização de conhecimentos e de sua comunicação com a realidade do mundo, o indivíduo reconhece-se como ser histórico que integra diferentes contextos e que existe uma relação maior entre esses contextos e sua realidade cotidiana, além de discernir os impactos de sua atuação no mundo. Sobre isso, Freire (2002) menciona que:

Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o

mundo objetivo, [...], que incorpora ao existir sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza com os outros existires. Em comunicação com eles. (FREIRE, 2002, p. 48-49)

Assim, compreendemos a necessidade da dialogicidade entre o indivíduo e seu próprio mundo, entre o indivíduo e o mundo que o rodeia e do mundo com esse indivíduo, para a apreensão e a compreensão crítica da realidade. Essa compreensão também se dará nos processos educativos e de participação social e comunitária, nos espaços de atuação política e nos de aprendizagem, sejam estes materiais ou virtuais.

Os processos participativos integrados à educação formativa possibilitam o desenvolvimento da visão crítica e de capacidades, tais como autonomia, liderança, espírito de equipe e de servir, organização, tomada de decisão, mediação de conflito, respeito às diferenças, envolvimento e empoderamento da realidade. O indivíduo, na atuação participativa em sua comunidade, em seus espaços sociais, deixa de ser um espectador da realidade para ser um agente de desenvolvimento. Para Freire (2002, p. 60) ele “não é mero espectador do processo, mas cada vez mais sujeito, na medida em que, crítico, capta suas contradições”. Nesse contexto, o indivíduo não se antecipa e nem age sozinho, mas, enquanto sujeito, pode e deve, com outros sujeitos, ajudar a acelerar as transformações, na medida em que conhece aquela realidade para poder intervir. Assim, desde que haja o fortalecimento de sua atuação e apreensão da realidade, a emancipação será gerada e, conseqüentemente, a própria libertação.

3.3 Participação e gestão dos saberes para o desenvolvimento local

Participar de grupos, de organizações, espaços formativos e projetos comunitários nos dá a ideia de coletividade, de envolvimento, de desejos e intencionalidades, para os quais foram promovidos esses processos participativos. Refletir sobre processos de participação que visam o desenvolvimento local, por sua vez, tem suas especificidades, sejam processos desenvolvidos nos espaços propriamente formativos ou em espaços comunitários que possibilitem a aprendizagem e promovam o empoderamento dos indivíduos sobre seu agir no mundo. Para tanto, as pessoas precisam estar motivadas, imbuídas de um mesmo ideal, atuando

de modo coletivo, sem perder a visão crítica individual dos processos e ações e objetivar a intervenção social.

Para Freire (1987 apud SANTOS, 2005, p. 99) “O indivíduo traz dentro de si a motivação para posicionar-se de forma ativa diante da realidade, mas para isso ele precisa ser colocado diante de uma situação que o desafie e rompa com uma postura fatalista em relação à realidade vivida”. (SANTOS, 2005, p. 99)

A realidade torna-se cada vez mais desafiadora a nível local, ao estarmos diante de cenários de violência, de degradação ambiental, de insegurança, de pobreza e injustiça. As mudanças sociais prometidas pela globalização não aconteceram e não houve mudanças significativas no atendimento às necessidades da sociedade brasileira, seja a nível nacional ou local.

Para Delrio (1999 apud COSTA F., 2006, p. 51):

O discurso da globalização é algo que não promove a inclusão das pessoas, não integra soluções e respostas às necessidades gerais. [...] não foram globalizados a saúde, a nutrição, a educação para autonomia das pessoas, os conhecimentos técnicos e científicos, a informação, o emprego e, muito menos, a renda para todos. (DELRIO, 1999 apud COSTA F., 2006, p. 51)

Assim, diante do estado de crise em que vivemos, para que o desenvolvimento se torne real, é preciso que os processos participativos e educativos sejam articulados, os saberes e conhecimentos sejam integrados e sistematizados em propostas concretas e capazes de transformação das realidades locais, promovendo a emancipação dos indivíduos.

Compreender a função da gestão nesse processo de desenvolvimento pressupõe a compreensão de qual desenvolvimento se quer atingir e como dirigir suas ações para alcançá-lo. Nesse contexto, se faz necessário entender que o desenvolvimento aqui apresentado tem fincado suas raízes em uma proposta de mudança local, que promove o envolvimento dos diversos sujeitos sociais, e reflete, como estes, no momento em que se articulam, levantam dados e informações, buscam parcerias locais e são capazes de transformar suas realidades, promovendo a emancipação dos indivíduos que com eles interagem.

Segundo Mutim (2007) o desafio é:

[...] o de se posicionar numa situação adequada para mostrar como a educação e os processos educativos desenvolvidos nas escolas ou fora delas precisam ser articulados para gerar espaços de formação de fundamental importância na gestão do saber, e a transformação de mentalidades para o exercício pleno da cidadania na gestão

compartilhada do Desenvolvimento Local Sustentável – DLS. (MUTIM, 2007, p. 114-115)

Essa condição de posicionar-se é complexa e requer uma reflexão profunda e conjunta sobre: onde estamos? O que foi construído? Onde queremos chegar? E como concretizar nossos objetivos? No que tange à busca de caminhos para a emancipação do indivíduo e o desenvolvimento local, é importante envolver não somente a família ou a escola, mas a comunidade, as empresas locais, os representantes governamentais e suas instituições, a sociedade civil organizada (movimentos, grupos culturais, associações, sindicatos, organizações não governamentais e outras entidades), enfim, todos os envolvidos nas questões locais. Após essa primeira tarefa, que não é simples, cabe então compartilhar, encontrar experiências que deram certo e dialogar com os âmbitos territoriais, regionais, nacionais e globais, em busca da realização das ações e do alcance dos objetivos pactuados. Objetivos esses que integram os novos avanços tecnológicos aos novos padrões de comportamento, ao aperfeiçoamento das políticas públicas e a garantia de direitos, ao fortalecimento das instituições e capacidade de articulação para o estabelecimento de parcerias, intercâmbios, cooperação e solidariedade (MUTIM, 2007).

Para tanto, é preciso preparar os indivíduos envolvidos nos problemas sociais para uma nova cultura, e a educação exerce papel fundamental nesse processo. Para Mutim (2007), é necessário, antes de tudo, preparar e orientar os indivíduos e a coletividade na busca de soluções compartilhadas (operar pedagogicamente). Ele menciona que:

Os processos educativos coletivos *participativos* [o grifo é nosso] hoje compreendidos como espaços de formação como Agenda 21, o Plano Nacional de Educação Ambiental/PRONEA, Orçamento Participativo/OP, os Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável/DLIS, além de outros, precisam integrar a formação de educadores, técnicos e outros segmentos representativos da sociedade para que possam atuar como agentes de desenvolvimento na consolidação do Desenvolvimento Local Sustentável. (MUTIM, 2007, p. 115)

Desenvolver as pessoas numa nova cultura de sustentabilidade é um grande desafio, pois ainda não temos todas as respostas, mas existem alguns caminhos já percorridos, além dos novos caminhos a percorrer. Para Leonardo Boff (1999), pensar em sustentabilidade é compreender o sentido de solidariedade geracional, com foco no que será necessário para as gerações futuras. Segundo ele:

Sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor; que mostra um sentido de solidariedade generacional, ao preservar para as

sociedades futuras os recursos naturais de que elas precisarão. Na prática a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza. Não significa voltar ao passado, mas oferecer um novo enfoque para o futuro comum. Não se trata simplesmente de não consumir, mas de consumir responsabilmente. (BOFF,1999, p. 8)

Conceber a sustentabilidade, nesse aspecto, é reconhecer que precisamos cuidar de nós, do outro, da natureza, da família, da comunidade, da cidade, região, nação e do planeta. Esse cuidado pressupõe o desenvolvimento social e ambiental com vistas à qualidade da vida humana, enquanto humana, e o cuidado com todos os seres vivos.

Nascimento (2014), durante os debates em sala de aula, elucida esse aspecto nos dizendo que, “[...] precisamos construir uma nova utopia, um novo projeto de vida pautado em valores humanos, em participação, no cuidado com o outro (alteridade) e na vida coletiva e comunitária”. (NASCIMENTO, 2014)

O desafio de fortalecer os processos educativos e participativos como alternativa para o desenvolvimento local é prioritário para viabilizar a emancipação, o equilíbrio ecológico e a justiça social, a partir de uma formação crítica articulada aos diversos espaços de participação e intervenção na realidade do país. É importante pensar que a sustentabilidade está relacionada ao cuidar de si mesmo, do outro e da natureza, para sobrevivência do planeta em condições suficientes para as futuras gerações. Essas são inquietações permanentes de compreensão da realidade social brasileira, dos caminhos percorridos na educação, sua relação com o meio ambiente e a participação para o desenvolvimento local, na luta por direitos e por políticas públicas que atendam às reais necessidades sociais.

3.4 Cenário brasileiro e educação ambiental

Diante do cenário de permanente degradação ambiental, destruição de ecossistemas, biomas, extinção de diversas espécies que compõem a nossa biodiversidade, faz-se necessário avançar em estudos e alternativas que visem à sustentabilidade da vida, aqui, e consequentemente no planeta.

O avanço das discussões sobre o meio ambiente e as reflexões sobre a Educação Ambiental têm contribuído para uma maior expansão das questões relativas à preservação ambiental, contudo, até aqui, o crescimento do capitalismo exacerbado e a exploração dos recursos naturais, não cessaram, ao tempo, em que novos desastres têm ocorrido e as reservas naturais têm sido rapidamente reduzidas. Assim, é importante refletir sobre práticas sociais alternativas que envolvam o conhecimento científico, em parceria com o conhecimento desenvolvido pelas culturas locais, que atuam diretamente no meio ambiente e no uso desses recursos, para a garantia de sua sobrevivência. Entende-se que estas comunidades poderão ser parceiras na construção de novas metodologias para o desenvolvimento, sem agredir o meio ambiente, com foco na sustentabilidade socioambiental.

As discussões sobre questões ambientais no Brasil, embora tenham começado timidamente, há mais tempo, como já mencionamos anteriormente, ganham maior ênfase, a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, que resultou na Constituição Federal 1988, e, através do seu artigo 225, dispõe sobre o direito de todos ao meio ambiente saudável:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2012, p. 127)

O inciso sexto do parágrafo primeiro deste artigo estabelece, de forma categórica, a obrigatoriedade da educação ambiental, em todos os níveis de ensino, da seguinte forma:

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI – Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (Educação ambiental na constituição da república federativa do Brasil –1988) (BRASIL, 2012, p. 128)

Nesse contexto, a Constituição de 1988 foi considerada uma “Constituição Verde”, por ser a primeira constituição a mencionar como relevante a educação ambiental, o meio ambiente e os cuidados com a preservação da natureza, elementos estas chaves para a implementação de projetos de Lei com este fim. Contudo, somente através da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (10 anos depois), quando se estabelece a Política Nacional de Educação

Ambiental, que esse assunto passa a ter maior prioridade no Brasil, no âmbito do aparato estatal. Por esta lei, a Educação Ambiental é entendida, em seu artigo 1º, como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p. 1)

É importante considerar que as discussões sobre Educação Ambiental, especialmente no Brasil, são recentes, e após 16 anos da criação da Lei supracitada, ainda há muito a ser discutido, questionado e realizado, para que se tenha a relação com o meio ambiente e sua preservação como efetivas prioridades nas consciências individuais e no país.

Segundo NUNES e MUTIM (2014), é, sobretudo:

[...] a partir dos anos 1970 no mundo e particularmente no Brasil, que aparecem as primeiras organizações ambientalistas. Na região sul do Brasil, com a criação da AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, por Luttemberg nos anos 1970, estimulou-se a formação de várias outras organizações ou movimentos ambientalistas que se espalharam por todo o país. Embora no campo da Educação a questão ambiental se apresente tardiamente, entretanto, essa temática é discutida no campo da filosofia desde a antiguidade. Nas ciências sociais surge a partir da discussão no campo da ecologia humana com a escola de Chicago na segunda década o século XX, e, no Brasil, desde Gilberto Freire, seguindo nos anos de 1930 na sociologia, antropologia, nas artes e na política, a exemplo Cascudo (1898-1986), Josué de Castro (1908- 1973), João Vasconcelos Sobrinho (1908-1989), Patativa do Assaré (1909-2002), Milton Santos (1926-2001), Chico Mendes (1944-1988), entre outros. (NUNES; MUTIM, 2014, p. 459-460)

Nesse contexto, Nunes e Mutim (2014) nos ajudam a compreender também o processo dos movimentos sociais que atuam e se preocupam com as questões ambientais, nesse processo histórico, e os pesquisadores que trouxeram à luz essa temática, ao longo de suas vidas (seu nascimento e sua morte).

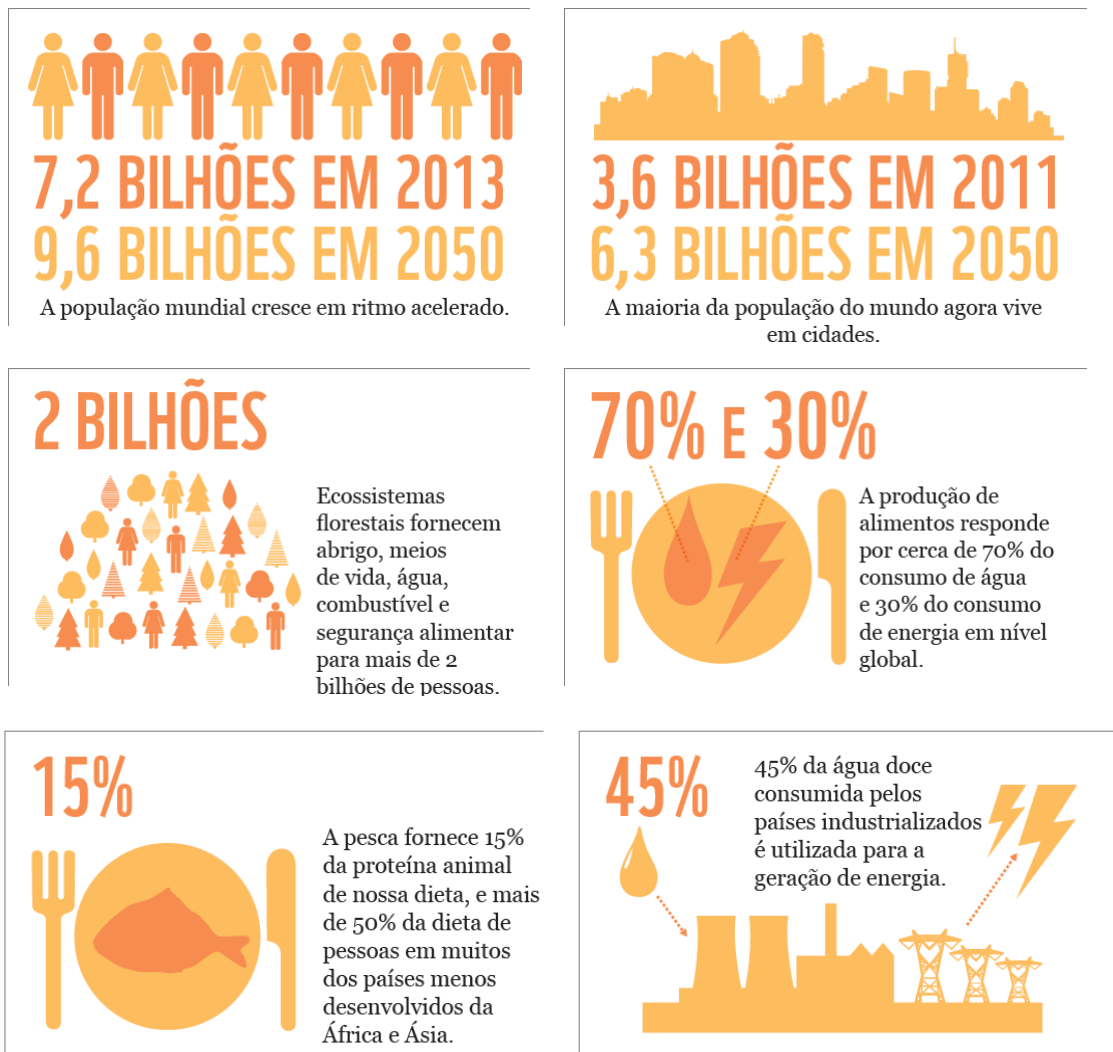
Sendo assim, é importante considerar que as mudanças ambientais afetam a todos nós, haja vista que, hoje, diante dos níveis de exploração, mais do que nunca é necessário desenvolver uma melhor gestão das riquezas naturais, ainda existentes, para a garantia da vida no planeta.

Ao observar o Ocidente, identificamos que a América Latina está atravessando o maior declínio regional, com uma crítica diminuição das populações de vida selvagem. É o que aponta o Relatório Planeta Vivo 2014 (Living Planet Report), lançado a cada dois anos pela Rede WWF (World Wildlife Fund ou Fundo Mundial da Natureza). Segundo dados do Relatório Planeta Vivo 2014, da Rede WWF, [...] em média, 83% das populações de peixes,

aves, mamíferos, anfíbios e répteis foi extinta na América Latina nos últimos 40 anos. A diminuição da vida selvagem da região é maior do que o declínio global de 52% no mesmo período. (WWF BRASIL, 2015, p. 8)

O relatório descreve, ainda, a importância de considerarmos como prioridade as questões ambientais, pois, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), a população mundial deve chegar a 9,6 bilhões até 2050. Sendo assim, atender as demandas de consumo de todas as pessoas, de água, alimentos e energia, parece-nos um dos maiores desafios. Observe a seguir outros dados relevantes apresentados pelo relatório (WWF BRASIL, 2015):

Figura 18 – Dados da população e situação dos ecossistemas no mundo I

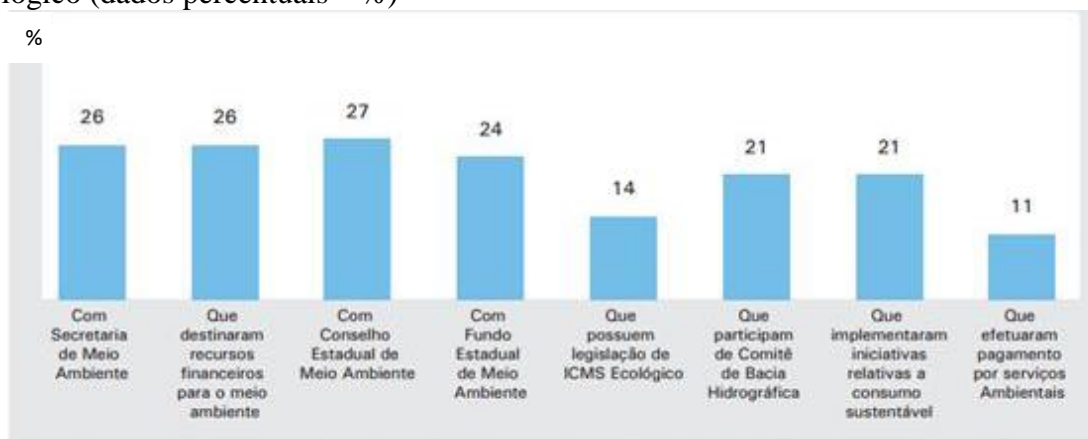


Fonte: WWF Brasil (2015, p. 24).

Enxergamos aqui que, nesse ritmo acelerado e inversamente proporcional ao tempo em que a população cresce, principalmente nas cidades, cresce a produção e conseqüentemente o consumo, mas não se investe, na mesma proporção, em políticas que estimulem o uso responsável dos recursos naturais, muito menos em programas educativos que desenvolvam a consciência das pessoas para o consumo consciente.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou, em 2013, uma pesquisa para avaliar a gestão ambiental nas Unidades da Federação, encontrando as características apresentadas no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Número de Unidades da Federação com Secretaria de Meio Ambiente, que destinaram recursos financeiros para o meio ambiente, com Conselho Estadual de Meio Ambiente, com Fundo Estadual de Meio Ambiente e que possuem legislação de ICMS Ecológico (dados percentuais – %)



Fonte: IBGE, 2013 – Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (IBGE, 2013a, p. 64).

Segundo as informações do IBGE (2013), obtidas pela ESTADIC,¹⁰ e observadas no Gráfico 1:

De forma geral, as Unidades da Federação estavam razoavelmente aparelhadas para o empoderamento do tema ambiental, considerando que: a) a quase totalidade delas dispunha de órgão ambiental do tipo Secretaria de Meio Ambiente em sua estrutura administrativa; b) destinaram, em 2012, recursos financeiros para os órgãos de meio ambiente estadual; c) tinham Conselho Estadual de Meio Ambiente e Fundo Estadual de Meio Ambiente; e d) além disso, quase 78,0% (21) das Unidades da Federação participavam de algum Comitê de Bacia Hidrográfica e implementaram, nos últimos 12 meses, alguma iniciativa (campanha, legislação, parceria) relacionada a consumo sustentável. No entanto, duas informações, diretamente ligadas à gestão ambiental no

¹⁰ A ESTADIC define-se como pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública estadual e se insere entre as demais pesquisas sociais e os estudos empíricos dedicados à escala estadual. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas estaduais, em especial o governo do estado. (IBGE, 2013a, p. 10)

Estado, ainda apresentavam uma baixa participação: a existência de legislação sobre o ICMS Ecológico em apenas 14 (53,8%) Unidades da Federação e o desenvolvimento de programas ou ações ligadas ao pagamento por serviços ambientais 11 (40,7%) unidades. (IBGE, 2013a, p. 63)

Entendemos, assim, que os investimentos destinados à gestão de recursos, aos conselhos estaduais para o desenvolvimento e a implementação de políticas voltadas ao meio ambiente, no Brasil, são insuficientes para o atendimento de todas as regiões brasileiras.

Enquanto isso, segundo Lourenço (2008), a poluição tornou 70% das águas de rios, lagos e lagoas do país impróprias para o consumo. Esse dado foi apontado no relatório editado pela organização não governamental Defensoria da Água, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), na análise do período de 2004-2008. O lançamento de esgotos diretamente nos rios e a exposição de resíduos em lixões também são apontados como as causas do crescimento contínuo da poluição das águas, principalmente nas áreas urbanas. Ou seja, em relação ao relatório de 2003-2004, a contaminação das águas superficiais aumentou em 280%, caracterizando-se, assim, o completo descaso dos órgãos federais, estaduais e municipais, empresas e organizações, inclusive a sociedade, no cuidado com o meio ambiente, para impedir que nossa biodiversidade seja destruída.

Diante desse descaso, é sabido que dependemos dos ecossistemas saudáveis, para nossa sobrevivência, sendo necessário, assim, garantir a manutenção desses ecossistemas para a sobrevivência do planeta e das futuras gerações.

O Relatório Planeta Vivo 2014 ainda menciona que:

A forma com que suprimos nossas demandas afeta a saúde dos ecossistemas, e a saúde dos ecossistemas afeta nossa habilidade de satisfazer estas demandas. Isto é relevante tanto para as comunidades rurais mais pobres – que muitas vezes dependem diretamente da natureza para obter seus meios de vida – quanto para as grandes cidades do mundo, que são cada vez mais vulneráveis a ameaças como enchentes e poluição decorrentes da degradação ambiental. Proteger a natureza e usar seus recursos de forma responsável é pré-requisito para o desenvolvimento humano e seu bem-estar e para construir comunidades resilientes e saudáveis. (WWW BRASIL, 2015, p. 26)

Percebe-se, portanto, que os mais atingidos hoje e no futuro, em primeira escala, pela contaminação das águas, a poluição do ar, a extinção dos ecossistemas, serão as comunidades que dependem do meio ambiente para a sua sobrevivência. Em seguida, as cidades também serão atingidas pelas catástrofes naturais, em consequência da exploração efetivada pelo sistema capitalista. Todos, de um modo ou de outro, dependem da manutenção do meio

ambiente e sofrerão as consequências da ambição e do crescimento desenfreado do capital. Observemos, a seguir, outros dados relevantes para a nossa discussão (Figura 19), obtidos no Relatório Planeta Vivo 2014.

Figura 19 – Dados dos ecossistemas, danos ambientais e projeções no mundo



Fonte: WWF Brasil (2015, p. 25).

Percebemos na figura anterior, que 660 milhões de pessoas no mundo sobrevivem dos ecossistemas marinhos, da pesca, para a sua sobrevivência e que um terço das cidades depende da conservação das reservas naturais, para que se tenha água potável, uma demanda que cresce a cada dia, mas a preservação desses recursos não ocorre na mesma escala, pois

muitos ainda não possuem acesso a água limpa e potável, além do que, o desequilíbrio provocado pelos desastres ambientais gera passivos e danos irreversíveis. A crise hídrica já atinge diversos países e tem sido discutida por pesquisadores, em todo o mundo. Por esse motivo, medidas emergenciais para a manutenção destes recursos e a formação das pessoas para o cuidado e a preservação do meio ambiente precisam ser tomadas, antes do colapso. Este seria o grande desafio, o bem-estar social e ambiental, o equilíbrio e o uso consciente e responsável dos recursos naturais, para o desenvolvimento local.

3.4.1 Estudos científicos sobre educação ambiental na realidade brasileira

O Brasil integra as discussões sobre a Educação ambiental, como já mencionamos, contudo sabemos que a inserção desta temática no âmbito educacional não é tarefa simples e no campo acadêmico, os estudos sobre Educação Ambiental são recentes e têm se ampliado, sobretudo na região Sudeste, como podemos observar na tabela 1, que apresenta um levantamento dos trabalhos apresentados em três encontros nacionais de pesquisa: as Reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), de 2003 até 2009, os encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), de 2002 até 2008, e os Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), de 2001 até 2009. Vejamos a tabela a seguir.

Tabela 1 – Trabalhos de Educação Ambiental apresentados por região no período de 2001 a 2009

Encontros	SUDESTE %	SUL %	CENTRO OESTE %	NORDESTE %	NORTE %
ANPED	66	19	1	10	4
ANPPAS	45	Nd*	Nd	Nd	2
EPEAS	65	18	9	7	2

*Nd=Não divulgou

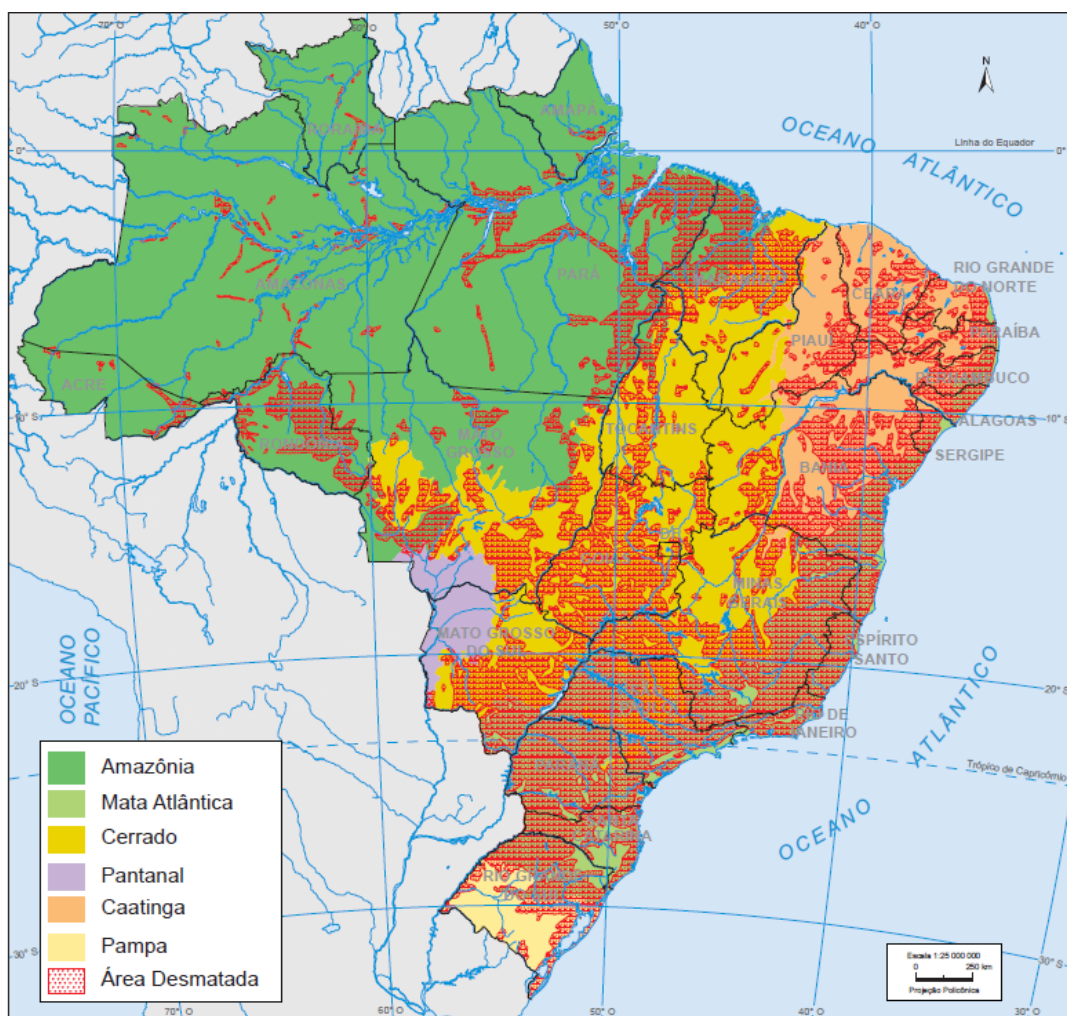
Fonte: Carvalho e Farias (2011 apud NUNES; MUTIM; COSTA, 2014, p. 465)

Contudo, verifica-se que, nas regiões Norte e Nordeste, onde temos a maior extensão litorânea e o maior número de comunidades pesqueiras e agricultoras, além da maior diversidade de biomas e ecossistemas, os estudos ainda são incipientes.

3.4.2 A questão do desmatamento no Brasil

Em grande parte do país, os biomas estão sendo destruídos pelo desmatamento e a contaminação de rios e lagos, a exemplo do bioma da Mata Atlântica, que existe hoje em poucas regiões. Na região litorânea, por sua vez, a situação se agrava, tanto no campo de estudo desta pesquisa, como em toda a costa do Brasil. Isto é possível de ser analisado na Figura 20 a seguir:

Figura 20 – Mapa dos biomas brasileiros



Fonte: Atlas Geográfico Escolar: Ensino Fundamental - do 6º. ao 9º. ano.

Fonte: IBGE, Biomas Brasileiros (2010, p. 18)

Na Figura 20, observamos a diversidade de biomas existentes no Brasil, desde a caatinga, o cerrado, os pampas, a mata atlântica, entre outras, e o destaque dado pelo IBGE sobre a área desmatada.

Geist e Lambin (2001 apud Arraes, 2012) afirmam que as causas do desmatamento nas florestas tropicais não podem ser reduzidas a uma única variável, pelo contrário, há a combinação de vários fatores que favorecem a degradação ambiental, tais como a interação entre a expansão agrícola, o comércio de madeiras, o crescimento populacional e a construção de estradas, a governança pública, fatores que poderiam se articular de maneira diferente, a depender da dinâmica temporal e espacial de cada região.

Os graves problemas sociais que envolvem as comunidades, no campo e na periferia das cidades, são outro aspecto que devemos considerar, pois a expansão do capitalismo e, conseqüentemente, das metrópoles e do consumo, colocam essas comunidades à margem da sociedade, sem deixar escolhas senão a necessidade de degradar continuamente os ecossistemas para a sua própria sobrevivência. Muitas famílias, no campo, instalam-se nas margens de rios; posseiros, em áreas de nascentes e morros, nas cidades; as invasões seguem as regiões litorâneas. Assim, as florestas, rios, manguezais e mananciais situados no campo e em grandes periferias são invadidos pela pobreza, pela favela, à custa da vida dos ecossistemas naturais, como um reflexo de uma vida restrita a condições subumanas (Figura 21), como é o caso das populações excluídas.

Figura 21 – Moradores que vivem em palafitas, na região dos Alagados (Salvador/BA)



Fonte: A TARDE.com, 2015.

A Bahia, por exemplo, dentre todos os Estados banhados pelo Oceano Atlântico, possui a maior região litorânea do país, quase 1150 km, e áreas de Mata Atlântica ainda preservadas, riqueza que está correndo o risco de ser devastada pelo desmatamento e pelos conflitos de uso da terra.

Já os conflitos pelo uso dos recursos naturais, o uso desordenado do solo, os impactos ambientais provocados pelos desastres de vazamento gerados por empresas que exploram petróleo e outras fontes de energia, têm degradado os ecossistemas naturais, atingindo diretamente as comunidades que vivem da pesca, da extração do marisco e dos frutos do mar. Os manguezais, por exemplo, que representam uma grande biodiversidade no bioma da Mata Atlântica, têm sido devastados pela contaminação dos rios e pelo turismo descontrolado.

Segundo Gonçalves (2011):

Os manguezais oferecem serviços ecossistêmicos imprescindíveis à gestão costeira e a sustentabilidade das comunidades costeiras, a exemplo: proteção da linha de costa contra erosão marinha, exportação de nutrientes para as áreas marinhas e estuarinas, abrigo a organismos juvenis, estoques pesqueiros, contenção de poluentes, sequestro de carbono. Estes são aspectos essenciais para o gerenciamento ambiental costeiro integrado (GCI), que devem ser compreendidos, sobretudo nos países em desenvolvimento, que carece de informações socioambientais básicas aplicáveis ao planejamento e gestão ambiental. (GONÇALVES, 2011, p. 3)

Nesse contexto, investigar a relação que existe com o meio ambiente e as comunidades que vivem da pesca, da extração do marisco e dos frutos do mar, no Brasil, entendendo o conhecimento que essas comunidades possuem do meio ambiente, em seu cotidiano, e perceber os impactos ambientais identificados por eles, na convivência com a natureza, para encontrar caminhos de preservação e conservação dos ecossistemas naturais, são investigações necessárias, diante da necessidade de manutenção da vida no planeta, que passa a ser o olhar desta pesquisa.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO *LOCUS* DA PESQUISA

Para ‘se ajeitar’ dentro de um mundo em transformação a fala do povo diz realidades, ora em desequilíbrio (os valores mudam) ora em esperanças (do possível, que virá), ora em desatino (tudo em seu lugar...).
(FREIRE; NOGUEIRA, 2011, p. 21)

No diálogo em epígrafe, Freire e Nogueira (2011) nos faz refletir sobre a maneira como as comunidades populares encontram formas para se adaptar às transformações da sociedade; como elas conservam sua história e memória; como guardam dentro si a essência de sua cultura diante dos, muitas vezes, terríveis impactos causados pelas mudanças rápidas e “avanços” promovidos pelo capitalismo. Nesse contexto, recordando da etapa do estudo exploratório e a frase, que muitas vezes ouvimos na comunidade de Cação, dita pela presidente da APEMAC, informante e Entrevistada 5, e que foi muitas vezes repetida: – *Nossa cultura vai morrer; os mais jovens não querem mais pescar e nem mariscar; estamos distantes de casa, cada vez mais temos que ir mariscar mais distante, olha como é difícil nossa vida*, enquanto estávamos a mariscar às margens da enseada, numa propriedade particular (que invadiu o cenário em que outrora marisqueiras faziam seu trabalho). Frase esta que, nos primeiros dias, invadiu nossos pensamentos e moveu nossas reflexões e sentidos, para compreendermos o que de fato ela dizia por trás dessas palavras.

No fundo, talvez, essa seja mais uma das transformações que a cidade vive e um dos reflexos dos impactos trazidos pelo tal “desenvolvimento” [grifo nosso], proposto para a região, com a implementação dos empreendimentos petrolíferos, instalados desde 1950, e que frequentemente provocam acidentes ambientais, comprometendo a sobrevivência da população e contaminando suas ilhas e espaços vitais.

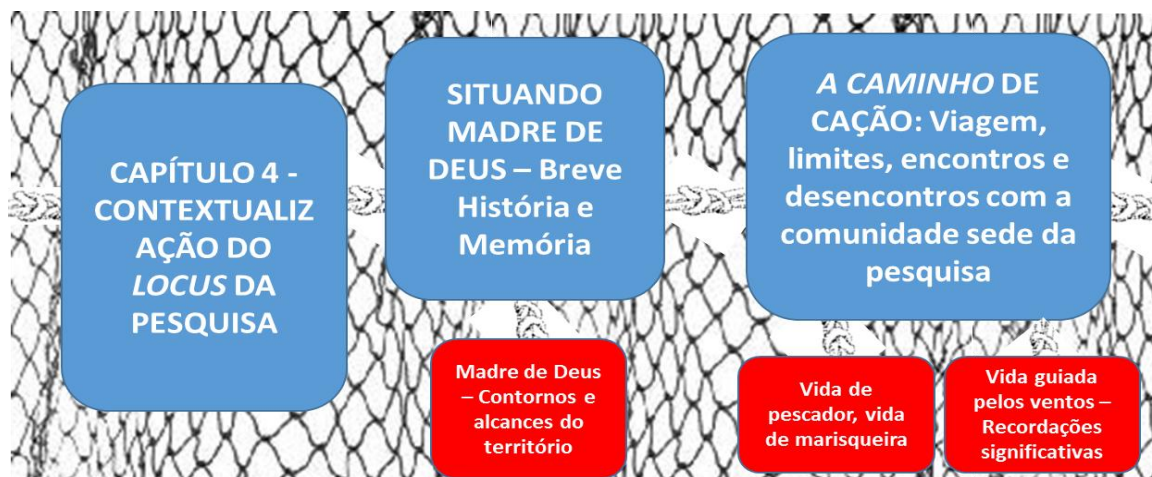
Neste capítulo, iremos tratar da contextualização do *locus*/lugar da pesquisa, caminhar por este lugar, fazendo um passeio histórico e atual em Madre de Deus, cidade que integra a Região Metropolitana de Salvador, na Baía de Todos os Santos. Em concordância com Ramos (2015), entendemos que,

Nos tempos de acentuada globalização em que vivemos o conceito de lugar ganhou nova dimensão, ultrapassando a ideia de local onde se processa a ação, ou seja, uma localização. Este conceito ampliou sua abrangência de significado, deixando de ser compreendido apenas como um espaço físico produzido em um determinado intervalo de tempo pela natureza e pelo homem, passando a abranger uma construção única, singular, carregada de simbolismo, que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. (RAMOS, 2015, p. 73)

Assim, é importante compreender que o cenário pelo qual nos aventuramos nesta pesquisa apresenta, em sua complexidade, um universo de tensões e conflitos, oriundos de uma história de resistência das comunidades, pelas conseqüentes marcas do “carro de Jagrená”, que invadiu este cenário e se apropriou do espaço geográfico e do lugar de sobrevivência dos povos que ali vivem.

Nesse contexto, em seguida, faremos um recorte de Cação, bairro e comunidade em que foi desenvolvida esta pesquisa, conforme podemos ver na síntese a seguir:

Figura 22 – Estrutura do capítulo 4

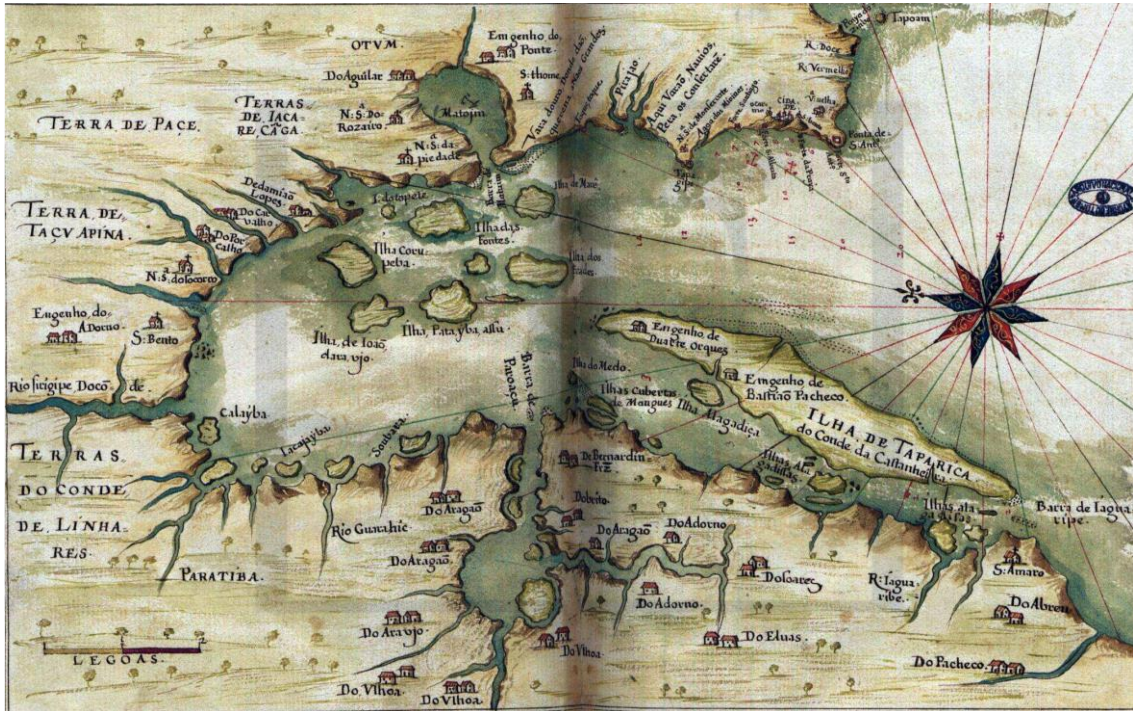


Fonte: Elaboração própria.

4.1 Situando Madre de Deus – breve história e memória

Séculos de exploração de recursos e de um povo, assim iniciamos o relato sobre a história de Madre de Deus, uma extensão apenas da história do Brasil. É na Baía de Todos os Santos, em que seus exploradores fizeram morada, e, a cada passo dado, marcaram essas terras deixando seus registros e rastros de destruição. Estranho perceber que, de algum modo, os estrangeiros que aqui chegaram foram explorando e se apropriando do lugar, identificando suas rotas, nomeando-as e mapeando-as como sendo já de sua propriedade. Vejamos um desses registros, datado de 1640.

Figura 23 – Mapa da Baía de Todos os Santos datado de 1640



Fonte: Guia Geográfico-História da Bahia (Atlas de João Teixeira Albernaz), 1640. Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/bahia-todos-santos.htm>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

Conhecida como Ilha de Cururupeba (sapo miúdo e nome de um chefe indígena Tupinambá), pelos índios Tupinambás, Madre de Deus foi cenário de grandes invasões estrangeiras e da exploração econômica iniciada pelos portugueses. Fazia parte de uma grande capitania de cinquenta léguas, cuja doação foi feita por D. João III¹¹ a Francisco Pereira Coutinho,¹² para exploração e colonização. Em 1534, pertenceu à Sesmaria de Mem de Sá (3°

¹¹ D. João III foi rei de Portugal de 1521 até 1557. Em seu reinado, aconteceram vários dos principais fatos que marcaram a vida lusitana na modernidade: consolidação da expansão marítima; reforma da Universidade de Coimbra; criação do Real Colégio das Artes e Humanidades de Coimbra; criação do Tribunal da Santa Inquisição; chegada da Companhia de Jesus; ocupação das terras na América Portuguesa, com a política das Capitanias Hereditárias e, depois, com a decisão de dispor um governo central, com a criação da Governadoria-Geral. Cada fato deste tem uma complexidade própria, mas o conjunto revela a dinâmica da Coroa lusitana na época joanina. (Costa C., 2012)

¹² Moço fidalgo, por alvará de 26 de março de 1498; capitão de Goa, capitão da capitania de Pernambuco etc. Era filho de Afonso Pereira, caçador-mor de D. Afonso V, do seu conselho e alcaide-mor de Santarém, com sua segunda mulher, D. Catarina Coutinho, filha dos segundos condes de Marialva. Serviu no reino, na África, na Índia e na América. Foi capitão de Goa, a 27 de janeiro de 1521, do conselho de João III, em 1531, e teve, em galardão dos seus serviços, a 5 de abril deste mesmo ano, a capitania da Baía de Todos os Santos, no Brasil, de juro e herdade, sendo um dos donatários, dentre os quais foi dividido o Brasil por D. João III. Era já velho quando foi tomar posse do território que lhe fora distribuído. Violento por índole, e desprezador da selvagem bravura dos Tupinambás, como quem estava costumado a medir-se com os mais terríveis inimigos, quis levar tudo a ferro e a fogo, e não conseguiu senão ver o seu estabelecimento de Vila Velha destruído pelos indígenas. Sucumbiu a uma

Governador Geral do Brasil), que expulsou os índios (1559), povos naturais daquela região,¹³ que passou a ser povoada por brancos e negros e depois foi doada aos jesuítas. Nessa época, Salvador era a capital do Brasil Colônia, apenas mais tarde, em 1763, a capital seria transferida para o Rio de Janeiro.

Após a expulsão dos jesuítas do império português e conseqüentemente do Brasil, pelo Marquês de Pombal, a localidade passou a ser da Coroa, com a denominação de Freguesia de Madre de Deus do Boqueirão, ficando a cargo de leigos a formação educacional na colônia, realizada nas chamadas *Aulas Régias*.¹⁴ Nesse período, em 1584, foi arrendada a oito lavradores e passou a ser chamada de Ilha de Madre de Deus, funcionando como ponto de apoio estratégico para embarcações e transformando-se em rota marítima, pois ficava localizada no caminho entre as usinas de cana-de-açúcar e a capital. Os poucos habitantes ocupavam-se com o plantio intenso de cana-de-açúcar, em olarias, pesca, confecção de rendas, transportes marítimos de cargas e de passageiros e trabalhos domésticos (CONDER, 1992).

Segundo Silva (1999 apud FREIRE J., 2010),

O seu povoamento teve início com a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Madre de Deus do Boqueirão, após a divisão das freguesias¹⁵, sendo a área correspondente a Madre de Deus, doada aos jesuítas e arrendada a oito lavradores em 1584. A ilha era uma pequena vila de pescadores, utilizada como local de veraneio até aproximadamente 1950. Ficou conhecida por localizar-se próxima à rota dos barcos que desciam o rio Subaé, trazendo açúcar de Santo Amaro para a Capital. (SILVA, 1999 apud FREIRE J., 2010, p.106 e 107).¹⁶

revolta dos indígenas em 1549. (Fonte: Portugal – Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume V, pág. 626. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/pereiracoutinhof.html>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

¹³ Alguns escritos históricos mencionam que Mem de Sá expulsou os índios dessas terras, pois eles exerciam a prática do canibalismo. Responsável pela expulsão dos franceses, em 1567, na baía de Guanabara, e pela expulsão de diversas tribos indígenas que se colocavam contra os portugueses, nas regiões sobre sua égide. Relatos mencionam que ele protegia apenas índios convertidos/apaziguados pela Companhia de Jesus.

¹⁴ Aulas régias – estudo das humanidades, sendo pertencentes ao Estado. Primeira forma de ensino público do Brasil.

¹⁵ Espécie de micropossessões de terras doadas da Capitania Hereditária de Antonico Pereira Coutinho.

¹⁶ A ocupação e o desenvolvimento econômico da região do Recôncavo baiano foram acentuados com o desenvolvimento da agroindústria açucareira, consequência da importância atribuída ao açúcar no mercado internacional, à época. Com isso, a Coroa Portuguesa iniciou a implantação de engenhos de açúcar em toda a região, com o propósito de produzir e exportá-lo para a Europa.

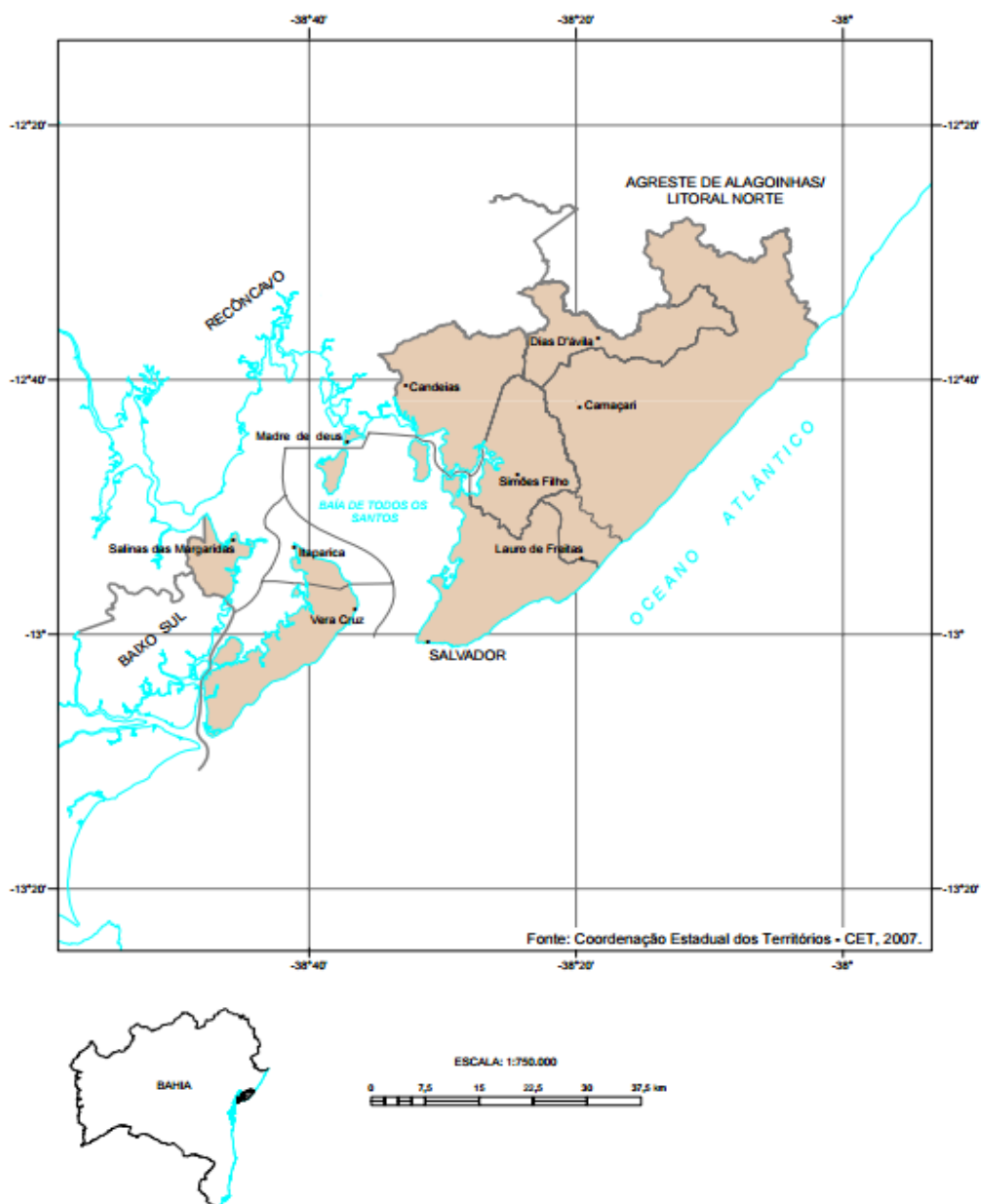
Sua sede passou a ser distrito, em 1947, e, segundo dados da CONDER (1992), Madre de Deus foi emancipado em 13 de junho de 1989, através da Lei Estadual nº 5.016, deixando de ser distrito de Salvador. Passa a fazer parte da Região Metropolitana de Salvador, sendo formado por três ilhas: Madre de Deus, Maria da Guarda e Vacas. Fica a 63 quilômetros de Salvador/BA, por terra (ligado ao continente através de uma ponte) e a 19 quilômetros, por mar, podendo ser acessado pela BR 324, seguido pela BR 523 ou pelo mar. Situa-se na porção norte da maior Baía do Brasil, a Baía de Todos os Santos. Seu clima é predominantemente úmido, a região é rica nos ecossistemas e na biodiversidade da Mata Atlântica, com balneário, restingas e manguezais. Inevitavelmente, grandes mudanças ocorreriam nos próximos anos, a partir de 1950, com a instalação dos empreendimentos petrolíferos, o que traria grandes avanços nacionais, ao tempo em que conduziria também a grandes perdas locais. Esta história será desvelada adiante.

4.1.1 Madre de Deus – contornos e alcances do território

A Região Metropolitana de Salvador – RMS constitui o Território de Identidade¹⁷ 26. Localizado em torno da Baía de Todos os Santos, agrega hoje 10 municípios (Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz), limitando-se com os territórios de identidade: Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte, Recôncavo, Baixo Sul (Figura 24).

¹⁷ Território de Identidade: “territórios como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles usados de forma permanente ou temporária [...]” (SAHR, 2009 apud RITTER, 2011). Espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.

Figura 24 — Mapa do Território de Identidade 26 – Região Metropolitana de Salvador
BAHIA, 2007

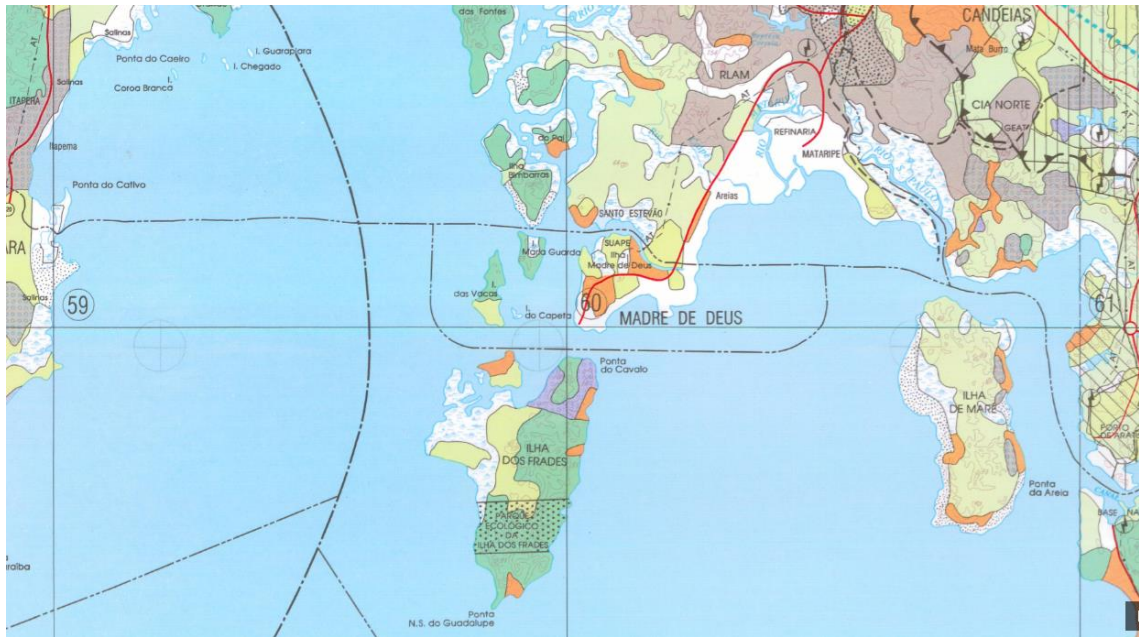


Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – Coordenação Estadual dos Territórios – CET (SEI, 2007). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/regiao_metropolitana_salvador.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2016.

Madre de Deus, *locus* de nossa pesquisa, integra a RMS e possui como limites o município de São Francisco do Conde, começando do rio Suape e subindo por ele até sua nascente, daí, em linha reta, na direção Oeste, passando pelo canal que separa as ilhas Bimbarra e das Vacas vai até a Baía de Todos os Santos. Já seus limites com a Baía de Todos os Santos

se dão a partir do canal que separa as ilhas Bimbarra e das Vacas, seguindo pela Baía de Todos os Santos, contornando a Oeste a ilha das Vacas até encontrar o canal de Madre de Deus, que separa o continente das ilhas de Bom Jesus dos Passos e dos Frades, e seguindo para Leste, pelo canal de Madre de Deus, contorna a linha da praia do continente até encontrar a foz do rio Suape. Podemos visualizar estes limites na figura 25, a seguir:

Figura 25 – Localização de Madre de Deus



Fonte: Recorte do Mapa da Região Metropolitana de Salvador – Arquivos cedidos pela CONDER, 2015.

Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2014), Madre de Deus possui hoje 19.985 habitantes (IBGE, 2014). Alguns outros dados interessantes contribuem com o nosso olhar sobre os fundamentos da pesquisa e o reconhecimento da região:

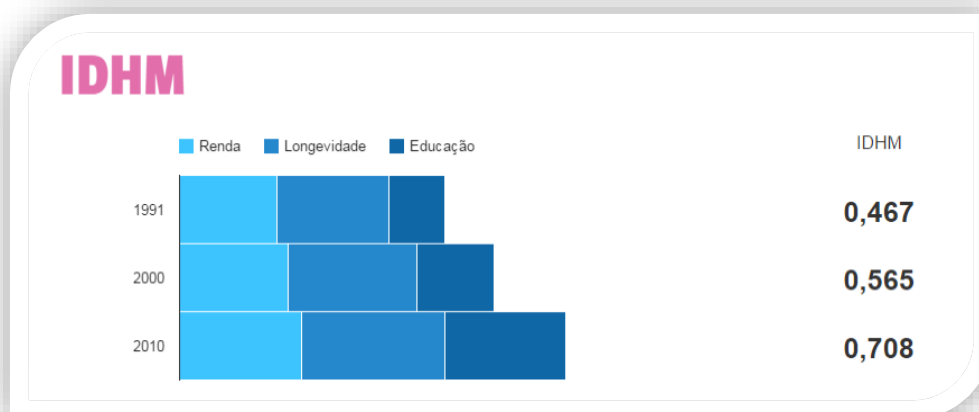
Quadro 4 – Caracterização do Território

Área 32,201 km ²	IDHM 2010 0,708	Faixa do IDHM Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	População (Censo 2014) 19.985 hab.
		PIB per capita R\$ 20.700,21	População em 2010 17.376 hab.
Densidade demográfica em 2010 4711,11 hab./km ²	Ano de instalação 1990	Microrregião Salvador	Mesorregião Metropolitana de Salvador
Densidade demográfica em 2014 539,61 hab./km ²			

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Observamos, a partir do Quadro 4, que a região de Madre de Deus atingiu um crescimento de sua população, em 2014, quando comparamos aos registros do Censo de 2010. Essa progressão deu-se em consequência dos altos investimentos e da implementação das diversas empresas de beneficiamento do petróleo, e a migração de pessoas de outras cidades e Estados (inclusive estrangeiros – pessoas de outros países), na busca de empregos e renda na região. Há de se ponderar que essa migração pode ser também um fator que contribuiu com a degradação ambiental, haja a vista que, *quem não é nativo da região, não tem porque se preocupar em conservá-la*. Muitas vezes, a riqueza produzida não espelha a realidade de pobreza existente na região, pois tal riqueza migra para outros municípios. Ainda é possível identificar que Madre de Deus possui um alto Índice de Desenvolvimento Humano, quando equiparada a outras cidades do país.

Figura 26 – IDHM de Madre de Deus



Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Madre de Deus, apresentado na figura anterior, é 0,708, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a *longevidade*, com índice de 0,794, seguida de *renda*, com índice de 0,670, e de *educação*, com índice de 0,667. É importante considerar que o IDHM¹⁸ de Madre de Deus é

¹⁸ IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global –

considerado alto, semelhante ao de Salvador, considerando os seguintes componentes (PNUD, 2015):

Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Madre de Deus/BA

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,307	0,426	0,667
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	26,58	39,96	66,33
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	77,36	93,94	99,25
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	34,29	49,11	86,70
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	10,33	21,77	48,86
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	9,86	10,71	32,59
IDHM Longevidade	0,613	0,708	0,794
Esperança de vida ao nascer (em anos)	61,76	67,45	72,64
IDHM Renda	0,540	0,599	0,670
Renda per capita (em R\$)	231,08	332,67	517,74

Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

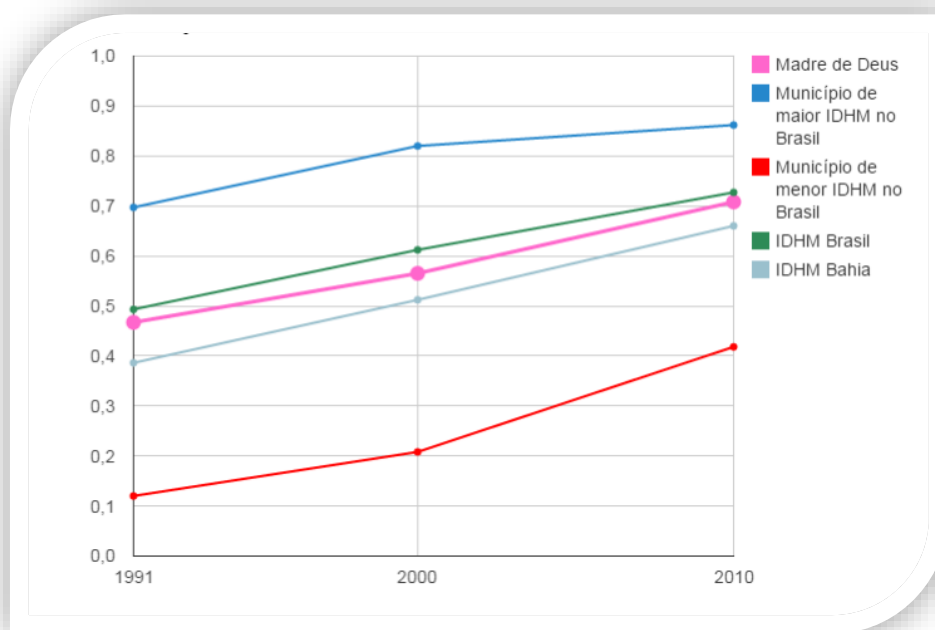
Considera-se uma evolução no IDHM do período de 1991 a 2010, conforme os relatórios do Atlas Brasil (2013):

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,467, em 1991, para 0,708, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 51,61% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 54,78% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,360), seguida por Longevidade e por Renda. (ATLAS BRASIL, 2013, p. 2)

Na figura 27, a seguir, podemos perceber a linha de crescimento do IDHM de Madre de Deus, quando relacionado aos índices dos municípios de maior e menor IDHM do Brasil, e ao IDHM do nosso país e da Bahia, segundo dados dos censos de 1991, 2000 e 2010.

longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Assim, embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. (Fonte: PNUD, 2015) Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 3 jul. 2015.

Figura 27 – Evolução do IDHM – Madre de Deus/BA



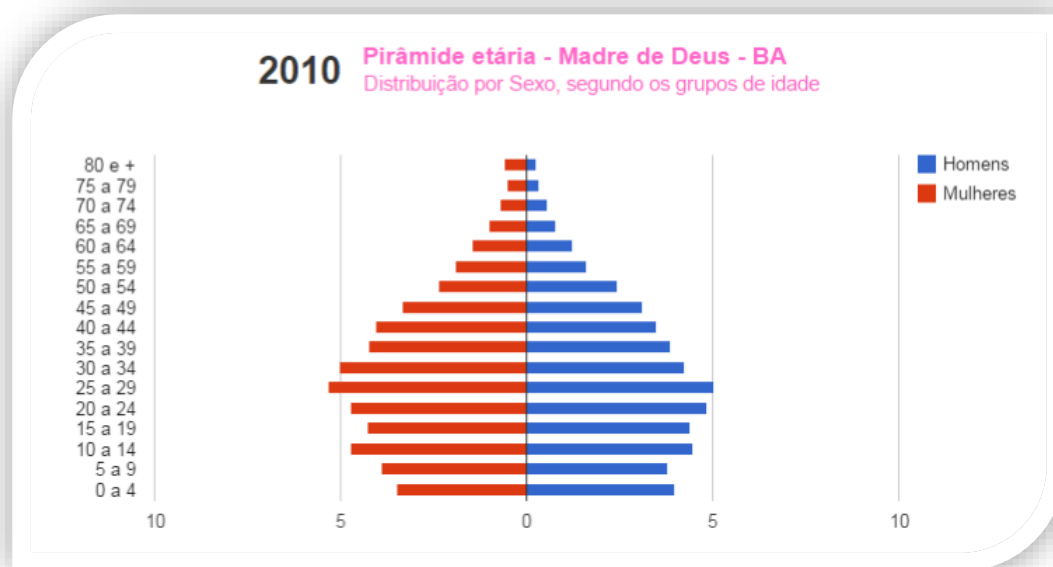
Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

No contexto apresentado na figura anterior, vemos que o IDHM de Madre de Deus está muito próximo do índice definido como meta para o IDHM Brasil, superando, assim, a meta do IDHM do Estado da Bahia.

No IDHM Educação, observamos que se ampliou o percentual de jovens com ensino fundamental (66%) e médio completos (32,59%), o que acarreta uma discussão sobre o esforço dos jovens para concluir sua formação básica e média, considerando que, com esta formação, terão maior capacidade de inserção no mercado, mas é importante considerar quais jovens acessam as oportunidades de emprego que garantem sua permanência na cidade e no apoio a suas famílias. Nas comunidades pesqueiras, foi possível observar que há um número reduzido de jovens em atuação nas famílias, pois muitos saíram de suas comunidades em busca de outras oportunidades de emprego, na sede do município, em outras cidades e Estados mais desenvolvidos.

Outro componente que nos chama a atenção integra a Estrutura Etária do município de Madre de Deus. Vejamos a pirâmide etária desta localidade:

Figura 28 – Pirâmide etária – Madre de Deus/BA



Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Na figura anterior (Figura 28), observa-se que há um crescimento da população jovem, na faixa de 25 a 29 anos. Contudo, essa população não é identificada pelos indicadores sociais locais, pois há muitos poucos registros que demonstrem a permanência desses jovens na cidade. Ao caminhar pelas comunidades e na sede, é possível encontrar jovens resistentes, que permanecem com suas famílias e trabalhando junto aos coletivos de pescadores.

A cidade de Madre de Deus conta ainda com cinco escolas municipais e uma escola estadual, que atendem, além da cidade sede, as ilhas próximas e os municípios de Candeias e São Francisco do Conde. Entretanto, na cidade, não encontramos nenhuma faculdade e/ou universidade que favoreçam a continuidade da formação dos jovens, e possibilitem sua permanência ali, por um maior espaço de tempo, e que propiciem, ainda, o desenvolvimento local, a extensão e a apropriação do conhecimento científico pela região.

Durante a fase exploratória, por diversas vezes, enxergamos os abismos sociais, políticos, econômicos e culturais da região, além dos conflitos e tensões lá existentes. No recorte feito com os sujeitos da pesquisa, percebemos a característica peculiar das tensões políticas, em âmbito local.

4.2 A caminho de Cação: viagem, limites, encontros e desencontros com a comunidade sede da pesquisa

Ao sair da Rodoviária de Salvador/BA, pelo ônibus da empresa Jauá, seguimos viagem rumo a Candeias/BA e São Francisco do Conde/BA até chegar a Madre de Deus, em média 1 hora e 20 minutos de viagem. O ônibus tem parada na rodoviária de Candeias e segue viagem pela BA-523, seguindo pela Avenida Milton Bahia Ribeiro, avenida principal que leva a Madre de Deus, depois de São Francisco do Conde. No perímetro de São Francisco do Conde, já identificamos alguns indicadores ambientais, como a poluição proveniente do transporte em caminhões pesados que abastecem naquele trecho. Observe, na figura 29 a seguir, foto produzida no percurso para Madre de Deus, tirada de dentro do ônibus, onde vemos uma nuvem de poeira na entrada da cidade de São Francisco, de um lado e do outro, há diversas empresas de transporte de combustível, distribuidoras de GLP e a refinaria, dentre outras.

Figura 29 – Poluição no perímetro urbano de São Francisco do Conde



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Figura 30 – Caminhões de combustível dentro das instalações da Petrobras



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ao passar pelo posto policial, conhecido pela comunidade como “morcego”, chegamos nas proximidades do bairro de Caçã. “*Basta descer no ACM*” – dizia o motorista, ao me explicar qual o lugar que deveria anunciar para os outros motoristas tomarem conhecimento do ponto em que iria descer, perto da ponte do Suape, eu acrescentaria. Ao descer do ônibus, segui o meu rumo e ao dobrar a ponte próxima ao estádio, de imediato, vi as muitas tubulações (dutos) que percorriam o bairro de Caçã, cortando a cidade de Madre de Deus.

Figura 31 – Dutos na entrada, pela ponte, da comunidade de Caçã



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Nesse contexto, a impressão é de que estamos entrando em um polo industrial e/ou das empresas petrolíferas.

Para Freire (2010),

Madre de Deus é um exemplo típico de área propícia [...] ao risco de explosões, por comportar em seu território empresas que desenvolvem atividades industriais relacionadas ao transporte, processamento e armazenamento de petróleo e seus derivados, apresentando ainda situação de alta vulnerabilidade para os seus habitantes, caso ocorra um acidente na dutovia ou a explosão de um dos muitos tanques e esferas presentes no local, ou ainda o vazamento de óleo no mar (só em 2009 foram registrados dois acidentes). (FREIRE J., 2010, p. 16)

Nos dias atuais, dos 32,201 km² de área do município, a TEMADRE ocupa cerca de 50% do solo urbano da região (neste percentual não calculamos as demais empresas), trazendo impactos, tanto visuais quanto políticos, sociais e ambientais ao seu entorno. Impossível não se surpreender com essa estrutura, que não combina com a realidade local, pacata, de gente simples, muito menos com a beleza natural da região; chega a ser uma agressão à paisagem local e um risco eminente contar com habitações ao longo da dutovia.

Mas seguimos em frente! Ao descer a ponte e continuar a caminhada, avistamos, do lado esquerdo, o Estádio Municipal de Madre de Deus, na divisa com o bairro do Suape, o Centro de Integração Social/CRAS e a Escola Municipal Antônio Balbino, do lado direito, uma pequena praça, organizada e arborizada, primeiro ponto de encontro de jovens e adultos, moradores da comunidade-bairro de Cação.

Figura 32 – Praça na entrada da comunidade de Cação



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ao cruzar, à direita, seguimos na interseção entre a Rua das Árvores e a Rua Antônio Balbino, nesta última localizamos a comunidade-bairro conhecida como Cação. Esta comunidade caracteriza-se como um pequeno vilarejo de marisqueiras e pescadores, que possuem habitações ao longo da dutovia, e, em nossa caminhada, vemos uma quadra de futebol, um trecho de mangue no percurso do Rio Suape (Figura 33), e algumas transversais que desembocam na rua principal, que faz a ligação entre a Rua Antônio Balbino e entrada da cidade de Madre de Deus.

Figura 33 – Vista da entrada da comunidade-bairro de Cação



Fonte: GOOGLE MAPS, 2016.

Seus limites configuram-se pela divisa entre o bairro Suape e Caípe de cima, na fronteira de São Francisco do Conde/BA (cidade pertencente ao Recôncavo baiano). O acesso a esta comunidade é feito por pontes e escadarias, que passam por cima das tubulações implantadas pela Petrobras.

Ao caminharmos na comunidade, encontramos pequenas casas comerciais, bares e restaurantes simples, de comida caseira, onde são servidos pratos típicos da culinária da região, dentre eles pescados e frutos do mar, feitos por famílias de marisqueiras e pescadores. Ali, de um lado, vemos as casas de alvenaria, do tipo sobrado, coladas umas nas outras, residências das famílias; as ruas são asfaltadas e a maioria dos moradores são pescadores e/ou marisqueiras. Do outro lado, temos o manguezal, pouco preservado por alguns moradores, às margens do rio Suape, onde ficam atracadas, na beirada, as diversas embarcações e os equipamentos de pesca, defronte as casas dos pescadores.

Figura 34 – Embarcações dos pescadores



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Ainda encontramos a pequena Igreja de São Pedro, próxima à ponte, que reúne seus fiéis, uma vez por semana, todas as quartas-feiras para o culto da família, às 19h, mediante informações obtidas junto aos moradores.

Figura 35 – Igreja de São Pedro situada na comunidade de Cação



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Em frente à igreja, no trajeto do rio, há um espaço de lazer, montado pela Prefeitura, com equipamentos de ginástica e brinquedos infantis, sendo outro espaço de convivência dos moradores.

Figura 36 – Espaço de lazer e convivência da comunidade

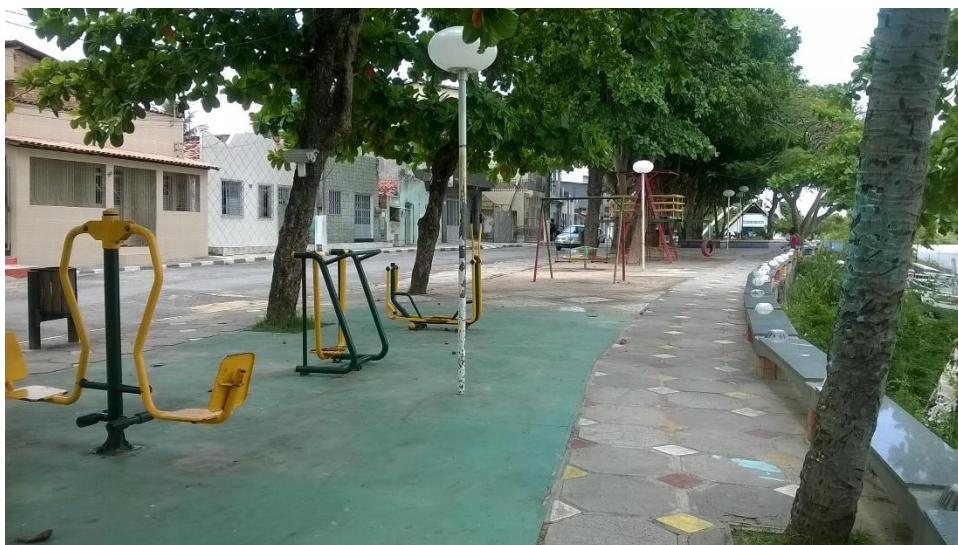


Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

O espaço de lazer fica ao lado do rio. Neste trecho, percebemos que o rio Suape desemboca na praia de Madre de Deus. No fim da tarde, é possível encontrar os pescadores e marisqueiras chegando do trabalho e ali mesmo eles desembarcam o que conseguiram no dia, tratam e cozinham todo o pescado e os frutos do mar, num fogão improvisado com pedras e paus, em frente de suas casas.

Figura 37 – Composição das atividades de pesca artesanal



Fotos: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Neste local, ainda há comércio de peixes e de frutos do mar, tudo fresco, os pescadores, logo que chegam, já vendem as mercadorias, levando as sobras levam casa, para a manutenção de suas famílias.

A pesca artesanal caracteriza-se, segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura¹⁹, (que desde 2015 foi extinto e passou a integrar o Ministério da Agricultura), como uma atividade que é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar ou individual, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais. É uma atividade baseada na simplicidade, em que os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pesca, auxiliados ou não por pequenas embarcações, como jangadas e canoas. Esses pescadores atuam nas proximidades da costa, de lagos e rios. (MPA, 2014).

No Brasil, há em torno de um milhão de pescadores artesanais, sendo uma das atividades de maior impacto social e econômico do país. Todos os pescadores e marisqueiras usufruem da grande extensão litorânea e da biodiversidade existente em nosso país (MPA, 2014). Não é diferente na comunidade de Cação, pois a maioria dos moradores é de pescadores ou marisqueiras.

Segundo dados do Censo realizado pelo IBGE em 2010 (IBGE, 2011), indicados no Cadastro Nacional para fins estatísticos, a comunidade de Cação é composta e identificada por dois setores censitários, o primeiro deles sob o nº 291992605000015 e o segundo sob o nº 291992605000031, setores estes localizados na Bahia, no município de Madre de Deus, no perímetro urbano.

O Setor Censitário sob o nº 291992605000015 é constituído pelas seguintes ruas e avenidas:

- Avenida Milton Bahia Ribeiro (Cação);
- Rua Antônio Balbino (Cação);
- Rua São Lazaro (Cação);
- Rua Tsyla Balbino (Cação).

¹⁹ No período de coleta e desenvolvimento da pesquisa o Ministério da Pesca e Aquicultura, hoje extinto, e integrado ao Ministério da Agricultura, foi fonte de dados e visita técnica. Nesse contexto, em alguns casos, manteremos os dados e fonte do antigo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

E o Setor Censitário sob o nº 291992605000031 é constituído pelas seguintes ruas e avenidas:

- Rua Antônio Balbino (Cação);
- Rua Milton Bahia Ribeiro (Cação);
- Rua Rio Jequiriça (Suape);
- Rua Rio Paramirim (Suape);
- Rua Rio São Francisco (Suape);
- Rua Tsyla Balbino (Cação).

É possível observar, nesta caracterização, que existem ruas e avenidas de mesmo nome, em ambos setores censitários, o que ocorre, devido à metodologia de pesquisa do IBGE, que divide seus técnicos recenseadores por lotes de pesquisa, nas comunidades pesquisadas, podendo um técnico fazer a pesquisa em uma parte A da rua/avenida e outro técnico ficar responsável pela parte B da mesma avenida. Nesse contexto, para que possamos abranger toda a comunidade-bairro de Cação, foi necessário identificar os setores que a integravam através dos dados estatísticos. Identificamos os dois setores censitários supracitados e levantamos os seguintes dados estatísticos (Quadro 6):

Quadro 6 – Resumo dos indicadores dos setores censitários definidos

DADOS A CONSIDERAR	SETOR	SETOR	TOTAL
	291992605000015	291992605000031	
Total de Pessoas	465	549	1014
Total de domicílios	199	193	392
Total de domicílios coletivos	0	0	0
Total de domicílios particulares	199	193	392
Total de edificações em construção	6	15	21
Total de endereços	214	225	439
Total de endereços com coordenadas coletadas	0	0	0
Total de endereços com identificação de número	155	185	340
Total de endereços rurais	0	0	0
Total de endereços sem numeração	59	40	99
Total de endereços urbanos	214	225	439
Total de estabelecimentos	9	17	26
Total de estabelecimentos agropecuários	0	0	0
Total de estabelecimentos de ensino	0	2	2
Total de estabelecimentos de outras finalidades	9	15	24
Total de estabelecimentos de saúde	0	0	0

Fonte: IBGE, 2011 (adaptado).

Observamos na figura anterior, que há nessa região cerca de 1.014 habitantes (incluídas todas as ruas dos dois setores); em sua maioria, os domicílios possuem um proprietário ou são imóveis de origem familiar, alguns deles ainda em construção; apesar de ser, na região, um número significativo de endereços, geralmente as famílias moram próximas, pais com filhos e avós, netos e irmãos. Há um número significativo de endereços sem numeração, o que pode ocasionar problemas para a entrega de correspondência. Ademais, conseqüentemente, este documento (comprovante de residência) sempre será exigido para legitimar seu endereço, diante de órgãos oficiais.

4.2.1 Vida de pescador, vida de marisqueira

Há semelhanças e diferenças entre o que nos traz Portela (2012), em seus estudos sobre os pescadores, na Bahia do século XIX, e a situação atual:

Eles foram, na sua grande maioria, homens de baixa renda e analfabetos. Não estavam, portanto, entre as pessoas que mais deixaram registros escritos para a posteridade. Pouquíssimos faziam inventários ou deixavam testamentos, e são raros os momentos em que temos acesso a seus testemunhos diretos. Em casos assim, é comum recorrer-se à documentação policial. Daí a importância para este trabalho dos documentos produzidos pela Capitania dos Portos da Bahia, fundada em outubro de 1846 e, desde então, responsável por normatizar e policiar o mundo das águas. É uma documentação rica, mas que deve ser manejada com cuidado. Há que se filtrar os preconceitos para com os pescadores, quase sempre tidos como preguiçosos, remissos, ignorantes etc. (PORTELA, 2012, p. 19)

Semelhanças, neste contexto, sobre o analfabetismo e também ao preconceito. É uma realidade do campo educacional vivida por muitas das marisqueiras e dos pescadores da região de Madre de Deus, sejam eles mais velhos e até mesmo mais novos. Alguns tiveram que fazer escolhas, dentre as quais a escola não foi prioridade, mas, sim, o trabalho, para manutenção e o apoio a suas famílias. Muitos não sabem ler e escrevem muito pouco ou apenas seu nome, ainda que com dificuldade; precisam da assinatura para documentos, como carteira de identidade e do Registro Nacional da Atividade Pesqueira, além da habilitação, para conduzir as embarcações, dentre outras necessidades. Sendo assim, não possuem escritos sobre sua

cultura, não fazem inventários, utilizando-se muito mais da oralidade e da vivência coletiva para passar seus conhecimentos aos outros, os mais novos.

Na relação cotidiana do trabalho no mar e na praia, é que eles se aventuram no aprendizado, tendo, como professores, todos a sua volta, primeiros os avós, depois os pais, tios, irmãos mais velhos e experientes, e amigos, todos quanto acompanham a mariscagem ou a pescaria.

Segundo o Entrevistado 4, ao se recordar da infância,

Eu me lembro até hoje de minha avó, quando a gente ia pescá, que a gente saía, eu minha mãe, minha vó, minha tia. Aí quando a gente saía, minha mãe falava assim, com meu pai: – oh Nito vá buscar a gente depois com o peso. Aí ele, meu pai, tá certo. Pronto! Aí a gente ia pra praia, eu via a areia branca, mas eu nunca sabia o que era pescar. Nesse dia, eu tinha o quê? Eu tinha 5 anos, aí eu andava, andava, e via minha mãe conversando, minha vó conversando, aí a gente chegou na coroa. Quando a gente chegou na coroa, minha mãe falou assim, o Marcos, pegue isso, pegue isso e pegue aquilo. Tapu, estrelinha, é...

Minha mãe e minha vó sempre ao nosso lado. Quando o siri me mordeu, minha vó foi correndo e tirou o siri do meu dedo. E eu gritando lá, uai, uai, uai. Minha avó falou: – você pode pegar o siri, mas não deixe o siri te pegar. (Entrevistado 4)

Aqui, nosso entrevistado relata um dos seus momentos em família, ainda em tenra idade, levado pela sua avó e sua mãe, para o trabalho, aprendia pela convivência, em seus primeiros passos, a como lidar com a vida de marisqueiro e pescador, o que se tornaria futuramente.

As dificuldades no caminho escolar para essas famílias não foram motivo para não lutar por seus direitos, muitas delas se juntaram em coletivos, em associações e cooperativas, e através do exercício da participação, aprenderem a resistir e a dialogar com os atores de seu interesse, com vistas à manutenção da vida, seja no diálogo com os órgãos públicos ou com as empresas. Cientes agora de seus direitos, que outrora lhe foram negados, é que precisam se organizar em torno de uma causa coletiva, para o benefício da população de ribeirinhos. Hoje, alguns destes direitos já foram adquiridos, como as políticas do defeso, o crédito facilitado para a compra de óleo diesel, dentre outros.

Todavia, para que eles tenham acesso aos benefícios disponibilizados pelo governo, é preciso fazer o cadastramento de pescadores e marisqueiros, junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, e obter a carteira de pescador. Muitos dos pescadores ainda não possuem cadastro, principalmente aqueles que não são vinculados a nenhuma entidade coletiva. Outros fizeram o cadastro, mas reclamam que há anos esperam o retorno do MPA, o envio das carteiras de habilitação.

4.2.2 Vida guiada pelos ventos – recordações significativas

Ao conversar, inicialmente, com uma das jovens, entrevistada 9, de 23 anos, que é marisqueira e pescadora, integrante da APEMAC, e que se divide entre os cursos, as atividades de pesca e o apoio ao restaurante da sua mãe, pude evidenciar seus sonhos de continuar os estudos e entrar na faculdade, que são claramente anunciados por ela. Ao mesmo tempo, revela seus receios, por ter de sair de perto de sua família, para estudar em outro município. Agachada à beira-mar, enquanto conversamos, ela disse que concluiu o ensino médio em 2010, mas não voltou a estudar, apenas fez pequenos cursos ligados à culinária, outro de seus muitos sonhos.

Para Freire e Nogueira (2011, p. 10), existe uma estreita relação entre “saber, conhecer, lutar pela vida”. Assim em diálogo com Nogueira, Freire menciona,

[...] Gosto de pensar nisso como uma cultura em situações. Em primeiro momento... se se pode falar assim... os problemas percebidos se inserem dentro de um sistema de saber, que é o deles; esse primeiro momento poderia nos mostrar que o movimento Popular vai dimensionando suas percepções dentro de suas relações com o mundo. (FREIRE; NOGUEIRA, 2011, p.10)

Ao entrevistado 4, filho de uma marisqueira, perguntei qual de fato era sua profissão: um jovem nascido e criado na beira do mar, ensinado pelos seus pais e sua avó que, como ele diz, são os melhores pescadores dali e de outros lugares, que tem brilho nos olhos, quando chega na embarcação, e prazer em nos mostrar as belezas de onde vive. Pareceu-nos um pouco perdido nas muitas profissões que exerce, pois se intitula ser: mecânico de bicicleta, pedreiro, carpinteiro, armador de andaime profissional, artesão; não havia nada que ele não soubesse fazer. Essa variedade de atividades nos faz lembrar dos pequenos agricultores, que atuavam na simplicidade de suas vidas, fazendo o plantio de diversas espécies e, simultaneamente, trabalhando aqui e acolá, para se manter e manter a sua família. Mas, isso me inquietava em sua fala: por que precisou aprender a fazer tantas coisas e a fazer bem essas coisas, a pescaria não bastava para a sua sobrevivência?

Esta resposta vou encontrar na história de Dona Y, entrevistada 1, de setenta e sete anos, quando lembrava saudosa de seus tempos de pescaria, hoje, com problema no joelho, anda de bengala, não consegue mais mariscar, mas tem muitas histórias para contar. Assim ela dizia,

[...] Esses incêndios acabaram com tudo. Tive 13 filhos, viveram 10.
 – Naquela época pegava é marisco.
 – Quem era Madre de Deus, aqui era um lugar que você dormia até ali, hoje você não dorme, tá ruim. A gente ia na coroa, eu pegava cada bacia minha filha, de ostra, samba, eu também levava pros meus meninos. A gente vendia, a gente comia, e o diacho do

marido ainda levava pros outros de presente. [...] Tem hora que digo, que eu queria que Madre de Deus voltasse àquele tempo. (Relato da Entrevistada 1)

Além dela, seus filhos, seus netos, todos aprenderem a pescar e a mariscar. Teve 13 filhos, sendo que 3 morreram e os 10 que sobreviveram, hoje, alguns continuam a viver da pescaria, outros atuam em empresas locais e na prefeitura.

Enfim, este é o breve relato de uma vida de batalha pela sobrevivência e de resistência para a criação das novas gerações, cerceada, muitas vezes, pelos impactos provocados pelas desenfreadas mutações do sistema capitalista.

5 PETROBRAS: RIQUEZA E/OU AMEAÇA

Deus é brasileiro! Se tivesse roncado nas tripas da Standard o pressentimento de que não a íamos deixar colonizar-nos agora, ela teria arribado aqui de gazua nas mãos em 1900 ou em 1910... Nosso santo esteve de plantão! Afastou-a para a Venezuela e para outros lugares.
(FONSECA, 1958, p. 149)

Assim, fomos movidos a refletir sobre a importância do petróleo para um país, em especial para o Brasil, revendo sua história e memória, num período determinante e de grandes transformações, em todo o mundo. Naquele contexto, entre 1939 a 1945, o mundo vivia no cenário da Segunda Guerra Mundial e os conflitos armados viviam o seu apogeu, o Brasil precisou assim olhar para si mesmo, ferir suas próprias entranhas (terras) e sangrar para sobreviver e se proteger, naquele momento. Isso significou reconhecer que, num contexto mundial de guerras e conflitos, encontrar petróleo garantiria a segurança nacional e o despontar para um grandioso período de riquezas e desenvolvimento.²⁰

Diante de todas as contradições presentes na busca, no encontro das fontes de riqueza no país, em nome da segurança nacional e do dito “desenvolvimento”, não poderíamos esquecer os destroços deixados pelo caminho e, principalmente, às custas de quem e do que este desenvolvimento iria ocorrer. Lourenço (2015) recorda-nos a análise epistemológica da palavra desenvolvimento, trazida por Meira e Sato (2005), que consideram o significado de seu prefixo:

[...] ‘des’ de negação a alguma coisa. [...] No dicionário Houaiss (2001), o prefixo latino “DES” sugere aversão; isolamento; ou intensidade. Assim, o conceito de DESenvolvimento pode significar a oposição do envolvimento; a separação da sociedade e ambiente; ou também o reforço à economia em detrimento de outras dimensões reivindicadas pelo movimento ecológico mundial. (MEIRA; SATO apud LOURENÇO, 2015, p. 47)

Furtado (1983 apud Lourenço, 2015, p.48) ainda acrescenta que:

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ele tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, 1983 apud LOURENÇO, 2015, p. 48)

²⁰ Desenvolvimento, nesse contexto, caracterizava o crescimento econômico sem a participação popular.

Assim, é importante compreendermos que esta foi a alternativa escolhida para o país e que, se, por um lado, o petróleo encontrado nos levou a grandes conquistas e ao desenvolvimento econômico, por outro, deixou registros de destruição, sejam eles ambientais, sociais, históricos, humanos, ampliando as desigualdades sociais. Para Cattani (2009) “longe de ser elemento de construção de um mundo mais justo e equilibrado, a geração de um volume maior de riqueza significou mais pobreza absoluta e relativa, ou seja, maiores desigualdades”. (CATTANI, 2009, p. 547)

Reconhecemos hoje que é impossível dissociar Madre de Deus do processo histórico que a impactou, com a chegada da Petrobras na região. Para os próprios moradores, Madre de Deus era outra, antes da instalação dos empreendimentos petrolíferos. Como mencionado pela entrevistada 1, uma senhora de 77 anos, marisqueira e moradora da comunidade de Cação, que nos revelou, como um desabafo: – *Tem horas que eu digo, que se não fosse essa Petrobras aí, a gente tava vivendo melhor ainda, só na nossa pesca, sem ter incêndio, sem ter nada, a gente viver como vivia, pescando [...], acabou com tudo, minha filha, mesmo.*

Para a entrevistada 1, existiram tempos de alegria, de abundância dos peixes e das riquezas naturais, que sustentavam sua família, seus pais, seus avôs e bisavós, todos pescadores da região. Mas a chegada da Petrobras trouxe consigo os derramamentos de óleo, o clima de tensão constante, o medo das explosões, a escassez da vida marinha e, como consequência, a pobreza e a falta de alternativas de sobrevivência para seus filhos e netos.

Para Cattani (2009), por sua vez:

Equilíbrio, igualitarismo social, justiça e bem comum são conquistas dos movimentos populares e dos trabalhadores organizados, e não frutos produzidos pela iniciativa privada sob a forma empresarial na esfera do mercado concorrencial. Quanto maiores forem as diferenças socioeconômicas entre os indivíduos, maior será sua desagregação, e, conseqüentemente, sua vulnerabilidade à dominação de grupos poderosos e à exploração (CATTANI, 2009, p. 547)

Haveríamos, então, de nos perguntar: a comunidade local foi consultada na época das perfurações? Quando os empreendimentos chegaram e se instalaram na região, houve a aprovação dos líderes comunitários em assembleia? Certamente, não! Não foi assim, geralmente não é assim que funciona o sistema capitalista. Ainda poderíamos nos questionar: e toda essa riqueza encontrada foi partilhada com a população? Houve investimentos na educação, na saúde, na geração de renda para as comunidades locais? O que ainda há hoje de

crescimento, se tivermos como indicador o PIB *per capita*, por exemplo, é identificado como um retorno às comunidades, todos se desenvolveram ou somente alguns setores da região?

Cattani (2009) desperta o nosso olhar para compreendermos que:

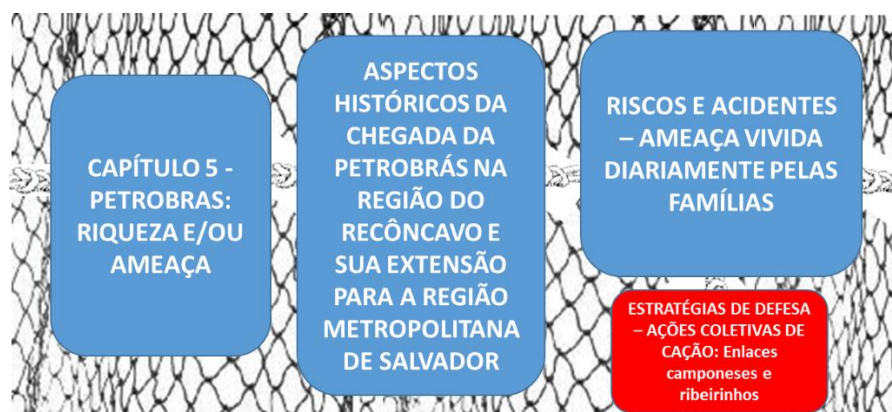
A liberdade do e pelo capital, que impulsionou as transformações durante os últimos 25 anos, resultou no aprofundamento negativo da brecha social e econômica, em outros termos, nas distâncias entre ricos e grandes empresas do restante da população e do capitalismo de menor escala. (CATTANI, 2009, p. 547)

Neste cenário contraditório, em que se encontram as comunidades de marisqueiras e pescadores de Madre de Deus, um cenário estruturalmente modificado pelo capital, completamente tomado por ele, as comunidades resistem em nome de sua própria sobrevivência, sendo cerceadas, silenciadas, paulatinamente, pelos interesses do capital.

Sem desejar entrar em questões de cunho político, do cenário contemporâneo, já foram encontradas diversas evidências de corrupção na ação de grupos econômicos ligados à própria Petrobras. Se, por um lado, para o país e os detentores do poder, encontrar petróleo era sinônimo de segurança nacional e riqueza, para as comunidades atingidas por esses empreendimentos, foi sinônimo de escassez de recursos naturais, de contaminação dos rios e do mar, seus espaços vitais e conseqüentemente a sua pobreza.

Nessa perspectiva, este capítulo trará um breve histórico da chegada da Petrobras na região *locus* desta pesquisa, fazendo uma análise da relevância desse empreendimento para o Brasil, ao tempo que, na sua contramão, são gerados impactos significativos para os povos que vivem no entorno de suas instalações. Para tanto, apresentaremos essa discussão com base na seguinte estrutura:

Figura 38 – Estrutura do capítulo 5



Fonte: Elaboração própria.

5.1 Aspectos históricos da chegada da Petrobras na região do Recôncavo e sua extensão para a Região Metropolitana de Salvador

Para começo de conversa, é importante recordar que, no final da década de 1930, o governo brasileiro, pressionado pela guerra, precisou priorizar seus esforços em relação ao petróleo, que já era considerado importante instrumento de império e segurança nacional, no cenário da política internacional. Ou seja, no cenário de riscos que o Brasil enfrentava, a alternativa para a proteção e o desenvolvimento do país era encontrar fontes de riqueza e energia, e assegurar seu monopólio estatal. Segundo Espinheira e Pereira (2010):

Percebe-se, assim, como a tomada de posição mais vigorosa do governo brasileiro em relação ao petróleo, no final da década de 1930, foi influenciada pela iminência da guerra e atendeu, em maior medida, à causa da defesa nacional, erigindo-se em questão de Estado por agregar, ainda, imperativos de ordem econômica, dada a utilização do produto e seus derivados para a produção de força motriz ou calor na indústria e nos transportes. (ESPINHEIRA; PEREIRA, 2010, p. 31)

Com foco no desenvolvimento da indústria siderúrgica e petrolífera, a busca por petróleo, no país, possibilitou o avanço em pesquisas e perfurações na região litorânea da Bahia, e, em 21 de janeiro de 1939, houve a confirmação de petróleo em Lobato. Essa descoberta gerou uma nova etapa de explorações do subsolo brasileiro e, dois anos depois, em meados de dezembro de 1941, foi descoberto o campo de petróleo de Candeias/BA.

No período de 1930 a 1941, tiveram início os estudos de prospecção geofísica na região do Recôncavo baiano, nas cidades de Simões Filho, Santo Amaro, Candeias e São Francisco do Conde.

O poço pioneiro de Candeias, descobridor do petróleo no Brasil, começou a produzir em 14 de dezembro de 1941, sob a denominação de B-14, atribuída pela CNP. Candeias é hoje o mais antigo poço em atividade no país, ostentando uma vida útil tão longa quanto profícua, pois que ‘multiplicou-se’ somente ali no Recôncavo, em quase 2 mil poços, que constituem nada mais nada menos que 84 campos produtores de óleo e gás. (ESPINHEIRA; PEREIRA, 2010, p. 107)

Em 1950, por causa da necessidade de processar a produção desses campos, iniciou-se o processo de refino, concomitante à marcha das explorações e da produção de petróleo na região, consagrada pela instalação da Refinaria Landulpho Alves – RLAM, em São Francisco do Conde/BA, município vizinho a Madre de Deus.

A descoberta de petróleo na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo baiano mudou os rumos da economia brasileira, o que desencadeou a criação e instalação da Petrobras, através da Lei n.º 2004, de 05 de outubro de 1953, marco no desenvolvimento do país.

Para Clève e Martins (2004),

O petróleo, enquanto fonte de energia de origem mineral das mais importantes, tem ligação direta com o desenvolvimento econômico, sendo sua exploração, portanto, englobada nos objetivos fundamentais do país.

‘Art. 3.º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

II – garantir o desenvolvimento nacional;’

‘Art. 219. O mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País, nos termos de lei federal.’

A atividade petrolífera tem relevância para o interesse coletivo, em particular para o desenvolvimento das potencialidades nacionais, além de garantir a necessária soberania do país. Diante disso, esse escasso combustível fóssil pode ser considerado patrimônio nacional irrenunciável. (CLÈVE; MARTINS, 2004, p. 1)

Nesse período, foram atraídas para a região do Recôncavo baiano diversas empresas e refinarias, para a exploração, a produção, o refino, a comercialização e o transporte de derivados de petróleo e gás natural, ao mesmo tempo em que o mundo vivia o início da Segunda Guerra Mundial e o Brasil entrava na perspectiva da modernização/industrialização, após a crise da economia cafeeira. Segundo o INST/CUT (1992),

As novas atividades industriais operadas ao longo das três décadas seguintes introduziram profundas mudanças socioeconômicas na região, atingindo primeiro a pequena lavoura de subsistência para em seguida afetar o que ainda restava da agroindústria açucareira. Foram introduzidas, no entanto novas lavouras: o cacau, o cacau-branco, o dendê, cultivadas de forma racional para servir à indústria siderúrgica. [...] Nas áreas desapropriadas pela Petrobrás foram criadas extensas florestas de eucaliptos e pinheiros para produção de carvão vegetal. Plantações de bambu foram iniciadas para atender à demanda das fábricas de papel. A paisagem do Recôncavo se transformou e os canaviais se restringiram a pequenas áreas. (INST/CUT, 1992, p. 16)

Em 1953, em função da RLAM não conseguir atender a toda a demanda de processamento da produção, passa a fazer parte dessa estruturação o Terminal Aquaviário Almirante Alves Câmara – TEMADRE, destinado a escoar a produção, por via marítima, do óleo do Recôncavo e seus derivados da Refinaria, sendo o principal ponto de escoamento da RLAM. O petróleo ultrapassa as fronteiras, através dos 3.150 quilômetros do gasoduto Brasil-Bolívia (ESPINHEIRA; PEREIRA, 2010). Ainda para o INST/CUT (1992),

A constituição deste parque – iniciada com a Chesf e a Petrobrás no pós-2ª Guerra (1945-55) e que se tornou irreversível durante os governos Geisel e Figueiredo (1974-1984) – tem um sentido histórico notável: foi uma etapa intensiva de acumulação de capital e de ampliação da sociedade de classes, nos moldes do capitalismo contemporâneo. Em poucas palavras, o sentido é o da supremacia do capital industrial-financeiro e o da formação de classes assalariadas e de grandes contingentes de trabalhadores precários, empreitados e por conta própria. (INST/CUT, 1992, p. 16)

Por tal relevância, era necessário garantir o monopólio²¹ da Petrobras para o país, o que foi assegurado com a Constituição de 1988, período conhecido pelas manifestações: – *O petróleo é nosso!*

Por muito tempo, a Petrobras possuiu o monopólio de toda a cadeia produtiva do petróleo no país, mas, diante de pressões, somente em meados de 1995, com a Emenda Constitucional nº 9, e em 1997, através da Lei nº 9.478, que determinou que “as atividades econômicas da Impetrante [fossem] desenvolvidas em caráter de livre competição com outras empresas, em função das condições de mercado”, houve a quebra do monopólio da Petrobras e outras empresas passaram a explorar petróleo em nosso país.

Na região de São Francisco do Conde, Mataripe e Madre de Deus, além das refinarias, há diversas empresas que exploram os derivados do petróleo e do gás natural, tais como a Bahia Gás, a Novo Gás, a Exxon Química, a Total distribuidora, a Liquigás, dentre outras.

A TEMADRE, por sua vez, possui, atualmente, em sua estrutura cinco píeres de grande porte e quatro tanques de armazenamento, ocupando mais de 50% do território da ilha, com cerca de seis quilômetros de extensão. Além destes, outras estruturas foram instaladas em Suape, Mirim, Quitéria e na Base de Candeias, segundo informações obtidas em visita à Transpetro, realizada durante os nossos estudos. Ao chegar na cidade, já nos deparamos com os dutos e tubulações que a perpassam. Todo esse desenvolvimento atinge Madre de Deus e modifica significativamente sua geografia e a paisagem local. A maior fonte de renda do município, hoje, está nos *royalties*²² e no ICMS recebidos das empresas petrolíferas instaladas na cidade, além do turismo e da pesca artesanal.

²¹ O monopólio implica a exclusividade na titularidade de certo produto ou serviço, ou seja, a propriedade de um só. (CLÈVE; MARTINS, 2004)

²² *Royalty* é uma palavra de origem inglesa que se refere a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, entre outros, ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização. No caso do petróleo, os *royalties* são cobrados das concessionárias que exploram a matéria-prima, de acordo com sua quantidade. O valor arrecadado fica com o poder público. Segundo a atual legislação brasileira, Estados e municípios produtores – além da

A região, ao longo dos anos, passa por diversas transformações, seja nos aspectos geográficos e ambientais, seja nos aspectos econômicos e sociais. Algumas dessas transformações podem ser observadas através das fotografias antigas de Madre de Deus, obtidas na Mapoteca da CONDER (2015). Vejamos a Figura 39 a seguir.

Figura 39 – Foto de Madre de Deus em 1976



Fonte: Arquivos Mapoteca – INFORMS/CONDER, 2015.

União – têm direito à maioria absoluta dos *royalties* do petróleo. A divisão atual é de 40% para a União, 22,5% para Estados e 30% para os municípios produtores. Os 7,5% restantes são distribuídos para todos os municípios e Estados da federação. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/inforoyalties .htm>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

Na fotografia anterior (Figura 39), identificamos a entrada da cidade de Madre de Deus, do alto, vemos a ponte construída no período de instalação da Petrobras, e já é possível ver também os tanques de armazenamento de óleo; há uma vasta área de mata e poucas áreas residenciais no entorno dos empreendimentos.

Anos após, novos dutos e terminais foram sendo implementados, modificando as imagens da região (Figura 40).

Figura 40 – Foto de Madre de Deus em 1989

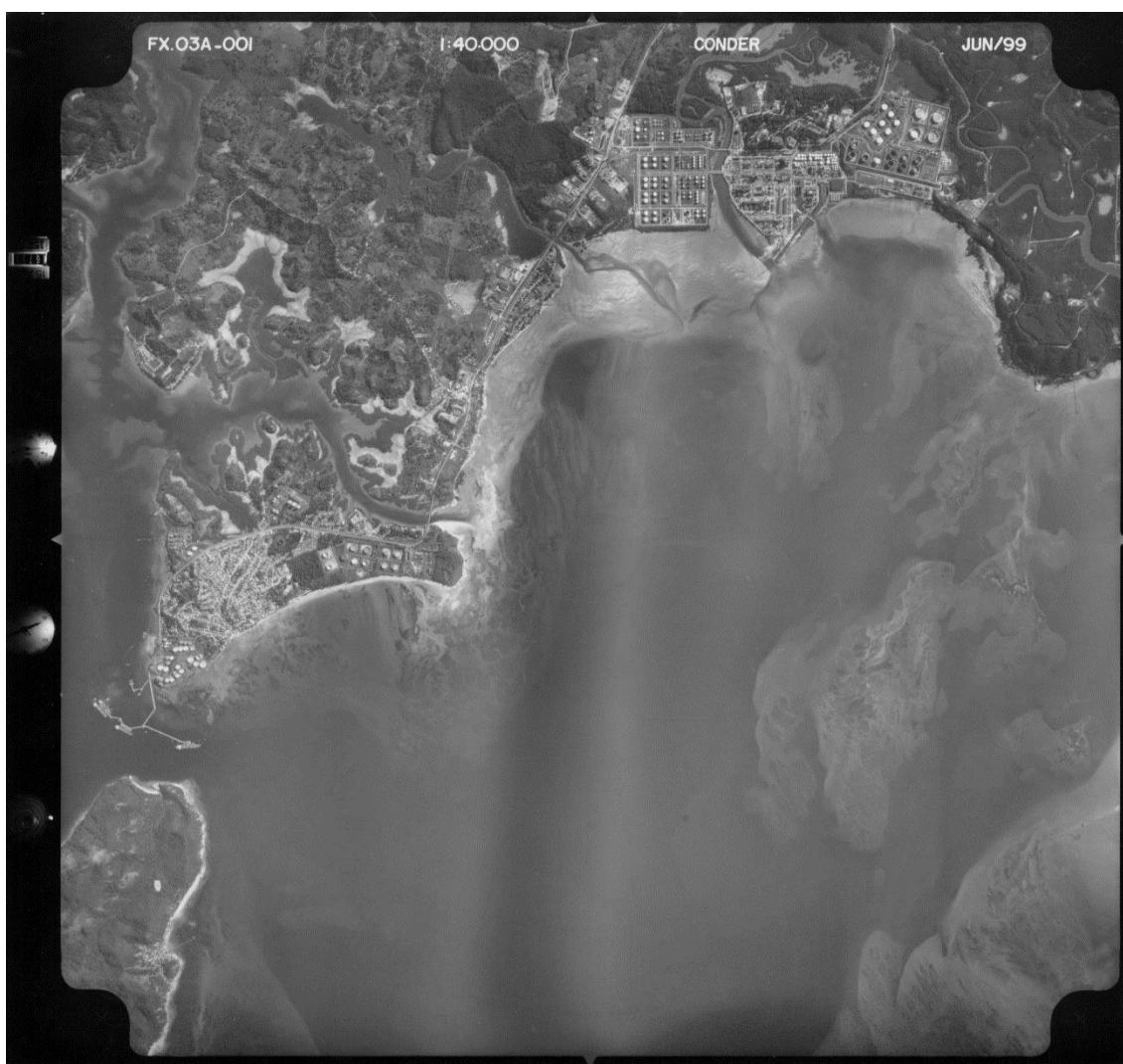


Fonte: Arquivos Mapoteca – INFORMS/CONDER, 2015.

Na foto anterior (Figura 40), quase 13 anos depois, em 1989, já percebemos novos empreendimentos, uma redução significativa da mata e uma ampliação das áreas residenciais; ruas e habitações estendem-se na região.

Sabemos que a extração de petróleo na região cessou em 1990, devido ao esgotamento das reservas naturais, contudo, as atividades da Petrobras (Energia, TRANSPETRO, TEMADRE etc.), com as refinarias (RLAM e Mataripe) continuam em pleno funcionamento, na exploração, produção, refino, comercialização e transporte dos derivados de petróleo, gás natural, biocombustíveis, etanol, energia elétrica e petroquímica, e, conseqüentemente, os riscos ambientais e de segurança acompanham a vida das comunidades em seu entorno.

Figura 41 – Foto de Madre de Deus em 1999



Fonte: Arquivos Mapoteca – INFORMS/CONDER, 2015.

Na figura 41, já percebemos uma nova Madre de Deus, mais povoada, com uma redução significativa da área costeira e de mata da região, com os empreendimentos instalados ocupando mais de 50% da região.

Segundo Freire J. (2011), ao citar Brandão,

[...] estas vilas cresceram exponencialmente com a chegada da indústria petrolífera, tornando-se área residencial dos novos operários e base de operação das inúmeras firmas subcontratadas. Nesse processo, estradas foram abertas e a navegação de cabotagem fluvial e costeira da região reduzida frente à nova dinâmica econômica. As rotas para navios petroleiros passaram a impor limites náuticos dificultando o acesso das pequenas embarcações, '[...] arream-se as velas dos saveiros' (BRANDÃO, 1998, p. 44), interrompendo um ciclo de atividades de transporte de pessoas e produtos que até então representava a única forma de comunicação e desenvolvimento da região. (FREIRE, 2011, p. 81)

Atualmente, segundo dados levantados, em palestra realizada no dia 9 de dezembro de 2015, na sede da Transpetro, em Madre de Deus, a Petrobras possui na região:

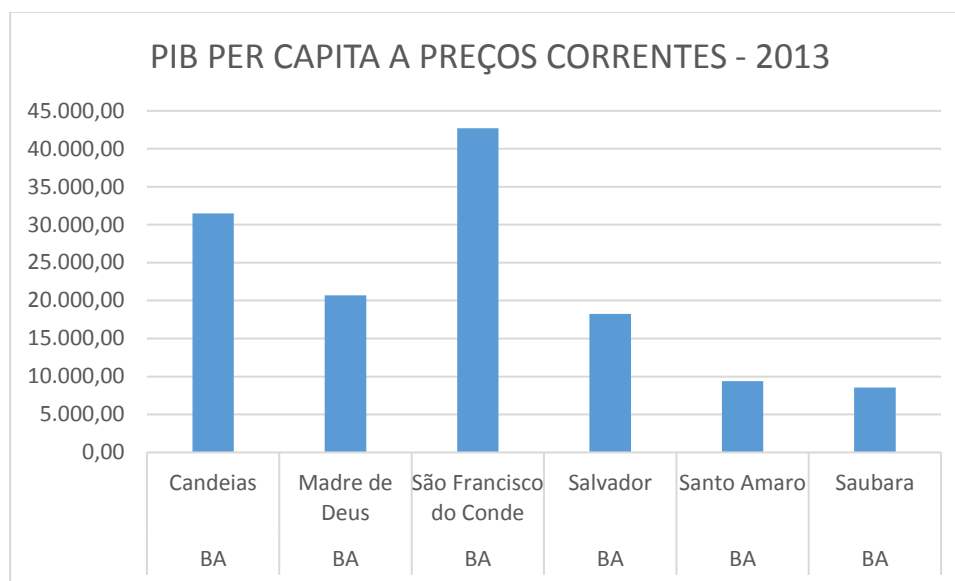
- Suape: 11 tanques combustível líquido (sendo três de gasolina e oito de óleo combustível);
- Mirim: 28 tanques (gasolina, diesel, nafta, QAV, óleo lubrificante, parafina, óleo combustível);
- Quitéria: três tanques e seis esferas GLP líquido refrigerado;
- Candeias – Becan: 12 tanques (Diesel, Gasolina e Biodiesel).

A região também abriga o Terminal de Regaseificação da Bahia – TRBA, que possui o 1º e único píer (Planta Petroquímica) do Brasil, que transforma gás líquido novamente em gás.

É inegável perceber a importância da Petrobras e de todos esses empreendimentos para a região e para o país. Contudo, à custa da sobrevivência de quantas famílias? A quem realmente beneficiou esse desenvolvimento?

O PIB da região é um dos maiores do país, mas ainda encontramos muitas contradições nessa relação econômica, quando caminhamos pela realidade dessas comunidades. Talvez até uma troca de valores, interpretações e significados, nas relações que se estabelecem hoje entre as comunidades locais, os ribeirinhos, pescadores e marisqueiros, prefeitura e empresas locais.

Vejamos alguns dados do PIB *per capita* de Madre de Deus e sua relação com alguns municípios da Região Metropolitana e do Recôncavo baiano:

Gráfico 2 – PIB *per capita* de Madre de Deus

Fonte: IBGE, 2013b (adaptado).

Disponível em:

[http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=16&codv=v07&search=bahia madre-de-deus|sintese-das-informacoes->](http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=16&codv=v07&search=bahia%20madre-de-deus|sintese-das-informacoes->). Acesso em: 11 abr. 2016.

A partir do gráfico anterior, percebemos que o PIB de Madre de Deus ultrapassou os municípios de Salvador, Santo Amaro e Saubara, perdendo apenas para os municípios de Candeias e São Francisco do Conde, cidades estas que também possuem refinarias e outros empreendimentos petrolíferos. Vejamos este detalhamento na moeda corrente (Reais), na Tabela a seguir:

Tabela 2 – Síntese das informações “PIB *per capita* a preços correntes – 2013” comparação entre os municípios: Bahia

UF	MUNICÍPIO	REAIS (R\$)
BA	Candeias	31.508,70
BA	Madre de Deus	20.700,21
BA	São Francisco do Conde	42.707,28
BA	Salvador	18.264,13
BA	Santo Amaro	9.382,70
BA	Saubara	8.552,93

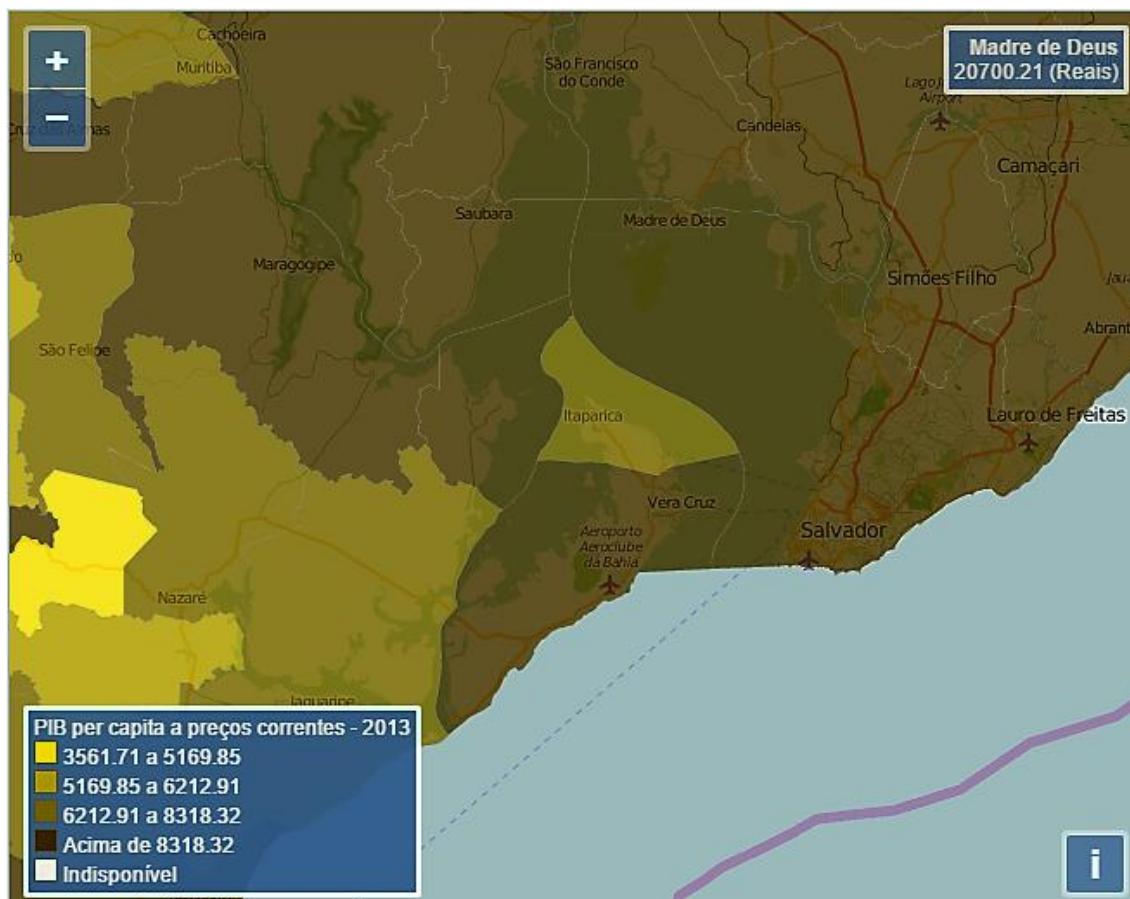
Fonte: IBGE, 2013b (adaptado)

Disponível em:

[http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=16&codv=v07&search=bahia madre-de-deus|sintese-das-informacoes->](http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=16&codv=v07&search=bahia%20madre-de-deus|sintese-das-informacoes->). Acesso em: 11 abr. 2016.

Chegando ao valor de R\$ 20.700,21, o PIB de Madre de Deus é considerado alto, em relação a outras cidades da região.

Figura 42 – Mapa do PIB *per capita* em relação a outros municípios



Fonte: IBGE, 2013c.

Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/SF82>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

É importante consideramos que, apesar de, economicamente, a cidade de Madre de Deus ter uma arrecadação significativa, em função também dos investimentos empresariais gerados pelas atividades petrolíferas, muito deste investimento não se aplica à melhoria das condições de vida das comunidades de pescadores e marisqueiras, que, em sua maioria, integram a região.

Identificamos alguns programas e investimentos realizados pelas empresas, em sua atuação através de políticas de responsabilidade social, fomento à cultura, ao esporte e ao relacionamento com as comunidades, como os programas de Educação Ambiental, que

contribuem para a formação de agentes locais e promove o desenvolvimento de projetos pelas associações e organizações da região, que concorrem a editais de apoio a suas atividades. Estes programas são promovidos por diversas instituições, em parceria da Petrobras com instituições de Ensino, a exemplo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do Programa Conviver (2010-2014), sendo realizado em parcerias com os órgãos municipais e que beneficiam as instituições locais. Outros programas de acesso às instalações das empresas petrolíferas, como Petrobras Portas Abertas, que proporciona uma visita da comunidade às instalações e oportuniza o diálogo das instituições, cooperativas e associações, com os responsáveis diretos e operacionais das plataformas, e a comunidade pode tirar dúvidas sobre questões de segurança. Contudo, não identificamos propostas mais efetivos de mudança da realidade social. Para Freire e Nogueira (2011),

O ser humano excluído é sempre convidado a 'reintegrar-se', como individualidade apenas: pelo caminho do consumo, pela TV, pela assistência paternalista, pelo fatalismo religioso, pelo apadrinhamento da promessa de políticos... pela ilegalidade... etc. 'Reintegrar-se deste modo, esse ser até pode começar a tirar o pé da lama', mas não se emancipa, emancipar é algo coletivo. Individualmente não se reescreve o mundo. (FREIRE; NOGUEIRA, 2011, p. 26)

Nesse contexto, nos deparamos com sujeitos que, para defender seus direitos e suas famílias, junto a essas empresas e o poder público, constituíram associações que promovem o diálogo e a busca de indenizações pelos danos causados em seus espaços de sobrevivência. Pescadores e marisqueiras que aprenderam a conviver com os riscos cotidianos e que tentam sobreviver, mesmo com os impactos ambientais já apresentados em diversos estudos realizados na região.

Ao longo dessa trajetória, reconheceremos parcela dos riscos e acidentes já causados pelas empresas petrolíferas, mas veremos como se dá o cotidiano das famílias em sua relação com os empreendimentos, que muitas vezes atuam na comunidade, oferecendo benefícios e programas, fazendo parcerias com as organizações locais e os representantes municipais e governamentais dessa região, para atender a seus condicionantes ambientais, mas que, muitas vezes, não têm um compromisso real de mudança da realidade. Nesse contexto, entenderemos como as famílias se organizam, quais princípios e valores que se destacam e que compreensões e interpretações possuem sobre a realidade, além dos desafios com que se deparam todos os dias.

5.2 Riscos e acidentes – ameaça vivida diariamente pelas famílias

Com relação às atividades de Petróleo, os riscos vão desde os peculiares ao funcionamento da refinaria, das zonas de produção de petróleo e de gás à sua distribuição (redes terrestres, canalizadas, submarinas). O intenso tráfego rodoviário e ferroviário de derivados de petróleo e de produtos químicos leva à multiplicação dos acidentes. (INST/CUT, 1992, p. 25)

A instalação das empresas petrolíferas e as atividades geradas na região de Madre de Deus, São Francisco do Conde, Candeias e demais cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do Recôncavo baiano trouxeram consigo grandes avanços para a região, ampliando a perspectiva de geração de empregos pelos *royalties* transferidos aos municípios. Contudo, os impactos gerados com os acidentes e os vazamentos de óleo, as explosões, a poluição, a emissão de gases e a contaminação das águas são ainda imensuráveis, pois seus reflexos, a cada ano, são percebidos pelas comunidades locais que sobrevivem da pesca e da coleta de mariscos.

Nesse contexto, Freitas e Gomez (1995) consideram tais acidentes como *acidentes químicos ampliados*, conceituados como:

[...] eventos agudos, tais como explosões, incêndios e emissões, individualmente ou combinados, envolvendo uma ou mais substâncias perigosas com potencial de causar simultaneamente múltiplos danos ao meio ambiente e à saúde dos seres humanos expostos (trabalhadores e comunidades). Acidentes estes envolvendo substâncias perigosas nas atividades de transporte, armazenamento e produção industrial de produtos químicos, que são capazes de produzirem múltiplos danos num único evento, possuindo também o potencial de provocarem efeitos que se estendem para além dos locais e momentos de sua ocorrência. Por um lado, está a dificuldade de se avaliar as consequências de acidentes, por vezes extremamente complexos. (FREITAS; GOMEZ, 1995, p. 505)

As ocorrências de acidentes na Região do Recôncavo baiano e na Região Metropolitana de Salvador, onde está situada a cidade de Madre de Deus e a comunidade de Cação, assinalam o risco iminente em que vivem as populações, que, a curto e longo prazos, enfrentam os impactos ambientais que comprometem seus espaços vitais.

Uma simples busca na internet nos ajuda a levantar as diversas publicações e registros de acidentes causados pelas atividades petrolíferas na região. Vejamos algumas dessas ocorrências:

Quadro 7 – Levantamento de algumas ocorrências de acidentes industriais na RMS e no Recôncavo baiano de 1967 a 2015

ANO	DESCRIÇÃO DO ACIDENTE	IMPACTOS GERADOS/ FONTES
1967	<p>Colisão do navio petroleiro Quererá com um dos píeres do Terminal petrolífero – TEMADRE, na ilha de Madre de Deus, Bahia de Todos os Santos – Incêndio de grande porte, com dezenas de mortos (ref. “Acidentes Químicos Ampliados”, publ. Fundacentro, CNQ, SP, 1998)</p> 	<p>A explosão rompeu toda a tubulação condutora de óleo cru, gasolina, óleo diesel e gás natural, irrompendo então o incêndio, cujas chamas cobriram uma área de quatrocentos metros quadrados, em cima do mar, sendo que nas saídas (partidas) dos tubos, a força do fogo foi muito mais forte. [...] O Terminal Marítimo de Madre de Deus poderia ter sido totalmente destruído se a maré não estivesse de vazante, o que concorreu para que o material inflamável fosse levado para distante. Aliás, toda a região correu o perigo de completa destruição caso as válvulas que conduzem gás não fossem imediatamente bloqueadas. [...] (Jornal A TARDE, 02 de junho de 1967, p. 3)</p> <p>Morte de várias pessoas. Fontes: Freire, 2011.</p> <p>Imagem: Disponível em: http://www.petroleoetc.com.br/fique-sabendo/acidentes-no-brasil-casos-registrados-de-1967-a-2001/. Acesso em: 11 abr. 2016.</p>
1977	<p>Explosão do compressor de propano na U-13 da RLAM.</p>	<p>Vítimou vários trabalhadores. Fonte: Disponível em: http://sindipetroalse.org.br/manager/comum/uploads/arquivo/noticia/271/01a429468a1f9a426a8af7f0781d81d1.pdf. Acesso em: 11 abr. 2016.</p>
1982	<p>Transporte de derivados. Bairro da cidade de Pojuca, Recôncavo baiano. Descarrilhamento de 20 vagões-cisterna (15 diesel e 5 gasolina) frete Petrobras e cias. distribuidoras, composição RFF-Leste.</p> 	<p>Derramamento de combustíveis ao longo da ferrovia, próximo de ruas com residências, pessoas levando latas cheias para casa, incêndio prolongado e disseminado. Mais de 50 óbitos e dezenas de lesões graves.</p> <p>Disponível em: http://www.petroleoetc.com.br/fique-sabendo/acidentes-no-brasil-casos-registrados-de-1967-a-2001/. Acesso em: 9 abr. 2016.</p> <p>Disponível em: http://www.petroleoetc.com.br/wp-content/uploads/2011/11/acidente-com-trem.jpg. Acesso em: 11 abr. 2016.</p>

ANO	DESCRIÇÃO DO ACIDENTE	IMPACTOS GERADOS/ FONTES (continua...)
2001	Explosão e incêndio na U-11 da RLAM	Matou 1 operador Fonte: Disponível em: < http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/3074 >. Acesso em: 11 abr. 2016.
2005	Substância denominada Banker MF 380 vazou de um furo de 3 milímetros de diâmetro na linha de transmissão.	No litoral que margeia o município, distante 62km de Salvador, manchas escuras que boiam sobre as águas.
2009	Vazamento de 10 mil litros óleo em Madre de Deus. O vazamento ocorreu durante o processo de carregamento do navio de bandeira panamenha, Cabo Pilar, que estava atracado no local.	Contaminação do mar, das pedras, corais, da área de manguezal, mortandade dos peixes na região de Madre de Deus, Praia do Porto de Mirim, Ilha Maria da Guarda e São Francisco do Conde. Fontes: A Tarde Disponível em: < http://atarde.uol.com.br/materias/imprimir/1278965 >. e Estadão Disponível em: < http://www.estadao.com.br/noticias/geral,vazamento-de-oleo-atinge-baia-de-todos-os-santos-ba >. Acesso em: 11 abr. 2016.
	O vazamento de óleo que teve início na Refinaria Landulpho Alves , em São Francisco do Conde, na manhã desta quarta (15) já atingiu o litoral da cidade de Madre de Deus. O líquido inflamável escapou às boias de contenção posicionadas pela Petrobras para impedir o escoamento do óleo.	O escoamento permitiu que o óleo atingisse o manguezal, além de toda a Praia do Caípe, em São Francisco. Prejuízo para os pescadores. Fonte: Disponível em: < http://www.bahianoticias.com.br/noticia/38262-vazamento-de-oleo-ja-atinge-madre-de-deus.html >. Acesso em: 11 abr. 2016. 15/04/2009
2012	Derramamento de óleo na costa de Madre de Deus	Contaminação de 4 km da costa do município de Madre de Deus, inviabilizando a pesca e ameaçando o manguezal da área e da ilha de Maria da Guarda. Fonte: Tribuna da Bahia Disponível em: < http://www.tribunadabahia.com.br/2012/06/18/costa-de-madre-de-deus-e-contaminada-por-oleo >. Acesso em: 11 abr. 2016. 16/06/2012
	Derramamento de óleo em São Francisco do Conde, no mar da praia de Caípe de Baixo	Contaminação por cerca 0,13 m ³ , originado dos dutos que ligam as instalações da RLAM. Fonte: Jornal Folha do Estado Disponível em: < http://www.jornalfolhadoestado.com/noticias/7060/petrobras-assume-vazamento-de-oleo-em-sao-francisco-do-conde >. Acesso em: 11 abr. 2016. 03/11/2012

ANO	DESCRIÇÃO DO ACIDENTE	IMPACTOS GERADOS/ FONTES (continua...)
2015	Derramamento de óleo em Madre de Deus, Baía de Todos os Santos	Mortandade dos peixes Disponível em: < http://mp-ba.jusbrasil.com.br/noticias/1818541/mp-solicita-ao-ima-laudo-sobre-derramamento-de-oleo-em-madre-de-deus >. Acesso em: 11 abr. 2016. 20/03/2015
	Tanque pega fogo em Madre de Deus e moradores são evacuados 	O tráfego de veículos na ponte que dá acesso à ilha também foi temporariamente interrompido por medida de segurança, e a população ficou assustada com o risco de explosão. Fonte: Correio da Bahia Disponível em: < http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/tanque-pega-fogo-em-madre-de-deus-e-moradores-sao-evacuados/?cHash=f50477eec27964738c846c58d413fd7b >. Acesso em: 11 abr. 2016. 23/09/2015

Fonte: Elaboração própria (Levantamento realizado em diversos sites).

No último acidente, ocorrido em Madre de Deus, em setembro de 2015, apresentado no quadro anterior, estávamos em contato com os informantes da pesquisa, e em conversa com alguns moradores da comunidade de Cação, percebemos que eles não tinham orientação adequada de como se comportar naquela situação. As informações eram conflitantes, segundo depoimentos de moradores, a rádio local informava que eles deveriam ficar em suas casas, já a defesa civil os convocava para o ponto de encontro, definido pelo Plano de Contingência de Madre de Deus – PCMD, deixando todos, além de assustados, confusos, diante das informações veiculadas. Muitos permaneceram em suas casas, principalmente os idosos, outros conseguiram fugir pela ponte de acesso à saída principal da cidade, ainda antes de ser interrompida pelas autoridades, que alegavam tala necessidade, por motivo de segurança, e outros tentaram seguir o plano de contingência, apesar da desorientação.

Segundo Freire (2011), um dos seus entrevistados reconheceu que: *[...] apesar da existência de um Plano de Contingência (em Madre de Deus), a divulgação do mesmo é incipiente, falta divulgação para que atinja seu principal objetivo, o de nortear o atendimento em caso de emergência.*

Freire (2011) ainda reitera que:

Para todos os entrevistados uma explosão de grande magnitude tiraria Madre de Deus ‘do mapa’. Afirmam viver em um ‘barril de pólvora’ onde as vulnerabilidades são ampliadas, tendo em vista a dimensão da indústria petrolífera, da quantidade de substâncias com alta capacidade de combustão estocadas, pela existência de única via de acesso e fuga, que não comportaria o fluxo de pessoas e veículos, pela ineficiência dos processos estabelecidos no Plano de Contingência de Madre de Deus – PCMD, quanto a informação, orientação e preparação da população para o enfrentamento de um acidente ampliado. (FREIRE, 2011, p. 125)

Concordamos com a autora, pois esta foi a mesma conclusão a que chegamos, ao dialogar com os sujeitos desta pesquisa, e esta é, também, a impressão que os moradores têm de Madre de Deus, especificamente, os integrantes do bairro de Caçõ.

5.2.1 Estratégias de defesa – ações coletivas de Caçõ: enlaces camponeses e ribeirinhos

É bom lembrar também que a tal ‘modernidade’ produtiva e organizacional, as grandes escalas de produção e a chamada alta tecnologia muitas vezes se sustentam por meio de relações sociais violentas. (INST/CUT, 1992, p. 10).

Mesmo diante da violência e dos riscos ambientais e os riscos iminentes contra a vida dos moradores de Madre de Deus, eles possuem um sentimento de pertencimento a este lugar, que os mantém ali, enraizados. Concordamos com Bastistela e Boneti (2008), quando se referem a sua compreensão sobre o enraizamento: “Entendemos que o significado de enraizamento aproxima-se intimamente do conceito de mundo da vida. Mundo da vida ou mundo vital é o mundo circundante vital, o mundo vivido e não ‘tematizado’”. (BASTISTELA; BONETI, 2008, p. 1114)

O enraizamento é uma ligação profunda das pessoas com o lugar, como se dele subtraíssem suas forças, seu sustento, retribuindo-lhe com o cuidado e o carinho, tendo o lugar como extensão da própria vida, características que são eminentemente rurais.

Segundo Hall (2002 apud Faria, 2008, p. 92),

[...] o sujeito pós-moderno não possui identidade fixa, essencial ou permanente, mas contraditória, que é constantemente deslocada e desenraizada. As consequências da globalização atingiram de fato as identidades, fragmentando-as. Por outro lado, pode ocorrer o inverso: as identidades locais podem se enraizar, fortalecerem-se com a presença de outras identidades ou, ainda, produzirem simultaneamente ‘novas’ identificações ‘globais’ e novas identificações locais. (HALL, 2002 apud FARIA, 2008, p. 92)

Nesse contexto, ocorre o inverso, pois, em Cação, vemos uma comunidade ainda enraizada, mesmo em um cenário comumente desenraizado, pois a região de Madre de Deus foi invadida por pessoas que vieram das mais diversas localidades, em busca de emprego e renda, nas empresas ali implantadas. Alguns moradores relataram que conquistaram empregos locais, no momento da instalação das empresas, mas sofrem, hoje, com o desemprego, pois à medida que as empresas foram se consolidando, demitiram muitas pessoas da região, para contratar mão de obra mais especializada. Em vista disso, muitos moradores estão retornando as atividades de pesca e mariscagem, para garantir ao menos o alimento, mesmo com a redução de muitas espécies na região.

Uma das características que marca a vida das marisqueiras e dos pescadores de Cação, é que não possuem um grau elevado de escolaridade, vivem da pesca, mas aprenderam a realizar outras atividades para compor a sua renda.

Sobre o grau de escolaridade dos entrevistados nessa pesquisa:

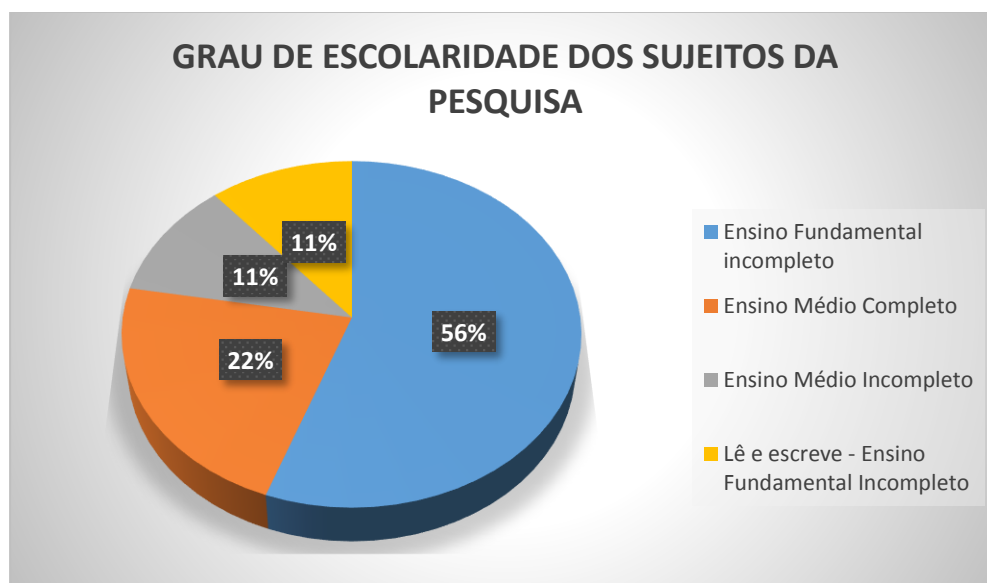
Quadro 8 – Grau de escolaridade dos entrevistados

Entrevistados	Grau de Escolaridade
Entrevistado 1	Lê e escreve - Ensino Fundamental Incompleto
Entrevistado 2	3ª série - Ensino Fundamental Incompleto
Entrevistado 3	Ensino Médio Completo
Entrevistado 4	5ª série - Ensino Fundamental Incompleto
Entrevistado 5	Ensino Médio Incompleto
Entrevistado 6	2ª série – Ensino Fundamental incompleto
Entrevistado 7	Ensino Fundamental Incompleto
Entrevistado 8	5ª série - Ensino Fundamental Incompleto
Entrevistado 9	Ensino Médio Completo

Fonte: Elaboração própria.

Dos nove entrevistados, apenas dois possuíam o Ensino Médio completo, um deles, Médio incompleto, e os outros seis não completaram o Ensino Fundamental I; escrevem pouco, o necessário para assinar documentos. Os dois que completaram o Ensino Médio são mais jovens, sendo que um deles não tem a pesca como sua atividade principal.

Gráfico 3 – Percentual do grau de escolaridade



Fonte: Elaboração própria.

Como é possível observar, no gráfico acima, 56% dos entrevistados, sujeitos da pesquisa, possuem apenas o Ensino Fundamental I, ou seja, abandonaram a escola entre a 2ª e a 5ª séries. Em sua maioria, leem e escrevem pouco, o necessário para a assinatura de documentos e registros mais comuns, e muitos fazem parte da associação, que defende os seus interesses, a APEMAC. Os mais velhos dedicam-se mais às atividades de mariscagem e pesca. Os mais novos participam ativamente das atividades da família, conciliando essas atividades com a busca por outras oportunidades, de emprego e renda, e apenas um dos entrevistados se intitula pescador, mas não tem a pesca como atividade principal, contudo não abandona as atividades aprendidas com seus pais.

Não foi possível aprofundar esse aspecto do campo educativo formal, ao longo da pesquisa, mas, segundo alguns autores, como Portela (2012), que realizou estudos sobre os pescadores da Bahia, na segunda metade do século XIX,

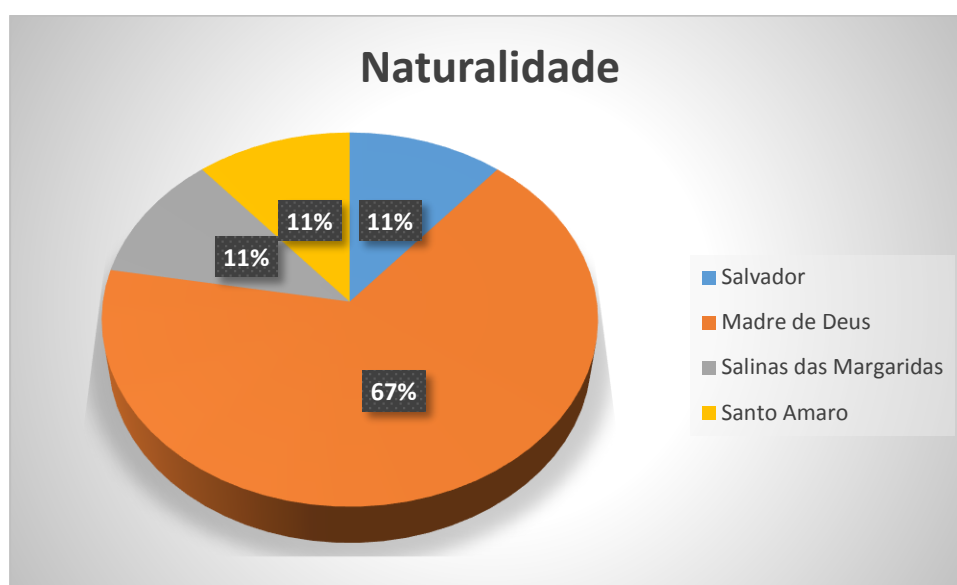
Eles foram, na sua grande maioria, homens de baixa renda e analfabetos. Não estavam, portanto, entre as pessoas que mais deixaram registros escritos para a posteridade. Pouquíssimos faziam inventários ou deixavam testamentos, e são raros os momentos em que temos acesso a seus testemunhos diretos. Há que se filtrar os preconceitos para com os pescadores, quase sempre tidos como preguiçosos, remissos, ignorantes etc. (PORTELA, 2012, p. 19)

Aqui ele salienta, além do aspecto econômico, que a leitura e a escrita não faziam parte da rotina dos pescadores, naquele século, o que ainda é comum, nos dias de hoje, pois

encontramos tais características também no contexto pesquisado. Assim como os camponeses sofrem preconceitos, são tidos como caipiras, agrestes e matutos, os pescadores e ribeirinhos também são classificados como ignorantes, preguiçosos, descansados, que possuem técnicas e instrumentos simples de pesca e que ainda se assemelham a pescadores das décadas passadas, principalmente aqueles que fazem uso do método artesanal.

Outro aspecto relevante é a naturalidade dos entrevistados, seis são de Madre de Deus, um é natural de Salvador, uma é natural de Santo Amaro e um é natural de Salinas das Margaridas, região do Recôncavo baiano.

Gráfico 4 – Naturalidade dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

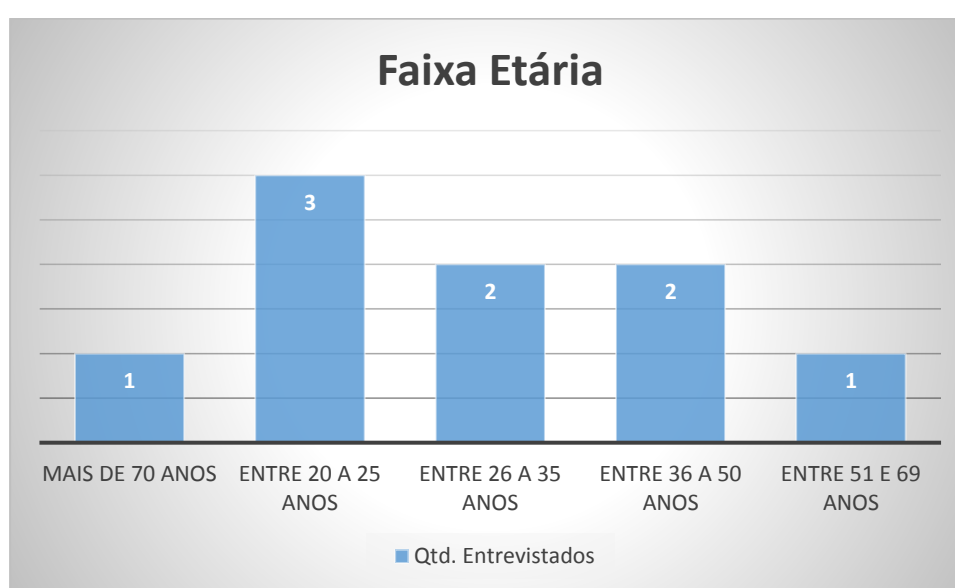
Durante as entrevistas, identificamos que, mediante relato da entrevistada 9, (natural de Santo Amaro), em Madre de Deus, em sua época, não havia maternidade, as pessoas nasciam em Santo Amaro, em Candeias ou em Salvador, saíam da maternidade e vinham para Madre de Deus realizar seu registro; para essa entrevistada, a maternidade foi inaugurada em Madre de Deus apenas há cerca de 10 anos.

O entrevistado de Salinas, por sua vez, é parente de uma das famílias que fizeram parte da pesquisa, e, curiosamente, era um jovem pescador em sua região e estava em Madre de Deus ajudando seus familiares, trazia novas técnicas para introduzir no processo de pescaria de seus primos. Sua entrevista foi relevante, para fazer a relação entre dois universos pesqueiros

(Salinas e Cação) e traçar parâmetros sobre o olhar de outros pescadores de fora da comunidade de Cação.

Durante o percurso das entrevistas, buscamos sujeitos entre a faixa etária de 20 a 80 anos, que já atuassem nas atividades pesqueiras e pudessem relatar aspectos de todas as etapas da vida, da infância, da juventude e da maioridade, no desenvolvimento das atividades da coleta do marisco e da pesca, e que nos contassem a história da região e dos impactos ambientais ali ocorridos, com a implementação dos empreendimentos petrolíferos. Os entrevistados são assim caracterizados, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Faixa etária dos entrevistados



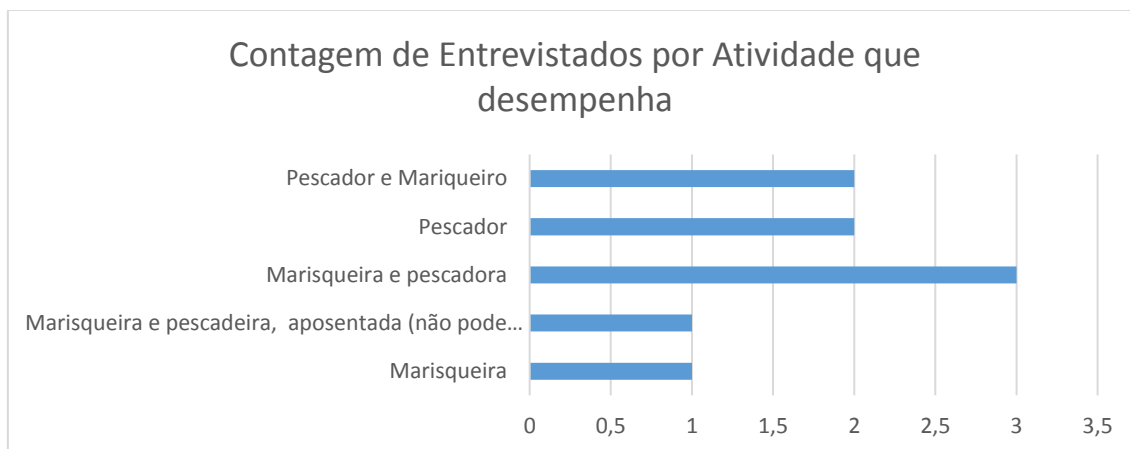
Fonte: Elaboração própria.

No que tange às atividades desenvolvidas, identificamos entrevistados nas seguintes categorias, ou que se intitulam:

- Pescador e Marisqueiro;
- Marisqueira e Pescadora.
- Marisqueira e pescadora aposentada (não pode mais mariscar, por problemas de saúde); e
- Somente Pescador.

Dentre os entrevistados, levantamos informações para compor o gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 – Contagem de entrevistados por atividade que desempenha



Fonte: Elaboração própria.

Na condição apresentada no gráfico anterior (Gráfico 6), fizemos o questionamento dos entrevistados sobre qual era a diferença entre marisqueira e pescador, pois alguns se identificavam nas duas categorias, dentre eles homens e mulheres, e outros apenas em uma delas.

Segundo o Entrevistado 4,

Tem diferença sim, mulher marisqueira é pescadeira, mas fora da água. Na praia, sentada, agachada. Na coroa, sentada. Pegando befu²³, pegando uma ostra. E o pescador, pesca de tudo... de rede, de tudo ele pesca. Rede de arrasto, de abalo, de tudo. É por isso que eu digo, minha mãe é uma melhor mariscadeira, pescadeira. [...] Porque eu nunca vi uma mulher mergulhar como minha mãe, nunca vi uma mulher pegar a quantidade que minha mãe pega, nunca vi uma mulher catar uma quantidade, como minha mãe cata, de marisco, de siri, de befu, de ostra, tudo isso aí. Minha mãe, ela mergulha, faz coisas que mulher não faz, mergulha no alto-mar, pega samba, pega peguari²⁴, pega tapu²⁵ de mergulho. (Entrevistado 4)

A referência da família, e os valores ensinados através do exemplo cotidiano, da oralidade e das narrativas, os casos contados, pelos mais velhos aos mais novos, caracterizam as comunidades ribeirinhas. Seus mestres são seus pais, tios, vizinhos, avós e irmãos mais velhos. Estes são seus heróis e melhores amigos.

Segundo Freire e Nogueira (2011), *objetos, situações e acontecimentos são oralmente assumidos por ele, assumidos como narrativa. Nossa tradição na cultura popular é*

²³ Befu: nome popular dado ao marisco catado na areia ou em região de manguezal.

²⁴ Peguari: nome popular dado a espécie de molusco marinho pescado em maiores profundidades, classe Gastropoda.

²⁵ Tapu: nome popular dado a outra espécie de molusco marinho pescado em maiores profundidades, semelhante ao peguari, mas com cor mais escura.

mais oral do que escrita. As pessoas fazem narrações orais. E o que é narrado exige troca de olhares e gestos (2011, p. 45).

Por muitas vezes, nos momentos de diálogo com os entrevistados, fugia-nos à memória o registro escrito, atentávamos para as muitas histórias contadas por eles, de seus desafios, das pescarias, das relações familiares, das relações de comércio e de manutenção da vida, da luta e militância, fazendo uma viagem no tempo e no momento em que eles viviam, que era rico em gestos, expressões, sorrisos e argumentos. Contudo, o que nos fugia, no exercício de pesquisador, as gravações registravam.

Freire e Nogueira (2011) ainda reiteram que,

O que é narrado não reúne nem guarda os objetos e as situações. A narrativa é um exercício de memória, atenta no presente, desafiando pessoas a se apoderarem do que é oralmente narrado. As pessoas desenvolvem à sua maneira uma posição diante do que é narrado. Saber narrar é um exercício de memória, mas é também estimular a tomada de posição. (FREIRE; NOGUEIRA, 2011, p. 45)

A oralidade, para os entrevistados, era a ferramenta que os integrava à comunidade, nos bate-papos ao longo do dia, na frente das casas e nas praças, durante as atividades de organização da pesca, no momento da pescaria e no seu retorno, quando iam preparar a lenha, cozinhar os frutos do mar (mariscos), ou tratar os peixes, catar e separar para o armazenamento da produção, além das demais atividades de complementação de sua renda (artesanato, serviços de pedreiro, marceneiro, em restaurantes, dentre outros). Os mais velhos eram sempre seguidos pelas crianças e, os mais jovens, sempre ávidos de uma boa pescaria.

Esta é uma das características que assemelham os povos do mar (ribeirinhos) aos povos do campo, pois os povos do campo também diversificam seu plantio, manejam com a terra, produzem, comercializam, mas também aprendem a cuidar de animais, fazer artesanato em madeira, dentre outras atividades presentes na zona rural.

O Entrevistado 8 é um jovem pescador, e não se considera marisqueiro, por questões de gênero, mas teve grande influência de seus familiares em sua formação.

E minha mãe é marisqueira, só que ela também tem ponto comercial lá, sempre foi marisqueira. Ela não me ensinou a mariscar, porque mariscar é mais para as mulheres, e a gente não gosta muito de ficar muito no sol, parado, a gente gosta mais é de trabalho pesado, apesar que é um trabalho que a pessoa tem de ter bem paciência, mas eu não gosto de mariscar, apesar de já ter mariscado, mas não gosto não, gosto mais de pescar! (Entrevistado 8)

Para ele, o trabalho de mariscar é eminentemente feminino. Sua motivação está em ir para o alto-mar e tem em sua família a sua referência: o irmão é como um mestre,

Meu irmão me ensinou a pescar, a primeira que vez que fui, foi com meu padrinho, mas quem me ensinou mesmo foi meu irmão, mais velho que eu, ele tem 25 anos, ele é meu mestre, ele aprendeu com meus tios, a família da gente, todo mundo é pescador lá, se você chegar lá e perguntar quem são os meninos novo que mais pesca lá, que mais chega lá, com camarão e pescado, o povo vai dizer que é a gente, a gente, quando sai pra pescar, a gente não tem hora pra voltar, [...], ele me ensinou tudo, tudo que eu sou hoje, o homem que sou, agradeço a ele, que me ensinou tudo que sei, os conhecimentos que ele tinha, ele passou pra mim. (Entrevistado 8)

Os laços estabelecidos em família são muito fortes, as crenças compartilhadas, a militância e as atividades cotidianas são realizadas por todos. As demarcações de território entre os vizinhos são claras, há estranhamentos e divisões, mas há também muita partilha.

Outra característica relevante está na relação das marisqueiras e dos pescadores com o meio ambiente; essa relação é tão íntima e profunda que o mar para eles é a extensão de sua própria condição de existência, semelhante aos camponeses, em sua relação com a terra. Mesmo situados numa região urbana, suas características comunitárias e o ambiente coletivo ditam suas regras e formas de convivência consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente.

Brandão (1995) nos ajuda a compreender essa estrutura, a partilha da vida, que menciona em seu texto:

Esta é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. (BRANDÃO, 1995, p. 49)

Este autor ainda reitera que, segundo mostrou Antônio Cândido,

[...] na verdade estavam presos por uma organização de vizinhança, o bairro rural, de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhes pertencer, e levando-os a distingui-los dos demais bairros da zona; este sentimento de localidade era primordial na vida caipira, determinando a configuração do grupo, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Cada 'bairro' se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam... isto é, cada bairro se compunha de famílias de sitiantes... Centralizado por uma capela e uma vendinha, servia este núcleo de centro de reunião para a vizinhança dispersa. Configuração intermediária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresenta as formas mais elementares de sociabilidade rústica. (BRANDÃO, 1995, p. 49)

Estas são algumas das características que assemelham o bairro de Cação a um bairro de características rurais, os laços que unem seus moradores, desde as crenças, a solidariedade, as ações coletivas nas atividades de pesca e na coleta de mariscos, a relação com o meio ambiente a sua volta, a variedade de atividades complementares que realizam para compor suas rendas, com artesanato, culinária, pequenos empreendimentos, como o conserto de bicicletas, atividades de soldador, pedreiro e montador de andaimes. Vejamos tais características na tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Atividades complementares que os entrevistados desempenham para compor sua renda

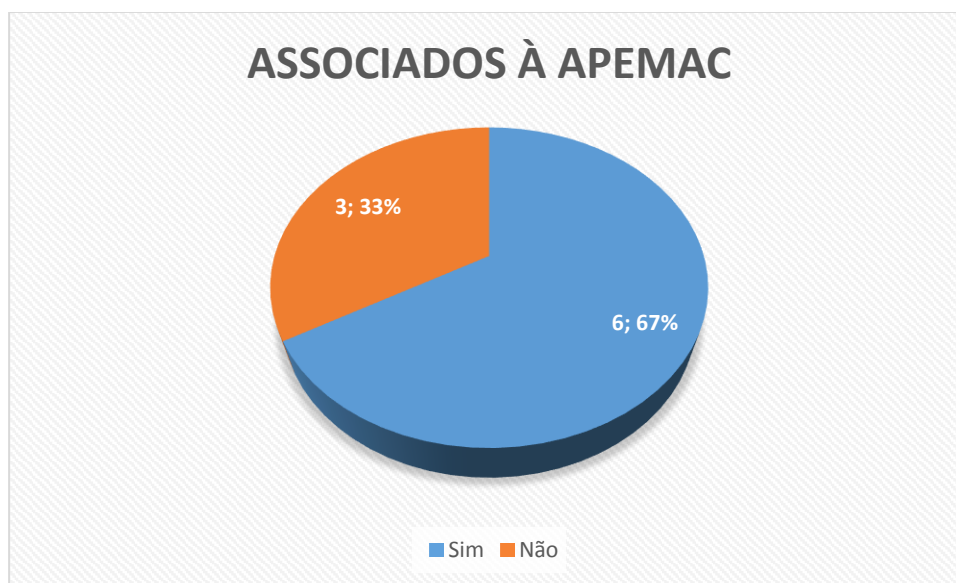
Entrevistados	Atividades complementares
Entrevistado 1	Bordado e costura de peças para banheiro
Entrevistado 2	Não possui outras atividades
Entrevistado 3	Montador de andaime, lixador, montador de ferragem, armador de ferragem
Entrevistado 4	Mecânico de bicicletas, pedreiro, lixador, montador de andaime, Carpinteiro, marceneiro, artesão
Entrevistado 5	Colcha de fuxico
Entrevistado 6	Não possui outras atividades
Entrevistado 7	Artesão
Entrevistado 8	Soldador
Entrevistado 9	Trabalha no restaurante da mãe e vende as roupas do pai, feitas com rede de pesca

Fonte: Elaboração própria.

Além disso, a constante luta pelos seus direitos, através da ação coletiva proposta pelas associações, a exemplo da Associação de Marisqueira e Pescadores de Cação – APEMAC, os fortalece na superação dos problemas econômicos, ambientais e dos riscos sociais e de segurança, mantendo-os vivos, na sua cidade de origem, mesmo sendo esta, geograficamente, descaracterizada, pela força do capital trazido com os empreendimentos petrolíferos.

Dos nove entrevistados, seis (67%) fazem parte da APEMAC e três (33%) não são membros de nenhuma associação.

Gráfico 7 – Associados à APEMAC



Fonte: Elaboração própria.

Nesse contexto, percebemos que a maioria dos entrevistados integra a associação e, durante o diálogo, identificamos aspectos positivos e negativos de fazer parte de uma associação. Alguns compreendiam a importância da participação e da luta, outros tinham uma visão mais familiar do processo, ou seja, eram integrantes da associação para apoiar os líderes, geralmente seus familiares. Por conseguinte, tinham acesso às políticas de beneficiamento dos pescadores, ao resultado de processos advocatícios, em função das reivindicações contra as empresas, pela contaminação dos rios e mar da região, contudo não tinham uma participação mais comprometida, durante essas reivindicações a favor dos seus direitos.

Parece-nos uma contramão de perspectivas, já que a origem inicial dessa história, a busca por petróleo, era a garantia da segurança nacional, a mesma segurança que inexistia para as comunidades do entorno desses empreendimentos industriais, que vêm se tornando uma ameaça para a vida e a sobrevivência das comunidades locais. Há uma guerra, silenciosa e mortal, que, dia após dia, consome os espaços geográficos e a vida de muitos seres, provocando, nestes seres, o instinto de procurar estratégias de defesa diante dos riscos com que convivem em seu cotidiano.

6 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os grupos vítimas dessa longa história especificamente do campo, indígenas, quilombolas, comunidades agrícolas negras, ribeirinhos, povos das florestas tem o mérito de mostrar como é nuclear a questão da terra, das águas, do solo, do teto, as disputas por seu controle, como foram e são acirradas desde a colonização, transpassando toda nossa história social, econômica e política. [...] Uma das contribuições pedagógicas dos movimentos sociais indígena, quilombola, negro, de trabalhadores, mulheres do campo e das periferias urbanas é resistir a essas relações de poder, de apropriação/expropriação da terra, do solo, do espaço, das águas, dos territórios, resistir às relações escravizantes do trabalho. [...] Quanto maior for o entendimento dessa complexa relação terra/trabalho/humanização/desumanização, maiores as possibilidades de incorporar a riqueza teórica, epistemológica que os movimentos sociais trazem para o campo das teorias pedagógicas.

(ARROYO, 2014, p. 97-98)

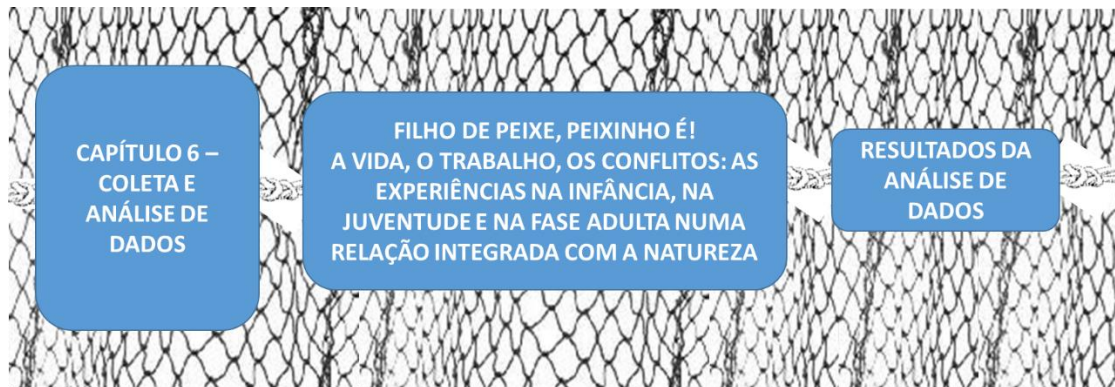
Em concordância com Arroyo, entendemos a relevância de garantir os espaços de luta, as vozes dos oprimidos, as formas de resistência destes, que são ainda submetidos à destruição da sua cultura, do seu modo de vida, dos seus espaços vitais, e que, paulatinamente, são silenciados pela força do capital. Neste contexto, esta pesquisa pressupôs compreendermos como se dá a vida das marisqueiras e dos pescadores da comunidade de Cação, município de Madre de Deus, na Região Metropolitana de Salvador, Baía de Todos os Santos, de como superam, cotidianamente, os desafios, e sobrevivem às terríveis mudanças provocadas pela indústria, pelos empreendimentos que foram instalados na maior parte de seu território; e de como desenvolvem seus processos de ensino e aprendizagem. Como eles lidam, enfim, com a contaminação dos rios e dos mangues, como criam seus filhos ensinando-os a sobreviver do mar. O que percebem na sua relação com o meio ambiente e com o coletivo, como se organizam para a luta e se têm esperança de melhoria em suas vidas.

Assim, neste capítulo, trataremos de revelar os dados coletados nas entrevistas realizadas com as marisqueiras e os pescadores, sujeitos da pesquisa, identificados no campo empírico. Apresentamos os resultados da pesquisa tomando como base a análise das informações dos sujeitos, de acordo com os temas centrais, que perpassam o seu processo de desenvolvimento (na infância, juventude e vida adulta), reconhecendo seu modo de vida, sua formação, as formas de resistência e a compreensão obtida por eles sobre os impactos ambientais causados pela própria comunidade e pelas empresas petrolíferas lá instaladas.

As entrevistas realizadas com os nove participantes, sendo estes associados e não associados à APEMAC (um deles não é morador da comunidade de Cação, mas, além de ser

pescador, possui familiares na comunidade), subsidiaram a análise dos dados. Estes sujeitos serão identificados através de uma ordem numérica, contudo as entrevistas foram feitas em grupo (dois grupos) e individualmente (quatro entrevistas individuais). A seguir, apresentamos a organização estrutural deste capítulo.

Figura 43 – Estrutura do capítulo 6



Fonte: Elaboração própria.

6.1 Filho de peixe, peixinho é! A vida, o trabalho, os conflitos: as experiências na infância, na juventude e na fase adulta numa relação integrada com a natureza

Eu comecei a mariscar com sete anos de idade, e tudo o que você imaginar na maré eu fazia, antes dos sete anos, a minha mãe me levava e eu ficava sentadinha na lama do mangue, ficava olhando dentro das poças da coroa, aí o que aconteceu? Quando ela chegava da maré com aqueles siris, a gente contava e colocava nas bacias, aí eu pegava sete e as vezes até dez cordas de siri, e ia vender na rua, aí, na época, eu não lembro o valor, vendia o siri e, na volta, comprava o café, o açúcar, o pão e o tempero pra fazer o escaldado do siri, meio dia, pra gente poder comer, era pirão de siri todo dia, todo dia era pirão de siri, era dez, quinze cordas por dia, sem contar os siris moles, que a gente contava e separava, aí vendia o prato do siri mole. (Entrevistada 5)

Todos os entrevistados cresceram vendo seus pais trabalhando para sustentar suas famílias, com a pesca e a coleta dos mariscos. A entrevistada 1, que teve 10 filhos vivos (homens e mulheres) e criados da maré, recordou: – *Eu levava tudo deste tamanhinho, eu já levava. Eles mariscava, tem um aqui que fazia assim: – Minha mãe eu não vou sair mais daqui não, porque achei um bocado de tapu. Quando elas levantava, levantava com os baldinhos cheio mesmo.* A entrevistada lembrava-se de suas histórias e dos muitos aprendizados que teve na maré, um conhecimento trazido pela oralidade e pelo exercício prático do trabalho coletivo,

pautado na relação familiar. O que é afirmado pela entrevistada 2, filha da entrevistada 1, *A gente ia desde de pequena com Mainha. Saía, a gente levava o baldinho. Naquela época, a gente pegava mesmo.* Segundo Frigotto e Ciavatta (2012), o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. *Todos os coletivos que lutam contra a exploração humana, vêm afirmando o caráter do trabalho como modo humano de existir e de formar o ser humano, no mesmo processo de criar a realidade humana* (FRIGOTTO, 2012 apud ARROYO, 2014, p. 87). A entrevistada 9 acredita que é costume, aqui dessa região, quando os pais vão pescar, sempre levam os filhos.

Desde pequena, minha mãe ia mais minha avó e sempre levava eu e minha irmã. Você vai olhando e aprendendo, aí vai. Primeiro, você só passa a pegar os mais fácil, em cima, as estrelinhas. Ela vai te mostrando, aí você vai pegando, vai pegando. Quando eu já estava maiorzinha, curiosa, aí minha mãe e minha vó iam me ensinando, apesar que minha mãe e minha vó não pegavam peguari, porque elas não mergulham, eu fui aprendendo também, na curiosidade, vendo os meninos arrastando rede, aí pegava os toques, fecha mais, puxa aqui, puxa ali, aí fui aprendendo. Aí, quando você sai pra pescar, você leva e já começa a ensinar, eu mesmo com cinco anos, minha mãe já me levava e aí me ensinava, ela levava eu e minha irmã, aí, quando você é menorzinho, você vai pegando primeiro os mais fáceis, de cima da coroa, vai andando e vai pegando os tapuzinhos, aí, depois, você vai crescendo e vai ensinando a pegar um samba, um tapu, pegar uma ostra, e aí vai crescendo e vai ensinando. (Entrevistada 9)

Para Frigotto et al (2012),

O trabalho como *princípio educativo* deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que explorem e vivam do trabalho de outros, ou se caracterizem como, segundo a afirmação de Gramsci, *mamíferos de luxo.* (FRIGOTTO et al, 2012, p. 18)

Hoje, aos 23 anos, a entrevistada 9 continua a apoiar sua família, no sustento da casa, dividindo as tarefas com sua irmã, seu pai, sua mãe, também marisqueira, que possui um bar, de onde tira o sustento da família.

Eu era pequenininha eu já ajudava, aqui, a gente reveza, uma cozinha, outra faz outra coisa, se você for pagar uma diária de uma pessoa, fica caro, a gente vende água, suco, refrigerante, cerveja e a comida. A gente não vende bebida quente não, o valor das moquecas, o preço é único, R\$ 30,00. A gente abre nove horas e fecha sete horas da noite, aqui só vendemos frutos do mar, e serve para até quatro pessoas, dependendo da fome de cada um. A gente tá abrindo apenas no fim de semana, mesmo sendo pescadora, pro bar, a gente acaba comprando pescado, porque o que a gente pesca

acaba não sendo suficiente, e a gente acaba comprando dos meninos aí, e acaba ajudando eles. (Entrevistada 9)

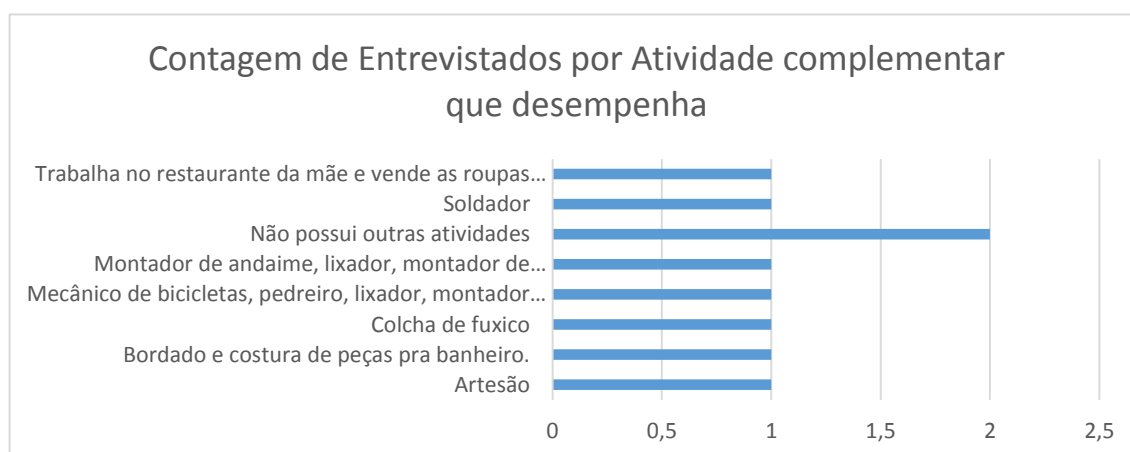
Para Freire e Nogueira (2011), é uma cultura de soluções, dividida em dois momentos:

Em um primeiro momento [...] os problemas percebidos se inserem dentro de um sistema de saber, que é o deles; [...] portanto: buscar soluções é, ao mesmo tempo, modificar as relações com esse mundo; nessas mudanças é que se elabora a visão de transformação. Um segundo momento é descritivo, as percepções e as soluções são oralizadas por uma narrativa assim: como sucedeu aquilo que se deu. Essa narrativa é, por vezes, cantada no improviso; outras vezes é uma narração letrada no cordel. É sempre um saber de percursos. [...] as tais soluções populares, são produzidas, estão em andamento, e por esse caminho vai-se inventando um Brasil de populações rurais, um Brasil de migrantes 'sem-terra', um Brasil desses a quem (por comodidade) denominamos: setores populares. [...] é importante buscarmos qual poder habita nesse tipo de saber. (FREIRE; NOGUEIRA, 2011, p. 18-19)

Acredita-se, nesse contexto, que o poder que habita esse saber é o poder do diálogo, das relações de pertencimento ao lugar, à família, das criativas soluções de sobrevivência, da partilha e da solidariedade pautadas no discurso da entrevistada 9, quando menciona que, mesmo ela sendo pescadora, para o bar, ela também compra pescado dos vizinhos, para ajudá-los, numa perspectiva comunitária. Para Freire e Nogueira (2011), *nos processos de Educação Popular o discurso teórico é, necessariamente, produção cotidiana, e ele se verifica ou não se verifica nas mudanças da vida e da cidade* (2011, p.20).

Verificamos, ainda, que, em sua maioria, os entrevistados têm ou procuram outras atividades, para complementar a renda das suas famílias (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Atividades complementares realizadas pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

Vemos, a partir do gráfico anterior (Gráfico 8), que a maior parte dos entrevistados (oito) realiza atividades complementares de renda. Uma realidade que os assemelha aos pequenos agricultores, camponeses, que manejam a terra, mas criam animais, trabalham em carpintaria e fazem outras atividades similares, de artesanato, trabalhos domésticos, de segurança nas fazendas, para ampliar a renda da família. Segundo Schneider (2003), esta é uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais, denominada “pluriatividade”, e refere-se a:

Situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. (SCHNEIDER, 2003, p. 100-101)

Para o entrevistado 4, a família tem um significado especial em seu processo de aprendizagem:

Meu pai me ensinou muitas coisas. Meu pai me ensinou a governar o barco, meu pai me ensinou a pescar, meu pai me ensinou a botar um anzol em uma linha, meu pai me ensinou a botar um chumbo numa linha, meu pai me ensinou os pontos certos dos peixes, me ensinou os pontos certo de todos os tipos de marisco. (Entrevistado 4)

Hoje ele sente falta do seu pai, que sofreu um derrame e não pode mais acompanhá-lo nas aventuras da pescaria, mas se lembra de muitas histórias. Isso o afastou também do mar, pois hoje se dedica a uma oficina de bicicletas e, no fim de semana, quando há encomendas, sai para pescar. Fala com brilho nos olhos sobre a riqueza daquela região.

Que a gente botou a rede, e ele disse olhe só o que vai acontecer naquela rede. Aí foi o que eu vi, o que ele [seu pai] me disse. Eu vi tanto peixe, que eu nunca vi em minha vida, a primeira vez, eu vi tanto peixe vivo, na rede, embaraçado, malhado na rede. E através disso eu gostei de pescar, eu gostei de ver o que ele fazia. (Entrevistado 4)

Para os mais jovens, seus pais ou aqueles que os iniciaram nos fundamentos desta relação com o mar, seus princípios e valores, através da pescaria e da mariscagem, são seus verdadeiros heróis. Vejamos alguns depoimentos.

Meu pai, meu pai era o melhor pescador daqui do Cação, porque ele vinha de Calão, mais uma turma, ele vinha acompanhando aos outros pescadores. E ele...como eu fiquei sabendo, eu nem existia ainda, ele era o melhor pescador, quando ele arrastava a rede pegava todos os tipos de peixe. Minha mãe! Minha mãe, ela, pra mim é a melhor pescadora daqui de Madre de Deus, pra mim, até de outros países, de outros locais.

Porque eu nunca vi uma mulher mergulhar como minha mãe, nunca vi uma mulher pegar a quantidade que minha mãe pega, nunca vi uma mulher que cata uma quantidade como minha mãe cata, de marisco, de siri, de befu, de ostra, tudo isso aí. Minha mãe, ela mergulha, faz coisas que mulher não faz, mergulha no alto-mar, pega samba, pega peguari, pega tapu de mergulho. Nunca vi uma mulher mergulhar na minha vida, só minha mãe. Nunca. (Entrevistado 4)

Entendemos, nesse contexto, que as mulheres também possuem um papel significativo na construção dos valores familiares, no processo formativo e na geração de renda, papel este que é valorizado pelos filhos e pela comunidade.

Na maioria das famílias entrevistadas, a mulher marisqueira e pescadora tem um papel de destaque. Na família da Entrevistada 5 (presidente da associação), já havia o exercício da mulher, enquanto líder, através da associação, contudo, isso se fortaleceu, com a doença do seu esposo, já que ele sofreu derrame e não tem mais condições de pescar. Nesse contexto, as decisões da família ficaram a cargo dela.

A família da Entrevistada 1, por sua vez, também é liderada pelas mulheres, pois a entrevistada, já com seus 77 anos, ficou viúva há alguns anos e criou quatro dos seus 10 filhos, sem o marido, mantendo-os com a renda adquirida na mariscagem. Vejamos seu depoimento.

Ele trabalhava de barbeiro [seu esposo], abriu uma barbearia, depois trabalhou no sindicato, no sindicato, ele teve um derrame, aí faleceu, no primeiro derrame. Não me lembro quantos anos tem. Ainda criei quatro filhos sem pai, quando ele morreu, eram pequenos. Deixou quatro pequenos, foi. O resto tudo grande. Não casei mais, pra quê? Pra voltar a lavar roupa, não quis casar mais não, e meus filhos já tá tudo homem. Criei 10 filhos na mariscagem. (Entrevistada 1)

O que foi possível observar é que para os homens ainda estão reservados os trabalhos mais pesados, mas algumas mulheres já conseguem realizar as mais diversas atividades, dividindo as responsabilidades da família, seu sustento e participando ativamente da formação educativa dos filhos, tendo, assim, uma voz ativa e respeitada por todos da família e da comunidade.

A jovem entrevistada 9 aprendeu desde cedo as características de liderança, já que sua mãe, além de marisqueira, possui um bar e restaurante (em que ela ajuda) e seu pai também participa das atividades, além de ser pescador e artesão. Sua avó, marisqueira também e muito religiosa, foi uma referência em sua vida, falecendo no ano passado (em dezembro de 2015), e abalando toda a sua família. A entrevistada prometeu que manterá a tradição religiosa de sua avó e se orgulha de ser mulher marisqueira e pescadora, como as mulheres de sua casa. Garante

ser melhor que muito homem, na pescaria, e nos ensina o processo de medidas aprendidos na trajetória de pescaria. Vejamos seu depoimento, a seguir:

Boto rede de arrasto, com meus primos. Eu sei arrastar a rede. E arrasto melhor do que muitos homens, não me troco, pescaria nenhuma pros homens, homem nenhum. Aí arrasto rede, faço chumbo de pé ou cortiça. Eu pesco, eu boto rede, eu arrasto camarão, pesco camarão, pesco samba, siri, befu, ostra de mangue, é o que mais, na coroa, ostra também de pedra, boto rede com os meninos, a gente pega tainha, vermelhinho, que a rede é malha 20, aícoro, a gente pesca de tudo. Aícoro é um peixe. A gente pesca, eu pesco também peguari, mas não mergulho muito fundo, porque, como os meninos mergulham duas três braças, eu não mergulho. Mergulho da altura de me cobrir pra baixo. Braças: é que os pescadores medem assim, braça, aí dá não sei quantos metros, aí fica muito fundo, aí eu não desço. Aí eu só desço nos lugares rasos, que vamos dizer assim. Dá pra pegar no raso! Em Itapitanga, você pega peguari com a água que não chega nem no joelho, que é muito raso. Quando a maré é grande também, que seca tudo, que seca a coroa. (Entrevistada 9)

O Entrevistado 7 aprendeu com seus pais muito mais do que só a profissão de pescador.

Minha vida aqui em Madre de Deus na pescaria é, assim, graças a Deus, nunca precisei pegar o que é dos outros, sempre trabalhei de forma honesta, isso tudo também eu devo a meu pai, que não era só pescador, mas sabia fazer várias coisas, era pedreiro, tudo, eu aprendi muitas coisas com ele, olhando, eu aprendi muita coisa além da pesca, hoje mesmo minha casa quem está fazendo sou eu, a casa antiga fui eu quem fiz, eu mesmo faço, a embarcação eu mesmo reformo, eu conserto, o artesanato, por aí você tira, a canoa de resina de fibra mesmo eu faço. Meu pai mesmo via canoa de madeira abandonada toda arreventada, ele vinha rebocando no braço, nadava com um braço e puxava com o outro, aí ele me chamava, eu pequeno vinha e ajudava ele, quando pensa que não, a canoa estava reformada e a gente já estava pescando nela. Uma vez achamos uma catraia, uma embarcação pequena, enterrada, ele nos chamou e cavamos e a desenterramos, trouxemos e reformamos, quando pensa que não, o dono apareceu, nós devolvemos e o dono pagou pela nossa mão de obra. Minha mãe ficava atenta, regulava a gente, quando a gente aparecia com brinquedo, mas era brinquedo que a gente achava, brinquedo velho, mesmo, assim, ela mandava a gente devolver, e brinquedo novo era caro, e a gente não tinha condição, aí a gente inventava nosso próprio brinquedo, com madeira e rolimã. (Entrevistado 7)

Mesmo numa época de fartura, os pais guiavam e orientavam seus filhos a se contentarem com o que possuíam e o que conquistavam pelo trabalho, não desejando o que era dos outros (valores éticos).

Na época do meu pai, ele pescava peixe grande, naquela época, dava mais peixe, tinha fartura. Meu pai me disse que era pra eu ficar na minha mariscada, que eu trabalhasse, e hoje eu não quero que os meus filhos passem pela dificuldade que eu passei, quero que eles estudem, meu pai ensinava, também, que a gente não devia desejar o que era dos outros, que a gente devia ter o que era nosso, naquela época, pra você ter uma ideia, quando a gente ia pescar e passava por uma árvore com fruta e tinha uma cerca, a gente não entrava pra pegar a fruta, seja caju, seja o que fosse, uma vez ou outra,

quando tinha alguém trabalhando dentro da cerca, aí a gente pedia, ei, me dá uma fruta dessa, aí a pessoa autorizava a gente a entrar e pegar a fruta, mas quando o dono não estava, a gente nem olhava, essa foi a educação que meu pai passou pra gente, uma vez mesmo até uma coisa interessante, tinha um coco no chão, aí meu irmão fez menção de pegar, ele gritou logo, vai fazer o que aí? Ah, meu pai, é um coco, ele perguntou; é seu, você tem roça, eu tenho roça? Então, pronto, é dos outros, deixe aí! Quando você vê o dono, aí você pergunta se pode pegar. Foi sempre essa educação que a gente teve, a gente nunca precisou pegar nada de ninguém, tudo que a gente tem, graças a Deus, é do nosso suor, a gente sabe pra onde a gente vai, pra ter o que a gente quer é difícil, é, mais a gente é, a recompensa é muito grande, porque a gente vai valorizar o que a gente tem. (Entrevistado 7)

A relação com a natureza também era comum para eles, desde muito novos, tinham liberdade de ir e vir, já que somente uma rua os separava do mangue e do mar. Ali iniciava uma formação sobre as diversas espécies de frutos do mar, observando, classificando, aprendendo com outras crianças e com os adultos mais experientes. Como menciona o Entrevistado 7, pescador desde os 9 anos de idade:

Eu comecei a pescar aqui, na verdade, eu comecei com a lambreta, eu via os meninos pegando lambreta, aí eu pegava a colher de sopa e saía cavando, por aqui mesmo, nós morávamos numa casinha que tinha aqui, de supapo, na época, aqui, na beira do mar, aí eu comecei a tirar lambreta na colher, aí eu saía com a colherzinha de sopa, aí tirava lambreta e mapé juntos, mapé é uma espécie de sururu, só que é diferente, sururu é cumprido e afina no bico, e o mapé é todo cumprido, ele é típico pra fazer moqueca e caldo mole, lambreta é bem fácil de vender, porque é o bem típico da Bahia, que o tira-gosto da lambreta, nós vendemos na barraca, tiro a lambreta e levo pra barraca. [...] depois, eu ficava indo com meu pai, que ele saía cinco horas da manhã pra pescar de linha, aí, quando ele retornava, retornava lá pras umas onze horas e vinha com o pescado, eu ficava só olhando. Depois, com meus onze anos, eu e meu irmão ia pras ilhas tirar lambreta, a gente tirava bastante lambreta, ia eu e meu irmão Cláudio, que é o meu irmão mais velho, aí nós ia, saía daqui umas cinco da manhã e ia pra Bom Jesus, nós não tinha embarcação, a gente pegava uma lancha, atravessava e pegava lambreta, entrava no mangue, cavava e pegava lambreta, trazia e meu irmão ia vender, isso era direto, depois, com onze anos, eu também ia pescar de linha, aí a gente só nessa vida aqui mesmo, descia nessa ponte, aqui mesmo, a ponte de Cação, a gente não andava muito, chegava aqui em frente enchia dois baldes de lambreta. (Entrevistado 7)

O gosto pela pescaria é confirmado pelo entrevistado 8,

Eu sempre gostei mais do mar, eu fugia de casa pra ir pro mar, pra tomar banho, aí a mãe me batia, coisa assim, que eu não tenho nem como explicar, foi uma coisa que veio do nada e virou um tudo na minha vida, começou por uma simples brincadeira, dia em que meu padrinho me levou, eu tinha 7 anos, aí, de lá pra cá, tomei gosto, não quis mais parar. Não tenho chefe, meu chefe é Deus, elas têm, eu não. Se eu quiser trabalhar hoje, eu trabalho, se eu não quiser, eu não trabalho, graças a Deus, tenho minha embarcação, na hora que eu quiser ir eu vou, no dia que eu quiser, eu vou, ou não vou, o ruim do pescador é isso, pescar e não ter o que é seu, não ter uma canoa, não ter uma rede, fica submisso aos outros. (Entrevistado 8)

A Entrevistada 9 enfatiza o significado do mar, para ela.

É o meu sustento, é bom, gosto muito de tá lá, sempre que eu posso eu estou no mar, só não sou fã de praia, o mar pra mim é só pra pescar, mais é um lazer, uma diversão, um meio de sobrevivência, é tudo, geralmente dá tempo de pensar na vida, de meditar, dá pra ficar mais calma, porque, as vezes, a gente se estressa, é uma forma de relaxar. (Entrevistada 9)

De barco ou a pé, acompanhavam seus pais e irmãos, mariscavam ali mesmo, perto de casa, passeavam pelas ilhas e iam para o mangue, essa era a rotina das crianças. A natureza torna-se um livro aberto e, à medida que vão crescendo, acumulam vários saberes sobre os instrumentos específicos de cada tipo de pescaria, os tipos de isca, sobre os ciclos da natureza (ciclo das chuvas, das marés e dos ventos, condicionados pelas mudanças da lua), sobre a biologia dos animais (onde se pode achá-los, a época de maior produção, quando não se deve pescá-los...) etc. Suas noções de tempo e medida são indicadas pela maré e pelas braças com que avaliam a profundidade que alcançam, ao mergulhar. Assim é mencionado pelo entrevistado 8:

Sempre pesquei, a primeira vez que eu fui pescar, eu tinha sete anos, com meu padrinho, mas eu fui mesmo por esporte, comecei pra saber como era, lá mesmo, daí então, desses 7 anos pra cá tomei gosto, não quis parar mais. A gente pesca de rede, rede de setenta, rede de oitenta, é rede pra robalo, xaréu, só pra peixe mesmo grande, e tem grozeira também, quando tá ruim de rede, a gente coloca grozeira, grozeira é uma extensão de linha com um monte de anzóis, aí, nos anzóis, você vai botano isca de peixes menores, de peixe chamativo, lá a gente bota changô, que brilha demais, e a gente pega tudo o que é tipo de peixe, bota no alto mar, vai pros lugares mais profundos, tem lugar que dá cinquenta, sessenta braças de profundidade, a gente bota onde tiver peixe. (Entrevistado 8)

Esse conhecimento é observado também no relato do Entrevistado 4:

Usamos para pescar: rede, linhas, óculos, pé de pato, rede de abalo, muzua, cruzeira, arraiera. Em cada um metro da cruzeira, tem um anzol, que é uma linha imensa, vai daqui até lá na ponte, e, cada um metro dessa linha, tem um anzol. Serve pra pegar peixes grandes. Arraiera é pra pegar arraia. Pra mariscar, a gente precisa de sapatos, precisa de uma luva, de um boné. Pega befú. Espátula, pra tirar befú, o balde, precisa de um facão pra poder tirar ostra, precisa de uma faca pra poder tirar a ostra. Meu irmão, que acostumou assim [usa martelo e inchada de pedreiro], e eu achei um negócio certo pra tirar ostra, um facão e um inchada pra tirar. Dá menos trabalho, é bem melhor, mais rápido.

O tempo pra pescar mais é maré grande. Maré grande é assim, épocas de lua nova, que começa, pra pescar, pra mariscar. Toda vez que tem lua nova a gente pesca, à noite, o dia, maré grande. Quem me ensinou foi os melhores pescadores, meu pai, minha mãe, seu Ué. Seu Ué é um senhor de idade, agora, que ele só vivia disso, de

pescaria, a gente reunia, quer dizer, ele reunia a turma pra poder pescar, ele via que a lua era boa e ia pescar com a lua nova, maré grande. (Entrevistado 4)

A entrevistada 9, em seu relato sobre a pescaria em Itapitanga/BA, nos ensinava a observar a maré, a entender o seu relógio, que guia a maioria dos pescadores e marisqueiras da região:

Aí a gente pesca, de tudo, de tudo um pouquinho. Eu não pesco só uma coisa. Usamos faca, balde, corupixer, gereré, bicheiro, pra pegar caramuru na rocha, óculos de mergulho. Quando a gente foi lá [Itapitanga], a gente só mariscou, a gente pegou befu. A gente só pegou aquilo. Porque a gente não foi pra coroa, não foi a outros lugar, a gente só foi pra aquilo ali. Porque também, acho que também foi época de maré morta, a maré não tava grande, aí não tinha como ir. Porque as coroas no meio do mar, não tava secando. A maré morta é a maré que não é grande, que não seca muito, na mesma hora que seca, daqui a pouco, vira de enchente. É! E maré grande não. A maré grande, ela seca tudo, seca esse rio assim, aí só fica uma linhazinha assim, aí você pesca tudo, aí demora mais de encher. Esse é o horário da maré. A maré tardera, é o horário que ela baixa e que ela sobe. As vezes que ela está, hoje mesmo ela está tardera, tá de meio dia pra tarde. Tá de duas horas, duas e mais, que a passagem corta. É o horário dela, o horário que ela seca e que ela enche. Aí, ela seca, vamos dizer, assim, ela seca toda onde e meia, aí quando ela vai encher, pra você passar ali com a canoa, já é duas horas. Aí é tarde. É porque é de meio dia pra tarde. E maré cedera é tudo de manhã. (Entrevistada 9)

Este conhecimento também é partilhado pela marisqueira e pescadora, entrevistada 5, cujo relato expressa o calendário da pescaria, mês a mês, sinalizando os melhores períodos para mariscar e pescar.

No inverno, ou quando a maré está tardera, isso pra mariscar, mais peixe, não importa a hora, nem o mês, nem o clima, peixe até de noite você vai e pega, agora, no inverno, não é bom nem pra pescar nem pra vender, não é tanto pela chuva, mais o vento, e também nos meses da desova, começa em janeiro, fevereiro e março, agora maio, junho e julho, que é no defeso, aí você vai pegar o dinheiro, tirando o robalo, camarão, lagosta e o caranguejo, você pode pescar tudo, aí vem os meses de agosto, setembro e outubro, que é o defeso também do camarão, aí, em novembro, dezembro e janeiro, você pode pescar de tudo à vontade.

Tirando isso, é ruim também mariscar quando a maré está em lançamento, lançamento é quando a maré está enchendo, lançando, crescendo, e, quando ela está tardera, é quando a maré quebra, é assim, são três dias que a maré fica boa, pra panhar marisco na coroa, que é a cedera, quando a maré lança aí vem mais três dias, e, nos outros quatro dias, ela começa a ficar tardera, aí a gente vai pro mangue. Aí você vai dez horas pro mangue e volta lá pra meio dia, uma hora da tarde, a gente que mora perto da maré é bom que a gente tem a noção. Se o pescador for pescar com balaio, a maré cheia é ótimo, o pescador faz o cerco e bate o remo na água e o peixe fica doido e se engancha na rede, mas se for pesca com tapastero, que é com as varas, tem que ser no seco, a gente enfia as varas na lama e coloca a rede, aí, quando a maré enche, põe a rede e desce dois pescadores e coloca as pedras pra prender a rede, pra rede não ficar voando. (Entrevistada 5)

Muitos dos entrevistados frequentaram pouco a escola, em função da necessidade de ajudar a família, aspecto observado no depoimento do entrevistado 7, reconhecido como um grande pescador, pela família, hoje com 40 anos.

Não, eu não fui nem na segunda série, quer dizer estudei, mas chegava de mariscar cansado e não tinha aquela disposição pra estudar, ir pra escola, naquele tempo, era difícil pra conciliar os dois, não tinha uma alimentação, se você for perguntar a todos os pescadores, eles vão dizer a mesma coisa, a gente não tinha uma alimentação boa pra ter energia, a gente fazia aquela farinha de guerra, e dependia de ir mariscar, pescar, pra depois vender e, com a venda, meu pai saía e comprava o alimento, aí, depois de um bom tempo, é que a gente ia comer alguma coisa, naquela época, eu e meu irmão era o braço direito da casa, que a gente saía pra mariscar, ajudei a criar meus irmãos, que hoje são nove irmãos, quer dizer, dez comigo. (Entrevistado 7)

O entrevistado 4, mesmo aos seus 26 anos, não aprofundou seus estudos, hoje, arrependido, promete voltar aos estudos.

Estudei até a 5ª série. Não. Não me interessei a estudar não, gostava mais de fazer assim, de trabalhar, eu prestava mais assim interesse em trabalho de que estudo. Mas agora eu tô vendo que era totalmente diferente, primeiro era estudo, pra depois ter o trabalho. (Entrevistado 4)

A entrevistada 9, que tem 23 anos, é um dos poucos entrevistados que completou o ensino médio. Ao longo da entrevista, mencionou que fez alguns cursos, mas diante das dificuldades sentidas dia a dia na coleta de mariscos e na pescaria, menciona que muitos pescadores têm buscado outras atividades para sobreviver; ela sonha em entrar na faculdade, contudo, em sua região, não tem faculdade perto e gratuita, e não pretende sair da região, por causa de sua família.

Mas tem uma hora que você diz, agora eu quero fazer outra coisa. Essa hora foi no ano passado. Não é que eu quero fazer outra coisa, eu quero crescer, melhorar. Tá ficando difícil, só de pesca. Aí, então, estou estudando, estudei, ano passado, vou estudar esse ano de novo. Eu fiz pré Enem, pré-vestibular. Eu quero fazer esse ano, de novo, quando abrir as inscrições. Terminei o ensino médio, em 2009, eu ia fazer 17 anos. De lá pra cá, só fiz pré-vestibular. Fiz cursos técnicos. Fiz de auxiliar de cozinha, pelo SENAC, fiz um pelo Governo do Estado, de operador de caixa, fiz auxiliar administrativo, pela associação, pela APEMAC. E dois foi pelo SINE, coisa do governo, para jovens. Antes, o pessoal tirava mais, pescava mais marisco, tinha mais quantidade, tirava mais em verba. Hoje, a quantidade é pouca, leva mais tempo, pra você conseguir um quilo de siri, você consegue dois, dependendo da maré, até três dias. Quando a maré tá boa, você pega um quilo por dia. Porque não tá dando. Aí fica mais difícil por isso. Tirando isso, o bom de Madre de Deus é isso, por mais difícil que esteja, a gente tem o mar e com isso a gente não passa fome, já no interior o povo fala que é mais difícil, porque pra plantar depende da chuva, e aqui, no mar, não tem isso, o bom, o ruim, a gente sempre consegue o que comer. Agora, todo pescador, aqui, tem outra atividade, geralmente procura a área industrial, e quando ficam

desempregados, voltam pro mar. Além disso, não faço mais nada, a não ser ajudar minha mãe, aqui, no barzinho dela, fiz um curso de cozinha lá no centro, o curso durou seis meses, foi muito bom, aprendi muita coisa. Sonho, esse ano, fazer pré-vestibular na área de culinária, meu sonho era ser veterinária, mas como eu tenho pena dos bichinhos pra dar uma injeção, eu desisti, eu sempre gostei de animais, sempre gostei de cachorro, mas agora meus dois últimos cachorrinhos morreram, aí eu desisti de ter bicho, porque é um sofrimento. Nunca na minha vida sairei de Madre de Deus, aqui é muito bom, é tranquilo e com toda a violência nos outros lugares, aqui é tranquilo, eu mesmo já deixei duas oportunidades passar, por causa da minha mãe, minha família também é daqui. (Entrevistada 9)

O Entrevistado 3, com 25 anos, também concluiu o Ensino Médio, mas não tem a pescaria como profissão, tem feito diversos cursos, para inserir-se no mercado de trabalho e pensa em sair da região, para tentar um emprego em outro lugar.

Tô com 25. Faço bico, ajudante de pedreiro e outras coisas, pesca, vez ou outra, na hora que a maré tá boa. Porque você vai um dia, pega um tanto, vai outro dia, pega um tanto. Antigamente, como elas diziam que, em um dia, se pegava dois três quilos de marisco, hoje não. Tem que ir uma semana, só pra você pegar um quilo de marisco. Vou mais por diversão. Não pesco de barco não [Entrevistada 2 (mãe): mas você não vai mais Tom]. Exemplo assim, uma pessoa chama [Entrevistada 2 (mãe): mas você vai] pela vontade de pescar não, só quando uma pessoa chama, aí eu vou. Não tenho nada pra fazer, aí eu vou. Só assim pra eu ir, pra eu ir mariscar é difícil assim. O que eu queria ver é um emprego fixo aí, numa empresa, que tá difícil. Já me formei já, [no Ensino Médio]. Mas a faculdade... Como é que faz? Aqui não tem como não. Aqui tem um bocado de empresas, agora tudo encostado pela Petrobras. Aí pega não sei quantos de fora e bota não sei quantos de Madre de Deus, aí fica difícil. (Entrevistado 3)

Além disso, o entrevistado 3, mesmo com os diversos cursos que fez, tem dificuldade de conseguir um emprego na região,

Fiz curso de montador de andaime, e, hoje, comecei segunda-feira, esse já é o segundo curso de lixador, mas não adianta, você faz curso, faz curso. Eu tô fazendo em Candeias, é pago. Mainha quem paga. Guardo de bico, e faço. Vou ajuntando, ajuntando, foi R\$ 200,00. Fiz um curso pelo Pronatec,²⁶ foi montador de ferragem, armador de ferragem e você vê que eu achei emprego nessa área, mas só porque eu não tinha na carteira, perdi o emprego. Tava com 22 anos, perdi porque eu não tinha na carteira. Você pode fazer cursos e mais cursos aqui em Madre de Deus, você não acha emprego, só acha quem tem na carteira, mas se a gente tá fazendo curso? É justamente que a pessoa quer aprender e chegar lá, nada, por seis mês, pode ficar você naquela função e assinar sua carteira. Quem trabalha na Prefeitura que sabe, aí vai pegando seus filhos, seus parentes, aí vai botando. Quando você vai lá saber já não tem mais vagas. E, se for depender de marisco, tá acabado o povo, morre de fome, porque é difícil, você vai procurar emprego e não acha, pra achar emprego tem que sair daqui. Rapaz! Se dependesse de mim, eu queria ficar aqui, mas se não achar? Tem que ir. Fora, vai pra Rio, Curitiba. Consegui um pra Curitiba, mas não deu certo. (Entrevistado 3)

²⁶ PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.

Segundo a entrevistada 2, alguns dos seus amigos já estão saindo para aventurar um emprego em outras cidades do país. E em breve, seu filho também irá.

Tem um agora deles que vai pro Rio, o colega dele comprou as duas passagens dele pra lá. Vai sem emprego. Vai ficar com o filho dessa moça, daqui de junto, vai aventurar. Porque diz que lá, se você chegou, se inscreve no local num negócio de trabalho e no outro dia você já tá com trabalho. Aí ele vai pra lá, pra ver. Vai no dia 17, agora, de dezembro. Meu filho. É o depois de Mamau. O mais velho...

Sem alternativas, alguns se veem obrigados a deixar a sua família, para conquistar seus sonhos. Outros, por sua vez, têm o compromisso de gratidão com seus pais e não saem da cidade, por causa da família, como mencionado pelo entrevistado 4, que citamos no início deste capítulo.

Eu tinha o que, eu tinha 19 anos, aí através das embarcações de meu pai, de minha mãe, que eu via meu pai naquele esforço, via meu pai cansado, eu sempre queria ajudar meu pai, eu sempre queria que meu pai economizasse a força dele, porque, hoje em dia, eu vejo a situação que meu pai está. Ele deu AVC três vezes, ele almoçando, por isso que eu digo, eu não posso sair daqui. Eu posso, sim, sair, quando meus outros irmãos tiverem dentro de casa, pra eu poder pescar, pra eu poder trabalhar. Porque meu pai, um dia, ele passou mal, eu tava almoçando, quando ele botou cinco colher de almoço na boca, ele passou mal, o prato dele caiu no chão, ele começou a se tremer, começou a se balançar, aí, meu, desesperei. Eu, a gente brigando com a ambulância, ligando, tentando vê a melhor opção de levar ele pra o hospital. Mas a gente conseguiu, levou. Chegou, ele tomou soro, os médicos viu os exames dele, fez o exame dele, viu o que estava se passando, ficou lá no soro. Beleza, ficou melhor, aí, quando ele veio embora, aí ele deu o AVC, de novo, que aí ninguém viu, entortou a boca, a boca dele ficou torta e não estava falando direito. Aí, levou ele pro posto, de novo, ficou no soro, fez um exame, ficou usando os remédios, voltou de novo, aí ele deu um AVC, de novo, e ninguém viu. Aí ele perdeu a voz dele, não fala direito, ele só fala direito, um pouco, quando eu aperto a mente dele, quando eu falo com ele alto: – Hein você falou o quê, fale, pode dizer o que você disse. Aí ,pronto! Ele não pode mais pescar comigo, eu sinto falta dele nas minhas pescarias. É isso. Acabou os meus sonhos, de sair com meu pai, pra pescar, de eu voltar da pescaria, de eu ver meu pai andando, de eu ver meu pai saindo pras embarcações, aí fica chato pra mim. (Entrevistado 4)

A Entrevistada 5 observou:

A verdade é que a cidade de Madre de Deus não dá nenhuma oportunidade pra os filhos daqui, já os de fora chegam aqui e mandam em tudo, têm direito a tudo, e por causa disso há muitos filhos daqui indo pra fora, tentar a vida em outro lugar. (Entrevistada 5)

Assim, o entrevistado 4 montou sua oficina de bicicletas dentro da casa dos pais, uma forma de ficar próximo deles, ajuda sua mãe com as atividades da associação e tem muitos sonhos. Para ele, pescar é um prazer, sabe que o trabalho de pescador é difícil, que exige disciplina e conhecimento sobre os mais diversos instrumentos e ações de pescaria. Esse aspecto

foi registrado, quando fala de sua rotina, explicando a sua rotina e o significado dos termos mencionados, para a pesquisadora.

Acordamos cedo, quatro horas da manhã, a gente chegava lá, na ilha, no mar, daqui mesmo, na enseada. A gente chegava lá, pescava, botava a rede, botava a camboa, botava tapastero. Tapastero é a gente estica a rede e é cheio de pau enfiado, e a gente bota a rede, a ponta da malha em cima do ganchinho que tem, para os peixes não pular e não ir embora, quando ele pular, ele fica preso na rede. Aí o tapastero é assim, quando a gente bota o tapastero, não precisa abalar, a gente bota tapastero, como se fosse um local pra volta, não ter outra saída, só ter única saída na onde a gente botou a rede. Aí, pronto! Abalar é quando a gente bota a rede de canoa, aí pega um pau e vai batendo na água, pros peixes ficar assustado e se embarçar na rede. Eu gosto de arrastar a rede, eu gosto de armar camboa, eu gosto de mergulhar, eu gosto de pegar tapu, quando a maré tá vazia, em terra fixa, aí eu gosto de arrastar rede. (Entrevistado 4)

A mesma rotina também evidenciada pela entrevistada 9:

O meu dia é tranquilo, acordo, limpo a casa, faço o que tiver de fazer e saio pra pescar, geralmente acordo oito horas, e, se eu for pescar, acordo um pouquinho mais cedo, e chego aqui umas dez horas, e depois cozinho e cato, às vezes vende, às vezes guarda e a gente come, e, depois, a gente toma um banho e, como pescar cansa, o corpo só pede cama, vou dormir umas dez da noite, as vezes a gente fica aí fora conversando, acertando a pescaria do dia seguinte. (Entrevistada 9)

E reforçada pela entrevistada 5:

É que a gente acordava cinco da manhã, aí ela me chamava pra ir pra o calão, pegar pegar peixe, calão é um grupo de muitos homens de seis a dez, pra puxar rede, aí ela me chamava umas quatro da manhã, aí a gente ia catar os peixes, na beira da maré, aí a gente levava umas vasilhas, umas panelas, aí a gente catava e trazia, na cabeça, as panelas cheias de peixe. (Entrevistada 5)

Normalmente, ao chegar da pescaria e da mariscagem, eles já preparam os produtos para vender. Descarregam a embarcação, cozem ali fora mesmo, num fogo improvisado a lenha e já catam todos os mariscos, muitas vezes sem hora para almoçar. Um dos questionamentos que fizemos aos entrevistados foi sobre a prática de cozinhar à lenha, fora da casa, já que todos possuíam fogão, e eles nos responderam,

Cozinha e cata. Cozinha ali na lenha, aqui na frente, onde minha mãe tá, ali. Do lado de lá. Porque ali tem lenha, tem a trempe já. É o negocinho de ferro, que você bota a panela em cima. Fica a lenha, tudo ali. Porque do fumaceiro. Samba, é o tempo da água ferver, uns 10 minutinho, tá cozido. O aratu, morde né. Tem gás, marisco todo mundo só cozinha aqui, marisco na lenha, porque gasta muito gás. Gasta muito gás, então, gás tá caro. (Entrevistada 9)

O Entrevistado 4, também reclama dos preços do gás na região, enquanto menciona o que fazem quando chegam da pesca:

A gente tem que pegar do chão, pra poder pegar essa quantidade boa, e dessa quantidade boa, vindo pra casa, a gente tem que lavar pra tirar a areia, aí pronto. A gente traz o befu, arma o fogo. Em frente a porta da casa. Faz o fogo. Porque não tem local. Porque quando é em quantidade, não tem gás que aguente. É R\$ 50,00... é R\$ 55,00. Lá no Caípe é 45,00. Não. Ela compra aqui mesmo. É porque eu moro lá, eu acho fácil pra mim. E melhor também. É diferente de todos os lugares, tudo aqui é mais caro. (Entrevistado 4)

Informação validada pela entrevistada 9:

Aí se você pescar. Vamos dizer, maré boa, a gente pesca segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Aí, no sábado e domingo, a maré já quebrou, aí não dá mais. Aí, você vai cozinhar no gás, com menos de 10 dias, seu gás vai embora. No gás, demora mais pra cozinhar, pra ferver, tudo, não é tão rápido quanto na lenha, que é mais rápido e gasta menos. Aqui em Madre de Deus, o gás está R\$ 50,00. É! R\$ 50, 48. Isso que a gente acha impressionante, tudo gasoduto muito perto e é muito caro, gás aqui. Na ilha, em Bom Jesus, que é ilha, tem que o gás chegar na ponte, embarcar na embarcação, é mais barato do que aqui na cidade de Madre de Deus. Quando o gás aqui tava de R\$ 45,00, lá tava de R\$ 38,00, na ilha. Agora, como aumentou, eu não sei pra quanto foi. Mas era mais barato que aqui. Aqui é tanto gasoduto perto e é caro, tem lugar que é R\$ 48,00, 50,00, 47,00. Depende, se andar, mas como o gás só deixa pra ir embora, na hora que a panela tá no fogo, você pega no lugar mais próximo. É! Não vai melar a casa, sujar tudo de fumaça, mas a vantagem cozinhar lá fora, porque rapidinho cozinha, o fogo acendeu, num instante vai. (Entrevistada 9)

Além de pescar, marisqueiras e pescadores trabalham juntos na elaboração de novas técnicas de pescaria, no beneficiamento dos mariscos, dos frutos do mar e dos peixes, e também comercializam, aprendem, ao longo da vida, as primeiras noções de comércio, inseridas também na sua formação popular, sabendo distinguir e dar valor aos tipos de frutos do mar. Tudo feito ali na frente da casa, com seus familiares. Vejamos esta composição de imagens, a seguir (Figura 44), que além da diversidade de frutos do mar, mostra as atividades coletivas.

Figura 44 – Marisqueiras e pescadores catam e limpam os frutos do mar



Fotos: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Dos nove entrevistados, oito comercializam os produtos (saem para vender), possuem alguns freezers, para armazenar poucas quantidades. Eles mencionam que, no mesmo dia que pesca, alguns tipos de frutos do mar e peixe têm que ser vendidos de imediato. Percebemos isso na fala da maior parte dos entrevistados.

Um é meu tio, um é vizinho, eu não sei mais quem foi. Ontem só foi eles dois, hoje, não sei mais quem foi. Que quando a maré tá tardera, fica muito cansativo. Eles chegaram aqui o quê? Uma e meia mais ou menos, agora. Aí até acender o fogo, cozinhar, terminar de catar já é três horas, aí fica cansativo. Aí não come, só vai almoçar depois que catar, cozinhar, passa do horário de comer e tudo. E o povo ainda não dá valor, preço aqui o pessoal que vende peguari a R\$ 30,00 o quilo, povo não quer pagar. Só quer dá R\$ 20,00. Robalo hoje em dia tá de R\$ 20,00 o quilo, que é peixe de primeira, vermelho é R\$ 30,00, samba é R\$ 30,00, peguari é R\$ 35,00, siri é R\$ 30,00, befu é R\$ 25,00, ostra de mangue é R\$ 30,00, camarão é R\$ 15,00, e os maiores são R\$ 18,00, bagre que o povo pega muito, mais é um peixe de terceira e não tem muito valor, custa R\$ 5,00, R\$ 6,00 o quilo, dependendo do tamanho, a sardinha, aqui, o pessoal vende o balde, a R\$ 10,00, meio balde R\$ 5,00, tainha é R\$ 10,00, R\$ 12,00, dependendo do tamanho, aí, a gente sai à rua, vendendo na rua ou por encomenda, quando alguém, geralmente veranista, que vem de fora, ou dono de barraca de praia, fala antes com você, pedindo algum fruto do mar, estando fresco,

independente das encomendas, a gente vende rápido, e gelado é mais difícil, por isso que o povo, pega e despacha logo, e o que não consegue vender, guarda e depois come, geralmente, quanto o povo aqui guarda é por pouco tempo, dois ou três dias. (Entrevistada 9)

Cada um dá o seu preço, que não foge muito dos preços do mercado local, como mencionado pelo entrevistado 4:

Na casa de minha mãe tem dois freezers. Pra vender tem que ser um quilo do fruto do mar. Um quilo do samba é R\$ 40,00, o quilo do befu é R\$ 25,00, o quilo da arraia tava de R\$ 25,00, uma dúzia de lambreta tá de R\$ 5,00, o quilo de ostra tá de R\$ 30,00. Agora tá de R\$ 35,00. Camarão tá de R\$ 30,00 o quilo. A gente vende na porta. As pessoas vêm de fora, aí compram aqui e levam. A gente acha o preço justo, porque é. Porque o trabalho de pegar, o trabalho de trazer, o trabalho de escaldar, o trabalho de catar, o trabalho de pesar, e é isso, o trabalho de empacotar. (Entrevistado 4)

Poucos dos entrevistados preocupam-se com os atravessadores (sequer falaram sobre isso), só os mais experientes, pois não têm como vender em outras regiões, vendem ali mesmo o seu produto. Algumas das espécies já acompanharam os preços de alguns outros produtos, os pescadores ficam atentos para essas mudanças, como mencionado pelo entrevistado 7:

Eu mesmo, a lambreta estou pensando em vender lá em Salvador, porque aqui a gente vende a lambreta três dúzias por dez, em Salvador uma dúzia é nove, dez reais, eu não gosto de repassar pra alguém que vai revender lá, porque, senão, a gente não ganha nada, eles querem pagar dois, quatro reais, a dúzia, quer dizer, a gente passa o tempo todo abaixado, você é doido. A lambreta, mesmo, eu passei um tempo sem vender, na época, a gente vendia a lambreta baseada no preço da cerveja, a lambreta acompanhava o preço da cerveja, aí, quando eu voltei a vender, agora, tomei até um susto, uma cerveja custa cinco, seis reais, e a lambreta é três dúzias por dez, eu disse: o que é isso? Isso porque eles descobriram um lugar que tinha muita lambreta, eu chamei a rapaziada e disse, rapaz não é assim não, a lambreta tem que acompanhar o preço da cerveja, porque os barraqueiros colocam a dúzia da lambreta a quinze, dezesseis reais, e a lambreta é dez minutos que fica no fogo pra ela ser preparada, botou tempero verde, ferventou, ela abriu, tá pronta, eles não gastam quase nada, aí, eles pagam três dúzias por dez e cobram dezesseis por uma dúzia, aí fica bom em cima da gente, entendeu? (Entrevistado 7)

Os aspectos ambientais são sinalizados por todos os entrevistados, desde os problemas vivenciados com os derramamentos de óleo, quando alguns presenciaram os acidentes, até os problemas de saúde provocados pelo cheiro de gás que, volta e meia, surge na comunidade, o medo de uma explosão, como a que ocorreu recentemente em um dos tanques da Petrobras, e alguns moradores se refugiaram nas suas casas, outros fugiram para cidades vizinhas, por terra ou pelo mar, e outros tentaram seguir o plano de contingência da cidade, uma

falácia, mencionada pelos moradores, que não adiantou nada, pois não havia informação coerente dos serviços de comunicação e da defesa civil, de como poderiam se posicionar, houve uma confusão instalada na cidade. Alguns dessas experiências foram relatadas pelos entrevistados. Vejamos os depoimentos (Quadro 9):

Quadro 9 – Declarações sobre os problemas ambientais causados pelas empresas

Declarações sobre os problemas ambientais causados pelas empresas	
Vazamentos de óleo	<ul style="list-style-type: none"> Já tem tempo, tem uns quatro anos já. Tem uns quatro anos já. Que derramou petróleo, veio até cá, melou rede, melou tudo, dos pessoal aí. Acho que foi vazamento de um navio. [...] aí na frente do Centro de Integração Social, a gente ouviu dizer que tinha um poço de petróleo bem fundo, e falaram pra gente que o jegue do meu pai estava morrendo afogado dentro do poço de petróleo quente, aí a gente foi ligeiro chamar meu pai, aí ele veio com o cabresto, laçou o jegue e puxou, mas não adiantou mais nada, o pelo do jegue caía e ele morreu, esse poço é porque eles estavam construindo uns tanques e acabavam descartando óleo e aí eles fizeram um poço e descartava o óleo que eles não queriam ali e jogaram aquele óleo a céu aberto, aí o jegue acabou morrendo, depois disso, o meu pai veio a ficar doente e também veio a falecer, aí nossa vida acabou ficando mais difícil, aí acabava que eu e mainha passou a ajudar a criar meus irmãos, que ainda eram pequenos, aí eu ia pra maré mais mainha. Tem um derramamento de óleo, os pescadores ficam a ver navios, o que pescou não vende, ninguém compra o marisco, pra sustentar nossa família, temos que partir pra outra atividade, que a gente não entende direito, pra tentar dar o sustento da nossa família, aí o pescador fica nessa situação. Veio o rapaz da Petrobras, veio aqui, deu uma explicação, falou, aí filmou a gente pescando, o poço do siri que tava, o óleo passava assim. A gente menorzinha, a gente ia pescar todo dia mesmo, tava de férias, passava o dia todo pescando. Filmou a gente, aí mostrou o siri que tava vindo melado de óleo. O pessoal daqui – minha mãe, meu primo, meus tios foram fazer manifestação. Os maiores pescadores daqui, como um todo, foram fazer manifestação ali, debaixo da ponte, fechou a ponte, fechou a pista, aí o BA TV veio e filmou. O pessoal reivindicou.
Incêndios e Explosões (Medo, susto)	<ul style="list-style-type: none"> Eu tava trabalhando, aí do trabalho eu pensei em ir em casa. Aí eu fui pra casa, no Caípe. E de lá, do Caípe, eu vi aquele negócio, saindo uma fumaça preta, e um incêndio enorme. Aí eu olhei assim, oxente, fizeram, abriram um fogo ali, foi? Aí quando eu olho direito, é um incêndio, era um incêndio. Aí, vez de eu ficar com medo, de ir embora, não, eu vim pra casa, pra aqui, pra Madre de Deus, ver mais de perto, o que tava acontecendo. E muita gente pegando o barco, muita gente pegando carro e moto e caindo fora de dentro de Madre de Deus, achando que ia explodir. Mas muita gente foi prejudicada, a fumaça prejudicou muita gente, do susto, do incêndio, muita gente foi pro hospital, tomaram susto. Tem gente que morreu, por causa do incêndio, do susto. Foi visível o incêndio e o vazamento de gás, o cheiro era fortíssimo, foi bem ali, onde tem aqueles dois tanques, era visível o vazamento, as pessoas saíram pegaram apenas documento, quem tinha embarcação foi pro mar e saiu pela prainha, quem estava a pé corria pra longe o cheiro foi muito forte. Madre de Deus é uma bomba relógio, mas, agora, com essa tecnologia, eles trocam uma válvula, fecham outra, é mais seguro, mas minha vó já viu explosão, já viu gente morrer, os idosos são mais assustados com isso aqui. O que eles dizem é que aqui está tudo controlado e é mais difícil acontecer alguma catástrofe, pelo menos é o que eles dizem. Mas aconteceu alguma coisa, eu pego documento e dinheiro e fui. (relatos do incêndio em 2015)

Declarações sobre os problemas ambientais causados pelas empresas (continua...)	
Contaminação dos frutos do mar e do mangue	<ul style="list-style-type: none"> • Olhe, aqui nessa região que a gente tira a lambreta, é bem próximo à refinaria e quando eu cavo a lambreta, um pouco pra cima, é um fedor de gás e tá tudo contaminada, eu tiro umas duas pra levar pra casa, porque as graúdas, a gente leva pra vender, e as médias pra nosso consumo, aí, meu menino mais velho passou mal, meu pai, essa lambreta tá com gosto de óleo, aí a gente diz, tá ruim, não coma, mas ele já tinha consumido, ele passou mal, então o lugar que a gente mais pega lambreta é lá, então, eles deveriam pegar a lambreta, fazer um estudo, e quando a gente faz uma ação dessa, pra mostrar que o marisco está contaminado, que cai no ouvido de lá e descobre, o dinheiro fala mais alto, não é, aí eles chegam e tem julgamento, eles vão lá e abafam o caso. • Já! O mesmo que aconteceu aqui, afetou lá e bastante, foram toneladas e toneladas de peixe, de camarão, marisco, tudo contaminado lá de óleo, até gaivota, sabe o que é gaivota, não é? Essas avezinhas que comem peixe, até elas estavam aparecendo lá, cheias de óleo, a gente ficava com pena, que a gente não podia fazer nada. Afetou. Pode ser até que tenha sido afetado mais, porque aqui é também como se fosse berço, aqui até as lambretas daqui têm gosto de óleo, e lá não é assim não. Tô dizendo, afetou no dia que teve a tragédia aí, no derramamento, mas não anda afetando. • Desde que eu vim morar aqui, eu já tenho dezessete anos morando aqui, e esses caranguejos não sai desse tamanho. Porque ninguém sabe. Ali tem o esgoto, aquele esgoto ali mesmo, é da Petrobras, que vem e sai aqui, e por isso ninguém pesca aqui, porque disso, desse mangue aí, tem cisma. • Teve um dia que saiu foi óleo da boca de lobo. A presidente da associação mesmo já reclamou. Tem pouco tempo, tem uns dois meses, que saiu óleo preto, queimado, negócio de resido de sebo de vela, outro dia, a Maria pegou um pouquinho e mostrou aqui, ligou pra Transpetro. Aí, Maria disse, se eles não pagasse, o que fizeram, porque aí é o que, problema ambiental. Como é que a Petrobras pode deixar um negócio desse correr pra cá. Eles disse que não é eles não. • Ninguém deixou de pescar, agora foi muito peixe morto, você andava assim na praia de Madre de Deus, Caípe, você via um bocado de peixe morto, sambu, meio mundo de peixe, vermelho.
Extinção de espécies e mudança do clima	<ul style="list-style-type: none"> • Acho, antigamente mesmo, a gente via muita tartaruga, a gente tava no barco e via as tartarugas colocarem as cabeças pra fora, pra respirar, e hoje não vemos mais, antes, a gente mergulhava e via a água fria, hoje a gente se joga dentro da água e a água tá quente, e pra esfriar tem que nadar mais fundo, acho, sim, que o clima está diferente. • Ele gostava de pegar ostra de mangue, quando a gente veio logo pra aqui, ele pegava cada uma ostra de mangue. Agora, não tem mais não. • Esse mangue aqui não dá nada, olha o tamanho dos caranguejos, são pequenos. • Antes, o pessoal tirava mais, pescava mais marisco, tinha mais quantidade, tirava mais em verba. Hoje, a quantidade é pouca, leva mais tempo, pra você conseguir um quilo de siri, você consegue dois, dependendo da maré, até três dias. Quando a maré tá boa, você pega um quilo por dia. Porque não tá dando. Aí fica mais difícil por isso. O sambuiu, que é um tipo de peixe, tá mais difícil de achar.
Problemas de saúde local	<ul style="list-style-type: none"> • É mais problema respiratório, eu acredito que seja esses produtos aí, essas coisas, que muita gente em Madre de Deus tem sinusite, rinite, cansaço, muita gente, esse último fogo que pegou aqui, foi uma correria, a cidade ficou em pânico, foi uma correria, o lugar que eles indicaram era pra ir pra área de lazer, mas passa tubo ali, interditaram a ponte, só entrava, mais não saía.

Declarações sobre os problemas ambientais causados pelas empresas (continua...)	
Problemas com a violência	<ul style="list-style-type: none"> • Perdi um filho para as drogas, ele foi embora, meu sonho é reencontrar o meu filho vivo. • A gente dormia até na porta de casa, de janela aberta, amanhecia o dia, dormindo. Não acontecia nada. • Hoje, se a janela tiver encostada, quando chegar, não encontra mais nada dentro de casa. Parecendo urubu na carniça. • Não tinha a preocupação do dono vi tomar entendeu, e hoje tem! A gente tem medo até de ter uma coisinha a mais e ser roubada, né. A violência tá mesmo. • O negócio tá demais, com esses policiais assim. É certo eles abordarem, mas tem uns policiais que trabalha errado, já vem naquela ignorância, pegando, entortando e batendo, aí eu acho errado, mas tem que abordar, revistar, ver o que é que tem, trabalhando certo, tá bom, mas tem uns aí, meu irmão. Tem policial daqui, da terra e de fora. Os de fora é que quer botar terror. Quer pegar pai de família, quer pegar qualquer um, que está na rua, quer revistar, uns revista certo, outros vem naquele jeito agressivo, aí é que dá raiva, muito desses policial é isso. Sempre tem que ter um, no meio, que é tirado a valentão, e tem uns certo. • Tem uns que já vêm encosta aí vagabundo. Encosta aí...Quem é uma pessoa que quer ser abordada por uma pessoa assim. • Nas últimas festas daqui do Centro, teve até morte. Os jovens estão no mundo das drogas.

Fonte: Entrevistas efetuadas com pescadores e marisqueiras da comunidade de Cação – Bahia, no período de 20 de novembro de 2015 a 30 de janeiro de 2016.

Alguns dos problemas ambientais não são oriundos, tão somente, das empresas petrolíferas, existem desafios relacionados à cultura local, como o uso de bombas, denunciados pelas próprias marisqueiras e pescadores da comunidade, e a pesca predatória. Alguns mencionam como fazem para preservar e conservar a natureza.

Quadro 10 – Problemas ambientais denunciados pelos pescadores e ações socioambientais

Problemas ambientais causados pelos pescadores	
Uso de bombas e pesca predatória	<ul style="list-style-type: none"> • Eu não uso, Deus é mais, aquilo arrasa o meio ambiente, arruína os corais e acaba com os peixes, aqui, antigamente, causava até rachadura nas casas, aqui, infelizmente, tem gente que pesca assim, quando eles vê o cardume de tainha, eles criam olho, mas não pensam que aquela ganância vai devastar todos os peixes. Alguns alegam que pescam com bomba porque não sabem pescar da maneira tradicional, mas não é o certo, se eles tiverem uma força de vontade, mais a ganância não deixa, e quem sofre é o meio ambiente. • Lá não tem não, bomba é mais na encarnação, o povo da encarnação, a maioria lá pesca de bomba, Encarnação de Salinas, distrito de Salinas das Margaridas. Fica em frente a Itaparica. Já vi jogando bomba. • Não está achando mais muito porquê da pesca predatória, pescador vai, muitos pescador pesca tudo quanto é tamanho, não pensa no amanhã, só pensa naquela hora e muito derramamento, que tava tendo, teve há uns anos atrás. Tudo aí vai ficando difícil, o pessoal pesca também só naqueles lugar. Dizem que essas águas aqui de Madre de Deus é poluída.

Ações de cuidado e preservação ambiental (socioambientais)	(continua...)
Denúncia, as ações para proteção da natureza, os períodos de desova (defeso)	<ul style="list-style-type: none"> • Você sabe que toda denúncia hoje tem que ser feita de forma anônima, mais quando eu vejo algum conhecido eu falo, rapaz, você vai matar não só esses, mais muitos outros peixes e, no futuro, o que vai ser de seus filhos, no futuro, não vão achar os peixes, e muitos não estão nem aí, dizem que não sabem nem se vão ter filhos, é mole? • Lá não tem nenhum “bombeiro”, já cá, no Dendê, tem! É isso que eu tô dizendo! Lá tem muita canoa, muita rede, lá, se alguém jogar bombeiro lá, arrumar uma bomba, pode dizer que ele vai cavar a sepultura dele, ninguém deixa não. • [...] a gente que é pescador não gostamos de ver ninguém jogando uma lata de cerveja no mar, oxe o que, dá até briga, por causa disso, já vi várias vezes briga aqui por causa disso, porque é uma coisa que tem que cuidar, e não é uma coisa que a gente vê aqui. • No inverno, ou quando a maré está tardera, isso pra mariscar, mais peixe, não importa a hora, nem o mês, nem o clima, peixe até de noite você vai e pega, agora, no inverno, não é bom nem pra pescar nem pra vender, não é tanto pela chuva, mais o vento, e também nos meses da desova, começa em janeiro, fevereiro e março, agora maio, junho e julho, que é no defeso, aí você vai pegar o dinheiro, tirando o robalo, camarão, lagosta e o caranguejo, você pode pescar tudo, aí vem os meses de agosto, setembro e outubro, que é o defeso também do camarão, aí, em novembro, dezembro e janeiro, você pode pescar de tudo à vontade.

Fonte: Entrevistas efetuadas com pescadores e marisqueiras da comunidade de Cação – Bahia, no período de 20 de novembro de 2015 a 30 de janeiro de 2016.

Uma das formas que eles possuem para lutar pelos seus direitos é através das associações locais. Na comunidade de Cação, existem três associações, sendo que duas delas atuam juntas, como se fossem apenas uma. É visível o conflito político entre elas, pois esse foi um indicador para o apoio ou não ao desenvolvimento desta pesquisa, na associação escolhida. Outro aspecto relevante é como a comunidade identifica essas associações, pois eles não reconhecem as associações pelo nome da associação, em seu discurso, aparece somente o nome dos seus presidentes. E se reportam a ela, como se a associação pertencesse a esses presidentes. Toda articulação com advogados e a mediação com os órgãos públicos e privados é feita através das mesmas pessoas.

Vejamos alguns depoimentos (Quadro 11) que tratam da importância da associação para as marisqueiras e pescadores, seja no desenvolvimento da luta, na visão crítica, inclusive acerca da própria associação, ou quanto aos desafios com as empresas e com o poder público, na luta por seus direitos.

Quadro 11 – A associação na visão das marisqueiras e dos pescadores, sua visão sobre a Petrobras e seus desafios com o poder público

A importância da Associação nas mobilizações, para lutar pelas indenizações e para o desenvolvimento da visão crítica das marisqueiras e dos pescadores	
Mobilizações, projetos e recebimento ou não de indenizações das empresas e dos benefícios do Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Nesse dia, a gente deu uma caminhada pra fazer uma paralisação, saímos daqui até o segundo portão de Mataripe, andando, aí deu força, pra quem tinha a carteira, porque eu fui, minha irmã foi, todo mundo foi. • A questão, quem era com Maria mesmo, [vivia do mar], correu atrás do prejuízo. • É igual a Neidinha, eu chamo, venha, Neidinha, se legalizar, venha tirar a carteira para poder receber os benefícios, aí ela fica ah, ah, mas dona Maria, eu trabalhei de firma, eu digo, não tem nada a ver, já passou, já não deu baixa? Já, então! Aí, quando ela veio, conseguiu e já está recebendo, ela já está pagando o INSS e mais lá para a frente ela vai poder se aposentar, agora, se o pescador não quer, nem eu nem a associação pode fazer nada. • Inclusive, na associação, estamos fazendo um projeto pra isso, minha mãe tá lutando pra fazer a casa do pescador, tá em projeto pra fazer aí mesmo, na beira do porto, uma casa flutuante, é uma casa que ia ter uma loja de artesanato, pra gerar renda pra própria associação, ia ter também a sala de reunião, com os pescadores, e ia ter a peixaria, com os freezers e o escritório dela, ia ser um projeto muito bonito e ia chamar a atenção, e tudo feito por mim, pela inteligência que Deus me deu. • Eu fiz auxiliar administrativo, pela associação, pela APEMAC. • É importante porque, quando a gente briga por um benefício, fica mais fácil de conseguir, porque são um bocado de gente pra reunião, as coisas, aí, vêm. • Tem vários benefícios, no caso, se acontecer mesmo uma tragédia dessas, como aconteceu, se a pessoa não for associado, tá, corre o risco de até não receber nenhum benefício, pelo qual motivo, tem que estar associado. Se você tiver um acidente, pra você se aposentar, você tem que ter um representante acima de você, que no caso é a dona da associação, vamos dizer assim, é a presidente. No caso, Deus livre e guarde, se acontecer um acidente comigo, eu tô aí com minha tia, ela corre vai no INSS, faz isso, faz aquilo por mim, uma coisa que eu não posso fazer, que no caso, eu tô acidentado. Aí vai me encosta, faz alguma coisa desse tipo. Aí é a presidente que fica fazendo as coisas pelo sócio. • Agora, a maioria dos projetos feitos aqui é no defeso, que acontece duas vezes no ano, são dois salários mínimos e dois meses pra você não pescar camarão, se dá entrada em maio, junho, setembro e outubro, quatro meses no ano, ou duas vezes no ano, começo e no final do ano, a gente pesca outras coisas, só não pesca camarão, tudo tem um tamanho, a gente seleciona na hora, agora o governo só paga o defeso do camarão, do robalo e da lagosta, mas a gente só recebe o do camarão, pra receber tem que ter a carteira de pesca e estar contribuindo com o INSS, e tem que estar renovando sempre a carteira, geralmente em janeiro, agora, eu só vou renovar em janeiro do ano que vem, ou, depois da sua data de aniversário, você já pode renovar.

A importância da Associação nas mobilizações, para lutar pelas indenizações e para o desenvolvimento da visão crítica das marisqueiras e dos pescadores (continua...)

<p>Visão crítica sobre as associações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Às vezes, as associações se desentendem. Às vezes, mesmo Maria se desentende com Célia. Às vezes, mas depois ela tá aí, procurando saber das coisas. Maria não cobra, se a gente tiver e quiser dá pra ajudar, por exemplo, eu pego assim, esse mesmo que diz que vai sair agora, disse que é R\$ 47 mil. Se eu quiser pegar R\$ 1.000,00 e quiser ajudar ela, eu dou a ela, mas ela não pede dinheiro nenhum. Célia exige que a gente pegue e dê o dinheiro, Zé também quer que dê uma parte dele. Mas aqui não, ela não exige que ninguém dê nada, mas, agora, como vai ajudar a situação da gente também, a gente pode pegar R\$ 1.000,00 e ajudar ela. • Com certeza, não só a dela, mais fazia uma pesquisa pra ver se todas as pessoas que estivesse cadastrada naquela associação, porque não é a realidade de hoje, era realmente pescadores e marisqueiras, e comprovado visse uma forma de ajudar, porque nem todas as pessoas que está na associação, filiado na associação e tem a carteira, não é pescador, tem gente que não bota nem o pé na maré, estou dizendo que tem gente, na minha família, desse tipo, não estou falando por que ouvi falar, eu tenho, na minha família, desse tipo, e é isso. • Por outro lado, o pessoal reclama muito aqui, em Madre de Deus, porque as associações cobram taxa mensal, que dizem é para manutenção, pra isso, pra aquilo. Muitas associações, a gente não vê nada disso. Que é pra você tirar uma xerox na associação, tirar de graça e aqui você não vê nada disso. E as taxas são muito caras. • Lá tem a casa do pescador, mas só que lá é uma coisa totalmente diferente, porque lá, vamos supor, assim, teve acepção²⁷, uma coisa que é totalmente errada, que nem Deus faz acepção de pessoas, e lá já tem isso, na casa do pescador de lá. A presidente da associação de lá, ela escolheu alguns pescadores de lá, porque lá é uma comunidade pesqueira, praticamente lá todos vivem da pesca, ela escolheu alguns pra dar o box que vem com freezer, essas coisas. Ela fez acepção de pessoas ali, uma coisa também, que se tivesse como botar todo mundo, ia ser muita gente, ia ser praticamente o município todo, pois quase todo mundo lá, a ilha lá só é pesca mesmo, a maioria lá sobrevive da pesca. Não só de peixe, tem siri, lagosta, camarão, isso tudo. Todos os tipos de frutos o mar, lá tem. Tem peguari, tem lambreta, tem marisco.
---	---

²⁷ Acepção: Separação, escolha, abstração.

A importância da Associação nas mobilizações, para lutar pelas indenizações e para o desenvolvimento da visão crítica das marisqueiras e dos pescadores (continua...)

Visão crítica sobre a Petrobras, a favor dos pescadores

- Esse é o sofrimento de Madre de Deus, porque eu acho assim ó, a Petrobras ela é uma empresa muito rica, então, na base do meio ambiente, como ela diz, que é parceira do meio ambiente e da população, eu acho, assim, quando acontece um acidente, um vazamento de óleo, acho que imediatamente ela deveria vir logo com recurso para os pescadores, mas não acontece isso! Os pescadores têm, através da associação, têm que botar no ministério público, uma coisa que eles sabem que prejudicaram, a gente tem que tá com nossos mariscos perdido, porque quando acontece um derramamento de óleo, não vende nada, os pescadores ficam a ver navio, sem poder sustentar nossas famílias, ou come o marisco contaminado ou joga o marisco fora, então, eles, sabendo que prejudicou os pescadores, eles não estão nem aí, não se movem, não se comovem com a situação da população, imediatamente, o que acontece, eles deveriam mandar cestas básicas para as famílias dos pescadores, pra gente segurar a nossa família, que barriga vazia não espera, e, outra, ver os danos que eles provocaram e imediatamente entrar com providência de arcar com a gravidade da situação que eles causaram.
- Depois que já provocou todos os danos? Antigamente mesmo, tinha o programa do leite, onde a Petrobras dava leite pras famílias, eu acho que tinha que continuar, porque aqui a gente aspira muita poluição, de tempos em tempos, é um fedô de carniça, um mau cheiro dos produtos, que ela diz que não é dela, tem época que solta um mau cheiro de carniça que a gente não aguenta, na verdade, o que a gente estamos precisando, não só os pescadores de Madre de Deus e região, e que ela deveria fazer, era criar um posto de saúde, porque se ela tá lançando esses produtos e prejudicando a população, porque a gente já perdeu avó, já perdemos parentes com câncer, falta de respiração, tuberculose e aqui não tinha isso, dizem que Madre de Deus está contaminada por cem anos e eles não tomam providência nenhuma!
- Com certeza, ia custar o quê, pra Petrobras, se ele doasse aí, por baixo, cem freezers pros pescadores, fazer dez embarcações motorizadas, equipadas com rede, olhe o benefício que ela ia causar nas famílias, aí, ia beneficiar muitas famílias, se não pudesse ajudar de um jeito, ajudasse de outro, porque eles também estão se beneficiando de uma coisa que também é nossa, você sabe que o mar, Deus botou aí na terra e o mar é dos pescadores, se eles têm que tirar o sustento de cada dia do mar, [...] eles só estão visando o lado deles aí, querem se dar de bem, se beneficiando e o próximo que se exploda, não quer saber, não tem mais aquele amor.

A importância da Associação nas mobilizações, para lutar pelas indenizações e para o desenvolvimento da visão crítica das marisqueiras e dos pescadores (continua...)

<p>Desafios com o poder público para a emissão das carteiras para recebimento dos benefícios e das indenizações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O problema é esse, assim, não foi, assim, a população toda. Madre de Deus, 90% é pescador e 10% não é. Muitos não têm carteira, aí os benefícios só quem vem pra Madre de Deus, só recebe quem tem carteira e aqueles 10% não recebem porque não têm carteira. E sabendo que é pescador, não recebe. Os mais velhos que recebe. Recebeu que é de 2009 pra trás, que recebeu. • E tem outra, quem tem carteira de 2009, porque quem é de 2012, que tirou, não recebeu nada. Saiu dois benefícios aqui, um de 3 mil e pouco. Esse ano. E um de 10 mil e pouco. Eu tenho minha carteira, mais não recebi. Minha carteira é de 2012. • É empatado assim, pra gente receber o que os pescadores têm direito, aí empata, por isso que os pescadores sofre, sofre por muitas coisas. Por demora de vir a carteira de trabalho, por demora de receber os direitos dos pescadores, por também os pescadores sofre com os derramamentos de óleos, com a corrupção, que muitas máfias, entra toma a frente do direito dos pescadores. Aí pronto, como os pescadores têm direito àquilo, quando entra um corrupto, aí que os pescadores não têm direito mesmo. Não têm direito.
---	---

Fonte: Entrevistas efetuadas com pescadores e marisqueiras da comunidade de Cação – Bahia, no período de 20 de novembro de 2015 a 30 de janeiro de 2016.

Como vimos no quadro acima, existem vários desafios vividos pela comunidade de marisqueiros e pescadores, muitos destes difíceis de serem solucionados, pois exigem de cada um a consciência crítica e política para atuar em conjunto com a associação, que, muitas vezes, se vê sem o apoio da maioria de seus associados. Segundo a entrevistada 2,

Aí, quando tem alguma coisa pra ela comentar, assim, com a gente, aí ela marca a reunião, chama as pessoas e você vê que nem as pessoas todas vêm. Ela tem um bocado. O povo só vem se disser assim, eu quero que vocês venham pra reunião, pra gente resolver o negócio de dinheiro. Dizer que o dinheiro vai sair, aí aparece todo mundo. (Entrevistada 2)

Fernandes (2008) assevera, nessa condição que, *esses sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos* (2008, p. 14). Assim, compreendemos, a partir da fala da entrevistada 2 e da fundamentação do autor, que os associados não assumiram de fato, em sua maioria, seu papel ativo na condução desta instituição, junto com a presidente. Ao longo da pesquisa, percebemos que não há registro de reuniões periódicas com os associados. Apenas em um momento observamos a tentativa de reunir todas as associadas e associados, pela presidente da associação, mas estes só apareceram para encontrar o advogado e discutir as indenizações pendentes. Contudo, o advogado teve um

problema na estrada, e todos foram dispensados. Nas demais visitas técnicas, observamos, no dia a dia, que alguns moradores e associados apareciam na casa-sede, para tomar informações sobre processos e/ou tratar da regularização dos documentos, para cadastro e recebimento dos benefícios do Governo (políticas do defeso).

Nesse contexto, o papel dos líderes comunitários, apesar de difícil, é fundamental nesse processo. Identificamos que eles têm conhecimento da causa e dos efeitos dos problemas ambientais, pois também são marisqueiros e pescadores. Fizeram cursos ligados à Educação ambiental e destacam-se dos demais associados, por transitarem nos fóruns, nas esferas políticas e governamentais e dialogarem com as empresas, em busca de benefícios para a comunidade. Para Fernandes (2008), *o sujeito discursivo é plural, ou seja, é atravessado por uma pluralidade de vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas* (2008, p. 34). Ainda falta muito apoio à lideranças, principalmente dos próprios associados, para a escrita de projetos e na busca das fontes de recursos que possam ajudá-los a se desenvolver, aspecto este que dificulta, por exemplo, a conquista de recursos para o pagamento de uma sede, para ampliar as possibilidades de armazenamento e beneficiamento dos produtos dos associados, dentre outros benefícios, expectativas que giram em torno dos líderes e também dos associados. Contudo, Freire e Nogueira (2011) nos recordam que, [...] *antes de ser boa a política, a ação organizada é sonho coletivizado* (2011, p. 62). Para isso, o despertar da consciência de todos precisa acontecer.

Um dos pescadores entrevistados (Entrevistado 8) é de fora da comunidade de Cação, mora em Salinas da Margaridas, município do outro lado da região, que integra o Recôncavo. Primo de um dos filhos da entrevistada 5, ele veio ajudar os primos, trazendo novas tecnologias de pesca, mas tem uma visão particular sobre as associações. Ele não faz parte de nenhuma associação e pensa que devido ao fato de muitos pescadores ganharem benefícios do Governo, através das associações, eles se tornaram acomodados, e esqueceram-se de sua cultura de pescador.

Aqui não tem um terço da metade das embarcações que tem lá [fala de Salinas], por causa da questão do dinheiro, aqui, se encostaram. Que neguinho ganha benefício, aqui se encostaram. É, aí, tem gente agora que pescava há algum tempo atrás, que não tinha nada, vivia mesmo da pesca, recebeu um, dois, três, cinco benefícios, esqueceu da pesca, larga a canoa aqui, assim, esqueceu da canoa que trabalhava, tá comprando é lancha pra passear, verdade! Parece que esqueceram da raiz. Todo mês tem o defeso, todo mês não, acho que é duas vezes no ano. Até as marisqueiras ficaram mais devagar, a maioria das pessoas, que eu vou te falar, vou ser sincero, das pessoas que pescam mesmo, de verdade, todos os dias nem carteira têm, pode acreditar no que estou te falando. Eu conheço várias pessoas que pescam de outros lugares, pesca

mesmo de verdade, por necessidade, também, muitas das vezes e não tem carteira pra comprovar que é pescador, o ruim é que, se precisar se aposentar, não aposenta, por necessidade, muitas das vezes, e não têm carteira para comprovar que é pescador. (Entrevistado 8)

Para nós, seu depoimento fez um contraponto às discussões até aqui evidenciadas pelas marisqueiras e pescadores. Segundo Fernandes (2008), *a identidade é apresentada como produto das novas relações sociopolíticas na sociedade e inacabada por não se esgotarem as transformações sociais que sofre* (2008, p. 32).

Nessa perspectiva, é importante perceber de que lugar o sujeito fala, em qual contexto, com quem se relaciona e se possui interações sociais mais amplas. Muitas das instituições, que trabalham com cursos de formação nessa área, têm esse olhar sobre os moradores de Madre de Deus, que são acomodados em função dos auxílios oriundos da Petrobras e dos benefícios oferecidos pelo Governo. Contudo, não concordamos com esse pensamento, pois, as diversas situações que presenciamos, vimos que o espírito de luta por direitos era latente, mesmo diante de uma vida mais moderada na mariscagem e na pescaria. Alguns dos entrevistados não pescava todos os dias, organizava seu tempo para realizar outras atividades, para ficar com a família, para o lazer, para prostrar, para cuidar de filhos e netos, principalmente os mais velhos e cansados do trabalho, ou já com problemas precoces de saúde, que passaram dos 42 anos. A presidente da associação, por sua vez, dividia-se entre os cuidados da família e as responsabilidades da associação, cuidando do esposo, também pescador, mas hoje enfermo (pois sofreu derrame) e sem poder trabalhar; lutando também contra aqueles que ela julga ser seus inimigos políticos.

Esta vida de pescador é justificada pela entrevistada 9:

A vida de pescador é difícil, mas é honesta e bem melhor que essa vida no mundo, vale muito mais a pena, é difícil, é trabalhadora, muitos que veem seus pais saindo pra pescar não querem. Um pescador de trinta anos parece que tem o dobro, geralmente homem não usa protetor solar, e o sol acaba causando rugas, enfim envelhece mais e também muitos pais dizem que não querem isso pra seus filhos, querem que estude. (Entrevistada 9)

Por esse motivo, é comum ouvirmos que a cultura da coleta de mariscos e de pescaria tem morrido na região, já que é difícil sobreviver da pesca e da mariscagem, pois se envelhece rápido e não é possível dar uma vida mais digna para si e seus familiares. Ainda assim, com o desemprego, muitos dos jovens têm retornado à vida no mar.

Alguns dos pescadores resistem e encontram alternativas criativas, através da arte, e vendem seus produtos na própria região, para a complementação de sua renda. Dentre estes, conhecemos o pai da entrevistada 9, que fabrica artesanalmente saídas de praia, cortinas, toalhas de mesa, tecidas como redes de pescador. Veja algumas de suas peças a seguir (Figura 45):

Figura 45 – Peças de vestuário fabricadas pelos pescadores com linha de rede



Foto: Rosana Uildes Benicio, 2016.

Esses foram alguns dos achados na pesquisa, que trouxeram um novo olhar sobre a vida dos marisqueiros e pescadores de região de Madre de Deus/BA, diante dos muitos desafios que enfrentam para a manutenção de suas vidas e de sua cultura.

6.2 Resultados da análise de dados

Através da análise dos dados apresentados, os resultados foram evidenciados e confirmamos os graves problemas ambientais vividos pelas marisqueiras e pescadores da comunidade de Cação, problemas de ordem biológica, política, econômica e principalmente humana (saúde, segurança etc.). Em todos os dias que estivemos na região, apenas em um momento houve o retorno das empresas sobre os problemas de segurança, quando realizamos uma visita à Transpetro. Não vimos nenhum órgão público em visita à comunidade, não vimos nenhuma empresa realizando o monitoramento dos recursos naturais ou dialogando com os

líderes comunitários, não vimos nenhum projeto sendo desenvolvido, exceto o do Centro de Integração Social próximo dali, mas que não tinha nenhuma relação ou parceria com as associações locais.

Percebemos, na vivência com as marisqueiras e pescadores, uma profunda relação com a natureza, sendo ela um outro ser integrante da família, pois, para as marisqueiras e os pescadores, o mar fala, ouve, sente, se aquieta, ele é seu relógio, seu calendário e seu guia. Os animais emitem seus sinais, fugindo do colapso e da contaminação, e todos eles sofrem com isso. As marisqueiras e pescadores têm que ir, cada vez mais, e para mais longe, em busca de seu alimento, e para isso precisam obter o respaldo legal exigido pelas instituições governamentais.

Parece-nos que estão postos todos os recursos possíveis que os impede de sobreviver, enquanto eles se reúnem, na medida do possível, para resistir. Se precisam tirar carteira de pescador para terem acesso à política pública, eles tiram; se precisam de habilitação para dirigir as embarcações, eles vão e alguns conseguem; os que não conseguem, buscam os que já possuem para ir adiante na pescaria, ou se tornam piratas de sua própria vida, ilegais aos olhos do serviço público (Já que a prova para retirar a habilitação é muito difícil e nem mesmo as carteiras de pescador são emitidas em tempo hábil, para o retorno a suas atividades), mas sobreviventes aos olhos daqueles que dependem do mar para garantir a manutenção de suas vidas. A modernidade chegou e trouxe consigo a violência.

As empresas, por sua vez, exploram todos os recursos, ajudam o desenvolvimento do país, mas não apoiam de modo mais efetivo as pequenas comunidades ribeirinhas, aos pés de si mesmas, pois, até mesmo os projetos, hoje, não disponibilizam recursos financeiros, apenas materiais para posterior troca ou comercialização dos pescadores.

Tal contradição, e muitas vezes imposição, não impediu os moradores de se manterem vivos, de criarem seus filhos, de lutarem por seus direitos, mesmo com parca formação escolar. Nesse estudo não foi possível caracterizar, em maior profundidade, a formação escolar dos entrevistados, saber os motivos reais pelos quais muitos deles não avançaram nos estudos. Mesmo cientes de que o trabalho, difícil e cansativo, tenha sido, em uma primeira vista, o que os afastou da escola.

Identificamos que a maior parte de seu processo educativo se deu no seio de suas famílias, com os pais, tios, irmãos, vizinhos, avós, uma reunião de saberes e conhecimentos que são compartilhados na coletividade. Vimos um povo humano, solidário, acolhedor, manso, mas

também bravo, quando necessário. Um povo que busca superar, a cada dia e de seu modo, os desafios da vida em comunidade e que, sobretudo, se alegra com as pequenas e grandes conquistas de cada um e de todos. Para Ramos (2015),

Tal resultado pode ser atribuído ao fato de que os recursos empregados por indivíduos e grupos como forma de garantir sua reprodução social não se constituem apenas em meios materiais, compreendendo também um conjunto de significados a partir do qual são construídas suas identidades e conferido sentido as suas práticas. (RAMOS, 2015, p. 241)

Foi possível, assim, a partir dos resultados do estudo, compreender como a comunidade supera, mesmo com dificuldade, os desafios relacionados aos impactos ambientais sofridos e como se utiliza de estratégias, seja na formação de seus filhos, seja na luta através das associações, pela arte ou pela denúncia, para a preservação da natureza ainda existente e a garantia de manutenção das suas vidas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É o tempo maduro para o processo de libertação. Primeiro, na mente. Depois, na organização. Por fim, na prática. Libertação significa a ação que liberta a liberdade cativa. É só pela libertação que os oprimidos resgatam a autoestima. Refazem a identidade negada. Reconquistam a pátria dominada. E podem construir uma história autônoma, associada à história de outros povos livres.

– Oprimidos, convencei-vos desta verdade: a liberdade começa na vossa consciência e no resgate da vossa dignidade, feita mediante uma prática consequente. Confiai. Jamais estareis sós.

(BOFF, 2014, p. 22-23)

Este é o grito dos oprimidos, acordai! É tempo de colher as lágrimas plantadas, a terra da vida está fértil, fértil para a luta, para a conquista, para a libertação. Boff (2014) assim nos convoca a sentir a dor destes oprimidos, a colher as suas lágrimas, a pensar em seu sofrimento, em toda e qualquer parte do mundo, a sentir a ferida aberta neles, como em nós mesmos, uma lágrima em nossos olhos e um sofrimento em nosso coração [adaptado]. Até quando seremos coniventes com a invisibilidade a que são submetidos estes povos, até quando conviveremos com a intolerância, até quando viveremos nossas vidas, como se nada acontecesse à nossa volta? Até quando? Tanta sabedoria, tanta ciência e tecnologia, tanto conhecimento obsoleto, guardado nos livros, nas prateleiras das bibliotecas, cheios de pó, inúteis para a transformação de muitas vidas. Até quando? É preciso abraçar a causa dos pequeninos de todo o mundo, a partir dos mais próximos. É preciso amá-los e nos tornarmos seus fiéis aliados. Esse é um compromisso de nossa própria consciência.

A comunidade de Cação, em Madre de Deus, Bahia, é composta eminentemente de famílias de marisqueiras e pescadores, povo simples, acolhedor, que traz em suas raízes uma vida de dificuldades, mas que encontrou, na ação coletiva, estratégias de superação dos desafios trazidos pelo crescimento econômico, pelo conflito entre a riqueza e a ameaça, caracterizada ao longo deste estudo, e que se apresenta em uma região marcada pela exploração e a contaminação de seus recursos naturais.

No desenvolvimento das entrevistas, em grupo e individuais, foi possível compreender que o processo educativo na comunidade é caracterizado pela oralidade e que o trabalho é a base da construção da própria existência dos indivíduos. Segundo Frigotto et al (2012), *o trabalho como princípio educativo vincula-se, então, à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida* (2012, p. 2). E é na relação com a natureza, com a família e através do trabalho, com os pais, avós e tios,

que esse processo formativo se concretiza. A comunidade também participa ativamente dessa relação de ensino e aprendizagem, vizinhos, outros pescadores e marisqueiras, que acompanham as atividades de pesca artesanal, têm na relação de convívio a oportunidade de contribuir de modo significativo para a formação ofertada pelos pais aos mais jovens, através das histórias, dos relatos, da experiência de vida. Vozes atentas, como as das crianças, hoje jovens, guardam com extremo respeito e carinho a relevância desse processo. Os pais, por sua vez, são seus verdadeiros mestres e heróis, ponto referencial no equilíbrio moral, ético, psíquico, afetivo e mantenedor da família.

Nesse contexto, observamos que mães e mulheres marisqueiras dominam, em geral, as atividades exigidas pelo trabalho, muitas delas, com característica de liderança, sustentam e passam a ser o centro da família, muito valorizadas pelos filhos e respeitadas na comunidade.

O campo empírico dessa formação é a natureza, é nela que se dá todo o processo de aprendizagem, um cenário fértil e rico de possibilidades de conhecimento e saber gratuitos, aberto aos olhares atentos de todos os envolvidos, como um livro escrito, esperando para ser aberto, lido e interpretado. Assim, eles apreendem e constroem seus instrumentos de pesca e mariscagem, específicos para cada tipo de atividade, sabendo utilizar a diversidade de iscas para cada peixe, conhecendo como a palma de sua mão os ciclos da maré, a natureza é interpretada por eles pelo ciclo das chuvas e dos ventos, condicionados pelas mudanças da lua; nomeiam e conhecem a diversidade de peixes e frutos do mar; compreendem a biologia dos animais (onde se pode achá-los, a época de maior produção, quando não se deve pescá-los). Suas noções de tempo e medidas são indicadas pela maré e através do seu próprio corpo, utilizam as braças para medir a profundidade dos mergulhos e a espécie a ser retirada nesta condição. Aprendizado este, que não é guardado para si, mas é compartilhado, como se tece uma rede, com vários nós. Todos os sujeitos entrevistados demonstraram orgulho de ser pescador e/ou marisqueira e de adquirir novos conhecimentos em outras profissões. Até mesmo aqueles que estão distantes, ou seja, não atuam mais como pescadores, de um modo ou de outro, utilizam esse aprendizado, em algum momento, recorrem a ele apenas pelo prazer de estar com a família, alguns por esporte ou quando há necessidade (pela falta de emprego), pois se sentem livres para ir e vir, são apaixonados pela beleza natural e têm o mar como tudo em sua vida.

A realidade hoje é que o mar não tem tido condições de lhes dar o sustento, de mantê-los com dignidade, pois esses espaços vitais lhes vêm sendo subtraídos, paulatinamente. Os rios e mares contaminados, por vazamento e derramamentos de óleo, e os problemas

ambientais na região se agravam, pois, além deste desafio enfrentado pelas marisqueiras e pelos pescadores da comunidade de Cação, há o risco de segurança vivido por essas famílias. O medo de explosões é um sentimento constante nas pessoas, e os problemas de saúde, provocados pela contaminação e por vazamento de gás, foram trazidos nos relatos.

Estes são apenas alguns exemplos demonstrados nesse estudo e, para superá-los, os sujeitos se associaram, ampliaram sua condição de luta através da APEMAC e de outras associações locais. Na tentativa de organizar de modo sistemático seu trabalho, de adquirir outros conhecimentos através de cursos, fóruns e ações coletivas, de lutar por seus direitos junto aos órgãos governamentais e responsabilizar e penalizar os seus opressores. Têm, em seus líderes e presidentes, uma relação de confiança, pois nasceram na própria região, conhecem suas necessidades, pois são compartilhadas, são considerados representantes importantes diante das empresas e dos órgãos governamentais, pois transitam com facilidade entre estes e conquistam benefícios para todos os associados. São formas de luta que ainda precisam, de fato, ser fortalecidas, mas que expressam a tentativa de transformação de sua realidade em favor da vida. Assim, recordamos o nosso desafio permanente, mencionado no início das discussões, de fortalecer esses processos educativos e participativos, como alternativas para o desenvolvimento local. Mas, para tanto, é prioritário viabilizar a emancipação, o equilíbrio ecológico e a justiça social, a partir de uma formação crítica e articulada aos diversos espaços de participação e intervenção na realidade brasileira.

Diante da complexidade do fenômeno estudado, não foi possível percorrer alguns caminhos de nosso interesse, caminhos que nos levariam a frutos mais profundos e não nos deixariam na beirada da maré. Mas existem aspectos que ficaram nas entrelinhas do discurso relacionados ao estudo formal e ao processo produtivo, na relação destes com a escola, que nos fazem questionar: por que eles abandonaram tão cedo o percurso escolar? Por que muitos jovens não têm interesse em uma universidade? Por que há ainda analfabetos funcionais nesse tempo? Por que não conseguiram até aqui estruturar melhor o seu processo produtivo, trabalhando ainda de forma rudimentar? Estes são aspectos que ficam para estudos futuros. A pesquisa, por fim, visa contribuir com o conhecimento sobre esta comunidade, nas discussões sobre as temáticas apresentadas, e subsidiar, assim, novos processos de investigação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João F. de Almeida. **Bíblia sagrada**. 2. ed. Revista e corrigida. São Paulo: Geográfica Editora, 2009.

ALVES, Rubem. **Do universo à jaboticaba** / Rubem Alves. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://lelivros.black/book/baixar-livro-do-universo-a-jaboticaba-rubem-alves-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1998. Disponível em: <<https://bloglinguagenseeducacao.files.wordpress.com/2014/10/etnografia-da-pratica-escolar-marli-eliza-d-a-de-andre.pdf>>. Acesso: 25 mar. 2016.

ARRAES, Ronaldo de Albuquerque et al. **RESR**, Piracicaba, SP, v. 50, n. 1, p. 119-140, jan./mar. 2012 – Impressa em abril de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v50n1/a07v50n1.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília, DF: PNUD; Ipea; FJP, 2014. 120 p. – (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Incl. bibl. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/AtlasdoDesenvolvimentoHumanonasRegi%C3%B5esMetropolitanas.pdf>>. Acesso em: 3 de mar. 2016.

ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, DF: PNUD; Ipea; FJP, 2013 (com base no Censo 2010). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/madre-de-deus_ba>. Acesso em: 3 jul. 2015.

BATISTELA, Airton Carlos; BONETI, Lindomar Wessler. A relação homem/natureza no pensamento moderno. In: VIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 8., 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2008. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1424_959.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2016.

BERCOVICI, Gilberto. **A importância da Petrobrás para o Brasil**. Rio de Janeiro: Associação de Engenheiros da Petrobras – AEPET, 2015. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/12317/A-importancia-da-Petrobrs-para-o-Brasil>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOAVENTURA, Edivaldo. M. Educação planetária em face da globalização. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador: UNEB, n. 16, p. 27-35, jul./dez. 2001.

_____. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1. ed. 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Disponível em: <<http://curso.ihmc.us/rid=1GMSLFWNB-5RXV9C-GSQ/Saber%20Cuidar%20-%20Etica%20do%20Humano.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 52. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. Taubaté: GEIC; Cabral, 1995.

_____. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

_____. **Nós, os humanos do mundo à vida, da vida à cultura**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo n^o 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. (Série textos básicos, 67).

_____. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. **Lei n^o 9.478, de 6 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil, 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm. Acesso em: 11 abr. 2016.

BRESSAN, Flavio. O método do estudo de caso. **Administração On Line**, v. 1, n. 1, p. 1-13, jan./fev./mar. 2000.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2006. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zfmDjZMspHAC&oi=fnd&pg=PA13&dq=capra,+o+ponto+de+muta%C3%A7%C3%A3o&ots=doPdif-P7Q&sig=o6BKDKWszkOxyjJtidQYutQHb4U#v=onepage&q=capra%2C%20o%20ponto%20de%20muta%C3%A7%C3%A3o&f=false>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; FARIAS, Carmen Roselaine de Oliveira. Um balanço da produção científica em educação ambiental de 2001 a 2009 (ANPED, ANPPAS e EPEA). **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 16, n. 46, p. 119-134, 2011. ISSN 1413-2478.

CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian. **Qualitative methods in organizational research.** London: Sage Publications, 1994.

CATTANI, Antonio David. Riqueza e desigualdades. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n57/a09v2257.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CERBONE, David R. **Fenomenologia.** Tradução de Caeser Souza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Série Pensamento Moderno)

CLÈVE, Clèmerson M.; MARTINS, Alessandra F. Princípios constitucionais da atividade econômica petrolífera e lei nº 9.478/1997. Teresina: **Revista Jus Navigandi**, ano 9, nº 540, 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6135/principios-constitucionais-da-atividade-economica-petrolifera-e-lei-n-9-478-1997>. Acesso em: 11 abr. 2016.

CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. **Perfil do Município de Madre de Deus.** Salvador: CONDER, Diretoria de Planejamento, Coordenação de Planejamento Local, 1992.

_____. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Arquivos Mapoteca.** Salvador: INFORMS/CONDER, 2015.

_____. **Mapa da Região Metropolitana de Salvador.** Arquivos cedidos pela CONDER. Salvador: Conder, 2015.

CONTRERAS, Joan Picas. La construcción social del subdesarrollo y el discurso del desarrollo. In: BRETÓN, Victor; GARCÍA, Francisco; ROCA, Albert (org). El papel de las organizaciones no gubernamentales y la crisis del desarrollo: una crítica antropológica a las formas de cooperación. Los límites del desarrollo: modelos, ‘rotos’ y modelos ‘por construir’ em América Latina y África. Barcelona: Içaria. s/d., p. 11-163. 2001. Disponível em: http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/705/02.JPC_PARTE_1.pdf?sequence=3. Acesso em: 10 jul. 2015.

COSTA, Célio. Juvenal. **O rei D. João III (1521-1557) e a construção da sociedade de corte em Portugal.** In: XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores – SIPC 14., 2012, Maringá. **Anais eletrônicos...**, PR: Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2012. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/textos/Mesa_Coordenada/Trabalhos_Completos/Celio_Juvenal_Costa.pdf >. Acesso em: 3 abr. 2016.

COSTA, Francisco X. P. da; OLIVEIRA, Iolanda C. de; MELO NETO, José F. de. **Autogestão. Incubação de empreendimento solidário popular:** fragmentos teóricos. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1- 13, sem II., 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

ESPINHEIRA, Olga; PEREIRA, Suzana Alice et al. **A descoberta do petróleo no Brasil: marco histórico de transformação da sociedade brasileira**. Salvador: D&M Photodesign e Editora, 2010.

FARIA, Edite Maria da Silva de. **Trajétória escolar e de vida de egressos do Programa AJABahia: herdeiros de um legado de privações e resistências: Laginha – Conceição do Coité/BA**. 2008, 142 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador: UNEB, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. rev. e atual. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FONSECA, Gondin da. **Que sabe você sobre petróleo? A bíblia do nacionalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

FREIRE, Jamile Trindade. **A abordagem interdisciplinar na gestão de riscos socioambientais no município de Madre de Deus-BA**. Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa do Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana – MEAU, Escola Politécnica – UFBA, como requisito parcial para desenvolvimento da dissertação. Salvador: UFBA, 2010. Disponível em: <www.meau.ufba.br/site/.../Projeto_Madre_de_Deus_13.03.10_OK.doc>. Acesso em: 3 abr. 2016.

_____. **A gestão local de riscos e as vulnerabilidades no município petrolífero de Madre de Deus-BA**. 2011. 175 f. il. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18465/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Jamil.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

179 AS, Carlos M. de.; GOMEZ, Marcelo F. de S. Porte. Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Centro de Estudo da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 29, n. 6, p. 503-514, 1995. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/viewFile/24155/26120>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. O trabalho como princípio educativo. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 750-756.

_____.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – Excertos**. 2012. Disponível em:

<https://juntosnaejadf.files.wordpress.com/2012/10/texto-completo-trabalho_princip_educativo1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. 2001. Disponível em:

<<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

GOERGEN, Pedro. (Org.). **Educação e diálogo**. Maringá, PR: Eduem, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas; Universidade Nove de Julho, v. 16, n. 47, p. 333-335, mai./ago. 2011.

GONÇALVES, Manuel Vitor P.; SILVA, Iracema Reimão; ALVA, Juan Carlos Rossi. Análise da qualidade dos manguezais e águas superficiais da APA Tinharé-Boipeba, Costa do Dendê, Bahia. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 19., 2011, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH, 2011. Disponível em:

<https://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/57cee2f619f480a4a5c9f50e2ab917d3_e6a58482cb6ea63e60f408591d59609a.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

GOOGLE MAPS. [Figura 33 – Vista da entrada da comunidade-bairro de Cação]. 2016 Nota (Recorte da comunidade de Cação, Madre de Deus/BA através do google maps). Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.7374104,-38.604231,3a,90y,87.25h,91.29t/data=!3m6!1e1!3m4!1sWr4yAE5BiuJXkfx4YG8EQ!2e0!7i13312!8i6656!6m1!1e1?hl=pt-BR>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

GUIA GEOGRÁFICO – História da Bahia (Atlas de João Teixeira Albernaz), 1640.
Disponível em: <<http://www.historia-bahia.com/mapas-historicos/baia-todos-santos.htm>>.
Acessado em: 3 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Base de Informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisas de informações Básicas Estaduais: **Perfil dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Perfil_Estados/2013/estadic2013.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese das informações - pib per capita a preços correntes - 2013 - comparação entre os municípios: Bahia**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=29&idtema=16&codv=v07&search=bahia|madre-de-deus|sintese-das-informacoes->>. Acesso em: 11 abr. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Bahia Madre de Deus síntese das informações pib per capita a preços correntes** – cartogramas. Rio de Janeiro: IBGE, 2013c. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/SF82>>. Acesso em: 9 jul. de 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Bahia: Madre de Deus. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291992>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Atlas geográfico escolar: ensino fundamental do 6. ao 9. Ano. **Biomias brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Figura 20. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249956>;
<http://7a12.ibge.gov.br/images/7a12/mapas/Brasil/biomias.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

Incêndio destrói palafitas na região de alagados. A TARDE.com, 2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1652487-incendio-destroi-palafitas-na-regiao-de-alagados>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

INST/CUT. Instituto Nacional de Saúde no Trabalho/Central Única dos Trabalhadores. **Riscos ambientais**: roteiros para avaliação das condições de vida e de trabalho em três regiões: ABC/SP, Belo Horizonte e Vale do Aço/ MG e Recôncavo Baiano/BA. Brasil: Instituto Nacional de Saúde no Trabalho da Central Única dos Trabalhadores, 1992. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/profseva/1992_inst_cut_RISCO%20AMBIENTAL_reduzido.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LEVINAS, E. **Ética e infinito**: diálogos com Philippe Nemo. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1982.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental no licenciamento: aspectos legais e teórico-metodológicos. In: LOUREIRO, Carlos Frederico. (Org.). **Educação ambiental no contexto de medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais**: a perspectiva do licenciamento. Salvador: IMA, 2009. p:

LOURENÇO, Luana. Estudo aponta contaminação em 70% das águas superficiais do Brasil. **Reportagem da Agência Brasil**, Brasília, 23 mar. 2008. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-03-22/estudo-aponta-contaminacao-em-70-das-aguas-superficiais-do-brasil>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

LOURENÇO, Rita Railda Soares. Educação para a construção de Sociedades Sustentáveis: um estudo em Ilha Amarela, Salvador, Bahia. 2015. 190 f. il. Tese (de Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduc/UNEB, Departamento de Educação - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/04/RITA-RAILDA-SOARES-LOUREN%C3%87O.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 18, p. 51-61, mai./ago. 2000. ISSN: 2316-9125.

MARTÍN-BARBERO, Jesus; REY, Germán. **Os exercícios do ver**: hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Tradução de Jacob Gorender. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, v. 14, n. 25, p. 17-31, 2005.

MILLER, Francisca de Souza. **Pescadores e coletoras de Patané/Camocim**: aspectos da adaptação humana aos manguezais do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2012.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. **Pesca artesanal**. Brasília, DF: MPA, 2014. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/pesca/artesanal>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2002.

MOREIRA, Marco A. Pesquisa em ensino: métodos qualitativos e quantitativos. Subsídios metodológicos para o professor pesquisador em ensino de ciências. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Física, 2009. Disponível em: <<http://www.if.ufrgs.br/~moreira/Subsidios11.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. Revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MUTIM, Avelar L. B. Educação ambiental e gestão de cidades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 16, n. 28, p. 113-119, jul./dez. 2007.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Citação mencionada na aula da disciplina de Bases Filosóficas sobre contemporaneidade. 1º Sem. 2014. Salvador: PPGEDUC/UNEB, 2014.

_____. Educação do Campo: da triste partida à volta da asa branca. In: NASCIMENTO, Antônio Dias et al. (Orgs.). **Educação do campo e contemporaneidade: paradigmas, estratégias, possibilidades e interfaces**. Salvador: EDUFBA, 2013. Capítulo I, p. 25-46.

NOGUEIRA, M. A. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 185-200, jun. 2003.

NUNES, Eduardo J. F.; MUTIM, Avelar L. B.; COSTA, Aline. O estado da arte em educação ambiental nas regiões Norte e Nordeste do Brasil: análise dos trabalhos apresentados no GT 22 Educação Ambiental do EPENN (2005-2013). In: GOMES, Alfredo Macedo. (Org.). **Pesquisas em educação nas Regiões Norte e Nordeste: balanço e perspectivas**. Recife: Editora da UFPE, 2014. p. 459-475.

_____.; SOUZA, Dionalle M.; SANT'ANNA, Igor. Agenda 21: estratégias de desenvolvimento local na periferia de Salvador. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 16, n. 28, p. 57-66, jul./dez. 2007.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDHM**. DF: PNUD Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em: 3 jul. 2015.

PORTELA, Rafael Davis. **Pescadores na Bahia do século XIX**. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FRANCISCO PEREIRA COUTINHO. In: DICIONÁRIO Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico. Portugal: O Portal da História, 20---. v. V, p. 626. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/pereiracoutinhof.html>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

RAMOS, Renata Fornelas D'Azevedo. **Entre o campo e a cidade**: um novo caminho para a educação na periferia. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. (recurso digital).

RITTER, Carlos. Reflexões epistemológicas sobre os “territórios de identidade”. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 95-109, jun. 2011. ISSN: 1981-089X. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/viewFile/21805/14197>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

SANTOS, Antônio D. (Org.). Estratégias metodológicas para o fortalecimento dos espaços públicos. In: AILTON DIAS DOS SANTOS. (Org.)/(Orgs.). **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2005. p. 95-171.

SARMENTO, Manuel Jacinto. O estudo de caso etnográfico em educação. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. Pinto de.; VILELA, R. A. T. (Orgs.). **Itinerários de Pesquisa – Perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 137-179.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão D.; GUINDANI, Joel F. **Revista Brasileira de História & Ciências**: pesquisa documental – pistas teóricas e metodológicas, UNISINOS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, ano I, n. I, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SERRÃO, Mônica A.; LOUREIRO, Carlos Frederico B. As políticas públicas de educação ambiental frente à nova sociabilidade da terceira via: o exemplo do licenciamento ambiental federal. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/questao_ambiental_desenvolvimento_e_politicas_publicas/as_politicas_publicas_de_educacao_ambiental_frente_a_nova_sociabilidade_da_terceira_via.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Solange Teles da. A ONU e a proteção do meio ambiente. In: MERCADANTE, Araminta; MAGALHÃES, José Carlos de. (Orgs.). **Reflexões sobre os 60 anos da ONU**. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 441-468.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI; Coordenação Estadual dos Territórios – CET. **Território De Identidade 26:** Região Metropolitana de Salvador – Bahia. Salvador: SEI, 2007. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/regiao_metropolitana_salvador.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução de João Roberto Martins Filho; consultor desta edição Renato Janine Ribeiro; consultor de termos zoológicos Márcio Martins. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v., n., p. 383-386, set./out. 2007.

WWF Brasil. Relatório Planeta Vivo 2014. Brasília, DF: Rede WWF, 2015. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/biblioteca/publicacoes_educacao_ambiental/?42223/Relatorio-Planeta-Vivo-2014#>. Acesso em: 9 jul. 2015.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

- QUESTIONÁRIO DE LEVANTAMENTO PRELIMINAR DE DADOS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
PESQUISA DE CAMPO - EXPLORATÓRIA
Município de Madre de Deus e cidades próximas
Pesquisadora: Rosana Uildes Ferreira Benicio da Silva

DADOS RELEVANTES DOS ENTREVISTADOS DATA: _____/_____/2015	
Nome completo	
Data de Nascimento	
Idade	
Escolaridade	
Naturalidade	
Cidade que reside e tempo em que reside na cidade	
Instituição que faz parte	
Tempo de Instituição	
História da instituição	
Cargo e/ou função	
Aprendizados obtidos	
Aprendizados aplicados	
Quantos cursos já fez na área ambiental?	
Contato telefônico	
Email	
Quer fazer parte da pesquisa?	

APÊNDICE A – Questionário Perfil das Marisqueiras e Pescadores (as)
 TÍTULO DO PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO: Um estudo sobre o olhar e vida da comunidade de marisqueiras e pescadores do Caçõ, município de Madre de Deus - BA, na Região Metropolitana de Salvador.

OBJETIVO DO PROJETO: Caracterizar os conhecimentos aprendidos por marisqueiras e pescadores de Caçõ em sua relaçaõ com o meio ambiente antes e depois da implantaçaõ dos empreendimentos petrolíferos, na regiãõ de Madre de Deus, Bahia (Região Metropolitana de Salvador) analisando em que medida a comunidade utiliza esses conhecimentos para ampliar a consciênciã de si, sua cultura e sua sobrevivênciã, como marisqueiras e pescadores.

I - PERFIL DA MARISQUEIRA E/OU DO PESCADOR

Idade _____; **Sexo:** M[] F[]; **Naturalidade** _____

Estado Civil:

Solteiro [] Casado [] Viúvo [] Separado [] Outros [];

Escolarizaçaõ:

Analfabeto [<input type="checkbox"/>]	Ensino Médio Incompleto [<input type="checkbox"/>]
Lê e escreve [<input type="checkbox"/>]	Ensino Médio Completo [<input type="checkbox"/>]
E. Fundamental Incompleto [<input type="checkbox"/>]	Ensino Superior Incompleto [<input type="checkbox"/>]
E. Fundamental Completo [<input type="checkbox"/>]	Ensino Superior Completo [<input type="checkbox"/>];

Profissãõ: _____; **Composiçaõ Familiar:** _____ pessoas;

Renda Familiar (em salãrio mìnimo – sm): Sem renda []; Menos de 1 sm []; 1 sm []; 2 sm []; mais de 3 sm [];

Como é composta sua renda?

Tipo De Moradia: Alvenaria [] Pau a pique: [];

Serviços: Energia Elétrica []; Água Encanada []; Celular []; Internet []

Faz parte de alguma associaçaõ? Sim [] Não [] Qual? _____

Como participa? Possui alguma funçaõ? _____

As reuniões em que perìodo? Diãria [] Semanal [] Mensal [] Anual [] Quanto há necessidade []

II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Pescador: [] (_____)

Marisqueira: [] (_____)

Criação de Animais: [] (Bovino[], Caprino[], Suínos[], Aves[], Outros _____)

Artesanato: [] (Barro []; Sementes []; Madeira []; Fibras []; Pedra []; Crochê/Bordado [])

Outros artesanatos []: (_____)

Extrativismo: [] (_____)

Outras Atividades [] (_____)

III – SISTEMA DE PESCA OU EXTRAÇÃO DO FRUTOS DO MAR.

a) Pesca Artesanal; Sim [] Não []

b) Pesca Oceânica? Sim [] Não []

c) Atua com aquicultura? Sim [] Não [] – O que cultiva: _____

d) Cultiva horta e outros produtos da agricultura em casa? Sim [] Não []

– Quais?_____;

e) Utilização de sistemas de bombas? Sim [] Não [];

f) Utilização de medidas de higiene e de profilaxia dos animais? Sim [] Não [];

g) A coleta de produtos (pesca, caça, madeira, etc.) respeita os limites das áreas geográficas a serem direta ou indiretamente utilizadas? Sim [] Não [];

h) Utilização de gerenciamento [métodos e técnicas] na coleta de produtos? Sim [] Não [];

i) Como passam o conhecimento para os mais jovens?

IV – EMBARCAÇÕES UTILIZADAS

Tipo de Embarcação: [] Pequeno Porte [] Médio Porte [] Grande Porte

Informações adicionais: _____

Extração de Frutos do Mar – Instrumentos utilizados: _____

V – ARMAZENAMENTO DA PRODUÇÃO

Caixas Freezers Quantos?_____ Sem armazenagem

VI – ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO/ COMERCIALIZAÇÃO

Quais produtos são vendidos e qual valor? _____

Vendem na comunidade Vendem ao comércio local

Vendem para outras cidades Vendem na rua

Quem compra: _____

Você acham o preço, que vendem os produtos, justo?

VII – CALENDÁRIO (Como se organizam?)

Janeiro:

Fevereiro:

Março:

Abril:

Maio:

Junho:

Julho:

Agosto:

Setembro:

Outubro:

Novembro:

Dezembro:

Qual é o melhor período para a pesca e mariscagem?

Como vocês organizam suas vidas? _____

Há diferença de marisqueira e pescador? _____

Tem homem que marisca? _____

APÊNDICE B - Entrevista Semi-dirigida (Marisqueiras e Pescadores)

TITULO DO PROJETO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO: Um estudo sobre o olhar e vida da comunidade de marisqueiras e pescadores do Cação, município de Madre de Deus - BA, na Região Metropolitana de Salvador.

OBJETIVO DO PROJETO: Caracterizar os conhecimentos aprendidos por marisqueiras e pescadores de Cação em sua relação com o meio ambiente antes e depois da implantação dos empreendimentos petrolíferos, na região de Madre de Deus, Bahia (Região Metropolitana de Salvador) analisando em que medida a comunidade utiliza esses conhecimentos para ampliar a consciência de si, sua cultura e sua sobrevivência, como marisqueiras e pescadores.

MESTRANDA: Rosana Uildes Ferreira Benicio da Silva

PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMI-DIRIGIDA JUNTO AOS PARTICIPANTES

Importante:

- Lembrar os objetivos da pesquisa;
- Lembrar os objetivos da entrevista;
- Discorrer sobre a importância das informações recolhidas;
- Introduzir o registro e obter o acordo para o fazer.

CONCEPÇÃO DAS ATIVIDADES DE EA DA APEMAC

BLOCO 1. Atividades de Educação Ambiental Desenvolvidas pela APEMAC ;

Pergunta 1: Quais foram as atividades de EA desenvolvidas pela APEMAC nos últimos anos?

Pergunta 2: Você participou de quais atividades de EA promovidas pelo APEMAC?

Pergunta 3: Como você avalia as atividades de EA desenvolvidas pelo APEMAC?

BLOCO 2. Relação que se estabelece entre as práticas socioambientais exercidas pelas marisqueiras e pescadores do CAÇÃO e as ações de EA da APEMAC

Pergunta 1: Na sua opinião, os pescadores seguem as orientações e ensinamentos das atividades de EA quando efetuam suas tarefas diárias, como: mariscar, pescar, coletar materiais, entre outras?

Pergunta 2: Qual prática desenvolvida pelas marisqueiras e pescadores que causa maior prejuízo ao meio ambiente em Cação ?

Pergunta 3: Quais práticas desenvolvidas pelas marisqueiras e pescadores já foram modificadas em função das ações de EA do APEMAC?

BLOCO 3. A consciência das lideranças face aos problemas ambientais

Pergunta 1: Qual é o seu papel na comunidade?

Pergunta 2: Relacionado ao ambiente, quais os principais problemas a resolver?

Pergunta 3: Quais as ações que você faria para melhorar estes problemas?

CONCEPÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAMBIENTAIS JUNTO AS MARISQUEIRAS E OS PESCADORES DO CAÇÃO

BLOCO 1. Práticas Socioambientais Desenvolvidas pelas Marisqueiras e Pescadores;

Pergunta 1; Quais as principais atividades desenvolvidas por você e sua família ?

Pergunta 2; (a)Tendo em vista o meio ambiente que você vive e trabalha, quais são as suas atividades diárias ? (b) Diga para mim, como você e sua família fazem essas atividades diárias ?

O que fazem durante o ano, mês a mês ?

Pergunta 3; Como você retira da natureza o que precisa para o seu dia a dia ?

BLOCO 2. Impactos Ambientais provocados pelas pela implementação dos empreendimentos petrolíferos

Pergunta 1; Como você vê sua comunidade antes e depois da chegada dos empreendimentos na região? E os impactos causados pela sua chegada ao meio ambiente local?

Pergunta 2; O que mudou na vida de vocês, por causa desses empreendimentos? Mudou a rotina? Por quê?

Pergunta 3; Existe algum tipo de assistência prestada por essas empresas? Há ressarcimento de algum dano à comunidade ? Como funciona?

BLOCO 3. A consciencia dos assentados face aos problemas ambientais

Pergunta 1 : O que faz hoje para sobreviver? Você ainda vive da mariscagem ou da pesca? Mudaria da sua comunidade? Como você vê o seu ambiente quando você ficar mais velho?

Pergunta 2 : Relacionado ao ambiente em que você vive, na sua opinião, quais os principais problemas para serem resolvidos?

Pergunta 3 : Quais as ações que você faria para melhorar estes problemas?

BLOCO 4. A comercialização dos produtos extraídos do meio ambiente

Pergunta 1 : Como voces armazenam os mariscos, peixes e demais frutos do mar?

Pergunta 2 : Como funciona o processo de vendas? Quem compra as mercadorias? Quanto custa? Você acha que é um preço justo?

Pergunta 3 : Com o resultado das vendas é possível sobreviver? O que fazem nos períodos que não mariscam? Realizam outras atividades comerciais?